



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXI - Nº 011 - QUARTA-FEIRA, 1º DE FEVEREIRO DE 2006 - BRASÍLIA-DF

MESA		
Presidente Renan Calheiros – PMDB – AL 1º Vice-Presidente Tião Viana – PT – AC 2º Vice-Presidente Antero Paes de Barros – PSDB – MT 1º Secretário Efraim Morais – PFL – PB 2º Secretário João Alberto Souza – PMDB – MA	3º Secretário Paulo Octávio – PFL – DF 4º Secretário Eduardo Siqueira Campos – PSDB – TO Suplentes de Secretário 1º Serys Slhessarenko – PT – MT 2º Papaléo Paes – PSDB – AP 3º Alvaro Dias – PSDB – PR 4º Aelton Freitas – PL – MG	
LIDERANÇAS		
MAIORIA (PMDB) – 20 LÍDER Ney Suassuna Vice-Líderes Garibaldi Alves Filho (vago) Gilberto Mestrinho (vago) Amir Lando (vago) ⁽⁵⁾ LÍDER DO PMDB – 20 Ney Suassuna Vice-Líderes do PMDB (vago) ⁽³⁾ (vago) Luiz Otávio Gerson Camata (vago) ⁽⁶⁾ Wellington Salgado de Oliveira Valdir Raupp LÍDER DO PDT – 4 Osmar Dias Vice-Líder do PDT (vago) LÍDER DO PMR – 1 Marcelo Crivella BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB) – 17 LÍDER Delcídio Amaral – PT	Vice-Líderes Sibá Machado – PT Antônio Carlos Valadares – PSB LÍDER DO PT – 12 Delcídio Amaral Vice-Líderes do PT Roberto Saturnino Ana Júlia Carepa Flávio Arns Fátima Cleide LÍDER DO PL – 3 João Ribeiro Vice-Líder do PL Aelton Freitas LÍDER DO PSB – 2 Antonio Carlos Valadares Vice-Líder do PSB (vago) LÍDER DO PTB – 4 Mozarildo Cavalcanti Vice-Líder do PTB Sérgio Zambiasi LÍDER DO P-SOL – 1 Heloísa Helena LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL / PSDB) – 31	LÍDER José Jorge – PFL Vice-Líderes Alvaro Dias – PSDB Tasso Jereissati – PSDB César Borges – PFL Eduardo Azaredo – PSDB Rodolpho Tourinho – PFL Demóstenes Torres – PFL LÍDER DO PFL – 16 José Agripino Vice-Líderes do PFL Demóstenes Torres César Borges Rodolpho Tourinho Maria do Carmo Alves Romeu Tuma Jonas Pinheiro ⁽²⁾ LÍDER DO PSDB – 15 Arthur Virgílio Vice-Líderes do PSDB Lúcia Vânia Leonel Pavan Flexa Ribeiro Papaléo Paes João Batista Motta LÍDER DO GOVERNO Aloízio Mercadante – PT Vice-Líderes do Governo Romero Jucá – PMDB Ideli Salvatti – PT Garibaldi Alves Filho – PMDB (vago) Fernando Bezerra – PTB Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽¹⁾
EXPEDIENTE		
Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Raimundo Carreiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal Ronald Cavalcante Gonçalves Diretor da Subsecretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia	

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF) 14-12-2005

(1) A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

(2) O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005.

(3) O Senador Maguito Vilela encontra-se licenciado do cargo durante o período de 17.8.2005 a 13.1.2006.

(5) O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 31.8.2005.

(6) O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005 seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

(7) O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da tribuna, em 26.10.2005 que deixou de integrar o P-Sol.

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 11ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 31 DE JANEIRO DE 2006

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Comunicação da Presidência

Referente ao tempo destinado aos oradores da Hora do Expediente da presente sessão, que será destinada a homenagear o Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, pela passagem dos 50 anos de sua posse como Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, nos termos do Requerimento nº 25, de 2006, de iniciativa do Senador Paulo Octávio e outros Senhores Senadores..... 02536

1.2.2 – Fala da Presidência (Senador Renan Calheiros)

1.2.3 – Oradores

Senador Paulo Octávio 02537
Senador Antonio Carlos Magalhães 02539
Senador Eduardo Azeredo 02541
Senador Aloizio Mercadante 02543
Senador Arthur Virgílio 02546
Senador Heráclito Fortes 02548
Senador Mão Santa 02549
Senadora Serys Slhessarenko 02551
Senador Maguito Vilela 02553
Senador José Agripino 02554
Senador Eduardo Suplicy 02556
Senador Ramez Tebet 02556
Senador Amir Lando 02557
Senador Demóstenes Torres 02559
Senador Paulo Paim (Art. 203, do Regimento Interno) 02560
Senador Antonio Carlos Valadares (Art. 203, do Regimento Interno) 02560

Senador Flexa Ribeiro (Art. 203, do Regimento Interno) 02562
Senadora Lúcia Vânia (Art. 203, do Regimento Interno) 02564

1.2.4 – Comunicação da Presidência

Designação da Comissão para dar continuidade às comemorações pela passagem dos 50 anos de posse de Juscelino Kubitschek, como Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, os

Senadores Paulo Octávio, José Sarney, Antonio Carlos Magalhães e Pedro Simon, e apresenta as seguintes sugestões: a reimpressão ou republicação da obra principal do homenageado, o livro Por que Construí Brasília?, reunindo a produção parlamentar do ex-presidente e o seu famoso plano de metas; e lançar o Prêmio JK, voltado para estudantes de graduação e pós-graduação, prêmio em dinheiro a ser outorgado em janeiro, ainda no atual biênio.... 02565

1.2.5 – Avisos de Ministros de Estado

Nº 6/2006, de 6 do corrente, do Ministro da Fazenda, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.345, de 2005, da Senadora Roseana Sarney. 02565

Nº 9/2006, de 4 do corrente, da Ministra-Chefe da Casa Civil da Presidência da República, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.198, de 2005, do Senador Arthur Virgílio. 02565

Nº 17/2006, de 11 do corrente, do Ministro da Fazenda, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.170, de 2005, da Comissão de Assuntos Econômicos. 02565

Nº 20/2006, de 12 do corrente, do Ministro da Fazenda, encaminhando informações parciais em resposta ao Requerimento nº 1.221, de 2005, do Senador José Jorge. 02565

Nº 21/2006, de 12 do corrente, do Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.244, de 2005, do Senador Osmar Dias. 02565

Nº 21/2006, de 12 do corrente, do Ministro da Fazenda, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.318, de 2005, do Senador Antero Paes de Barros. 02565

Nº 25/2006, de 11 do corrente, da Ministra-Chefe da Casa Civil da Presidência da República, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 540, de 2005, do Senador Arthur Virgílio. 02565

Nº 55/2006, de 13 do corrente, do Ministro da Justiça, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.316, de 2005, do Senador Antero Paes de Barros. 02565

Nº 298/2005, de 30 de dezembro último, do Ministro de Minas e Energia, encaminhando infor-

mações em resposta ao Requerimento nº 1.313, de 2005, do Senador Antero Paes de Barros..... 02565

1.2.6 – Aviso da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República

Nº 1/2006, de 3 do corrente, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.308, de 2005, do Senador Antero Paes de Barros..... 02566

1.2.7 – Ofícios de Ministros de Estado

Nº 1/2006, de 4 do corrente, do Ministro da Educação, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 880, de 2004, do Senador Arthur Virgílio..... 02566

Nº 2/2006, de 9 do corrente, do Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.315, de 2005, do Senador Antero Paes de Barros..... 02566

Nº 5/2006, de 12 do corrente, do Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.311, de 2005, do Senador Antero Paes de Barros..... 02566

Nº 9/2006, de 12 do corrente, do Ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.314, de 2005, do Senador Antero Paes de Barros..... 02566

Nº 9/2006, de 13 do corrente, do Ministro do Esporte, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.319, de 2005, do Senador Antero Paes de Barros..... 02566

Nº 11/2006, de 16 do corrente, do Ministro do Esporte, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.270, de 2005, do Senador Arthur Virgílio..... 02566

Nº 16/2006, de 12 do corrente, do Ministro da Ciência e Tecnologia, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.304, de 2005, do Senador Antero Paes de Barros..... 02566

Nº 32/2006, de 10 do corrente, do Ministro do Trabalho e Emprego, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.323, de 2005, do Senador Antero Paes de Barros..... 02566

Nº 33/2006, de 10 do corrente, do Ministro do Trabalho e Emprego, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.220, de 2005, do Senador José Jorge..... 02566

Nº 271/2006, de 12 do corrente, do Ministro das Cidades, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 936, de 2005, do Senador Arthur Virgílio..... 02566

Nº 410/2006, de 6 do corrente, do Ministro do Controle e da Transparéncia, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.224, de 2005, do Senador Flexa Ribeiro..... 02566

Nº 442/2005, de 28 de dezembro último, do Ministro da Educação, encaminhando informações

em resposta ao Requerimento nº 877, de 2005, da Comissão de Educação..... 02566

Nº 478/2005, de 1º de dezembro último, do Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.095, de 2005, do Senador Romero Jucá..... 02566

1.2.8 – Aviso do Ministro de Estado dos Transportes

Nº 338/2005, de 21 de dezembro último, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 766, de 2005, do Senador João Caíberibe..... 02566

1.2.9 – Ofícios do Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados

Nº 1/2006, de 18 do corrente, comunicando a aprovação do Projeto de Lei de Conversão nº 31, de 2005 (Proveniente da Medida Provisória nº 261, de 2005), sancionado e transformado na Lei nº 11.266, de 10 de janeiro de 2006..... 02567

Nº 5/2006, de 19 do corrente, comunicando aprovação da Emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 87, de 2003 (nº 735/2003, na origem), que altera a redação dos arts. 165, 277 e 302 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro..... 02567

Nº 45/2006, de 24 do corrente, comunicando a aprovação do Projeto de Lei da Senado nº 233, de 2001 (nº 6.386/2002, na Câmara dos Deputados), sancionado e transformado na Lei nº 11.192, de 16 de novembro de 2005..... 02567

Nº 46/2006, de 24 do corrente, comunicando a aprovação do Projeto de Lei de Conversão nº 27, de 2005 (Proveniente da Medida Provisória nº 259, de 2005), sancionado e transformado na Lei nº 11.204, de 5 de dezembro de 2005..... 02567

Nº 47/2006, de 24 do corrente, comunicando a aprovação do Projeto de Lei de Conversão nº 30, de 2005 (Proveniente da Medida Provisória nº 260, de 2005), sancionado e transformado na Lei nº 11.206, de 15 de dezembro de 2005..... 02567

1.2.10 – Ofícios

Nº 24/2006, de 31 do corrente, da Liderança do PMDB no Senado Federal, de indicação de membro para compor a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura. Designação, pela Presidência do Senado Federal, do Senador Valmir Amaral para integrar, como suplente, a referida Comissão..... 02567

Nº 28/2006, de 31 do corrente, da Liderança do PMDB no Senado Federal, de substituição de membro na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização..... 02567

Nº 28/2006, de 31 do corrente, da Liderança do PMDB no Senado Federal, de substituição de membro na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania..... 02567

Nº 17/2006, de 31 do corrente, da Liderança do PT na Câmara dos Deputados, de substituição

de membros na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização..... 02567

1.2.11 – Leitura de requerimentos

Nº 76, de 2006, de autoria do Senador Paulo Paim, solicitando voto de pesar pelo falecimento de Coretta Scott King, viúva e inspiradora de Martins Luther King nas lutas e transformações raciais americanas, ocorrido nesta terça-feira.....

Nº 77, de 2006, de autoria do Senador Leonel Pavan, solicitando voto de aplauso à cidade de Balneário Camboriú, como patrocinadora pelo “Mundialito de Fast Triathlon Feminino” e à Rede Globo de Televisão, realizadora do evento, disputado no dia 29 de janeiro do corrente, naquele Balneário, no Estado de Santa Catarina.....

Nº 78, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao jornalista Paulo Nogueira, que fez de VIP uma das maiores revistas do País, que, neste ano, completa 25 anos de existência e da qual ele, seu editor, se afasta para novos desafios.....

1.2.12 – Leitura de projetos

Projeto de Lei do Senado nº 25, de 2006, de autoria da Senadora Maria do Carmo Alves, que estabelece incentivo fiscal de dedução do Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas a empresas que fizerem doações de materiais para uso em programas governamentais de habitação popular.

Projeto de Lei do Senado nº 26, de 2006, de autoria do Senador Gilvam Borges, que acrescenta dispositivos à Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro, com a finalidade de instituir Permissão Especial para Dirigir, destinada aos menores com idade entre dezesseis e dezoito anos, nas condições que especifica. **CCJ-DT**.....

Projeto de Resolução nº 9, de 2006, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que altera o Regimento Interno do Senado Federal para dispor sobre a votação, mediante acesso eletrônico remoto, em caso de ausência justificada de Senador.....

1.2.13 – Comunicação da Presidência

Abertura do prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Resolução nº 9, de 2006.

1.2.14 – Leitura de requerimentos

Nº 79, de 2006, de autoria dos Senadores Marco Maciel e José Jorge, solicitando voto de pesar pelo falecimento do ex-Senador Nivaldo Machado, ocorrido no último dia 27, na cidade de Olinda.

Nº 80, de 2006, de autoria do Senador Gerson Camata, solicitando que o Projeto de Lei do Senado nº 396, de 2005, seja encaminhado à Comissão de Educação para que esta se pronuncie sobre o mesmo.....

Nº 81, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de pesar pelo falecimento do brasileiro Felipe Carvalho Barbosa, que como fuzileiro naval das Forças Militares dos Estados Unidos, morreu em acidente na região de Falluja, a 50 Km de Bagdá.....

Unidos, morreu em acidente na região de Falluja, a 50 Km de Bagdá..... 02580

Nº 82, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando ao Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário as informações que menciona.

02581

Nº 83, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando ao Ministro de Estado das Comunicações as informações que menciona.....

02581

Nº 84, de 2006, de autoria do Senador Sérgio Guerra, solicitando ao Ministro de Estado da Justiça as informações que menciona.....

02582

Nº 85, de 2006, de autoria da Senadora Patrícia Saboya Gomes, solicitando voto de aplauso ao colunista político do jornal **Diário do Nordeste**, Edimar Norões, pelos cinqüenta anos de exercício profissional. **Aprovado**, após usar da palavra os Srs. Marco Maciel e Heráclito Fortes.....

02582

1.2.15 - Discursos do Expediente

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO – Repúdio as matérias publicadas **em questão** sobre as contas fiscais do governo em 2005.....

02584

SENADOR HERÁCLITO FORTES, como Líder – Afirmação de que o Estado do Piauí está enfrentando uma das piores estiagens dos últimos anos.....

02588

1.3 – ORDEM DO DIA

Item 1 (Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

02584

Medida Provisória nº 268, de 2005, que abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Educação, da Saúde e da Defesa e de Operações Oficiais de Crédito, no valor global de um bilhão, quatrocentos e noventa e oito milhões, trezentos e quatorze mil, cento e um reais, para os fins que especifica. **Apreciação sobrestada** em virtude de não haver acordo entre as Lideranças.

02590

Item 2

Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 59, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Arthur Virgílio, que dá nova redação ao art. 40 e revoga o art. 92 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para alterar a denominação da Zona Franca de Manaus para Pólo Industrial de Manaus. Terceira e última sessão de discussão, em segundo turno. **Apreciação sobrestada**.

02590

Item 3 (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 12, de 2000, e 14, de 2001)

02590

Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2000, tendo como primeiro signatário o Senador Jader Barbalho, que altera o caput e os § 4º, 6º, II e 7º e acresce o § 8º ao artigo 57 da Constituição Federal (alteração dos períodos das sessões legislativas e a extinção do pagamento de parcela indenizatória de convocação extraordinária). **Apreciação sobrestada**.

02591

Item 4 (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 3, de 2000, e 14, de 2001)

Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2000, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Hartung, que altera a redação do art. 57 da Constituição Federal para, alterando o período de funcionamento do Congresso Nacional, determinar o recesso constitucional de 21 de dezembro a 1º de janeiro e estabelecer que o calendário legislativo será definido por resolução do Congresso Nacional e contemplará período de férias coletivas dos Congressistas. **Apreciação sobrestada.**

02591

Item 5 (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 3 e 12, de 2000)

Proposta de Emenda à Constituição nº 14, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador Maguito Vilela, que altera o art. 57 da Constituição Federal, para reduzir o período de recesso do Congresso Nacional, e dá outras providências.

Apreciação sobrestada.

02591

Item 6

Proposta de Emenda à Constituição nº 72, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que altera o art. 62 da Constituição Federal para disciplinar a edição de medidas provisórias. Terceira sessão de discussão, em primeiro turno. **Apreciação sobrestada.**

02591

1.3.1 – Discursos após a Ordem do Dia

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE – Apresentação de emendas oferecidas à Proposta de Emenda à Constituição nº 72, de 2005. Avanços na política externa do Governo Lula.....

02591

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO – Considerações sobre a quebra do sigilo do Sr. Okamoto pela CPMI dos Correios.

02609

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES – Preocupação com as perdas de renda no agro-negócio brasileiro.....

02616

SENADOR EDUARDO SUPLICY – Pesar pelo falecimento de Coretta Scott King, viúva do ativista negro americano, Martin Luther King Jr.....

02620

SENADORA HELOÍSA HELENA – Histórico da eleição de S. Exª para o Senado Federal. Considerações sobre a situação social do País.

02628

SENADOR MÃO SANTA – Críticas ao Governo Lula. Gastos do Governo Federal com os juros da dívida interna. Falta de recursos para conclusão de pronto-socorro em Teresina/PI.....

02634

1.3.2 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR PAPALÉO PAES – Registro da matéria intitulada “*Opção pelo improviso*”, publicada na revista **Exame**, edição de 1º de fevereiro do corrente.....

02637

SENADOR FLEXA RIBEIRO – Registro da matéria intitulada “*Brasil vai crescer 3% e será lanterninha dos emergentes*”, publicada no jornal **O Estado de S.Paulo**, edição de 25 de janeiro do corrente.....

02640

1.3.3 – Comunicação da Presidência

Lembrando as Senhoras e aos Srs. Senadores a realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, quarta-feira, dia 1º de fevereiro, com Ordem do Dia designada.....

02641

1.4 – ENCERRAMENTO

2 – DISCURSOS PRONUNCIADOS EM SÉSSÃO ANTERIOR

Do Senador Geraldo Mesquita Júnior, proferido na sessão de 30 de janeiro de 2006.

02642

Do Senador Arthur Virgílio, proferido na sessão de 30 de janeiro de 2006.

02644

3 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, EM 31-1-2006

4 – SECRETARIA-GERAL DA MESA

Resenha das matérias apreciadas no período de 16 a 31 de janeiro do corrente, referente à Convocação Extraordinária do Congresso Nacional....

02647

5 – PORTARIAS DO DIRETOR-GERAL

Nºs 30 a 33, de 2006.

02673

6 – ATOS DO DIRETOR-GERAL

Nºs 200 a 202, de 2006.

02675

SENADO FEDERAL

7 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL

– 52ª LEGISLATURA

8 – SECRETARIA DE COMISSÕES

9 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

10 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

11 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

12 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

13 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

14 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

CONGRESSO NACIONAL

15 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

16 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

17 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)

18 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

19 – CONSELHO DO DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY RIBEIRO

Ata da 11ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 31 de janeiro de 2006

5ª Sessão Legislativa Extraordinária da 52ª Legislatura

Presidência dos Srs. Renan Calheiros, Flexa Ribeiro, Romeu Tuma e Mão Santa

ÀS 14 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES
AS SRAS. E OS SRS. SENADORES:

REGISTRO DE COMPARCIMENTO

SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14:00 HORAS

Período : 31/1/2006 07:23:24 até 31/1/2006 22:36:00

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PMDB	PI	ALBERTO SILVA	X	
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA	X	
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	X	
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X	
PMDB	RO	AMIR LANDO	X	
Bloco-PT	PA	ANA JÚLIA CAREPA	X	
PSDB	MT	ANTERO PAES DE BARROS	X	
PFL	BA	ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	X	
Bloco-PB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X	
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	X	
PDT	RR	AUGUSTO BOTELHO	X	
PFL	BA	CÉSAR BORGES	X	
Bloco-PT	MS	DELCIÓDIO AMARAL	X	
PFL	GO	DEMÓSTENES TORRES	X	
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	X	
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPILCY	X	
PFL	PB	Efraim MORAIS	X	
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	X	
PTB	RN	FERNANDO BEZERRA	X	
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	X	
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X	
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	X	
-	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	X	
PMDB	ES	GERSON CAMATA	X	
PMDB	AM	GILBERTO MESTRINHO	X	
PMDB	AP	GILVAM BORGES	X	
P-SOL	AL	HELOISA HELENA	X	
PFL	PI	HERÁCLITO FORTES	X	
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	X	
PDT	AM	JEFFERSON PÉREZ	X	
PMDB	MA	JOÃO ALBERTO SOUZA	X	
PSDB	ES	JOÃO BATISTA MOTTA	X	
Bloco-PL	TO	JOÃO RIBEIRO	X	
PFL	SC	JORGE BORNHAUSEN	X	
PFL	RN	JOSÉ AGRIPIINO	X	
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	X	
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	X	
PSDB	MS	JUVÉNCIO DA FONSECA	X	
PCdoB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	X	
PSDB	SC	LEONEL PAVAN	X	
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X	
PMDB	PA	LUÍZ OTÁVIO	X	
Bloco-PL	ES	MAGNO MALTA	X	
PMDB	GO	MAGUITO VILELA	X	
PMDB	PI	MÃO SANTA	X	
PMR	RJ	MARCELO CRIVELLA	X	
PFL	PE	MARCO MACIEL	X	
PFL	SE	MARIA DO CARMO ALVES	X	
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	X	
PMDB	PB	NEY SUASSUNA	X	
PDT	PR	OSMAR DIAS	X	
PSDB	AP	PAPALÉO PAES	X	
Bloco-PB	CE	PATRÍCIA SABOYA GOMES	X	
PFL	DF	PAULO OCTÁVIO	X	
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	X	
PMDB	RS	PEDRO SIMON	X	
PMDB	MS	RAMEZ TEBET	X	
PSDB	CE	REGINALDO DUARTE	X	
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X	
Bloco-PT	RJ	ROBERTO SATURNINO	X	

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PFL	BA	RODOLPHO TOURINHO	X	
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	X	
PFL	SP	ROMEU TUMA	X	
PFL	MA	ROSEANA SARNEY	X	
PMDB	RJ	SÉRGIO CABRAL	X	
PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	X	
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIA	X	
Bloco-PT	MT	SERYS SLHESSARENKO	X	
Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	X	
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	X	
PSDB	AL	TEOTONIO VILELA FILHO	X	
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	X	
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X	
PTB	DF	VALMIR AMARAL	X	
PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRAX		

Compareceram: 77 Senadores



O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A lista de presença acusa o comparecimento de 77 Srs. Senadores.

Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Nos termos do Requerimento nº 25, de 2006, de iniciativa do Exmº Sr. Senador Paulo Octávio e outros Exmºs Srs. Senadores, o tempo destinado aos oradores da Hora do Expediente da presente sessão será dedicado a homenagear Juscelino Kubitschek de Oliveira, que há exatamente 50 anos, às 15 horas, tomava posse como Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, no Palácio Tiradentes, na então capital do Brasil, na cidade do Rio de Janeiro.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Tenho a honra de convidar para compor a Mesa o Exmº Sr. Governador do Distrito Federal, Joaquim Roriz. (Palmas.)

Convidado para compor a Mesa o Exmº Sr. Governador do Estado de Goiás, Marconi Perillo. (Palmas.)

Tenho a honra de convidar também para compor a Mesa a Ilmª Srª Anna Christina Kubitschek Pereira, Presidente do Memorial JK, neta do Presidente Juscelino e esposa do Senador Paulo Octávio. (Palmas.)

Convidado também para compor a Mesa o Eminenteíssimo Sr. D. José Freire Falcão, Arcebispo Emérito de Brasília. (Palmas.)

Tenho a honra de convidar para compor a Mesa o Exmº Sr. José Gerônimo Bezerra de Sousa, Presidente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal. (Palmas.)

Tenho a honra também de convidar para compor a Mesa o Dr. Maurício Corrêa, ex-Presidente do Supremo Tribunal Federal, ex-Senador e ex-Ministro da Justiça. (Palmas.)

Srªs Senadoras, Srs Senadores, autoridades presentes, há cinquenta anos, tomava posse o Presidente Juscelino Kubitschek.

O Brasil começava a trilhar o caminho da modernidade pelas mãos de um homem de visão, um político que, desde o início, trabalhou para dar ao País um projeto de nação.

Como esquecer o lema “50 anos em 5”? JK assumia disposto a mudar a cara do Brasil, de um país agrário, que buscara na industrialização um forte componente do desenvolvimento, para a geração de emprego e renda.

JK foi, talvez, o único Presidente que, ao tomar posse, apresentou um ambicioso Plano de Metas, cujos pilares foram: energia, transportes, alimentação, educação e indústria de base – desafios ainda tão atuais.

Sua marca foi a construção da cidade de que aprendemos a gostar, que aprendemos a amar, seja por nossa atividade, seja por sua sedução, pela qualidade de vida que apresenta, por seus monumentos futuristas, por seus intermináveis gramados e áreas verdes, por seu povo, de diversas culturas.

Brasília, esta obra desafiadora para a época, é hoje o mais importante elo de integração do Brasil. Prova disso é que, nos dias de hoje, a cidade é projeto fundamental para o desenvolvimento da região Centro-Oeste, que representa 7% do Produto Interno Bruto – acima de R\$40 bilhões, segundo o próprio IPEA –, tendo na agroindústria o seu carro-chefe. Isso sem falar na agropecuária, cujo rebanho, de 56 milhões de cabeças, é o maior do País.

A implantação da indústria automobilística – outra iniciativa visionária de JK – abriu mercado de trabalho para uma categoria de trabalhadores: os metalúrgicos. E quis o destino que, do meio desses trabalhadores que souberam se organizar em sindicatos em tempos difíceis, saísse um para ser o mandatário do País, assim como Juscelino.

A História – injusta para uns, implacável para outros – reputa a JK a fama de ter sido o único Presidente a tomar posse com um projeto e terminar o seu mandato com esse projeto cumprido. A dinâmica, entre tantos predicados, era uma das marcas de Juscelino.

Teremos, neste ano, eleições presidenciais, e tenho certeza de que muitos subirão nos palanques se espelhando em JK, porque o seu legado é o da modernidade, em que pesem cinqüenta anos de sua posse.

A esse respeito, no entanto, alerta a professora de Sociologia da USP, Maria Victória Benevides, autora do livro **O Governo Kubitschek: Desenvolvimento Econômico e Estabilidade Política**, em recente entrevista:

Na campanha presidencial deste ano, todos vão querer tirar uma casquinha de JK. Mas ninguém pode ser equiparado a ele.

Depois de Juscelino, nenhum presidente realizou um plano de desenvolvimento com política industrial. Ele foi um grande político, independentemente de suas qualidades e seus defeitos. Teve um grande sentido de construção de nação.

JK foi assim: amado, ousado, arrojado, sonhador, administrador, polêmico até, mas inigualável. Falem ou não, o Governo Juscelino impôs ao País um crescimento anual de 8%.

No plano político, JK agiu com habilidade sem igual. Vivíamos uma crise política de proporções gigantescas também.

O trauma da morte do Presidente Getúlio Vargas ainda não havia sido superado. Duas rebeliões militares e uma tentativa de golpe não foram suficientes para abalar o equilíbrio e a capacidade de JK de contornar a crise.

O Presidente Juscelino Kubitschek soube, como poucos, preservar o Estado Democrático de Direito. Para o historiador Cláudio Bojunga, também em recente entrevista:

...é impossível reunir em um mesmo presidente as três grandes dimensões de Juscelino: o crescimento com planejamento, o respeito absoluto ao Estado de direito, sob as nuvens negras da política mundial, e uma efervescência cultural. Juscelino vivia cercado de artistas.

JK, como muitos sabem ou podem acompanhar pela eletrizante série da Rede Globo, nasceu na cidade mineira de Diamantina, em setembro de 1902. E trilhou uma vida digna de muitos longas-metragens.

Uma face pouco lembrada de Juscelino é a de Senador. Eleito por Goiás, depois de passar a faixa presidencial para Jânio Quadros, JK trouxe para esta Casa a mesma dinâmica que imprimia ao seu trabalho no Executivo. O Golpe de 1964 interrompeu por dez anos os direitos políticos de JK, que se exila no exterior, de onde só retorna em 1967.

Desde que seus direitos políticos foram cassados, Juscelino nunca mais exerceu mandato político. Morreu em 1976, num acidente automobilístico na via Dutra.

Mas não quero encerrar esta homenagem ao Presidente Juscelino Kubitschek com fatos tristes. É preciso lembrar que ele é símbolo de uma época. Dos Anos Dourados. Da Bossa Nova, esse estilo musical que ainda hoje encanta a todos nós. Do Brasil Campeão do Mundo pela primeira vez, na Suécia, em 1958. Esse foi JK. Um democrata. Um político como poucos. Um homem que sempre teve ao seu lado uma mulher extraordinária, como D. Sarah.

Para concluir, nada melhor do que uma frase do próprio Juscelino para definir esse homem à frente do seu tempo: "Sou visceralmente democrata. Para mim, a liberdade é algo fundamental".

Muito obrigado por tudo, Juscelino!

Era o que eu tinha a dizer. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Faço uma sugestão aos oradores para que tentem limitar seu tempo a cinco minutos. Se conseguirmos isso, vamos democratizar o acesso de mu-

tos Senadores à tribuna, como todos querem – pelo menos foi a impressão que colhi quando, há pouco, caminhava pelo plenário.

Tenho a honra de conceder a palavra ao primeiro orador inscrito, o nobre Senador Paulo Octávio. (Palmas.)

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Renan Calheiros, que tanto incentivou a realização desta sessão solene, receba a nossa gratidão de Brasília, do povo candango, da família Kubitschek.

O Presidente Renan Calheiros, hoje, ao lado do Governador Roriz, para dar seguimento à expectativa que Brasília há um ano e meio tem pela criação do seu pólo digital, prometeu no Senado ao Governador Roriz, num prazo muito curto de tempo, colocar em votação esse projeto que é tão importante para a nossa cidade. (Palmas.)

É o estilo JK de fazer política.

Exmº Governador Joaquim Roriz, nosso competente Governador, que governa Brasília já por quatro mandatos, com muita eficiência, com uma belíssima administração; Governador Marconi Perillo, Governador de Goiás, jovem talento político que nos honra com a sua presença nesta sessão; Eminentíssimo Cardeal Dom José Freire Falcão; Exmº Ministro, também Senador por Brasília, Maurício Corrêa; Desembargador José Jerônimo, que representa aqui a Justiça da nossa cidade; Srªs e Srs. Senadores, amigos pioneiros, vejo tantos aqui, secretários, embaixadores, Dr. Ernesto Silva, Lúcia Flecha de Lima, Dr. Paulo Tarso, aqueles que conviveram com JK naquele período tão rico; Palmerinda Donato, representando a força da mulher brasileira.

Rio de Janeiro, 1º de fevereiro de 1956. Mal nasce o dia, o Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira chega do Palácio do Catete e começa a reunião com os Ministros da Guerra, Marinha, Aeronáutica e Justiça. Quer suspender o estado de sítio decretado duas semanas depois da tentativa de golpe de 11 de novembro do ano anterior, que quase lhe roubara o mandato. Os quatro ministros resistem, ponderam que ainda há profundo descontentamento nas Forças Armadas, que convém esperar mais. Lembram que a medida de exceção não pode ser revogada unilateralmente pelo governo.

JK não cede: "Governar sob estado de sítio? Não o farei." Um impasse? Não! JK tinha a fórmula na cabeça. Uma solução simples e eficaz: fulminar o estado de sítio com a liberdade de imprensa. Mandou a Agência Nacional distribuir o seguinte comunicado oficial – aí fica a homenagem a toda a imprensa hoje presente:

Por ordem do Senhor Presidente da República, fica, a partir de hoje, suspensa a censura aos órgãos de divulgação e publicidade (jornais, revistas, estações de rádio e televisão").

Foi o primeiro ato de seu Governo. (Palmas.)

"O Brasil retornara às suas origens. Restabelecer-se a democracia. Daquele dia em diante, haveria liberdade para todos. Governaria de portas abertas e sem temer a crítica dos adversários. Esse era o preço da democracia, e estava disposto a pagá-lo para que o povo compreendesse que uma nova era se iniciara na vida do País: o Brasil iria progredir cinqüenta anos em apenas cinco."

Nascido em Diamantina, em 12 de setembro de 1902, perdeu o pai aos três anos, o alegre, simpático e irrequieto cometa João César de Oliveira, de tuberculose, bisavô da minha mulher, Anna Christina, presente a esta cerimônia e que, com tanta firmeza e competência, dirige o Memorial JK, talvez o museu mais bonito do Brasil hoje. Tenho visitado sempre o Memorial e encontro muitos pioneiros, crianças, escolas; a emoção é muito grande.

Parabéns, Anna Christina, por preservar o memória do seu avô! (Palmas.)

Infância pobre, é alfabetizado pela própria mãe, a severa e disciplinada professora primária Júlia Kubitschek. Estudioso e determinado, completa os estudos básicos no Seminário de Diamantina. Vai para Belo Horizonte, trabalha como telegrafista à noite, estuda Medicina durante o dia. Quase não dorme! Forma-se em 1927 e vai trabalhar em Belo Horizonte. Segue para Paris, especializa-se em Urologia – ano passado, foi aprovado como Patrono da Urologia do nosso País –, volta a Belo Horizonte e casa-se com Sarah Lemos em dezembro de 1931.

A vida pública começa em 1933, como Secretário do Governador Benedito Valadares, tão bem retratado, como disse o Presidente Renan, nessa minissérie tão bem executada, tão bem dirigida e tão bem escrita pela Rede Globo de Televisão, que, pela primeira vez, resgata a história, a vida pública de um homem brasileiro. É um exemplo a ser seguido. Nós brasileiros precisamos de referência de homens públicos. JK é a primeira referência que temos.

Elege-se Deputado Federal, mas perde o mandato em 1937, com o Estado Novo. Nomeado Prefeito de Belo Horizonte em 1940, faz da cidade um canteiro de obras e é chamado de Prefeito-furacão. Eleito Governador de Minas em outubro de 1950, prioriza o binômio energia e transporte. Empurra Minas para o futuro!

Eleito Presidente da República em outubro de 1955, com 36% dos votos, vence tentativa de golpe em novembro e toma posse em 31 de janeiro de 1956.

Hoje, aqui estamos, 31 de janeiro de 2006, comemorando nesta Casa política por excelência, com a presença de todos os Senadores e de dois Governadores de Estado, os 50 anos que mudaram radicalmente a história deste nosso País.

Foram os chamados Anos Dourados. Lança o programa de metas, ambicioso plano de infra-estrutura focado em energia, transportes, indústrias de base, alimentação e educação. Trinta metas setoriais, e uma especial e síntese: a construção da nova capital. Esta cidade maravilhosa, Governador Joaquim Roriz, que V. Ex^a tem o privilégio de governar. E nós, que somos pioneiros e estamos aqui há tantos anos, eu, que vivo aqui desde 1961, temos uma paixão enorme por esta cidade, assim como todos aqui presentes. Esta cidade é apaixonante!

Trabalha desde cedo até a noite todos os dias. Não se poupa, pouco descansa, pouco dorme. Cuida da administração sem descuidar da política, articula a marcha para o interior, constrói Brasília em 42 meses. Senadores Antonio Carlos Magalhães, José Sarney, Arthur Virgílio e Aloizio Mercadante, ninguém poderia acreditar na construção desta cidade em 42 meses. Implanta a indústria automobilística, desenvolve a naval, a siderúrgica e outras, multiplica a produção de petróleo, concretiza hidrelétricas, abre mais de 13 mil quilômetros de novas rodovias, investe em mais de 3 mil quilômetros de ferrovias. A economia brasileira cresce quase 50% reais durante os anos JK. Todo o mundo fica impressionado. JK e o Brasil impressionam o mundo.

Clima de inovação, esperança, confiança no Brasil, liberdade, desenvolvimento acelerado, mudanças estruturais na economia, inserção na modernidade, melhoria da auto-estima, afirmação da capacidade do empresário, do trabalhador, do engenho e arte dos brasileiros. O Presidente que gostava de música e poesia cria espaço para o surgimento do Cinema Novo e da Bossa Nova. O ambiente de liberdade permitiu que artistas do porte de Vinícius de Moraes, Tom Jobim, João Gilberto, Glauber Rocha, Nelson Pereira dos Santos, Joaquim Pedro de Andrade, entre tantos outros, recriassem a cultura brasileira. Nilton Santos, Garrincha, Didi e Pelé ganharam, na Suécia, a primeira Copa do Mundo para o futebol brasileiro, que eu e a grande maioria dos presentes ouvimos no rádio. Parecia que o Brasil finalmente dava certo, caminhava depressa rumo a uma sociedade desenvolvida e democrática.

Em 31 de janeiro de 1961, há exatos 45 anos, JK passa o poder ao adversário Jânio Quadros, vitorio-

so nas eleições limpas e democráticas de 1960. Uma nova esperança, abortada pela polêmica e perniciosa renúncia de agosto de 1961. Depois, crise político-militar, parlamentarismo híbrido, instabilidade, aprofundamento da crise, plebiscito e volta ao presidencialismo, em janeiro de 1963, queda do Governo João Goulart, em março de 64, e, aí, os 21 anos do regime autoritário que excluiu Kubitschek da disputa presidencial e da vida pública, cassando-lhe o mandato de Senador por Goiás e os direitos políticos. Tiraram-no desta Casa, Sr. Presidente Renan Calheiros, arrancaram-no de uma cadeira aqui no Senado Federal.

E aí vai o meu abraço ao Toniquinho, que, em Jataí, fez a célebre pergunta, ainda durante a campanha, representando, Senador Lindberg Cury, o povo de Goiás, ao lado do queridíssimo Governador Marconi Perillo. Goiás perdeu o seu Senador e o Brasil perdeu um grande homem público. (Palmas.)

Viveu o exílio duro, sofreu a distância da Pátria que tanto amava, e morreu com dignidade. Aqui em Brasília, foi alvo da primeira e até hoje mais importante manifestação popular da história da cidade, quando os cidadãos, os trabalhadores, carregaram JK da Catedral de Brasília até o Campo da Esperança. Doze quilômetros, muitas horas de tristeza e, ao mesmo tempo, cantando as músicas de que JK gostava. Foi a maior emoção, Senador Maurício Corrêa, que Brasília já viveu. Nós, que à época estávamos, aqui, que acompanhamos aquele momento, não o tiramos, nem o tiraremos, jamais, da memória.

Peço licença ao ex-Ministro Ronaldo Costa Couto para encerrar com uma pequena história: disse-lhe um amigo, mineiro como ele, que JK foi o maior Presidente que o Brasil já teve e Tancredo Neves o maior Presidente que o Brasil não teve. O ex-Ministro sabe e sente, como eu, que o Brasil inteiro pensa o mesmo. Sr. Presidente Renan Calheiros, todos nós pensamos, hoje, nesta cerimônia tão bonita que comemora a posse de JK, como ele foi importante para o País, como foi importante para a nossa democracia, para a liberdade e para o nosso grande Brasil.

Muito obrigado, e que Deus acompanhe a todos vocês. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra a um Senador que, como passageiro do destino, teve uma dupla satisfação: ser contemporâneo e amigo de Juscelino Kubitscheck de Oliveira.

Com a palavra o nobre Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Renan Calheiros, a quem

presto homenagem pelo trabalho que desenvolve no Congresso Nacional, Governadores Joaquim Roriz e Marconi Perillo, querida amiga Anna Christina Kubitschek Pereira, Sr. Arcebispo Cardeal Dom José Falcão, Sr. Presidente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, meu prezado amigo, grande Senador e um grande Presidente do Supremo Tribunal Federal, que prestigiou esta Casa, Maurício Corrêa, Sras e Srs. Senadores, senhoras e senhores admiradores de Juscelino Kubitschek de Oliveira, falo como um privilegiado; um privilegiado que conviveu com JK, que sentiu suas aflições e seus momentos de grande alegria. Falo com o conhecimento de quem não sendo contemporâneo, entretanto, pôde viver o seu governo e, sobretudo, as suas angústias.

Falo, Sr. Presidente, com a segurança de quem, com a rebeldia, que ainda hoje conservo, de divergir do seu Partido, muitas vezes esteve ao lado de Kubitschek contra o seu próprio Partido, conforme até carta que tenho aqui e que, infelizmente, não vou poder ler, dada a limitação que V. Ex^a fez do meu tempo. Entretanto, duas delas peço licença a V. Ex^a para ler.

Falo para dizer que a posse de Juscelino Kubitschek não foi fácil. Foi fruto da coragem pessoal dele, porque todos os grandes chefes militares daquela época lhe mandavam recado, senão até pessoalmente lhe diziam para desistir. Ele não desistiu, baseado naquele bilhete que Schmidt, seu grande amigo, colocou no bolso dele: “Deus me poupou o sentimento do medo”. E assim foi Juscelino no seu governo.

Cinquenta anos em cinco, como já falaram aqui, reais. Ele realizou em cinco anos mais do que em cinquenta. E por mais que queiram imitá-lo, isso não acontecerá no País em outra oportunidade. Juscelino era Juscelino. (Palmas.)

Como se disse há pouco, foi o único Presidente que chegou com um plano de metas e cumpriu todas! Todas! Trinta metas distribuídas em cinco setores! Brasília foi a 31^a meta, a meta-síntese. E já se falou aqui na criação de Brasília. Brasília foi criada – vou dizer aqui, agora – pela coragem de Juscelino e pela descrença do Congresso.

O Congresso aprovou a mudança porque sabia que era impossível fazê-la. (Palmas.)

Mas, aprovada a mudança, Juscelino teve a lei que ele sempre cumpriu como ninguém, o mais democrático regime possível. Cumpriu a lei e fez Brasília. Realizou Brasília com muita coragem e determinação, sem que isso prejudicasse suas outras metas: 43,4% de investimentos em energia; 29% em transportes. Aumentou os investimentos em alimentação em 4%; indústria de base, 20,4%; educação, 4%. Naquela época.

Depois Juscelino fez crescer a produção industrial do Brasil em 80%, quando o Brasil realmente deu o grande passo para ser uma nação industrializada.

Foi criticado na época, mas venceu todas as críticas com a realização verdadeira, não com a falsa realização do discurso. Era com a realidade das metas, que ele cumpria com todo o rigor.

A indústria automotiva – e esta que hoje é orgulho do Brasil – ele fez crescer 600%. E a siderurgia cresceu no seu tempo 100%. Duas novas usinas, que ele criou com muita coragem e determinação, deram ao País 36% a mais de energia. Construiu estradas impossíveis em mais de 20 mil quilômetros. Criou o Conselho de Desenvolvimento do Nordeste – Sudeste, que outros mataram e que nós, agora, queremos ressurgir com o apoio de V. Ex^a, Sr. Presidente Renan Calheiros. (Palmas.)

Homem sem ódio e sem mágoas. Quem conheceu Juscelino – e muitos aqui o conheciam – sabe que era um homem bom. Até mesmo as ofensas mais calorosas que sofria ele perdoava, porque trabalhava, e quem trabalha esquece os ofensores. Assim era Juscelino! Jacareacanga e Aragarças foram revoltas terríveis. No dia 8 de julho de 1976 – aniversário até do Embaixador Paulo de Tarso –, pouco antes da sua morte, eu vinha no avião da Varig em que ele embarcou também. Estava a meu lado Délia Jardim de Mattos. Eu disse: “Délia, eu quero trocar de lugar com aquele Diretor da Varig para ir com o Juscelino”. E Délia me disse: “Vá, ele merece, ele nos perdoou duas vezes de duas revoluções que não deveria perdoar”.

Assim era Juscelino. A alegria dele contagiava o Brasil. Posso dizer que convivendo, como convivi, com um grande amigo seu, que agora está retratado nessa grande novela – a Rede Globo está levando ao conhecimento do País o nome de um homem público, notável, que foi Juscelino –, o meu amigo Augusto Frederico Schmidt, também tão atacado, foi realmente um amigo fiel de JK e soube aconselhá-lo na hora difícil, porque Juscelino ouvia e assimilava o que seus amigos diziam; não era um autoritário, um surdo à vontade do povo; ao contrário, a vontade do povo era a sua meta maior que todas as outras. (Palmas.)

Naquele tempo era fácil, e eu acompanhei com ele dois Presidentes da República que vieram antes da inauguração de Brasília: o Presidente Lopes Mateo, do México, e o Presidente Eisenhower. Vim com ele, e veja se isso hoje seria possível... Acompanhei Juscelino para receber Eisenhower. Hoje, a segurança não deixaria, o Exército muito menos, o Itamaraty acabaria... Mas, para Juscelino, nada disso importava. O que importava era o que ele queria fazer e ele

fazia da maneira que quisesse. Poucos foram e serão assim neste País.

Portanto, esse homem foi para a eleição com o candidato que ele achava difícil de vencer, mas que as circunstâncias impunham. Foi e não ganhou a eleição. O seu candidato foi o Marechal Lott. Venceu Jânio Quadros.

A posse de Jânio Quadros foi difícil. No dia da posse, às três horas da manhã, Juscelino me telefonou e disse: “Antonio Carlos, por favor, veja se fala com o Juracy e outros amigos para impedir que o Presidente Jânio Quadros faça o discurso, que eu já conheço. Se ele o fizer, mesmo naquele pódio, eu lhe darei uma bofetada”.

Quem vê não pensa que isso fosse de Juscelino. Mas foi. E o Jânio Quadros não fez o discurso. E o que fez? Colocou o discurso na “Hora do Brasil”, quando Juscelino já estava voando para a Europa.

Esse período foi difícil na vida dele e me coube – aí está Déa, mulher de Carlos Murilo –, a pedido de Carlos Murilo, a triste obrigação de lhe dar a notícia da cassação para evitar constrangimentos maiores. Ele morava na Vieira Souto, 206, e se fosse qualquer medida mais coercitiva – foi coercitiva –, ele iria para a Embaixada da Espanha. Morava ali o Embaixador da Espanha. Felizmente, nessa hora, não foi preciso, mas o Juscelino sofreu demais. Participei da sua eleição, ao seu lado, em Goiás, em 61. Se não me engano, 4 de junho de 61. Ele foi eleito Senador por Goiás e lhe tiraram o mandato por uma tal linha dura que sempre foi combatida pelo Presidente, mas o Presidente não teve a energia, meu querido amigo Presidente, de seguir os rebeldes, entre os quais se destacavam Costa e Silva e Carlos Lacerda, na exigência da cassação de Juscelino. Aí veio o seu período mais duro, até uma eleição para a Academia Brasileira de Letras, à qual ele tinha todo o desejo de pertencer e com toda razão pertenceria. Escolheram outro candidato, não discuto o seu valor literário, mas ele foi derrotado politicamente, inclusive com a traição de um amigo, o que ele jamais esperaria. E ele perdeu por um voto. Isso o magoou tanto quanto a cassação; aquela injustiça dos homens, aqueles mais letRADOS. Mas posso dizer que o Presidente Sarney votou nele. (Palmas)

Eu gostaria, Sr. Presidente, de prosseguir, mas quero ler ao final uma carta ou duas do próprio punho do Presidente – eu recebi, estão todas elas aqui. Numa delas ele me pedia – vale a pena ser lida – para aquele que morreu ao seu lado. Veja como ele fazia isso com uma pessoa tão humilde: Geraldo Ribeiro.

Meu caro Antonio Carlos – eu era Presidente da Eletrobrás, o Geraldo Ribeiro, das pessoas mais amigas e mais presentes na

minha vida para falar com alguém em meu nome, não necessita de uma apresentação. Neste caso, porém, sou eu quem deseja que ele leve a você esta carta, estas palavras de minha grande amizade. Um pedido dele, ou para ele tem sempre o meu interesse especial, e, direi mais, caloroso. Afetuoso abraço.

O pedido era para a filha desse motorista que se formou com tanto desvelo, com tanto esforço, seu amigo pessoal, embora um homem pobre, muito pobre, escuro, mas seu amigo mesmo – a Vera Brant pode testemunhar essas coisas, pois participou muito da vida de Juscelino. Era para ser nomeada advogada da Eletrobrás, que eu presidia. De logo, criou-se um embaraço porque ela estava grávida, não podia ser nomeada, mas, no outro dia após a morte de Juscelino, eu fui a Eletrobrás e, ela mesma grávida, foi nomeada e ainda hoje trabalha na Eletrobrás. Era o meu dever cumprir o desejo de meu amigo desaparecido.

Quando tomei posse na Eletrobrás, ele faz esse bilhete:

Meu caríssimo Antonio Carlos, de coração estou assistindo à sua posse. Direi que os parabéns devem ser dados ao Brasil, que reintegra, agora, no seu serviço, um dos mais destacados estadistas deste período de nossa vida. Abraços afetuosos. Juscelino Kubitschek.

Vou cumprir, Sr. Presidente, a sua vontade. Um dia voltarei a esta tribuna para ler tantas outras cartas, mas V. Ex^a vai me permitir que eu leia esta, porque esta é o Juscelino por inteiro, e o Juscelino precisa ser conhecido por inteiro neste Brasil para que vejam que foi o maior Presidente da República, contemporâneo, do passado, de todas as épocas. Isso eu sempre disse, inclusive em pleno regime militar. Não faltei a ele nem a sua família. (Palmas) Sofria Juscelino, e esta carta, cujo original vou ler, é do dia 5 de março de 1961, quando ainda não havia tido o golpe militar:

Meu caro Antonio Carlos, desde que parti do Brasil, estou querendo lhe escrever, mas, embora aparentemente desocupado, não me sobra tempo para o que desejo fazer. O telefone, as visitas constantes, os compromissos, felizmente, vêm absorvendo o meu tempo e me dando paciência para esperar o dia do regresso.

Gosto de viajar, porém só agora descobri que o meu turismo é nacional.

Qualquer pequena cidade do Brasil me desperta mais interesse e curiosidade. As grandes, velhas e iluminadas cidades deste

continente morreram na minha admiração. Representam ciclos do tempo já ultrapassados e não ostentam este sabor de coisa nova, cheirando a futuro.

Mas o motivo desta carta é não divagar sobre assuntos a respeito dos quais conversaremos na minha volta.

Quero daqui, distanciado do cenário em que lutei cinco anos com vigor e esperança pelo progresso do nosso País, mandar-lhe um afetuoso e definitivo abraço de amizade e de gratidão.

Você acompanhou passo a passo a **via-crúcis** desse período presidencial, várias vezes, como cireneu, ajudando-me a galgar alguns calvários, e em todas as horas a sua palavra, a sua atitude e o seu coração constituíram pontos extraordinários à minha atuação.

Muito obrigado – obrigado mesmo – e saiba, agora, que sou seu amigo para sempre e sempre.

Abraços do Juscelino Kubitschek. (Palmas.)

Sr. Presidente, eu esperava que o tempo me permitisse apresentar algumas belas fotografias e outras cartas, mas não vou fazê-lo. Vou dizer apenas que hoje posso repetir aquilo que o maior dos brasileiros, Rui, ouviu de João Mangabeira: "Salve o Sol!" Nós podemos dizer de Juscelino: Salve o Sol, que iluminou o Brasil e que ainda continuando iluminando os homens públicos que querem o desenvolvimento desta terra.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradecemos muito a V. Ex^a.

Tenho a honra de conceder a palavra ao nobre Senador Eduardo Azeredo, ilustre representante do Estado de Minas Gerais.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Renan Calheiros; Srs. Governadores Marconi Perillo e Joaquim Roriz; Cardeal Dom José Freire Falcão, Arcebispo de Brasília; Ministro Maurício Corrêa; Sr^a Anna Christina; Sr. Presidente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal; Sr^ss e Srs. Senadores, homem de muitas facetas, algumas delas profundamente originais, Juscelino Kubitschek foi tudo em sua vida plena, exceto o homem de cor cinza: o que afirma negando, o que faz desfazendo, o incapaz de qualquer criação.

Juscelino, homem essencialmente simples, mas dotado de rara inventividade, já na primeira campanha política em 1934, para Deputado Federal, visitava casa por casa os eleitores da região de Diamantina.

Atrás do apoio, mais do que do simples voto, foi aos mais longínquos distritos, utilizando-se de muares e até de canoas, pregando a todos um novo estilo político não conhecido pelos eleitores da época.

Alguns anos mais tarde, já como candidato ao Governo do Estado, Juscelino desenvolveu sua campanha da maneira mais revolucionária possível. Ele foi o primeiro a utilizar os ainda hoje atualíssimos “santi-nhos”, flâmulas e as “placonas”, como os mais antigos chamavam os hoje conhecidos *outdoors*.

Antes dele, aproveitava-se só a extensa rede ferroviária do Estado para, nos pátios das estações, realizar breves comícios. Se a localidade não era servida por trem de ferro, lá não comparecia o candidato.

Juscelino utilizou-se de todos os meios de transporte, desde os mais primitivos, como as canoas aqui mencionadas, até vapores, automóveis, caminhões para as estradas mais precárias, chegando ao velho avião Bonanza e ao enorme DC-3- da época. Algumas vezes, sua campanha ocorria de maneira ainda mais temerária, enfrentando situações supostamente políticas, mas que, na realidade, eram truculentas.

Entre outras cidades visitadas, Juscelino enfrentou resistência em Araguari, Jequitinhonha, Paracatu, que se colocavam em situação de enfrentamento político. Contudo, nem tais acontecimentos conseguiram desvirar Juscelino dos rumos que traçara: realizar uma campanha limpa, de propostas a serem realizadas, sempre ignorando as provocações adversárias, tão comuns àquela época.

O jornalista José Moraes, que viria a ser o primeiro assessor de imprensa do governo mineiro, no seu minucioso livro-relatório **A Campanha de Juscelino**, editado em 1951, inicialmente, teceu as seguintes considerações:

Em 56 dias de viagens, cobrimos todo o território mineiro, de norte a sul e de leste a oeste, visitando 168 Municípios. O candidato foi visto por mais de um milhão e meio de mineiros à época, havendo pronunciado ao todo 207 discursos e tendo ouvido 1.032 outros. Esses números são eloquentes e caracterizavam a campanha como a maior feita até hoje no Brasil, naquela época. Ao mesmo tempo, dá uma leve idéia do suplício do autor que, assim, ouviu 1.239 discursos em menos de dois meses..."

No relato seguinte, ele dizia aspirar a que, mediante as cenas e fatos que descrevia, pudesse os mineiros figurar com gratidão esse sentido verdadeiro do movimento empreendido por Juscelino Kubitschek, o qual baseou a sua ascensão ao Palácio da Liberdade no

contato pessoal com o povo. Com isso, ficou encerrada a época em que um candidato ao Governo de Minas se elegia sem sair da Capital. E a prova de ter sido isso algo revolucionário está no fato de, pela primeira vez na história política de Minas, vencer um candidato de oposição, porque não se diga que a situação foi isenta no pleito de 3 de outubro de 1950. Lutando contra o Poder Público, que se valia ostensivamente de todos os recursos em favor de seu candidato, o candidato pesseista logrou uma vitória que não foi apenas eleitoral – foi a vitória do espírito democrático dos mineiros, a consagração da vontade soberana do povo.

Todo esse esforço, acrescido à inesquecível gestão como prefeito de Belo Horizonte, quando revivendo-a, consolidou-a como a capital dos mineiros, ficou sublimado por sua campanha pra a Presidência da República e pelo exercício desta, quando criou o Brasil moderno que hoje conhecemos.

O Plano de Metas com que tomou posse em 1956 foi o primeiro esforço consequente de planejamento da ação pública, cumprindo nos itens estratégicos e fundamentais.

A marcha para o oeste, a partir da construção de Brasília, as grandes usinas hidrelétricas, as grandes rodovias, a cultura nacional, o exercício da verdadeira democracia, as anistias para militares rebelados, a alegria levada para o Palácio do Catete e a eterna simpatia e simplicidade do homem, ainda hoje polêmico; tudo isso fez JK ser reconhecido como um dos maiores estadistas das Américas.

Por fim, como filho de um grande amigo de Juscelino, amigo das horas difíceis, amigo leal, Renato Azevedo, tive depois, a ventura de ocupar as cadeiras de Prefeito de Belo Horizonte e de Governador de Estado e pude sentir as marcas do trabalho de Juscelino. Quando perguntava quem fez determinada obra a resposta era: foi Juscelino. Quem fez a Avenida Amazonas? Foi Juscelino. Quem fez a Pampulha? Foi Juscelino. Quem fez a estrada para o Rio? Foi Juscelino. Quem fez essa represa? Foi Juscelino. Vi as marcas de um homem que foi um grande Prefeito e um grande Governador e um excelente Presidente da República.

Por fim, vou ler e transcrever neste meu pleito de profunda admiração ao grande mineiro versos de um poeta de Montes Claros, Olegário, s. Seresteiro montes-clarense, que homenageou Juscelino nos tempos duros da cassação, traduzindo como poucos o amor popular por Juscelino.

Onde estás JK?

JK,

Onde está o alegre menino de Diamantina?

onde está sua alegria,
forjada na longa severidade da D. Júlia?

Onde está sua alegria
que fazia milagres diurnos de trabalho
e transbordava pela noite em serestas
e festas e danças?

Onde está o Presidente
que obrigou os ricos do café
a fazerem máquinas
e depois máquinas de máquinas?

Onde está o médico,
que operou um País,
retificando sua espinha dorsal
para colocá-la no centro do seu dorso
continental?

Onde está aquele sorriso magnético
que o povo recebia,
que o povo aceitava,
que o povo devovia?

Onde está aquela alegria mágica
que enchia o peito brasileiro
de orgulho e confiança
e determinação?

JK, o povo precisa de um amigo.
De alguém que é dele,
de alguém que mande nele com u'a
mão no ombro:
“Vai, meu filho,
constrói esse País com fé e trabalho”.

JK, onde está tua alegria amiga?
Onde está a inocente cantiga
que fez de Diamantina
a pequena cidade de todo País?

Onde estão as cudentes palavras
do orador elegante,
que acordava emoções nos peitos
mais
vazios?

Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, senhoras e senhores aqui presentes a esta homenagem a Juscelino, há 50 anos, Juscelino Kubitschek de Oliveira tomava posse como Presidente do nosso grande País., há cinqüenta anos atrás.

Que saudade o Brasil tem dos tempos de JK!
Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Por permuta com a Senadora Serys Stihesserenko, tenho a honra de conceder a palavra ao Senador Aloizio Mercadante, ilustre representante do Es-

tado de São Paulo e Líder do Governo nesta Casa do Congresso Nacional.

Com a palavra V. Ex^a, Senador Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Renan Calheiros, saúdo V. Ex^a, que vem administrando com tanta competência esta Casa, também o ilustre ex-Senador, ex-Presidente do Supremo Tribunal Federal, Maurício Corrêa, nossos demais representantes. , Governador Joaquim Roriz, é um prazer tê-lo nesta Casa, sobretudo por governar esta cidade, que é objeto desta nossa reflexão. , Sr. Governador Marconi Perillo, Governador do Estado de Goiás, pelo qual JK foi eleito Senador e teve o seu mandato cassado, é uma grande honra. Saúdouar também a família, e a todos os demais presentes, D. Falcão e todos os demais presentes.

E eu começaria dizendo que é uma honra vsubir a estsa tribuna em numa data como essa estando o num plenário tão repleto de figuras ilustres, Senadores, Senadoras, demais convidados, autoridades, porque nada como o tempo para que possamos fazer um balanço sereno e definitivo da História.

Juscelino Kubitschek –, e já foi aqui detalhadamente retratada a sua trajetória, do menino que cedo perdeu o pai, , um lutador, um homem que inovou na política, que foi um Prefeito ousado dem Belo Horizonte, um Governador de Estado destacado, – chegou à Presidência da República em num momento extremamente delicado, emn um momento de crise política, emn um momento em que os embates políticos, na realidade, já vinham se dando de forma muita intensa, desde a saída, pelo suicídio, de Getúlio Vargas da Presidência da República.

O enfrentamento político-ideológico no ano de 1954 permaneceria submerso na vida pública nacional. E, quando Juscelino Kubitschek toma posse em 31 de janeiro de 1956 – portanto, há cinqüenta anos –, o Governo anterior, do Presidente Café Filho, tinha deixado uma profunda insatisfação na área militar, descrita aqui pelo Senador Antonio Carlos Magalhães, ameaças concretas de intervenção militar na posse de Juscelino Kubitschek. Nós vivíamos uma situação de censura da imprensa. Não havia liberdade de imprensa. Tínhamos no País, a partir do **impeachment** de Café Filho, um estado de sítio.

Juscelino Kubitschek toma posse – e essa é uma das dimensões fundamentais de um grande estadista – e imediatamente revoga a censura, retira a condição de estado de sítio e vai, posteriormente, demonstrar essa profunda vocação democrática, que sabia conviver com a diferença, com a crítica, com a diversidade,

com o pluralismo das idéias, ao longo de todo o seu Governo, e, com muita generosidade, no caso do Leste de Jacareacanga, não apenas concede anistia, como promove os revoltosos e pacifica o País.

Portanto, num País que tem uma história tão profundamente marcada pelo autoritarismo, viver a plenitude do Estado de Direito foi uma das dimensões mais importantes da grande obra política de Juscelino Kubitschek.

Mas não foi a única. Vivíamos, naquele ano de 1956, um processo de reconstrução da Europa do pós-guerra, com o Plano Marshall. Os investimentos americanos iam, em abundância, para a reconstituição civil, arquitetônica, industrial, da base produtiva da Europa, que tinha sido duramente castigada pela Segunda Guerra Mundial.

No entanto, Juscelino Kubitschek herda uma base industrial bastante consistente, construída ao longo do Governo de Getúlio Vargas. Já tínhamos aqui a indústria da química pesada, a Álcalis; a Fábrica Nacional de Vagões; a Fábrica Nacional de Motores; a Vale do Rio Doce, que hoje ainda é a maior exportadora brasileira na produção de minérios; a maior siderúrgica nacional, que, à época, era a CSN; o BNDES construído, que hoje tem um aporte de recursos maior do que é o Banco Mundial e que alanvacaria o financiamento ao desenvolvimento; a Petrobras, que nasceu com tanto ceticismo e hoje é a maior empresa brasileira, está entre as cinqüenta maiores empresas do mundo. Tínhamos já a estrutura sindical, uma CLT, um salário mínimo, o Instituto Brasileiro de Café, o Instituto do Açúcar e do Álcool. Toda essa base do Estado brasileiro e uma base industrial sólida tinham sido construídas a partir da crise de 1929, basicamente durante a gestão de Getúlio Vargas.

Juscelino consegue partir dessa base industrial e construir um pacote de investimentos modernizantes, que vão permitir ao Brasil, definitivamente, instalar a indústria pesada, a indústria que traz o setor de bens de capital, de máquinas e de equipamentos, a indústria que vai trazer a indústria automotiva, que já era naquela época conhecida como a indústria da indústria, porque a indústria automotiva era a indústria que mais relações interindustriais tinha. Atrás de um automóvel, não havia apenas a indústria siderúrgica, metalúrgica, mas também a indústria eletroeletrônica, de borracha, de tinta, de vidro, toda a parte de pós-venda, de combustível, de refino, de postos, de estradas. Portanto, era uma indústria que arrastava todo o processo industrial. Era de tal importância a dimensão da indústria automotiva naquele momento da história – e está aí o Brasil hoje com 2,5 milhões de veículos, um dos poucos países em desenvolvimento que tem

uma plataforma tão diversificada e tão importante na indústria automotiva – que o coração de Brasília era a rodoviária, porque aquele era o coração do País, do processo industrializante que vai ser desenhado por Juscelino Kubitschek.

Mas não é apenas a indústria automotiva. Toda a indústria de base vai ser impulsionada durante o seu Governo. Eram cinco metas: energia elétrica, nuclear, carvão, produção de petróleo e refino de petróleo. Se é verdade que a energia nuclear, o carvão e a produção de petróleo avançaram pouco, o refino avançou, e, quanto à energia elétrica, com Furnas e Três Marias, a produção energética do Brasil aumentou em 80%, que é o que sustentaria o investimento industrial e a expansão de muitos e muitos anos posteriores.

Na estrutura de transporte, foram dezoito mil quilômetros de estrada. Juscelino foi um homem que chegou longe e enxergou o futuro, interiorizou o desenvolvimento do Brasil, olhou para o Centro-Oeste – uma das regiões hoje de maior expansão da agroindústria brasileira – e, a partir de Brasília, criou toda uma estrutura rodoviária de integração da Nação, porque o nosso desenvolvimento estava totalmente concentrado no litoral. Essa visão de nação, essa visão de uma grande nação, essa visão da integração nacional foi viável e hoje é uma realidade exatamente pela perspicácia de um estadista que quebrou todos os paradigmas da época para construir Brasília e construir, portanto, esse impulso à industrialização e ao desenvolvimento a que assistimos durante meio século.

Vou ler só algumas passagens para verificar o quanto, no momento da história, as injustiças são fortes e como às vezes os homens públicos enxergam tão pouco, pelas divergências políticas e ideológicas e pela incapacidade de entender o sentido mais profundo da história.

Vou ler algumas passagens do que dizia em Brasília, à época, a Oposição a Juscelino Kubitschek.

Aqui um discurso, no Senado Federal, do Senador Antonio Mangabeira:

E note-se: Brasília, Furnas, Três Marias, Rio-Acre, Belém-Brasília, tudo se acha em andamento, e não raro em mau andamento, como só poderia acontecer com as obras que se projetam e se executam de modo precipitado e irrefletido. Se me dissessem que se projetou e construiu, em três a quatro anos, uma nova capital por uma republiqueta e que para lá se mudou o respectivo Governo, ainda eu poderia admitir. Mas crer que tal se fizesse ou que tal fosse possível a um país do vulto do Brasil, com a expressão, com o significado – quero presumir – que têm os seus Poderes públicos

e a importância e a amplitude dos seus vários serviços civis e militares, não é só zombar da Nação. É querer levá-la ao ridículo.

Hoje tenho a acrescentar que, se o futuro ou futuros governos não tomarem a peito o problema da crise federativa da República, Brasília, dada a maneira que se vai construindo, não será de estranhar que venha a ser, para a dolorosa surpresa dos que a consideram destinada a obra da integração, um elemento antes contundente à desagregação nacional.

E Antonio Mangabeira era um Senador importante, um homem que deu grandes contribuições intelectuais e políticas ao Brasil.

Mas não era apenas no âmbito do Senado. Havia as matérias nos jornais – “Negociata nas importações de peças de automóveis”. Na realidade, o que estava se construindo aqui era toda a base industrial automotiva, que impulsiona o desenvolvimento do Brasil até hoje.

“O que vai para Brasília está faltando ao Brasil” – isso é do **Correio da Manhã**.

Eu poderia ler inúmeros pronunciamentos, revistas, publicações, mostrando o nível de hostilidade e de oposição que havia a um estadista que estava definitivamente mudando a história do Brasil e que precisava de apoio e de sustentação política.

O jornal **A Nação** publicou:

Começa talvez aí o calvário de Juscelino Kubitschek. Nossa administração central sempre foi ineficiente. A desorganização inevitável do primeiro ano de funcionamento da nova capital multiplicará por dez essa ineficiência federal.

A objeção era brutal.

O **Jornal do Brasil** também. Matérias à época mostravam o nível de embate e de descontentamento. Mas vou ler pelo menos uma, para ver o nível de agressão de que Juscelino Kubitschek foi objeto naquela época. Vou ler o pronunciamento do Senador Mem de Sá, que dizia o seguinte:

Peca, pela injustiça e improcedência – ao contrário de minhas críticas, que eram todas, invariavelmente, procedentes e justas e só pecaram por serem muito leves, esse desgraçado e malfadado Governo, que foi a desgraça do povo e recebeu nas urnas o repúdio da opinião nacional. Merecia muito mais do que isso, merecia ser apedrejado (Discurso da Tribuna do Senado Federal).

Por que digo isso? Digo isso porque, se olharmos para a história hoje, está aqui Brasília, estão aí os dezoito mil quilômetros de estrada de rodagem, estão aí os três mil quilômetros de estradas de ferro, que foram fundamentais ao País; está aí a produção siderúrgica, que dobrou durante aquele período. Alumínio, metais não-ferrosos, cimento, papel e celulose, borracha, exportação de ferro, a indústria naval.

Eu me lembro de Ignácio Rangel, que foi um grande economista e participou da elaboração do plano de metas, contando o desafio que foi impulsionar a indústria naval, trazer os equipamentos, botar os estaleiros a funcionar, os navios que eram produzidos no mar, impulsionando um desafio que até hoje permanece, que é o Brasil ter uma frota própria. A educação, 4,3% de investimentos. A UnB, que é uma grande universidade, que impulsionou e mudou esta cidade, um pensamento inovador no Brasil, está aí a Universidade de Brasília. A Sudene, com Celso Furtado, durante seis anos, dirigindo-a. Rendo aqui as minhas homenagens a esse grande economista e brasileiro, que há um ano e dois meses faleceu, e que pensou, pela primeira vez, com grandeza, a integração do Nordeste ao desenvolvimento. A integração não era só Brasília; a integração era um projeto de Nação, de diminuir as desigualdades nacionais.

Juscelino Kubitschek, hoje, por todas as forças políticas desta Casa, por qualquer analista sério e responsável, obrigatoriamente é colocado no lugar dos grandes estadistas desta Nação. E é colocado nesse lugar que construiu pelo êxito da sua obra, pelo reconhecimento de sua trajetória, pela grandeza de seu espírito público, pela sua formação de democrata.

Mas, ainda assim, Juscelino Kubitschek jamais pôde voltar à vida pública. Teve seu mandato cassado, passou boa parte da sua vida posterior no exílio e não voltou a disputar as eleições, porque, seguramente, ele venceria de novo nas urnas.

Alguns poderiam dizer que tivemos uma grave crise fiscal. É verdade. Ou que tivemos um endividamento externo relevante. É verdade. Mas isso não pode diminuir o tamanho da obra e da importância. Ao final do Governo de Juscelino, o símbolo do seu opositor era uma vassoura. Isso mostra que, talvez, olhando para esse momento da história, possamos aprender, em todos os momentos, não apenas no momento em que vivemos, mas também nos momentos que virão, a olhar com um pouco mais de sobriedade, com menos paixão ideológica, a olhar com um olhar que possa, realmente, observar com mais atenção o sentido da história desta Nação, da construção desta Nação, dos passos que cada governo pode e deve dar. E, com esse

olhar, seguramente Juscelino Kubitschek entra no rol dos grandes estadistas deste País.

Esta homenagem de hoje, que é de todas as forças políticas do País que o reconhecem nesta condição, ficará registrada para sempre.

Espero que aprendamos com Juscelino e que também aprendamos com aqueles que não conseguiram entender o momento da história, que não tiveram grandeza do seu reconhecimento e cujo sectarismo e intransigência dificultaram a convivência e a contribuição que Juscelino poderia ter dado após a sua experiência de Presidente da República.

Sr. Presidente, a trajetória de JK, a grandeza da sua obra e a sua atitude democrática seguramente são uma referência obrigatória para todo e qualquer brasileiro que queira contribuir com a vida pública nacional.

Parabéns e obrigado, Juscelino Kubitschek! (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao nobre Senador Arthur Virgílio, valoroso representante do Amazonas e Líder do PSDB no Senado Federal.

Com a palavra V. Ex^a.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, Presidente Maurício Corrêa, Dom José Freire Falcão, Governador Joaquim Roriz, Governador Marconi Perillo, Sr^a Anna Christina Kubitschek, Desembargador José Gerônimo de Sousa*, senhoras e senhores, vejo que Juscelino já começa a operar alguns milagres há tão pouco tempo da sua morte: é uma das raras vezes em que subo a esta tribuna sem ser para rebater declarações do Senador Aloizio Mercadante.

O fato é que esta sessão é rica, refletindo a riqueza da grande figura humana que era Juscelino Kubitschek. O Senador Antonio Carlos fez, talvez, o mais feliz pronunciamento, dentre os tantos pronunciamentos felizes de sua lavra que eu tenha ouvido. Elaborou raciocínio tão singular, tão original, aquele de que Brasília é fruto da tenacidade de um, de Juscelino, e da casca de banana do Congresso, por outro lado. Ou seja, “ele não vai construir”, “ele não será capaz”. Portanto, “vamos aprovar porque ele se desmoraliza e chegamos a intentos políticos que desejamos”.

Isso me desperta a nítida impressão de que devo olhar, Senador Paulo Octávio, para Juscelino levando em conta a perspectiva histórica do seu momento.

Tenho acompanhado esta minissérie. Em algum momento ele diz para sua esposa, Dona Sarah, “vamos para os Estados Unidos”, algo corriqueiro nos dias de hoje. À época parecia ao contemporâneo de

Juscelino atitude de um pioneiro, de um desbravador. Algumas pessoas dizem: “o que faz esse tal Coronel Licurgo na minissérie?”

Não tem nenhuma ligação com Juscelino, uma ligação mínima, mas, sem dúvida, talvez, a tentativa muito inteligente de contextualizar o momento histórico em que se encaixava Juscelino, comparando-o com a figura aberta que ele era. Ou seja, naquele mundo conservador de então, cabia o brutamonte, o troglodita, que era o Coronel Licurgo, e cabia um homem com a visão do futuro, capaz de compreender o drama da mãe solteira, capaz de ser solidário, aberto na sua relação pessoal, aberto na sua relação com os companheiros, leal e, ao mesmo tempo, inteligente o tempo inteiro.

Ou seja, a partir do discurso do Senador Antonio Carlos Magalhães, eu me pus a pensar sobre o que não aconteceria de bom se, nos tempos de hoje, Juscelino Kubitschek pudesse nos governar, com todas as facilidades de acesso ao conhecimento, com a facilidade de comunicação que faria sua voz ecoar de Brasil a Brasil em poucos minutos a cada momento que ele quisesse. O Juscelino, que foi exemplo de convicção democrática numa época em que o Brasil ainda vivia ameaçado pelos pronunciamentos militares; o Juscelino, que tinha sua clara definição por um país constitucional e que foi capaz de perdoar os golpistas de Jacareacangas e Aragarças; o Juscelino, que foi firme e inflexível ao defender o seu Governo e, certa ou erradamente, ao processar essa outra grande figura – não cabe aqui o ódio, os ódios ficaram para trás e até a Frente Amplia os sepultou – de parlamentar, de administrador, de homem público que foi Carlos Lacerda.

Quando aqui passamos em revista um Governo que tomou posse há 50 anos, que, como disse muito bem o Senador Paulo Octávio, construiu Brasília em 42 meses, que cumpriu suas metas uma por uma, que teve seus equívocos de política econômica – e quem não os comete? –, que teve seus erros de política administrativa – e quem não os faz? –, mas que tem, no conjunto da obra, um saldo enorme, que começa no democrata e termina no grande realizador. Mais ainda, passou para o País a clara noção de que era possível se realizar, era possível se desbravar, era possível unificar este País e era possível se consolidar a idéia de que a vocação do Brasil, ainda que depois viesse a pairar sobre nós a sombra negra de uma ditadura, era a democracia. (Palmas.)

A propósito disso, Sr. Presidente, lembro um episódio extremamente rico que ocorreu na comemoração dos dez anos de Brasília em sessão deste Senado, a mesma Casa que, depois, presenciaria o discurso histórico de Juscelino defendendo o seu mandato e,

aliás, despedindo-se da vida pública, cassado que havia sido pelo arbítrio de um ato de força: o Ato Institucional nº 1. No décimo aniversário, aconteceram aqui dois discursos significativos. O Líder da Arena consegue fazer um discurso bem elaborado, desses em que a assessoria se esmera e que ele lê, suponho eu sem ter tropeçado. Discurso bonito na forma, em que conseguiu não citar uma só vez o nome de Juscelino Kubitschek, comemorando o aniversário de Brasília. Depois, a esse se segue um discurso lacônico do Líder do MDB, Nelson Carneiro. Em três ou quatro linhas, ele diz mais ou menos o seguinte: "Homenagear Brasília sem citar JK é como falar nas tábua e não mencionar o nome de Moisés". E se calou, deixando calado atrás de si o Plenário inteiro do Senado. Era uma época obscura.

Eu queria me referir à solidão de Juscelino, porque, nos seus momentos brilhantes, vemos o homem público muito assediado. Sou filho de político, já sou até pai de político, por isso não me encanto muito com essas luzes dos momentos melhores, não me encanto muito com essas luzes. Mas percebo que não há nenhum autor da cena pública que não conheça os seus momentos de mais assédios, de mais prestigiamentos ou os seus momentos de maior solidão.

Juscelino, o Presidente por todos cantado e decantado em verso e prosa, conheceu momentos de absoluta convivência com ele próprio. Eu era menino, meu pai vai numa delegação de Senadores a Paris. Havia Senadores de todos os partidos. Alguns beijavam diariamente a mão de Juscelino Kubitschek. E havia um deles que não tinha relação pessoal e nem política com Juscelino, que era o Senador Josaphat Marinho. Meu pai disse: "Olha, marquei um encontro com o Presidente Juscelino. Eu gostaria muito de ir até lá. Vocês estão dispostos a ir comigo?" Foi um silêncio enorme, nenhum foi, a não ser Josaphat Marinho, que não tinha a menor ligação pessoal e política com Juscelino.

Essa solidão lhe doía, porque lhe doía o exílio. Essa solidão não o fez menor porque o fez esquecer as divergências com Lacerda quando celebraram o Pacto da Frente Ampla para enfrentarem o regime de força. Incluiu João Goulart, que era outro coração generoso. A solidão não o fez mesquinho porque a vida inteira ele se apegou ao que o seu espírito pedia: a boa conversa com os amigos, a boa música, a boa dança, a figura da gratidão, aquele que escreve o bilhete de saudades, aquele que, como homem, tinha os seus sonhos e, como homem, ao mesmo tempo, sabia limitar-se ao que era a contingência de um tempo que estava acima dele. Juscelino Kubitschek de Oliveira é um personagem que a nossa história repassa, mas

que faz parte daquilo que de melhor possamos ter escrito para trás.

Foi muito feliz a idéia do Senador Paulo Octavio de propor esta homenagem. (Palmas.) Nunca é tarde para aprendermos a reverenciar os nossos maiores e até fazemos como os nossos índios e os orientais sabem fazer muito bem: valorizar muito a sabedoria dos que viveram, valorizar sobremaneira a sabedoria dos que fizeram, dos que construíram, aprender muito com os erros dos que erraram, aprender mais ainda com os acertos dos que acertaram e sobretudo registrar as lições de quem fazia da sua força de vontade uma inquebrantável manivela para abrir as portas do futuro. Juscelino Kubitschek sabia abrir as portas do futuro. Sua ascensão foi rápida para alguns; foi sólida para outros. Sua ascensão se deu em cima do que de melhor ele poderia passar primeiro para o povo de Belo Horizonte, depois para o povo das Minas Gerais, depois para o povo brasileiro.

Volto a dizer, Senador Antonio Carlos, como teria sido bom ser governado por Juscelino agora, neste momento de tão radiosa conjuntura internacional, neste momento de tecnologia avançada, neste momento em que ele não teria que dizer mais para a D.Sarah : "Vamos para os Estados Unidos"; neste momento que o mundo estaria nas mãos dele, ao seu alcance, para promover todas as grandes mudanças que este País sugere, as grandes mudanças de que este País necessita, as grandes mudanças que este País requer, que o povo deste País exige, líder de massas sem ser a figura do demagogo, líder de massas e pelo lado positivo. Há o líder de massas que pode dizer muito bem: "Uso o meu dom de ser o líder de massas para rebaixar a compreensão das pessoas que eu lidero. Outros dizem: "Sou um líder de massas e uso a compreensão que o povo tem das minhas palavras para ele se elevar ao lado da minha capacidade de me elevar junto com ele."

Vi em Juscelino, Senador José Agripino, um líder positivo. Eu vi em Juscelino um líder capaz de ser duro, corajoso pessoalmente, corajoso historicamente, corajoso politicamente, mas, sobretudo, alguém que, em todos os momentos da sua vida pública marcou de maneira muito forte a sua presença, marcou a sua presença quando acertou, marcou sua presença quando errou. E considero que foi um equívoco, por exemplo, ele não ter entendido que seu mandato findaria com o alvorecer do regime de força de 1964; marcou sua presença, quando acertou, perdoando Carlos Lacerda; e marcou sua presença para todo o sempre nessa história que não paramos de reescrever, porque cada um de nós hoje percebe que o Brasil, dos mais novos aos mais velhos, o Brasil inteiro faz o que uma geração já

sentia, que é se apaixonar outra vez, Senador Paulo Octávio, por Juscelino Kubitschek de Oliveira.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Heráclito Fortes, grande representante do Estado do Piauí.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Renan Calheiros; D. Falcão, Arcebispo de Brasília hoje, de Teresina ontem, figura por quem tenho o maior apreço; Governadores Marconi Perillo, de Goiás, e Roriz, de Brasília; Drª Anna Christina Kubitschek, que representa a família Kubitschek nesta solenidade; Srs. Ministros de Tribunal que aqui se encontram presentes à Mesa; minhas senhoras; meus senhores; Senadores; brasileiros, somente o atrevimento e a audácia, Senador Antonio Carlos Magalhães, me colocariam nesta tribuna agora, pelos que já falaram sobre Juscelino e por aqueles que ainda irão falar.

Na quinta-feira passada, o Paulo Otávio me desafiou aqui no plenário a me inscrever para esta sessão. E fui o quinto. Não vi a lista toda. Mas a audácia, que talvez tenha sido do que mais Juscelino impregnou a minha geração, proporciona-me o sentimento de que sou igual a todos quando é para evocar JK nesta Casa. Quando JK elegeu-se Presidente da República, eu tinha apenas quatro anos. Portanto, tinha muito pouco discernimento do que era certo e do que era errado. Não tive na infância aquelas grandes paixões por jogador de futebol ou por cantores da época. A minha grande primeira paixão foi exatamente Juscelino, pelo que representava em termos de renovação e de esperança para o Brasil. Não tínhamos televisão e tínhamos que nos conformar com as revistas, jornais e, eventualmente, com aqueles jornais na preliminar dos cinemas domingueiros a que assistímos. E aquele sorriso aberto que tomava a página toda me foi contaminando de maneira tal que, sem nenhuma vergonha de dizer, aos 55 anos de idade, a única música que canto do começo ao fim é o Hino do PSD. Não consegui aprender outra.

E vejam os senhores o magnetismo que esse homem exerceu. Quando esses Partidos foram extintos, eu tinha 14 anos. Roberto Carlos veio depois. Até invejo não saber de cor, Sr. Presidente, nenhuma das músicas nem de Roberto Carlos, nem de nenhum outro cantor. Contudo, o Hino do PSD eu sei de cor.

Foi exatamente isso que contaminou a todos nós. E o mais impressionante no Juscelino era reverter os fatos. Jacareacanga é um símbolo. Mas a capacidade que Juscelino tinha de, no dia-a-dia, nas pequenas coisas, reverter a adversidade e trazê-la para o seu lado era fantástica. Fez isso com os humoristas, com

os cantores, com os colunistas – não é Gilberto? –, com todo mundo. O Juca Chaves quis satirizá-lo e o consagrou como o “Presidente Bossa Nova” e por aí adiante.

Sr. Presidente, nos anos da construção de Brasília, eu morava em Teresina e vivi ali o lado bom e o lado mau. O lado bom era a esperança da construção da nova capital; o lado ruim era que, à medida que aquele sonho se transformava em realidade, íamos perdendo os amigos, que vinham com as famílias tentar a vida nesta Brasília. E quantos eu vim reencontrar aqui homem feito, com a vida definida, muitos anos depois.

Meu caro Senador Antonio Carlos, a força de Juscelino, para mim, foi tão forte, que eu preferi torcer naquela época, aos 8 anos de idade, pelo imóvel e estático Lott e sua espada a me contaminar pela vassoura que assolou o Brasil naquele tempo. E um dos meus divertimentos era sair tomando vassoura de quem as tinha para ver se, já àquela época, eu e um grupo de amigos conseguíamos eliminá-las do País. Que nada! Elas eram em quantidade infinitamente maior do que as espadas. A vassoura, meu caro Embaixador Paulo Tarso, criou-me um problema psicológico tão grande, que a maior alegria que eu tive, aos 9 anos, foi quando minha avó comprou um aspirador de pó. Eu achava, naquele momento, que era chegada a hora de me livrar da famigerada vassoura. E, ao mesmo tempo, cantar o avanço de JK tecnológico, trazendo o aspirador de pó para a indústria brasileira.

Eu tive a felicidade de ter três encontros com Juscelino. Quando eu falo em encontros é o de apertar as mãos, olhar nos olhos e falar. A primeira vez que ele foi ao Piauí, como Presidente, foi para inaugurar uma ponte ligando Teresina ao Bairro Jóquei Clube. Hoje tudo faz parte do centro urbano da capital. A ponte velha de madeira tinha caído havia anos, e as promessas de construção eram tantas, que Juscelino a fez em tempo recorde e foi lá inaugurá-la. Não o vi de perto.

Depois, quando já não era Presidente da República, ele foi receber um título de cidadão piauiense, já na Revolução. Eu nunca vi nas ruas uma multidão espontânea de agradecimento por um lado, e, por outro, de exigência que ele voltasse. Era o começo do JK-65. Alguns trabalhadores tinham ajudado na construção de Brasília e os outros queriam, na etapa seguinte, continuar trabalhando com Juscelino para ver o desenvolvimento da Nação.

O terceiro encontro, o segundo em que tive oportunidade de estar com ele, foi no Rio de Janeiro, levado pelo meu amigo Hugo Napoleão – ele não está aqui; já o procurei inclusive para abraçá-lo –, que também era seu amigo e companheiro de Diretoria do Denasa. Juscelino tinha uma reunião em seguida e prometeu

apenas me cumprimentar. Entrei na sala, e mais uma vez a audácia funcionou. Estou vendo a imagem dele como se fosse agora: um chinelão preto, um sapato no canto da sala. Ele perguntou o meu nome e o que eu queria. E eu disse exatamente que estava ali cumprindo o desejo de toda a minha geração, que era cumprimentar o fundador de Brasília. Esse aperto de mão se transformou numa conversa de quase 30 minutos, em que tive a oportunidade de ouvir dele as angústias pela proibição de visitar Brasília, que ele construiu.

Na última vez, por coincidência, fui ao Hotel Eron. No fim de noite de uma quinta-feira, ele estava lá, dentre outras pessoas, com a Vera Brandt. Conversamos. Depois, ele desceu até a Boate do Hotel Eron e dançou com a Vera. Diz ela que foram muitas danças. Essa eu tenho certeza porque testemunhei e foi a última. Na quinta-feira houve o acidente.

Prestei atenção em tudo o que Juscelino disse naquele dia, mas uma coisa me impressionou: ele recomendou a uma amiga comum minha e do Paulo, que era secretária do Adolpho Bloch, apontando para o Conjunto Nacional: "Minha filha, amanhã, vá àquele Conjunto e compre três cuecas e três camisas para mim. Não quero coisa cara. Cueca tipo Torre". Eu tinha a impressão de que "tipo Torre", uma fábrica antiga, era para mostrar que se referia à tradicional samba-canção. Mas o fato de um homem que governou o Brasil, a quem todos atribuíam fortunas e fortunas, ter tido o cuidado de recomendar que seu pedido viesse carregado de compras modestas, para mim, foi um dos momentos mais marcantes em toda a minha convivência com Juscelino.

Senador Renan Calheiros, eu vi, como toda Brasília viu, o sepultamento dele, e algo me comoveu. De funcionários públicos brasileiros, eu vi lá Paulo de Tarso com a Lúcia, Antonio Carlos Magalhães e Severo Gomes. Desculpem-me os outros se lá estavam, mas esses eu tenho certeza de que vi no campanário da igreja, esperando a chegada de Juscelino. Não adianta falar sobre isso. Brasília toda conhece o que foi aquela dor.

Mas o impressionante de tudo isso, Senador Mão Santa, é que estamos aqui cinqüenta anos depois de sua posse, e parece que foi hoje. A sensação que se tem é de que Juscelino não foi, está aqui, com a sua digital, o seu exemplo, o seu otimismo, impregnando o Brasil. O seu exemplo, às vezes, é usado até de maneira errada, demagógica, indevida, mas é um exemplo incontestável nesta Nação.

Quatro anos atrás, chamei a atenção do Paulo Octávio para um fato interessante. Eu vi, em uma galeria de Brasília – salvo engano, Visual –, um quadro pintado por um mineiro chamado Bracher Júnior, tio

do atual Bracher, da década de 1940, em que aparece Juscelino desbravando estradas. Uma pintura fantástica que não sei por onde anda. Mas penso, Governador Roriz, que, se ainda estiver nessa galeria, esse quadro deve ser resgatado para Brasília, porque é o lugar onde ele deve ficar.

Por último e por fim, quero dizer que, no ano passado, por indicação de Aécio Neves, tive a felicidade de receber a Medalha Juscelino Kubitscheck, em Diamantina. E lá, convivendo com amigos antigos, com a história, com a cidade, tive a mesma sensação que estamos tendo agora, da sua presença neste recinto.

Diamantina respira, canta, por meio da Vesperata, o seu filho ilustre. Aconselho a quem não teve oportunidade de ir a Diamantina que vá àquela cidade ver como cresceu e onde nasceu JK. Hoje a minissérie da Globo permite que se veja, sem tanto esforço e sem tanto sacrifício, o que estou dizendo aqui, mas é pouco. Vale a pena ir a Diamantina, conhecer suas la-deiras, seu calçamento íngreme, e ver, cinqüenta anos depois, um pouco da história do grande homem que é homenageado nesta Casa, que é homenageado pelo Brasil. Aliás, tenho certeza, Paulo Octávio, de que outros cinqüenta, outros duzentos, outros quinhentos nós iremos comemorar. Juscelino, para o Brasil, é eterno; para Brasília, meu caro Roriz, nem se fala. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao nobre Senador Mão Santa, valoroso representante do Estado do Piauí.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Renan Calheiros, autoridades presentes – são tantas e tão importantes –, peço-lhes permissão – eu poderia esquecer alguns nomes e, mesmo involuntariamente, seria imperdoável – para a todos saudar naquela que penso ser a mais importante autoridade genética desta festa: a Srª Anna Christina Kubitschek Pereira. (Palmas.)

Senadoras e Senadores, brasileiras e brasileiros, todos nós temos muito a dizer e vamos dizer. Feliz do povo que não precisa buscar exemplos em outras histórias, em outros países! O melhor exemplo de homem público é Juscelino Kubitschek de Oliveira. (Palmas.)

Cada um tem sua história. O Heráclito é homem rico de amizades. A mim Deus deu o privilégio de ver Juscelino Kubitschek, na Praça Nossa Senhora das Graças, num coreto de minha Parnaíba, como candidato a Presidente da República.

Senador Antonio Carlos Magalhães, a minha família era toda UDN. Eu era muito jovem, tinha 13, 14 anos e vi também o candidato militar da UDN, Heráclito, lá no nosso coreto, na antiga Praça da Graça.

Juarez Távora ficou na minha mente, muito me inspirou – minha família estava com ele; o Senador Alberto Silva, da UDN, e outro grande Senador lideravam já. Juarez Távora disse: “Nós vamos apertar o cinto do povo do Brasil”. Depois eu vi Juscelino, com aquele sorriso, alegria. Nos cartazes, já era um homem em cima de um trator. E aí, a história. Foi a primeira visão da alegria, do otimismo, da simpatia. Eu não votava, mas o meu coração já se encaminhava para esse caminho.

Anos depois, pré-vestibular em Fortaleza. Juscelino Kubitschek terminava o seu governo, era o fim de seu governo – atentai bem. Atraído, lá eu fui. Juscelino ia visitar a Faculdade de Direito. Eu me senti atraído, queria participar – eu ainda não era universitário, era pré-universitário –, e fui. Naquele tempo, a UNE era forte, eram fortes os sonhos, a esquerda, o comunismo, o socialismo, a Rússia. Juscelino entra: houve vaias, mais aplausos. Eu o aplaudi. Ele disse: “Feliz do país em que se pode vaiar um Presidente da República” – no fim do governo.

Eu acompanhei tudo. A Faculdade de Direito era no centro e, de repente, Juscelino... “Mande-o para a Assembléia”.

Senador Antonio Carlos Magalhães, na praça antiga de Fortaleza, no Ceará, como em todas as praças antigas do Brasil, havia um abrigo onde se tomava o cafezinho. O povo lá, e ele com aquela elegância, com aquele sorriso, no apagar do seu governo, com a satisfação da missão cumprida. Eu, estudante, acompanhava Juscelino. As autoridades, os deputados – ele ia à Assembléia, que era próxima – cercavam Juscelino.

Senador José Agripino, naquele café do Nordeste, do abrigo, da Praça do Ferreira, eu vi um homem, um caboclo nosso – só entende Euclides da Cunha: “O sertanejo é, antes de tudo, um forte” –, aquele caboclo sofrido da seca, agradecido pelo açude Orós que ele fez no Ceará. O caboclo quis se aproximar também; estávamos ali nós, engravatados, os da época, deputados.

Outro dia conversava com o Presidente José Sarney e ele disse – disse até o nome – que o amigo dele Caetano Costa ficou célebre por ter dito isso em Imperatriz. Mas isso foi o Presidente Sarney, da minha história eu dou testemunho.

Era a linguagem do agradecido homem do sertão brasileiro. Eu estava lá, com os meus 17 anos, vestibulando – formei-me em medicina no Ceará –, e ali estava o homem de chapéu, o típico homem do sertão, das secas, das retiradas, acompanhando. Ele não conseguia se aproximar, mas, de repente, com a nossa coragem, a coragem dos nordestinos, ele deu

um grito: “Ô Presidente pai-d’égual!”. (Palmas.) Esse foi o grito da nossa gratidão, do nordestino.

Diz o Senador José Sarney que isso já tinha sido gritado no Maranhão e no Ceará. Agora, eu grito em nome do povo do Piauí. Essa é a verdade, a tradição do nosso agradecimento – e no fim do governo!

A única coisa que temos, Dom José Freire Falcão, é agradecer a Deus. Sou médico – aliás, como Juscelino –, cirurgião de Santa Casa, fui Prefeitinho, Governador, fui até cassado!

Presidente Renan Calheiros, aqui está Juscelino sob o aspecto médico. Sei tudo: as biografias estão aí, escreveram-se muitos livros e mais livros serão escritos. Com todo o respeito à Bahia, de Martha Rocha e de Rui Barbosa, acho que é tempo de nós, do Senado, como a nossa sociedade médica, que homenageou Juscelino, o Patrono da Sociedade de Urologia, resgatando, pelos médicos brasileiros, toda a sua passagem, a sua história médica – não vou cansá-los –, penso que é tempo de o Senado também passar para a História esse tempo que ele viveu aqui.

Não dou valor a esse negócio de dinheiro. Sou como Palocci, médico. Mas eu tenho um dinheiro, Senador Antonio Carlos Magalhães, que penso que foi o de mais valor na história econômica do Brasil, e esse carrego comigo: cem cruzeiros, com o retrato de Juscelino Kubitschek. (Palmas.)

Considero-me o mais rico dos Senadores, porque está aqui a fonte de inspiração. Sr. Presidente, Senador Renan Calheiros, a Psicologia criou a Neurolingüística, e tem que se ter um modelo. Quer ser jogador de futebol imita o Pelé; cantor, Roberto Carlos. Mas, se quer ser homem público, que se siga aqui o exemplo de Juscelino Kubitschek. (Palmas.)

Todos têm história e não iria concorrer com a intimidade que os Senadores Antonio Carlos Magalhães e Heráclito Fortes tiveram com Juscelino, mas diria que li todas as obras e vou continuar lendo – orgulho-me disso. Nessa luta, já recebi algumas comendas e medalhas, mas orgulhoso sou em ostentar a Comenda Juscelino Kubitschek, quando se comemorou um século de vida no Memorial JK. Recebi a comenda ao lado do extraordinário Senador, que é a cara de Brasília, o nosso Senador Paulo Octávio. (Palmas.)

Das vidas de Juscelino, cito a frase de que gosto mais – há centenas, mas cito a minha: “É melhor ser otimista. O otimista pode errar. O pessimista já nasce errado e continuando errando”. Essa é a frase de que gosto, mas gostaria de que ficasse nos corações de todos os brasileiros o que traduz Juscelino. Juscelino, pai de Brasília, do tripé que fez: Sul, uma potência industrial; Sudene, igualdade de riquezas; Brasília, tão

bem cuidada por esse extraordinário Governador do meu Partido, Roriz. (Palmas.)

Roriz, Bill Clinton foi quatro vezes Governador de Arkansas e depois Presidente da República.

Atentai bem! A frase que caracteriza Juscelino Kubitschek está no livro dos médicos – como Renan Calheiros, precisamos fazer a história de Juscelino no Senado: “Meu sonho é viver e morrer em um país de liberdade!”. Mas há uma última, para encerrar, e que fique nos corações das brasileiras e dos brasileiros: “Não consigo guardar ódio no meu coração!” E digo isso em respeito a Dom José Freire Falcão, que foi Arcebispo do nosso Piauí, e de Padre Antônio Vieira, que passou pelo Ceará, pelo Piauí e pelo Maranhão, dizendo que um bem nunca vem só. Repito, olhem o que Juscelino disse: “Não consigo guardar ódio no meu coração!”

Brasileiras e brasileiros não podem ter ódio no coração e, sim, Juscelino Kubitschek no coração! (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Tenho a honra de conceder a palavra à nobre Senadora Serlys Slhessarenko.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Senador Renan Calheiros, Sras e Srs. Senadores, senhoras e senhores aqui presentes, quero saudar a Mesa aqui composta e todos, carinhosamente, na figura da Anna Christina, mulher presente nessa Mesa e que traz no seu sangue a história de Brasília.

Senhoras e senhores, entendo que é sempre oportuno evidenciar a figura de Juscelino Kubitschek de Oliveira, o Presidente JK. Não devemos nunca perder qualquer oportunidade de falar deste homem, deste político, deste governante que marcou de forma tão profunda a História de nosso País.

Juscelino dá-nos sempre a oportunidade de discorrer sobre o processo democrático brasileiro que, aliás, foi tão falado aqui, mas que não custa rememorarmos sempre. Um processo que está sempre a requerer e a exigir o melhor das nossas capacidades.

Nesta comemoração dos 50 anos do Governo JK, que se estendeu de 1956 a 1961, é importante destacar:

- 1 – A relativa estabilidade política do período em todo o mundo;
- 2 – A ênfase no crescimento econômico com distribuição de riqueza;
- 3 – O respeito à democracia;
- 4 – O lugar especial ocupado pelo reconhecimento da cultura e dos valores nacionais;
- 5 – O novo papel ocupado pelo Brasil no cenário das nações.

O Presidente Juscelino Kubitschek teve um papel de relevo quando elencamos esses pontos. O mundo vivia sob a guerra fria, conflito mundial camuflado pelos Estados Unidos e a União Soviética. Era uma época de relativa paz ou, se preferirem, de escaramuças entre Estados Unidos e União Soviética. As políticas de enfrentamento dos Estados Unidos para ofuscarem o crescimento da União Soviética abriram novas possibilidades para o Brasil no plano externo. Internamente, as forças populares, o movimento operário, a juventude, as organizações de bairro, o movimento campesino passaram a ocupar um papel de destaque por intermédio de suas lutas e de sua organização.

Só que democracia, senhoras e senhores, não cai do céu. Democracia se constrói, democracia se conquista. Os trabalhadores e as trabalhadoras, os brasileiros e as brasileiras conhecem bem o significado dessas palavras. Juscelino foi um democrata. Sem dúvida, um grande democrata, um estadista, um político que conseguiu combinar crescimento econômico com estabilidade política, promovendo desenvolvimento com democracia e abrindo espaço para a livre expressão cultural e o desabrochar dos nossos valores.

Acima das críticas e das restrições que se fazem a JK, e elas não são poucas, estará sempre a imagem de um presidente civil eleito pelo seu povo, amado pelo seu povo, que cumpriu o seu mandato até o final, sabendo superar de forma altaneira todas as crises que o acometeram. Estará sempre a imagem do Presidente que foi alvo de ódio e perseguição por parte daqueles que implantaram e sustentaram o Regime Militar no Brasil, e que morreu de forma trágica e ainda nebulosa, porque não dizer, por volta das 18 horas do dia 22 de agosto de 1976, no quilômetro 165 da estrada Rio-São Paulo, quando muitos ainda eram os brasileiros que sonhavam com a oportunidade de tê-lo novamente como Presidente da República.

Nada mais apropriado do que falar de Juscelino neste Senado Federal, neste Parlamento, encravado na paisagem de Brasília, paisagem que foi uma das paixões de Juscelino.

O compromisso de Juscelino com a democracia e o seu projeto de desenvolvimento marcaram o Brasil para sempre. Recentemente, nosso querido companheiro, o nosso querido companheiro, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, resumiu da seguinte forma seu entusiasmo pela personalidade de JK: “Acho que o melhor presidente que o Brasil já teve foi Juscelino Kubitschek. Não acredito em quem não tem objetivos, em quem não tem projetos, em quem não sonha alto. Eu acredito em gente como Juscelino.”

O Presidente Lula, também uma das grandes personalidades de nossa história contemporânea,

em sua análise, destaca os objetivos que guiaram a trajetória de JK, objetivos plenamente realizados por meio das modernizações que implementou, com inegável ousadia.

Na China, o Presidente Mao Tse Tung, o grande guia e inspirador do povo chinês, tinha como um de seus *slogans* mais conhecidos a máxima “Ousar lutar, ousar vencer”. Foi com ousadia que os chineses construíram uma nação que hoje cresce de forma acelerada, destacando-se com uma das economias mais dinâmicas deste planeta, tendo como base principal dessa sua arrancada o trabalho e a criatividade do seu povo.

Ao paramos para analisar a trajetória de JK e os exemplos que ele nos legou, devemos tomar como maior referência também a sua ousadia, a disposição com que soube construir as bases de um Brasil moderno que, desde então, vem se impondo como uma das principais e mais importantes nações da atualidade.

Eu, que represento o Estado de Mato Grosso neste Senado Federal, não posso deixar de registrar a gratidão de minha comunidade para com a ousadia administrativa de Juscelino.

Sei que a pujança que se observa hoje neste vasto interior do Brasil, a pujança que se observa hoje no Estado de Mato Grosso, com a expansão demográfica, com a ocupação dos espaços anteriormente vazios e com o fortalecimento da produção agropecuária, que faz com que regiões como Mato Grosso e também o Mato Grosso do Sul, Rondônia, Tocantins, Roraima e o Acre despontem diante do mundo como novos celeiros da humanidade, são frutos da visão antecipatória de Juscelino, da ousadia que fez dele um dos mais capacitados administradores que este Brasil já teve. Ao implementar a transferência da Capital para Brasília, ele implementou também a integração do Brasil.

Que fique bem claro: nós de Mato Grosso, nós do interior do Brasil somos devedores de JK e temos de agradecer a ele o impulso que deu à integração das mais diversas regiões do Brasil, um processo que está em andamento cada vez mais acelerado e mostra a sua força por meio dos resultados alvíssareiros com que vem marcando a nossa economia.

Quando um lavrador planta sua roça no interior mais profundo de Mato Grosso, quando um caminhoneiro cruza as estradas que mergulham nas mais diversas direções que se abrem no Centro-Oeste e no Norte deste Brasil, quando famílias e mais famílias expressam o orgulho de terem trocado as angústias do Sul do Brasil pelas imensas possibilidades que caracterizam a vida em solo mato-grossense, certamente que são os sonhos e os ideais de JK que se cristalizam no cotidiano destes brasileiros e destas brasileiras.

JK sempre buscou unir nossa gente, ampliando as fronteiras do desenvolvimento de nosso País. Com o seu famoso Plano de Metas, JK abriu todo um novo campo de possibilidade para o Brasil e para todos os brasileiros e brasileiras, que nunca antes havia sido experimentado.

Entendo, todavia, que tanto quanto o desenvolvimento das forças produtivas, que JK tanto favoreceu, é importante destacar, nesta Casa política que é o Senado Federal – como lição sempre oportuna para todos nós e para as novas gerações que se aproximam agora da política partidária –, que o Presidente JK não permitiu que se turvasse a sua fé democrática, apesar de todas as tensões políticas que viveu em seu período de Governo.

Quem viveu o Governo JK, quem viveu aqueles anos que são chamados de “anos dourados” jamais poderia esperar que, no espaço de uma década, no início dos anos 60, em 1964, cairia sobre o País a carga terrível de uma brutal ditadura. Ditadura que viria a cassar e perseguir o próprio JK, um dos defensores da abertura democrática liberal.

Os historiadores são unâimes ao nos mostrarem que tolerância e discernimento foram qualidades políticas fundamentais de Juscelino. Neste momento em que o terrorismo tanto nos sobressalta, tanto o terrorismo de Estado quanto a violência incontrolável dos homens-bomba, devemos nos recordar de JK para firmar que tolerância e discernimento são cada vez mais necessários aos líderes políticos de nosso tempo, no Brasil e pelo mundo afora.

Por tudo isso é que, em memória de JK, em respeito à sua trajetória, a tudo que nos legou em exemplo e em dignidade, devemos nos empenhar firmemente em um processo que nós, do PT, costumamos definir como de “radicalização da democracia”. Um processo que deve valorizar o diálogo político, centrando nossos esforços para que tenhamos a reforma política, para que tenhamos o aprimoramento e a consolidação dos partidos políticos, para que nos empenhemos na busca incessante de um sistema de representação política que não permita decisões que atraíçoem e nulifiquem a vontade soberana do povo.

Uma sociedade que honre a memória de Juscelino não haverá jamais de ser a sociedade do mensalão, da corrupção política, da venda de sentença, da falta de transparência nos negócios públicos. Jamais!

Para que honremos a memória de Juscelino, é necessário que ampliemos cada vez mais os espaços de participação da sociedade na formulação, no acompanhamento e no controle das políticas sociais, hoje muito facilitadas pela existência de tecnologias chamadas de informação, que fazem com que haja

acesso imediato por parte da cidadania às decisões de Governo e permitem o controle dessas decisões. E, quanto mais democrática a nossa sociedade, quanto mais acesso às decisões do Estado vier a garantir a nossa sociedade, mais estaremos, todos nós, dando cumprimento ao legado de Juscelino Kubitschek.

Juscelino, que ousou tanto, deve nos servir de inspiração para que impulsionemos o combate às desigualdades regionais; para que todos tenham oportunidades iguais de vida e de trabalho em todos os rincões do Brasil; para que se acabe de vez com o trabalho escravo que sobrevive em muitas fazendas do interior do Brasil – e mesmo lá em Mato Grosso; para que se atinjam os objetivos de educação plena, com todos os brasileiros e brasileiras alfabetizados, com todos os filhos e filhas dos brasileiros nas escolas e nas universidades; para que não exista fome nem miséria no lar de qualquer brasileiro ou de qualquer brasileira sequer. Que os filhos e filhas desta terra não tenham mais que cruzar nossas fronteiras em busca de melhores condições de vida em nenhuma outra nação do mundo. E que todos tenhamos orgulho de viver à sombra da bandeira desta Pátria, “gigante pela própria natureza”.

A melhor homenagem que podemos fazer à memória de JK é assumir as mesmas grandes aspirações que ele sempre soube manter vivas em seu coração.

A melhor homenagem que podermos fazer à memória de JK é ousar, ousar a cada dia, a todo momento, na luta incansável para que este Brasil seja uma nação forte e soberana, capaz de garantir vida digna e fraterna a todos os seus filhos e a todas as suas filhas.

Muito obrigada, Sr. Presidente. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Obrigado a V. Ex^a.

Tenho a honra de conceder a palavra ao nobre Senador Maguito Vilela, ex-Governador de Goiás, Estado que possibilitou Brasília, que cedeu estas terras maravilhosas para que Juscelino criasse Brasília e que teve o privilégio de ter Juscelino como seu representante aqui no Senado Federal.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Exm^º Sr. Presidente do Senado Federal, Senador Renan Calheiros; Exm^º Sr. Joaquim Roriz, Governador do Distrito Federal; Ilm^a Dr^a Anna Christina Kubitschek Pereira, Presidente do Memorial JK; Eminentíssimo Sr. Dom José Freire Falcão, Arcebispo Emérito de Brasília; Exm^º Sr. José Gerônimo Bezerra de Souza, Desembargador do Tribunal de Justiça do DF; Exm^º Sr. ex-Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Maurício Corrêa; Sr^{as} e Srs. Senadores, Sr^{as} e Srs. Deputados, Prefeitos, Prefeita, demais autoridades

civis, eclesiásticas e militares aqui presentes, eu havia preparado um pronunciamento e dele vou abrir mão para não ser repetitivo. Eu ia falar da industrialização, das grandes estradas pavimentadas por JK, da indústria naval, do maior crescimento do Brasil, em 1958, que chegou a 10,8%, enfim, de tudo o que Juscelino fez pelo Brasil. Mas todos os que me antecederam já falaram muito sobre o dinamismo e o empreendedorismo de JK.

Cumprimento o Senador Paulo Octávio pela iniciativa da homenagem pelo cinquentenário da posse de JK. É muito importante. Acho que toda homenagem que o Brasil fizer a JK ainda é pouco pelo que ele fez pelo País e por todos os brasileiros.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, visitantes, tenho a honra de ser de Jataí, a cidade onde Juscelino começou sua campanha rumo à Presidência da República. E o Senador Heráclito Fortes falou do PSD; Mão Santa, da UDN; porém, uma grande curiosidade que pouca gente no Brasil sabe é por que Juscelino iniciou a campanha presidencial numa cidade pequena no interior de Goiás. Justamente porque Jataí era o maior reduto pessedista do Brasil, proporcionalmente. A história ainda não registrou isso, mas Juscelino deixou isso manuscrito na minha cidade: era o maior reduto pessedista do Brasil. E por isso ele iniciou sua grande caminhada lá, em Jataí, no dia 4 de abril de 1955, onde chegou debaixo de uma chuva muito forte e, mesmo assim, autorizou que o avião pousasse. Fez o seu pronunciamento numa oficina mecânica, porque a chuva não deixou que o povo se reunisse em praça pública, em cima da carroceria de um caminhão Studebaker, que pouca gente hoje conhece.

Então, foi numa oficina mecânica, na carroceria de um caminhão Studebaker que ele assumiu o compromisso de mudar a capital do Rio de Janeiro para o Planalto Central, o que naturalmente redundou aqui na capital Brasília.

Entre alguns dados interessantes, está o fato de a casa onde ele se hospedava em Jataí ser justamente de um médico que formou-se com ele em Belo Horizonte, Dr. Serafim de Carvalho. Ele foi três vezes a Jataí e hospedava-se nessa casa. A viúva do Dr. Serafim ainda é viva e tem todas as fotos, bilhetes e cartas de Juscelino Kubitschek.

A minha cidade, Jataí, também construiu um memorial para JK, cujo projeto é de Oscar Niemeyer, que foi inaugurado por Anna Christina no ano passado. Um parque ecológico com o nome de JK abriga esse memorial, onde há muitas fotos, muitas cartas, muitos bilhetes, que nem mesmo o Memorial JK daqui de Brasília possui. A minha cidade, portanto, talvez

seja a mais juscelinista de todas as cidades brasileiras. (Palmas.)

No dia 4 de abril de 1955, Juscelino aportava em Jataí, onde prometeu a mudança da capital para o Planalto Central. Foi de Jataí que vieram as perobas e grande parte da madeira que serviu para escoramento dos prédios que foram levantados em Brasília. Portanto, a minha cidade guarda uma afinidade muito grande com JK. E de lá muitas famílias vieram para ajudar na construção de Brasília.

Faço o registro desses fatos, que considero importantes com relação à história do nosso País, e quero dizer que pessoalmente sinto-me honrado em ocupar uma das cadeiras que Juscelino ocupou aqui no passado. Goiás também o elegera Senador da República e Juscelino sempre teve um carinho especial por Goiás. Por isso, a homenagem dos goianos é mais apaixonada, é mais emotiva com relação a JK.

Sempre tivemos uma amizade muito grande com a família. Fui Deputado Federal com a Márcia Kubitschek, fui vice-Governador na época em que ela era vice-governadora de Joaquim Roriz. Ela inaugurou a primeira homenagem, um marco na história de Jataí, de Juscelino Kubitscheck. Por isso, quero prestar as minhas homenagens a Márcia, a Maristella, a Anna Christina e principalmente a D. Sarah, que foi uma mulher extraordinária, um sustentáculo a campanha e da jornada vitoriosa de Juscelino Kubitschek. (Palmas.)

Juscelino foi, sem dúvida, o maior estadista deste País. Ele não foi um dos maiores, ele foi o maior estadista de toda história do Brasil e é um exemplo que todos devemos cultuar. Não precisamos buscar exemplos em outros países. Nós temos aqui o Presidente Juscelino Kubitschek como o grande exemplo de político, de administrador, homem que enxergava longe, pensava grande, sonhava alto e mudou realmente a história deste País.

O Presidente Juscelino inspirou muitos goianos. Da minha pequena Jataí, saímos três Governadores de Estado. Ele teve uma amizade muito grande com Íris Rezende, que foi um grande tocador de obras e mudou também a história de Goiás sendo grande administrador.

O Presidente Juscelino inspirou Joaquim Roriz. Juscelino tinha propriedade aqui bem próximo à cidade de Joaquim Roriz – que hoje, sem favor nenhum, é o maior tocador de obras deste País. (Palmas.) Sem favor nenhum! Construiu a ponte que hoje é referência no mundo inteiro. Realizou obras em Brasília como ninguém imaginava que um Governador pudesse fazer. Joaquim Roriz é, sem dúvida nenhuma, um seguidor de JK. Foi JK no Brasil e JR, Joaquim Roriz, aqui em

Brasília. Realmente, ele fez obras importantíssimas aqui na capital. (Palmas.)

Essa é a minha homenagem a esse Governador, porque hoje nós precisamos de políticos e Governadores que tocam obras públicas. Obras públicas geram empregos, bem-estar à população e riqueza para o País. Nós estamos com uma carência muito grande de obras públicas aqui no nosso País.

Deixo aqui a homenagem de todos os goianos, uma homenagem apaixonada a este brasileiro que foi, sem dúvida nenhuma, o maior administrador, o maior político, o político mais hábil. Aqui foi dito e eu repito: ele enfrentou muitos levantes, enfrentou várias CPIs e, com muita calma, com muita prudência, com muita habilidade soube encerrar o seu Governo e soube dar ao Brasil o progresso, pela interiorização no nosso País.

Presto a minha homenagem a toda a família na pessoa da Anna Christina e de todos os familiares. E cumprimento o Paulo Octávio por esta oportuníssima homenagem pela passagem do cinqüentenário da posse de JK.

Sr. Presidente, para encerrar, gostaria que V. Ex^a permitisse que o jovem Antonio Soares Neto, que completou 80 anos, viesse aqui se apresentar (Palmas).

Ele foi o homem que teve o lampejo de genialidade ao fazer a famosa pergunta a Juscelino Kubitschek de Oliveira.

Desculpem-me, mas a minha garganta está muito seca.

Eu gostaria que ele subisse à Mesa para se apresentar. Ele tem 80 anos, mas é um jovem ainda. E a minha cidade tem mais essa característica importante: temos lá muitas pessoas com mais de cem anos, e que recebia lá o Juscelino Kubitschek de Oliveira.

Tonquinho com 80 anos, ainda jovem, vai ultrapassar os cem anos e seria importante que ficasse registrado nos Anais desta Casa a presença física daquele que fez com que Juscelino prometesse a mudança da Capital. (Palmas)

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PDMB – AL) – Tenho a honra de conceder a palavra ao nobre Senador José Agripino, nobre Líder do PFL no Senado Federal.

Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Renan Calheiros; D. José Freire Falcão, Arcebispo de Brasília; ex-Senador, ex-Ministro, ex-Presidente do Supremo, nosso sempre estimadíssimo Ministro Maurício Corrêa; Governador Joaquim Roriz;

Desembargador José Jerônimo, mui digno Presidente do Tribunal de Justiça de Brasília; Sr^{as}s e Srs. Senadores; minhas senhoras e meus senhores; meu Presidente Maurício Corrêa, deixei de propósito de mencionar um nome para cumprimentar, por último, a figura a quem quero dirigir-me para contar uma história: Anna Christina Kubitschek, esposa de Paulo Octávio e neta de Juscelino.

Anna Christina, nós somos, assim me julgo, amigos; sou amigo do seu marido e sou seu amigo. Já convivemos em oportunidades sociais, mas nunca tive a oportunidade de lhe dizer o que vou dizer agora.

Em 31 de janeiro de 1956 – há, portanto, 50 anos –, seu avô assumia a Presidência da República, eleito pelo voto direto. Em 31 de janeiro de 1956, eu me mudava de Mossoró, onde nasci – e morei a minha infância no interior do Rio Grande do Norte –, para Natal. Meu pai acabava de ser nomeado Secretário de Educação do então Governador Dinarte Mariz, a quem ele havia apoiado e que havia ganhado a eleição. Dinarte Mariz, como o meu pai, Tarcísio Maia, eram ferrenhos udenistas, como o meu tio João Agripino, que foi líder da UDN contra seu avô, que era Presidente da República.

Seu avô deixou a Presidência da República em 31 de janeiro de 1961. Nessa época, eu fazia o terceiro ano científico no Rio de Janeiro, fazia o curso de pré-vestibular para o curso de Engenharia e era filho do então Deputado Federal Tarcísio Maia, que morava no Rio de Janeiro e era Vice-Líder da UDN, combatendo Juscelino Kubitschek. Eu digo isso, para que fique ciente de que minha infância e minha juventude, eu as vivi em um ambiente no qual Juscelino Kubitschek não era bem comentado. E aqui estou hoje para falar – e para falar bem – do cinquenta e cinco da assunção de Juscelino à Presidência da República.

O que fez com que eu nunca me tivesse contaminado pelo vírus com o qual convivi na minha infância e na minha juventude do “antijuscelinismo”? O que fez com que eu, filho e sobrinho de líderes da UDN, ferrenhos adversários de Juscelino, nunca tivesse tido uma posição contra Juscelino? Anna Christina, foram os fatos. Em política, sempre digo uma coisa: não se deve nunca acreditar no que dizem, deve-se acreditar no que se vê.

Quando eu era rapaz, no Rio de Janeiro, eu não tinha dinheiro para comprar passagem e tinha muita vontade de passar as férias de final de ano no meu Estado. Às vezes, eu conseguia uma passagem pela FAB, mas, quando eu não conseguia, eu viajava de automóvel.

Anna Christina, no começo, em 1957, em 1958, levava-se quase uma semana de viagem pela empoei-

rada Rio-Bahia. Quando foram se aproximando os anos de 1960, de 1961, a viagem de uma semana passou a ser feita em três dias, porque seu avô asfaltou o sonho do Nordeste, que era a Rio-Bahia. Isso é um fato.

Comecei a freqüentar com mais assiduidade o meu Estado. Eu morava no Rio de Janeiro, estudava no Rio, onde me formei, e voltava a Natal, onde eu havia feito o curso ginásial e onde havia morado por três agradáveis anos da minha vida, mas onde não havia indústria. Quando eu voltava a Natal, eu já via as Guararapes, eu já via algumas fábricas novas portentosas. E isso era produto de quê? De algo que meu Estado não tinha antes, de uma coisa chamada Sudene, que seu avô criou – ele que nem nordestino era!

Anna Christina, o primeiro carro que tive foi um Fusca. Que Fusca? Um Fusca que seu avô trouxe para inaugurar a indústria de automóveis no Brasil.

Foram os fatos, Senador Antonio Carlos Magalhães, que me fizeram juscelinista. Sou, como V. Ex^a o é, um udenista ferrenho. Nós o fomos. Nunca me atrevi, Paulo Octávio, a emitir uma opinião contra Juscelino Kubitschek, porque os fatos me mostraram que ele era um homem que merecia o respeito do povo do Brasil. (Palmas.)

É por isso que aqui estou hoje, Presidente Maurício Corrêa, para trazer, em nome do meu Partido – aliás, o Senador Antonio Carlos Magalhães já o fez e, é claro, o Senador Paulo Octávio também –, a palavra de homenagem a um cidadão em favor do qual quero dar, aí, sim, um testemunho.

Nunca apertei a mão do seu avô, nunca vi Juscelino. Guardo dele as imagens que a imprensa registra, os discursos que ouvi gravados, as imagens que vi em filmes, mas nunca tive o prazer de apertar a mão de Juscelino Kubitschek, o galante Juscelino Kubitschek, de quem se conta tanta história interessante; o informal Juscelino Kubitschek, que gostava de retirar os sapatos nas solenidades, mas que, acima de tudo, foi amigo.

Senador Mão Santa, Adolpho Bloch eu o conheci e tive boa amizade com ele. Eu me lembro do carinho com que Adolpho Bloch se referia a Juscelino. Conheci o gabinete onde seu avô despachava ou passava a tarde de trabalho, no prédio de Manchete. Isso não lhe custava um real. Era o produto da amizade de Adolpho Bloch, do reconhecimento de Adolpho Bloch ao homem que ele venerava. Era a forma de reconhecer o estadista que foi Juscelino Kubitschek. Ele era, Presidente Renan, amigo dos amigos, e essa é uma marca muito forte no homem público. Ele foi um estadista que quero reverenciar.

Presidente Maurício Corrêa, quando estive, pela primeira vez, em Buenos Aires, fiquei impactado com

a porta do Banco da Argentina. Era uma porta, D. José Freire, esculpida em bronze, impactante. E, para nós, brasileiros, era humilhante, porque não tínhamos coisa nem parecida. Buenos Aires era uma cidade portentosa, comparada às nossas melhores cidades. Éramos menores do que a Argentina. Quem fez o Brasil muito maior do que a Argentina foi seu avô, Juscelino Kubitschek de Oliveira.

Por isso, aqui estou, para homenagear o amigo, o estadista, mas para homenagear, acima de tudo, o democrata.

Seu avô, Anna Christina – e esta, talvez, seja a melhor recordação que possamos nós, homens públicos, ter dele –, nunca teve maioria folgada no Congresso. Ele teve a oposição de homens competentes, que lhe faziam oposição com talento. Mas ele pôde governar. Governou e conseguiu tudo o que quis. Não precisou comprar ninguém, porque tinha talento. Era competente, habilidoso e, acima de tudo, um homem que respeitava as instituições.

Por isso tudo é que aqui estou, para, na sua pessoa, reverenciar a memória de um homem que não conheci, mas que eu poderia dizer que é uma das minhas referências na vida pública: Juscelino Kubitschek, o estadista, o amigo, o democrata. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Tenho a honra de conceder a palavra ao nobre Senador Eduardo Suplicy, legítimo representante do Estado de São Paulo.

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Ex^{mo} Sr. Presidente Renan Calheiros; prezado Governador Joaquim Roriz; meu caro colega no Senado, Ministro e Presidente do Supremo Tribunal Federal, Maurício Corrêa; prezado Dom José Freire Falcão; Sr^a Anna Christina Kubitschek; Sr. Desembargador José Jeronymo de Souza, muito já foi dito aqui sobre Juscelino Kubitschek de Oliveira, mas acredito ser importante trazer o testemunho do impacto de Juscelino sobre cada um de nós, como assim o fizeram os Senadores que aqui com ele conviveram.

Eu tinha 19 anos em 1960, quando, estudante, comecei a acompanhar com muita atenção a campanha em que Juscelino despontava como um possível candidato. Eu ficava impressionado com a maneira didática como ele fazia suas exposições, normalmente utilizando um mapa, apontando para as diversas regiões do Brasil e mostrando qual era a sua visão do que poderia ser a nossa Nação.

O Senador Mão Santa mencionou que, naquela oportunidade, não havia televisão, mas talvez não no Piauí. Em São Paulo, lembro-me de ver Juscelino dialogando com o povo. A televisão ainda era em branco

e preto, bastante precária em relação aos aparelhos modernos, mas me lembro perfeitamente de como Juscelino começou a inspirar as pessoas e a entusiasmar jovens como eu a querer bem ao nosso País e a acreditar naquilo que poderíamos realizar.

Ele tomou posse e lembro-me de que, à véspera da inauguração de Brasília, estávamos eu, meus irmãos e meus pais ouvindo o rádio. Eu estava entusiasmado com o que iria se passar em 21 de abril, na inauguração de Brasília, e pedi a meu pai: Puxa, eu gostaria tanto de presenciar o que vai ser a inauguração de Brasília! E ele me deu de presente poder aqui estar. Falei: depois eu me viro lá, porque sei que há amigos que estão ali acampados e tal. Assim, vim para cá, onde passei diversos dias, e pude perceber o entusiasmo das pessoas que haviam partilhado e participado da construção de Brasília, os operários do Núcleo Bandeirantes, mas também daqueles que viam cada edifício, cada prédio.

Passei a ter enorme admiração por Lúcio Costa, que planejou o desenho da cidade, e por Oscar Niemeyer, que construiu este verdadeiro céu, no sentido da beleza, do Senado Federal e do Congresso Nacional, que fez com que tantas pessoas que por aqui passaram por vezes comparassem esta Casa a um céu de reflexão sobre o País e sobre as coisas ora tristes, ora preocupantes, mas também sobre as boas coisas.

Eu gostaria de lhe transmitir, Anna Christina, que o sentimento de brasiliade, de amor à Pátria, de acreditar no Brasil, eu aprendi muito com o seu avô e isso é algo que ficou para sempre como um exemplo para mim e para milhões de brasileiros, hoje.

Meus parabéns! (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Tenho a honra de conceder a palavra ao nobre Senador Ramez Tebet.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Renan Calheiros; Sr. Governador de Brasília, Joaquim Roriz; Reverendíssimo Dom José Freire; Exmº Dr. José Jeronymo de Souza, que, nessa Mesa, representa o Poder Judiciário; Senador Maurício Corrêa – permita-me, pois quero incluí-lo como um eterno Senador desta Casa –, senhoras e senhores, vou começar pedindo licença ao Sr. Presidente, Senador Renan Calheiros, porque quero fazer um reparo. A todos os discursos, a partir do de V. Ex^a, seguido do comovente até discurso do Senador Antonio Carlos Magalhães e de tantos outros que aqui pontificaram, nenhum reparo, só elogios. Porém, pedirei licença ao Senador Maguito Vilela para dizer que não é privilégio de Goiás a paixão por Juscelino Kubitschek de Oliveira. A paixão por Juscelino Kubitschek

de Oliveira é do Brasil inteiro, e é por isso que estou aqui, depois de tantos falarem, para fazer com que a voz de Mato Grosso do Sul também seja ouvida numa das mais importantes homenagens, senão a mais justa e merecida, com toda a certeza, que se presta a um homem público de quem tanto se falou – e já se falou tanto que não temos mais o que falar.

Muitos falaram de reminiscências. Eu as tenho também e quero fazer até algumas comparações. Se o espírito de Juscelino Kubitschek era desenvolvimentista, arrojado, audacioso, de quem quer construir, de quem quer fazer, permitam-me que eu lhes diga que esse espírito continua em Brasília. Precisa ir para outros lugares do Brasil, talvez, mas em Brasília ele continua.

Imagine, Governador Joaquim Roriz, se V. Ex^a não atendesse à memória de Juscelino Kubitschek e não administrasse a nossa querida Brasília, que ele construiu com seu patriotismo e com seu arrojo, imagine se Brasília fosse administrada olhando eminentemente uma política fiscal, o que seria de nós? Felizmente, Brasília, por quatro vezes, foi governada por V. Ex^a.

Nessas reminiscências, permita-me que eu diga, Senador Antonio Carlos Magalhães, pois V. Ex^a não sabe e o Presidente Sarney aqui não está, que quando Juscelino governou o Brasil eu era um estudante no Rio de Janeiro e um freqüentador assíduo do Palácio Tiradentes. Se Heráclito Fortes falou no hino do PSD, não foi para discriminar aqueles que pertenciam à UDN ou a outros partidos, porque, no Governo de Juscelino Kubitschek, o embate existia, era um embate de idéias, de partidos fortes, de quem agia com consciência partidária, com vocação democrática. Eu pude, das galerias, dos balcões do Palácio Tiradentes, de manga de camisa, tantas vezes, Senador Antonio Carlos Magalhães, presenciar os grandes debates que lá se travavam em torno do destino do Brasil, em torno da construção de Brasília. Era Vieira de Melo, como Líder do Governo; era Gustavo Capanema; era Fernando Ferrari, do PTB; era Carlos Lacerda, da UDN; Afonso Arinos; Aliomar Baleeiro e tantos outros, mas todos no embate verdadeiramente democrático. E Juscelino, confiante em seu Partido, confiante na força do povo, caminhou resoluto para fazer algo, que também queria aqui relembrar, ao ouvir outros oradores. Sabem o que foi? Apesar de a nossa população reclamar, mas não é verdade, as promessas, as mesmas que muitos fazem em praça pública e que, depois que assumem o poder, se esquecem dos compromissos assumidos perante o povo. Eu não conheço promessa mais arrojada e, na época, mais desacreditada – permitam que eu diga – do que a promessa que Juscelino Kubitschek fez de cumprir a Constituição de 1891, trazendo aqui

para o Planalto Central, a Capital da República, hoje, a nossa querida Brasília. Portanto, ele cumprira a sua palavra. Isso é muito importante ser ressaltado nesta hora e neste momento que o Brasil vive. É de transcendental importância. Por isso, aqui estamos nesta merecida, justa e grande homenagem.

Fui daqueles que, na minha adolescência, na minha juventude militei na corrente do desenvolvimento, na corrente nacionalista. Fui daqueles estudantes que iam às ruas, que tinham ideal, que discutiam os problemas do Brasil, que se reuniam para discutir se era válido ou não construir Brasília, se era certo ou não promover a indústria automobilística, construir estradas, enfim, fazer tudo o que o gênio inigualável de Juscelino Kubitschek legou ao nosso querido Brasil.

Sr. Presidente, V. Ex^a marcou meus cinco minutos. Outros, com mais histórias para contar e com maiores dotes, puderam exceder o tempo. Ficarei com os meus cinco minutos e com as reminiscências de minha mocidade, com o ideal da minha mocidade, que foi inspirado por Juscelino Kubitschek, porque eu queria ver a Capital no interior. Eu dizia que era preciso fazer, eu dizia que o Brasil precisava alastrar-se. Não era possível que o Brasil olhasse só para o mar. Existia um outro Brasil: o Brasil da integração nacional, cujo exemplo maior foi Juscelino Kubitschek. Por esse ideal ainda lutamos, Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, ilustres convidados.

Parece-me que não abracei a neta de Juscelino Kubitschek, que ornamenta esta Mesa. Permitam-me que conte um episódio. Fui procurado por Paulo Octávio, em março. Naquela época, era o Relator do Orçamento, que passaria a vigorar no ano de 1999. Não havia nada para o Memorial JK, que precisava ser revitalizado. Fui procurado. Então, pensei comigo: isso devia constar da peça orçamentária que veio do Poder Executivo para ser apreciada pelo Poder Legislativo; como não consta e o Relator pode, aqui vai uma emenda de Relator, porque não é possível não se ter a casa do maior gênio político – no meu entender, na palavra deste humilde sul-mato-grossense – que o Brasil teve, que foi Juscelino Kubitschek de Oliveira!

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao nobre Senador Amir Lando, representante do Estado de Rondônia, como Líder do PMDB no Senado Federal.

Com a palavra V. Ex^a.

O SR. AMIR LANDO (PMDB – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Renan Calheiros; Dom José Freire Falcão; Desembargador José Jeronymo de Souza; ex-Ministro e Presidente do Supremo Tribunal Federal,

Maurício Corrêa, nosso permanente colega de Senado da República; Governador Joaquim Roriz, que segue os passos desse grande estadista que hoje homenageamos pelo que faz pela Capital da República, dando uma modelagem moderna e uma contínua evolução aos projetos desse que foi seu criador.

Quero saudar a neta do ex-Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, Anna Christina. V. S^a hoje é o objeto de todas as nossas homenagens, porque representa a alma e, sobretudo, a sucessão deste herói que hoje galga o altar da Pátria.

O nome dos grandes homens não se escreve nas areias das praias nem se esculpe nas lápides e nos rochedos. O nome dos grandes homens, dos heróis e dos pais da Pátria inscreve-se no coração das gerações futuras. Por isso, hoje, numa justa homenagem, reverenciamos aquele que está com o seu nome no coração de todos os brasileiros. Hoje homenageamos os 50 anos de sua posse como Presidente da República.

E por que essa homenagem? Ela é um reconhecimento público, porque a única recompensa dos estadistas é o reconhecimento público. E, se o fizemos, é um preito de gratidão àquele que soube, não administrar a agonia de cada dia, não administrar o caixa de cada mês, desposar os séculos e lançar o Brasil na silhueta do futuro distante. É isso que vemos nesse processo de modernização, porque, se o progresso chegou, ele não chegou para uns poucos, mas para toda a Nação, para que todos os brasileiros pudessem partilhar da grandeza nacional.

O grande homem é aquele que projeta a sociedade para além de seu tempo. E foi isso que Juscelino fez. Juscelino tinha convicção de um projeto de construção nacional. Juscelino tinha um projeto de Brasil, e foi da altura das Alterosas que foi construindo, no dia-a-dia de homem público, mas antes no de jovem pobre, que soube compreender a sociedade em todo o seu perfil, porque nós vemos nele aquele que construiu a grandeza do Brasil, despojadamente, sem nada pensar em si. E esta é a essência da atitude política: pensar nos outros, pensar na Nação, e não pensar em si.

Juscelino percorreu a grandeza de projetos que concebeu, que concebeu porque era um homem devotedo à causa de todos, que concebeu do abstrato, mas que foi moldando por uma tenacidade que só a convicção pode ofertar. E, exatamente, para decidir é preciso conhecer, e, para conhecer é preciso estudar, debruçar-se sobre os projetos. Isso fazia Juscelino. Isto é que demanda a todo homem público: conhecer para ter convicção. Ter convicção para decidir. Sem convicção não há decisão. (Palmas.)

Esse é um ponto que queríamos destacar.

E quero trazer para esta Casa o momento em que Juscelino, numa reunião com os Governadores da Amazônia, decidiu construir a Leste-Oeste, a Brasil-Acre. E o que fez ele? Conta-nos, aquele que era o Governador e amigo de Juscelino, o Coronel Paulo Nunes Leal que a construção dessa rodovia por Juscelino foi inspirada por um seringueiro, um morador da estrada de ferro Madeira-Mamoré, lá do Km 172, que, por meio do jornalista Jorge Ferreira, mandou uma carta ao Presidente. E o Presidente soube ouvir um seringueiro abandonado nos confins da floresta como uma estrela perdida na abóbada do céu daque-la Amazônia imensa. Essa carta inspirou Juscelino a construir a Leste-Oeste, a Brasil-Acre.

Numa reunião, Juscelino comentava essa carta com o então Governador do Território Federal de Rondônia, mensagem que veio de longe, que veio dos confins da floresta, dos páramos remotos de vasta solidão. De lá ouviu a voz de um brasileiro, dos Raimundos, que eram noventa mil que habitavam o território federal. Hoje 2 milhões ou mais de Raimundos querem, mais uma vez, reconhecer publicamente aqui o preito de gratidão a Juscelino Kubitscheck, que fez essa abertura para Oeste e levou a estrada, a que era a BR-029 e hoje é a BR-364, até o Acre, passando pelo Estado de Rondônia. E é exatamente a grandeza da decisão.

JK já havia construído a Belém-Brasília, completando a ligação Sul-Norte. E, nesta reunião, decidiu, de pronto, já no final do seu Governo, realizar esta obra de mais de três mil quilômetros. Nesse momento, quem conta é o próprio Juscelino Kubitschek de Oliveira, em seu livro **Por que construí Brasília**, quando anuncia – e isso não vou ler, vou incluir no meu discurso – aos jornalistas a decisão de que iria construir. Disseram: – “Isso é uma loucura, isso é impossível! Como poderá fazer essa obra que equivale à Belém-Brasília?” Juscelino respondeu: – “Começarei amanhã.” E, na mesma noite, determinou providências junto ao DNER para que fossem tomadas as primeiras medidas. E a BR começou. Nos primeiros meses, seis mil homens trabalhavam e a abertura no meio da floresta foi desenhando o traço que daria ao leito da BR, lembrando as linhas de Rondon da linha telegráfica.

Essa é a atitude de um homem que, numa decisão pronta e acabada, determinou providências e, no dia seguinte, começava a obra. Quem faz exatamente faz a hora. E quem faz realiza com determinação e decisão. Essa é a grandeza de um governante que projetou, determinou e acompanhou pessoalmente a construção da BR-029, e conseguiu inaugurar-lá.

Após esse encontro, numa conversa que vale a pena transcrever, o Coronel Nunes Leal disse: Dá para fazer no meio da floresta essa estrada. Mas é uma

obra para muita determinação. Respondeu: – Mas é ‘coisa para macho’ – disse o Coronel Leal. Juscelino encheu o peito – segundo a descrição do próprio Leal – e respondeu: – Pois então vou cravar a imagem do Cruzeiro do Sul no solo pátrio. Isso o que fizeram os dois braços, Norte-Sul, Leste-Oeste. Essa é a grandeza da decisão de um homem que quis fazer, e quem sabe faz a hora.

Por isso, Sr. Presidente, quando reverenciamos o nome desse que desposa os séculos, que vive no coração do povo brasileiro, é pelo que fez; pela sua obra imorredoura, porque a história se escreve sobretudo nos fatos que superam o período da vida, mas que transcende a si própria e ganha sobretudo o respeito das gerações vindouras.

Mas Juscelino, no final de tudo o que fez pelo Brasil, também foi injustiçado. Eu poderia dizer que Juscelino, no final, morreu só, como o cerne dentro da casca de uma árvore velha. Mas morreu só como o cerne da decência, da dignidade, da determinação de construir uma nação para todos os brasileiros, dentro de uma visão democrática da potencialidade e da grandeza do Brasil. Juscelino morreu só, mas somente para demonstrar a todos nós que quem faz o Brasil não interessa nada para si, mas interessa ao povo brasileiro.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao último orador inscrito, nobre Senador Demóstenes Torres, também valoroso representante do Estado de Goiás.

Com a palavra V. Ex^a.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO). Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Renan Calheiros, Sr. Governador do Distrito Federal, Joaquim Roriz, Srs. Representantes da Família do Presidente Juscelino Kubitschek, Sr^{as}s e Srs. Senadores, Senhoras e Senhores, falar de Juscelino Kubitschek, como todos aqui já puderam compreender, é uma tarefa até certo ponto fácil, por ser um político com tantas características favoráveis, um homem com experiência de vida riquíssima, com a administração modelar e que acabou inspirando toda uma leva de políticos no Brasil. Falar de JK é uma tarefa aparentemente fácil, porque, na realidade, todos aqui já disseram sobre quem era Juscelino Kubitschek. Mais que tudo, representava um estilo de fazer política, porque fazer política hoje se tornou algo pesado, algo carrancudo. O político é um homem sisudo. Não é aquele que tem a possibilidade de compreender a dor do ser humano.

Há até uma música muita famosa que Chico Buarque acabou gravando, segundo a qual: “A dor da

gente não sai no jornal”. E Juscelino tinha essa capacidade de entender.

Sou novo no Senado. Tive a oportunidade de conviver com algumas pessoas que conviveram com JK. Mais que o Juscelino da televisão, mais que o Juscelino do cinema, existiu o Juscelino da vida real, o Juscelino cativante, o Juscelino expressivo, o homem que tinha o sorriso no rosto e, mais do que o sorriso, tinha a alma do brasileiro expressa no seu semblante.

Juscelino foi um vencedor porque mais do que se preparar para ser um vencedor ele se preparou para ser um homem comum. E é isso que nós políticos do Brasil deveríamos entender.

Juscelino teve a capacidade de compreender que havia dois países dentro de um mesmo País, e teve a capacidade de mudar a rota de desenvolvimento para fazer com que esse Brasil atrasado se aproximasse do Brasil desenvolvido.

Juscelino era um homem cordial, um homem que Sérgio Buarque de Holanda certamente não se inspirou nele, até porque a edição é anterior, mas era um homem que representava o Brasil, representava o brasileiro. Aqui nós temos um grande administrador na Mesa, mais que um grande administrador, na ativa, o Governador Joaquim Roriz. Tenho certeza de que ele se inspirou em muito do seu trabalho na obra administrativa de Juscelino Kubitschek.

Quero dizer a todas as senhoras e a todos os senhores: hoje o Brasil precisa de novo de um novo Juscelino Kubitschek, de um homem que vai fazer este País voltar à sua vocação; que não teve medo de enfrentar a inflação, a Oposição; que passou por algumas tentativas de golpe militar, mas que foi capaz de perdoar.

Juscelino era um grande administrador, porque era também um político que sabia unir. O Senador Antonio Carlos Magalhães, certa feita, teve oportunidade de me relatar que Juscelino, quando perdeu o mandato, estava em uma situação muito delicada. Quase sempre quem vem depois quer desfazer a obra do que esteve anteriormente ocupando aquele posto. E tentaram isso com JK. Tentaram, mas não conseguiram, porque hoje aqueles que o detrataram estão esquecidos. E Juscelino está permanentemente na memória do brasileiro.

Mas o Senador Antonio Carlos Magalhães dizia que, naquele momento difícil, fora um dos poucos que puderam consolar o Presidente. Ele e a sua família sofreram muito. É claro que não podemos mais fazer com que Juscelino não tenha mágoas, até porque acredito que ele não tinha, pois era um homem muito grande para, apesar de todas as dificuldades, guardar esse sentimento. Mas se ele não pode hoje ouvir o que es-

tamos falando, ao menos fisicamente, a sua família e os seus amigos tenham a certeza de que ele estará sempre presente no Brasil grande. Juscelino pregava o Brasil país do futuro, e hoje não precisamos mais do Brasil país do futuro. Nós precisamos do Brasil país do presente. Na realidade, nós precisamos de Juscelino Kubitschek. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Obrigado a V. Ex^a.

Os Srs. Senadores Paulo Paim, Antonio Carlos Valadares, Flexa Ribeiro e a Sr^a Senadora Lúcia Vânia enviaram discursos à Mesa alusivos ao presente evento, para serem publicados na forma do art. 203, combinado com o inciso 1 e § 2º do art. 210, ambos do Regimento Interno do Senado Federal.

S. Ex^as serão atendidos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^as e Srs. Senadores, eu gostaria de saudar a iniciativa do Senador Paulo Otávio, que requereu esta homenagem aos 50 anos da posse de Juscelino Kubitschek de Oliveira na Presidência da República.

Muitas vezes fiquei a me perguntar por que Juscelino Kubitschek foi um dos Presidentes mais populares do Brasil. O que levou à construção desse carinho coletivo que nos fascina? Se hoje perguntarmos para os jovens e crianças de 12, 13, 14, 15 anos quem foi JK, a resposta com certeza virá com força e consciência de uma geração que nasceu num País que há 20 anos convive lado a lado com uma senhora chamada democracia.

Homem de personalidade marcante, sonhou um Brasil moderno e industrializado, onde os brasileiros pudessem ter orgulho da terra em que nasceram. Queria um Brasil Pátria. Um Brasil nação. Um Brasil respeitado. E, para tanto, não mediu esforços: o plano de metas 50 anos em 5, estradas, portos, indústrias, empregos, a construção de Brasília, e tantos outros.

Podemos dizer que seu governo de 1956 a 1960 foi um divisor de águas que impulsionou o País e colocou estas terras na agenda internacional nas nações co-irmãs.

Mas, Sr^as e Srs. Senadores, o que mais me encanta os olhos, sem dúvida, foi a visão que Juscelino tinha sobre o salário mínimo. Naquele período os trabalhadores brasileiros recebiam o maior salário mínimo da história. Mais alto até que no governo Vargas. Dados atualizados indicam que o valor do salário mínimo de JK representaria hoje R\$750,00. Juscelino encampou o salário mínimo como instrumento fundamental para distribuição de renda em nosso País.

Hoje, o Congresso Nacional, por meio da Comissão Mista do Salário Mínimo, da qual sou Relator,

está debatendo a construção de uma política efetiva de recuperação de compra para o salário mínimo. Estamos conversando e buscando sugestões com toda a sociedade para que tenhamos em 2006 um projeto de lei para os futuros aumentos do salário mínimo.

Oxalá nos dê forças e inspiração em Juscelino Kubitschek.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^as e Srs. Senadores, autoridades aqui presentes, Senhores Familiares, não é nada fácil falar de Juscelino Kubitschek de Oliveira; porque não é fácil falar de um estadista. Citar exaustivamente as obras e grandes feitos de JK não representam o que é ser um homem público estadista. Diante do subdesenvolvimento e desigualdade social que ainda assola o povo brasileiro pode parecer estranho falar de “um estadista brasileiro”, pois alguns cientistas políticos falam que nós esperamos por um “pai protetor”, um homem que “resolva todos e definitivamente os nossos problemas”. E na verdade ser um estadista é encarar os problemas e começar por resolvê-los. Ser estadista é ser o homem público que faz a diferença no momento de crise. É apagar o fogo da crise, caminhando junto com a nação para a tranquilidade e o progresso social e econômico.

JK é um estadista. O Brasil, ainda assombrado com o suicídio político de Getúlio Vargas em 1954 e da forte pressão udenista contra as eleições (e sua impugnação a todo e qualquer candidato considerado getulista), se uniu ao PSD e o PTB para eleger no ano seguinte para presidente da república Juscelino Kubitschek de Oliveira! Mineiro, ex-prefeito de Belo Horizonte durante o Estado Novo, ex-deputado e governador de Minas Gerais e para vice, João Goulart, o ministro do trabalho de Getúlio, agora erigido à condição de líder do nacionalismo e do trabalhismo getulista.

JK obteve 36% dos votos, representava principalmente os setores da classe média, da indústria e do setor financeiro, além de boa parte dos representantes dos Estados mais atrasados, tendo à frente os pesse-distas mineiros. Juarez Távora, aliado de Getúlio até 1937 e lançado pelo Partido Democrata Cristão, com apoio da UDN, obteve 30% dos votos, seguido do ex-interventor de São Paulo, Adhemar de Barros, chefe do Partido Social Progressista, com 26%. O menos votado foi o integralista Plínio Salgado, de extrema-direita, com 8%.

Derrotada, a UDN, ao lado de uma organização direitista, a Cruzada Brasileira Anticomunista, tentou impedir a posse dos eleitos, apelando para as Forças Armadas – “que tem nas mãos a força para decidir a questão”, segundo Carlos Lacerda. Como nos diz o

historiador Boris Fausto a “Banda de Música” dos udenistas, referindo-se aos agressivos bacharéis udenistas, argumentava mais uma vez que os eleitos (o argumento só era utilizado após os resultados) deveriam ter a maioria absoluta dos votos. Os argumentos para o golpe também eram no sentido de que os eleitos “eram criminosos da pior espécie e enganaram o povo com o dinheiro que lhe roubou”; além de JK ter “apoio de comunistas” e de um eleitorado “formado pela massa ignorante, sofredora, desiludida”. Como notaram vários historiadores e aqui cito Caio Prado Júnior, tratava-se na verdade de um comportamento típico de muitos liberais na história do Brasil: derrotados nas eleições e sem penetração popular, recorriam à intervenção dos militares para “salvar a democracia”.

A tentativa de golpe foi neutralizada pelo legalismo do ministro da Guerra, General Henrique Lott, que defendia a posse dos eleitos. Afastado do governo por motivo de saúde, Café Filho foi substituído pelo presidente da Câmara dos Deputados, Carlos Luz, um pessedista dissidente e aparentemente ligado aos conspiradores. Ao tomar conhecimento de sua demissão pelo novo presidente, o General Lott mobilizou o Comando do Exército no Rio, ocupou prédios públicos, estações de rádio e jornais e cercou as bases aéreas e navais envolvidas no movimento. Era o contragolpe. O estado de sítio foi decretado, sendo o presidente do Senado, Nereu Ramos, indicado para o governo até a posse de JK. Carlos Luz, Lacerda e outros se refugiaram na Baía de Guanabara, a bordo do cruzador Tamandaré.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores e autoridades, a crise do início dos anos 50 oferecia alguns ensinamentos. O primeiro deles era que seria impossível prosseguir o desenvolvimento do país sem a criação interna de um setor de bens de capital, o setor principal da economia, capaz de sustentar e dinamizar a totalidade da produção industrial. O segundo, que os recursos necessários não poderiam originar-se do aumento da taxa de exploração da força de trabalho, sob pena de se voltar a uma nova crise social e política. O plano de metas do governo JK visava romper esse estrangulamento, realizando a substituição de importações nos setores de bens de capital e bens de consumo duráveis. Para o primeiro setor, os recursos continuariam sendo fornecido pelo Estado através principalmente de novas emissões de papéis e de empréstimos externos. O Estado voltou a investir maciçamente no setor de construção de estradas e de Brasília; e na indústria de base novas siderurgias (Usiminas e Cosipa), ampliação da capacidade produtiva da Petrobrás, construção de usinas hidrelétricas e outros empreendimentos.

A expansão do setor de bens de consumo duráveis, o de maior lucratividade e que deveria atender à crescente demanda interna, se faria pela internacionalização da economia, abrindo-a ao capital estrangeiro. A Instrução 113 da antiga Superintendência da Moeda e do Crédito – SUMOC, criada pelo ministro do Governo Café Filho, Eugênio Gudin, era a chave desta abertura: aproveitando-se da disponibilidade de capitais estrangeiros, ela franqueava a estes a importação sem cobertura cambial, de máquinas e equipamentos, com a condição apenas de se associarem ao capital nacional. Portanto, por essa medida as empresas estrangeiras aqui estabelecidas podiam adquirir máquinas no exterior sem se sujeitarem aos leilões de dólares para importação no Brasil. Sem dúvida que a isenção cambial ajudou o Brasil a sair da crise, muito embora mitigando o capital nacional que tinha que se associar ao estrangeiro.

Aos poucos grandes empresas internacionais transferiram para o Brasil parte de sua tecnologia já obsoleta nas matrizes. Os investimentos concentravam-se principalmente nas indústrias de eletrodomésticos, de aparelhos eletrônicos, em algumas indústrias de máquinas, equipamentos e comunicações e, especialmente, na automobilística: Volkswagen (investimento alemão), Simca (francês), Willys Overland (norte-americano) – esta última com apoio quase total do BNDES.

Não se pode perder de vista também que o momento histórico mundial era de expansão das potências do chamado Primeiro Mundo e do imperialismo econômico.

Os primeiros efeitos da estratégia desenvolvimentista logo apareceram. Criando mercado para diversas indústrias e barateando o fornecimento de matérias-primas e insumos industriais, os investimentos estatais dinamizaram a economia, que entrou em novo e vigoroso ciclo de crescimento. Eram os 50 anos em 5 como prometera JK.

Prenunciado nos discursos do candidato, o clima reinante nos primeiros anos de governo era de entusiasmo e confiança ilimitada na “aspiração social nova”. A industrialização era apresentada, tal e qual nos anos 30, como a chave para a emancipação de todos e conquista do bem-estar geral. Brasília, a nova capital, cuja construção JK audaciosamente (e tipicamente de um estadista) iniciou, representava o “sinal dos novos tempos”. Começa aqui o pequeno, mas infeliz, momento de calvário de JK. É que sem dúvida que as empresas, gerando renda e emprego, lucraram e cresceram com todos os investimentos surgidos... e com elas surgiram as acusações ao governo de negociatas e de corrupção.

Aproveito a oportunidade deste meu pronunciamento para falar um pouco de uma época. E o foco que dou é o do desenvolvimentismo. O desenvolvimentismo tornava-se bandeira de consideráveis setores brasileiros, que não se preocupavam com a expansão estrangeira. A nova orientação tinha, no entanto, a oposição de forças nacionalistas e de esquerda e dividia setores intelectuais e técnicos ligados ao governo. No Instituto Superior de Estudos Brasileiros, uma das instituições formuladoras da ideologia nacionalista, um grupo de intelectuais rompia com a direção, aderindo à nova formulação do desenvolvimento, propondo um nacionalismo "sadio" e não "xenófobo". A maioria continuava defendendo um desenvolvimento sob a liderança da "burguesia nacional", não percebendo que esta, em sua maioria, associava-se ao capital estrangeiro, aderindo ao desenvolvimentismo.

Presente nos discursos de JK e nos principais documentos do governo, a ideologia desenvolvimentista teria grande influência na história política do país. Não só funcionou como poderoso instrumento da indústria contra os tradicionais agrários, como, durante muito tempo, influenciou parte das análises sobre a sociedade brasileira.

A forma como se deu o desenvolvimentismo afetaria profundamente a economia brasileira, já marcada pela dependência externa e pelas acentuadas desigualdades. Baseados em padrão tecnológico dos europeus e norte-americanos os novos ramos industriais (automóveis, eletrodomésticos, têxteis sintéticos, etc.), absorviam limitadamente a mão-de-obra disponível e acentuava o caráter concentracionista e internacionalizado da economia brasileira. Por outro lado, sem dúvida que as camadas altas, médias e alguns de baixa renda passaram a ter acesso aos novos produtos da indústria moderna. A própria classe trabalhadora teve os salários aumentados em termos absolutos, pois entre 1955 a 1959 o salário mínimo elevava-se a 15%; muito embora a participação da classe trabalhadora na expansão econômica, em termos relativos, fosse decrescente.

Em 1958, a inflação, resultante das intensas emissões necessárias à política de investimentos estatais e de crédito, atingia um nível elevado. Em decorrência dos empréstimos externos e da deteriorização do valor das exportações primárias, o déficit da balança de pagamentos chegava a 4% da produção nacional. Receosos de que a economia fosse à insolvência, os credores internacionais, tendo como porta-voz o FMI, condicionava a concessão de novos empréstimos à adoção de uma política "auster" de estabilização. Esta requeria, porém, contenção dos salários e o fim dos

subsídios à importação de produtos essenciais, como gasolina e o trigo.

O Presidente JK, ao final do seu governo tinha, de fato, compromisso com o desenvolvimento industrial, daí porque fez a opção pelo prosseguimento do programa desenvolvimentista, embora fosse gerador de inflação (que em 1961 chegou a 25%), e também rompeu com o FMI e a sua proposta de política de arrocho salarial e fim dos subsídios.

Hoje em dia dizer que JK se recusou a implementar a política econômica austera e que não racionalizou a economia via uma verdade cambial (com o fim dos subsídios cambiais a importação) pode soar como uma ofensa. E estaria sendo desagradável nesse momento em que o Senado lhe presta homenagem. Mas isso seria uma meia verdade. Afinal é real o fato de que JK queria voltar a presidência da república para continuar as obras do seu governo. Como falei no início desse meu pronunciamento, estadista é aquele que revela o problema e toma as rédeas de uma Nação para o seu caminhar, especialmente nos momentos de crise. É verdade que se pode apontar erros e acertos na política econômica de JK, e isso não o fará menor.

Crescia nos anos de JK o debate sobre o desenvolvimento nacional – o verdadeiro dilema desta Nação em saber como se desenvolver. E, infelizmente, esse debate ficou parado pelos anos de chumbo do regime militar. Assim, foi necessário retomar todo o ciclo: Primeiro, redemocratizar uma sociedade e instituições que viviam em um regime de força. Segundo, estancar a inflação galopante. Terceiro, tomar os rumos do desenvolvimento.

De várias formas JK está sendo aqui lembrado. Com humildade, que é a virtude presente em JK, trago para esse momento de homenagem um foco muito específico de JK que ainda perdura como dilema no Brasil desse séc XXI: O desenvolvimento nacional! Temos muito que aprender com a nossa história, especialmente quando falamos de desenvolvimento, especialmente quando estamos muito mais do que prestando homenagens a esse homem que foi Juscelino Kubitschek de Oliveira. Estamos nos reencontrado. Estamos nos redescobrindo. Não é preciso descobrir novamente a roda. É preciso aprender com a história. E a história do estadista JK tem muito o que nos ensinar.

Era o que eu tinha a dizer

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores: É profundamente tocante participar de uma Sessão Solene em homenagem a Juscelino Kubitschek. É notável verificar que esta Casa, na tarde de hoje, dedica-se a refletir sobre o legado deixado pelo diamantinense, que marcou a história deste País.

Não podemos pensar o futuro brasileiro sem formarmos massa crítica sobre o período que vai de 31 de janeiro de 1956 a 30 de janeiro de 1961. A história encarregou-se de tornar o governo de Juscelino, com seu notável desenvolvimento econômico e industrial, verdadeiro paradigma, almejado por todos os governantes e cidadãos brasileiros.

Juscelino tornou-se padrão de excelência, olhado com um quê de nostalgia, em momento em que a economia brasileira patina e gira em falso, se comparada à dos demais países em desenvolvimento.

Sr. Presidente, já manifestei desta tribuna, mais de uma vez, minha preocupação quando percebo que jornais brasileiros e periódicos estrangeiros atentam para o crescimento do País muito aquém das necessidades de justiça social que devemos ao povo brasileiro.

Juscelino, bom mineiro que era, jamais correu o risco de perder o bonde ou o trem da história. Kubitschek sintetizava, em sua figura pública, tanto o sonhador, o visionário que enxerga possibilidades onde os outros só vêem dificuldades, quanto o realizador, capaz de traçar metas, objetivos bem definidos, e não poupar esforços para cumpri-los.

Este pronunciamento não seria capaz de abranger, minimamente, a vastidão da obra de Juscelino. Uma tarde de homenagens tampouco conseguiria fazer jus às contribuições indeléveis do brasileiro que, pelo trabalho infatigável e pelo amor ao país, transformou a economia, a política e, mesmo, a geografia do Brasil.

Reconhecendo as lacunas inevitáveis que haverá ao enumerarmos alguns dos feitos de JK, gostaria de ressaltar, Srs e Srs. Senadores, algumas das várias contribuições de Juscelino à Região Norte e ao Estado do Pará.

A ênfase na integração rodoviária do Norte – em que a construção da Rodovia Belém-Brasília é exemplo evidente – revela o caráter estratégico que as riquezas e potencialidades da Região possuíam no governo de JK. Lea Sayão, filha do engenheiro Bernardo Sayão, um dos principais responsáveis pela construção da rodovia, disse, certa vez, que o nome Belém-Brasília, e não o contrário, Brasília-Belém, não é acidental: revela a firme intenção de Juscelino de interligar a capital paraense e as demais comunidades amazônicas ao centro-sul do País.

A rodovia BR-010, inaugurada em janeiro de 1960, com 2.080 km, quebrou o secular isolamento físico, exceto por via marítima, de toda a Amazônia com o resto do Brasil. Com a Belém-Brasília, como passou a ser mais conhecida e carinhosamente chamada, iniciou-se a integração da região amazônica ao sistema econômico brasileiro, trazendo-lhe os benefícios advindos do progresso brasileiro.

Além disso, a criação da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), no ano de 1953 durante o Governo de Getúlio Vargas em Belém do Pará, continuou a dar frutos na gestão de Juscelino Kubitschek.

Várias indústrias foram instaladas durante o mandato de JK. Mas, acredito, que a importante implementação de Juscelino para a Amazônia foi a Rodobras, autarquia responsável pela conclusão da Belém – Brasília e vinculada à SPVEA. Sem dúvida nenhuma, Sr. Presidente, a Rodobras foi a responsável pelo fim do isolamento amazônico.

É certo que o fator decisivo que motivou Juscelino a desbravar o Estado do Pará foi o de resolver, de forma perene, definitiva, as dificuldades de transporte que havia entre a Região Norte e o resto do País. Juscelino buscava inaugurar ciclo virtuoso que abrangesse os Estados e os, então, territórios federais da região amazônica.

Juscelino foi um dos principais pioneiros da história do desenvolvimento paraense e amazônico. Nesse sentido, vale citar o seguinte trecho da obra **Cinquenta Anos em Cinco: Meu Caminho para Brasília**, da lavra de nosso homenageado. Dizia Juscelino: “Há quem confunda pioneiro com bandeirante, já que ambos fazem do desbravamento sua atividade habitual. Entretanto, uma diferença enorme os distancia. O bandeirante desobre e passa à frente. Sua sina é avançar. Finca um marco. Poda uma árvore. Faz um monte de pedras. É tudo o que deixa, como sinal de sua passagem, para os que virão depois. Já o pioneiro é influenciado pela atração da terra. Descobre e fica. É um símbolo que se projeta através de um ânimo de permanência. E do seu ânimo brotam valores duradouros (...).”

É esse espírito, é essa visão de um presente que se projeta para o futuro, que explica, também, a abertura da rodovia federal até o Acre, em busca da fronteira ocidental, ou da Brasília-Fortaleza, cortando o território de forma diagonal no rumo do Nordeste. A criação da Zona Franca de Manaus, em 1957, é outro exemplo eloquente do tirocínio político de Kubitschek: não é viável conceber desenvolvimento nacional sem a transformação qualitativa da economia e da sociedade dos povos amazônicos.

Em suas memórias, Juscelino demonstra estar ciente da necessidade de executar política de integração nacional que se estenda até a Bacia do Araguaia, até a ilha do Bananal, localizada na foz do velho e caudaloso Araguaia. Foi esse o sentido da “Operação Bananal”, empreendida no último ano de seu governo.

Com JK, mudaram-se os paradigmas e as prioridades. Relegados, até então, a segundo plano, nordestinos e nortistas passaram a fazer parte de uma

estratégia nacional de superação dos desníveis gritantes entre o desenvolvimento do Norte e o do Sul do Brasil. Nesse ponto, Brasília sintetiza o enorme esforço – mais atual que nunca – de fazermos convergir, nesse imenso território nacional, os interesses de todas as regiões.

O investimento maciço no setor de transportes do Governo Juscelino, efetuado de forma planejada, sem o açoitamento de medidas emergenciais tão comuns hoje em dia, serve para mostrar que o saudoso Presidente não descansava no sonho dourado da integração nacional: buscava efetivá-la com recursos e com medidas arrojadas que faziam empalidecer os detratores.

Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, a homenagem que o Senado faz à memória de Juscelino, justíssima, serve para lembrar a diferença que faz o exercício de liderança política imbuída de um projeto, de uma agenda para o País. O carismático diamantinense, pé-de-valsa e seresteiro, deixou muita saudade.

Mas deixou, também, a belíssima lição de que a esperança na construção de um Brasil mais desenvolvido e socialmente mais justo se faz com planejamento minucioso, muito trabalho e perseverança.

Muito obrigado.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO). Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, comemorar os 50 anos da posse de Juscelino Kubitschek de Oliveira como vigésimo presidente do Brasil é uma honra para todos nós, que somos neste momento, representantes do povo brasileiro, a quem JK se referia como “a força propulsora” de nosso país.

Seu governo, marcado pelo progresso, pelo desenvolvimento econômico, social e cultural, tem sido exemplo para gerações de políticos de todos os partidos.

Assim como Juscelino, o verdadeiro político luta a vida inteira para concretizar um ideal, superando desafios e barreiras e negando-se a concessões fáceis.

A construção de Brasília foi o ápice de seu governo, a maior lembrança que o país dele preserva.

Patrimônio da humanidade, resguardada na memória e na arquitetura, representou e representa o compromisso do presidente Juscelino com a democracia e o desenvolvimento econômico, capazes de gerar a justiça social pela qual tanto ansiava.

Seus cinco anos de governo ficaram conhecidos como a “Era JK”. O próprio presidente Juscelino, ao anunciar seu programa de administração, afirmou que pretendia que aqueles cinco anos representassem 50, tal seu entusiasmo e ousadia com os projetos que começava a pôr em prática.

O Plano de Metas, que incluiu a mecanização da agricultura, e, por extensão, a expansão da indústria automobilística, foi uma estratégia acertada.

Setores como energia, transportes e indústrias de base receberam grandes incentivos e investimentos, o que foi fundamental para o processo de industrialização do país.

Ao final do governo JK o Brasil era outro, e, apesar das críticas, a população sabia que não havia mais chance de retrocesso. O progresso chegara e ia ficar.

O resultado de todo seu entusiasmo e de uma administração realmente inovadora foi que entre 1956 e 1960 a economia brasileira cresceu, em média, 8,1%. A produção nacional de petróleo multiplicou por 15; o Produto Interno Bruto industrial cresceu em média 10,7% ao ano.

O presidente Juscelino virou símbolo de uma era de democracia e prosperidade e até hoje é lembrado com admiração e respeito por homens públicos e pela população em geral.

Mas foi o mineiro simples e ao mesmo tempo o grande estadista quem deixou as maiores lembranças.

Juscelino Kubitschek de Oliveira foi menino do interior, nascido em Diamantina, filho de um caixeleiro viajante e de uma professora.

Sempre quis ser médico, ajudar os outros. Homem do povo venceu pelo estudo, pelo trabalho e pela inabalável força de vontade.

Foi prefeito de Belo Horizonte, deputado federal e governador de Minas Gerais.

Ameaçado de não assumir por setores das Forças Armadas, soube, posteriormente, garantir-lhes a anistia, num gesto que só os grandes homens sabem ter.

Democrata, governou para todos, sempre procurando ouvir a todos. Sua base parlamentar garantiu-lhe realizar sua maior obra, que foi a construção de Brasília.

Durante os cinco anos em que Juscelino Kubitschek de Oliveira foi presidente da República, o Brasil viveu a democracia no sentido maior da palavra.

A Nação compreendeu que política se faz com honestidade, respeito e integridade.

Mais do que tudo, o Brasil de JK herdou a sua fé no povo simples e humilde que forma esta grande Nação.

Em seu discurso aos trabalhadores, quando da inauguração de Brasília, Juscelino resumiu a essência da alma brasileira, quando afirmou: “falais pouco, apenas o suficiente, pois o sofrimento vos tornou homens sérios, graves. Não é por palavras e aplausos

que manifestais o vosso agrado e o entusiasmo que vos possui: é pela ação".

Creio, Sr. Presidente, senhoras e senhores parlamentares, que esta é a grande lição que mais uma vez devemos recordar, nesta homenagem ao presidente Juscelino Kubitschek: sua crença inabalável no povo brasileiro.

É esta fé que deve ser permanente na trajetória de cada homem público que deseja servir ao seu país como JK o fez, há 50 anos, e que por isso hoje recebe esta respeitosa homenagem do Senado Federal.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Esta Presidência designa Comissão para dar continuidade às comemorações pela passagem dos 50 anos da posse de Juscelino Kubitschek como Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil.

Designo os Srs. Senadores Paulo Octávio, José Sarney, Antonio Carlos Magalhães e Pedro Simon.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Entre outras, faço algumas sugestões para essas comemorações: a reimpressão ou a republicação da sua principal obra, o livro **Por Que Construí Brasília?**; organizar uma trilogia sob o título geral "JK – político, parlamentar e presidente", reunindo a produção parlamentar do ex-presidente e o seu famoso plano de metas; e lançar o Prêmio JK, voltado para estudantes de graduação e pós-graduação, prêmio em dinheiro a ser outorgado em janeiro, ainda no atual biênio.

Para tanto, já fiz as devidas recomendações ao 1º Secretário da Mesa do Senado Federal, Senador Efraim Moraes, e ao Diretor-Geral, Dr. Agaciel da Silva Maia.

Agradeço às autoridades civis, militares, religiosas e diplomáticas e às personalidades que nos honraram com suas presenças.

Agradeço às autoridades que compuseram a Mesa: o Presidente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, o Governador Joaquim Roriz, o Governador Marconi Perillo, Dom Falcão e nosso querido ex-ministro Maurício Corrêa.

Agradeço, especialmente, homenageando toda a família, a presença da Anna Christina, que é presidente do Museu Juscelino Kubitschek, esposa desse querido amigo, Senador Paulo Octávio, e filha da nossa saudosa Deputada e Vice-Governadora do Distrito Federal, Márcia Kubitschek.

Muito obrigado a todos.

Muito obrigado, Juscelino. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Suspendo a sessão por cinco minutos.

(Suspensa às 17 horas e 54 minutos, a sessão é reaberta às 19 horas.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Está reaberta a sessão.

Sobre a mesa, expediente que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

São lidos os seguintes:

AVISOS DE MINISTROS DE ESTADO

- Nº 6/2006, de 6 do corrente, do Ministro da Fazenda, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.345, de 2005, da Senadora Roseana Sarney.
- Nº 9/2006, de 4 do corrente, da Ministra-Chefe da Casa Civil da Presidência da República, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.198, de 2005, do Senador Arthur Virgílio.
- Nº 17/2006, de 11 do corrente, do Ministro da Fazenda, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.170, de 2005, da Comissão de Assuntos Econômicos.
- Nº 20/2006, de 12 do corrente, do Ministro da Fazenda, encaminhando informações parciais em resposta ao Requerimento nº 1.221, de 2005, do Senador José Jorge.
- Nº 21/2006, de 12 do corrente, do Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.244, de 2005, do Senador Osmar Dias.
- Nº 21/2006, de 12 do corrente, do Ministro da Fazenda, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.318, de 2005, do Senador Antero Paes de Barros.
- Nº 25/2006, de 11 do corrente, da Ministra-Chefe da Casa Civil da Presidência da República, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 540, de 2005, do Senador Arthur Virgílio.
- Nº 55/2006, de 13 do corrente, do Ministro da Justiça, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.316, de 2005, do Senador Antero Paes de Barros.
- Nº 298/2005, de 30 de dezembro último, do Ministro de Minas e Energia, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.313, de 2005, do Senador Antero Paes de Barros.

AVISO**DA SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA**

- Nº 1/2006, de 3 do corrente, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.308, de 2005, do Senador Antero Paes de Barros.

**OFÍCIOS
DE MINISTROS DE ESTADO**

- Nº 1/2006, de 4 do corrente, do Ministro da Educação, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 880, de 2004, do Senador Arthur Virgílio.
- Nº 2/2006, de 9 do corrente, do Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.315, de 2005, do Senador Antero Paes de Barros.
- Nº 5/2006, de 12 do corrente, do Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.311, de 2005, do Senador Antero Paes de Barros.
- Nº 9/2006, de 12 do corrente, do Ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.314, de 2005, do Senador Antero Paes de Barros.
- Nº 9/2006, de 13 do corrente, do Ministro do Esporte, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.319, de 2005, do Senador Antero Paes de Barros.
- Nº 11/2006, de 16 do corrente, do Ministro do Esporte, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.270, de 2005, do Senador Arthur Virgílio.
- Nº 16/2006, de 12 do corrente, do Ministro da Ciência e Tecnologia, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.304, de 2005, do Senador Antero Paes de Barros.
- Nº 32/2006, de 10 do corrente, do Ministro do Trabalho e Emprego, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.323, de 2005, do Senador Antero Paes de Barros.
- Nº 33/2006, de 10 do corrente, do Ministro do Trabalho e Emprego, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.220, de 2005, do Senador José Jorge.

- Nº 271/2006, de 12 do corrente, do Ministro das Cidades, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 936, de 2005, do Senador Arthur Virgílio.
- Nº 410/2006, de 6 do corrente, do Ministro do Controle e da Transparéncia, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.224, de 2005, do Senador Flexa Ribeiro.
- Nº 442/2005, de 28 de dezembro último, do Ministro da Educação, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 877, de 2005, da Comissão de Educação.
- Nº 478/2005, de 1º de dezembro último, do Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.095, de 2005, do Senador Romero Jucá.

**AVISO
DO MINISTRO DE ESTADO DOS TRANSPORTES**

- Nº 338/2005, de 21 de dezembro último, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 766, de 2005, do Senador João Capiberibe.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Presidência comunica ao Plenário que as informações foram encaminhadas, em cópia, aos Requerentes.

A resposta ao **Requerimento nº 1.095, de 2005**, foi juntada, em cópia, ao processado do Projeto de Lei da Câmara nº 8, de 2005, que volta à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

A resposta ao **Requerimento nº 1.170**, de 2005, foi juntada, em cópia, ao processado do Projeto de Lei do Senado nº 65, de 2004 – Complementar (que tramita em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 343, de 2003; 2 e 146, de 2004- Complementares), que volta à Comissão de Assuntos Econômicos.

A resposta ao **Requerimento nº 877, de 2005**, foi juntada, em cópia, ao processado do Aviso nº 57, de 2002, que volta à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

Os referidos requerimentos vão ao arquivo, salvo o **Requerimento nº 1.221, de 2005**, que aguardará a complementação das informações solicitadas, bem como o **Requerimento nº 1.224, de 2005**, que está à disposição do Requerente, ambos na Secretaria-Geral da Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lido o seguinte:

Fevereiro de 2006

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

Quarta-feira 1º 02567

Of nº 1/06/PS-GSE

Brasília, 18 de janeiro de 2006

Assunto: Comunica que o Projeto de Lei de Conversão nº 31/05 foi convertido em lei

Senhor Secretário,

Comunico a Vossa Excelência, para os devidos fins, que foi aprovado o Projeto de Lei de Conversão nº 31, de 2005 (MPV 261/05), o qual “Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Previdência Social e de Encargos Financeiros da União, no valor global de R\$ 933.400.000,00 (novecentos e trinta e três milhões e quatrocentos mil reais) para os fins que especifica”.

2. Comunico, outrossim, que o citado projeto foi sancionado pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República, tendo se convertido na Lei nº 11.266, de 10 de janeiro de 2006.

3. Na oportunidade, encaminho a essa Casa uma via dos autógrafos do referido projeto, bem como cópia da mensagem e do texto da lei em que o mesmo foi convertido.

Atenciosamente, – Deputado **Inocêncio Oliveira**, Primeiro Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Com referência ao expediente que acaba de ser lido, o Projeto de Lei de Conversão nº 31, de 2005 proveniente da Medida Provisória nº 261, de 2005, volta à Comissão Mista, nos termos do art. 11 da Resolução nº 1, de 2002-CN.

Sobre a mesa, ofícios que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

São lidos os seguintes:

Of Nº 5/06/PS-GSE

Brasília, 19 de janeiro de 2006

Assunto: comunica envio de PL à sanção presidencial

Senhor Secretário,

Comunico a Vossa Excelência que foi aprovada a Emenda oferecida por essa Casa ao Projeto de Lei nº 735, de 2003, da Câmara dos Deputados (PLC nº 87/03), o qual “Altera a redação dos arts. 165, 277 e 302 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro”.

Na oportunidade, informo a Vossa Excelência que a referida proposição foi, nesta data, enviada à sanção.

Atenciosamente, – Deputado **Inocêncio Oliveira**, Primeiro-Secretário.

OF N° 45/06/PS-GSE

Brasília, 24 de janeiro de 2006

Assunto: comunica que o PLS nº 233/01 foi convertido em lei

Senhor Secretário,

Comunico a Vossa Excelência, para os devidos fins, que foi aprovado o Projeto de Lei nº 6.386, de 2002 (nº 233/01 no Senado Federal), o qual “Denomina “Aeroporto de Palmas/TO – Brigadeiro Lysias Rodrigues” o Aeroporto de Palmas, no Estado do Tocantins”.

2. Comunico, igualmente, que o citado projeto foi sancionado pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República, tendo se convertido na Lei nº 11.192, de 16 de novembro de 2005.

3. Na oportunidade, remeto a essa Casa uma via dos autógrafos do referido projeto, bem como cópia da mensagem e do texto da lei em que se converteu a proposição ora encaminhada.

Atenciosamente, – Deputado **Inocêncio Oliveira**, Primeiro-Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Os ofícios que acabam de ser lidos vão à publicação.

Sobre a mesa, ofícios que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

São lidos os seguintes:

OF N° 46/06/OS-GSE

Brasília, 24 de janeiro de 2006

Assunto: comunica que PLV nº 27/05 foi convertido em lei

Senhor Secretário,

Comunico a Vossa Excelência, para os devidos fins, que foi aprovado o Projeto de Lei de Conversão nº 27, de 2005 (MPV nº 259/05), o qual “Altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios; autoriza a prorrogação de contratos temporários firmados com fundamento no art. 23 da Lei nº 10.667, de 14 de maio de 2003; altera o art. 4º da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, e a Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005; e dá outras providências.”.

2. Comunico, outrossim, que o citado projeto foi sancionado pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República, tendo se convertido na Lei nº 11.204, de 5 de dezembro de 2005.

3. Na oportunidade, encaminho a essa Casa uma via dos autógrafos do referido projeto, bem como có-

pia da mensagem e do texto da lei em que o mesmo foi convertido.

Atenciosamente, – Deputado **Inocêncio Oliveira**, Primeiro-Secretário.

Of nº 47/06/PS-GSE

Assunto: comunica que PLV nº 30/05 foi convertido em lei

Senhor Secretário,

Comunico a Vossa Excelência, para os devidos fins, que foi aprovado o Projeto de Lei de Conversão nº 30, de 2005 (MPV nº 260/05), o qual “Abre crédito extraordinário ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Defesa e, em consequência, também ao Orçamento de Investimento, em favor da Infraero, no valor de R\$350.000.000,00 (trezentos e cinqüenta milhões de reais) para os fins que especifica”.

2. Comunico, outrossim, que o citado projeto foi sancionado pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República, tendo se convertido na Lei nº 11.206, de 15 de dezembro de 2005.

3. Na oportunidade, encaminho a essa Casa uma via dos autógrafos do referido projeto, bem como cópia da mensagem e do texto da lei em que o mesmo foi convertido.

Atenciosamente, – Deputado **Inocêncio Oliveira**, Primeiro-Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Com referência aos expedientes que acabam de ser lidos, os Projetos de Lei de Conversão nºs 27 e 30, de 2005 provenientes das Medidas Provisórias nºs 259 e 260, de 2005, respectivamente, uma vez que se esgotou o prazo da CComissão Mista, previsto no art. 11 da Resolução nº 1, de 2002-CN, as matérias vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lido o seguinte:

OF GLPMDB Nº 24/2006

Brasília, 31 de janeiro de 2006

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência a indicação do Senador Valmir Amaral, como membro suplente, na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura – CI, em vaga cedida pelo PMDB.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração. – Senador **Ney Suassuna**, Líder do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Presidência designa o Sr. Senador Valmir Amaral como suplente para compor a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, nos termos do ofício que acaba de ser lido.

Sobre a mesa, ofícios que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

São lidos os seguintes:

OF GLPMDB Nº 28/2006

Brasília, 31 de janeiro de 2006

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência a indicação do Senador Gilvam Borges, como titular, em substituição ao Senador Garibaldi Alves Filho, na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração. – Senador **Ney Suassuna**, Líder do PMDB.

OF GLPMDB Nº 28/2006

Brasília, 31 de janeiro de 2006

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, Comunico a Vossa Excelência a indicação do Senador Maguito Vilela, como membro titular na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ, em substituição ao Senador Ney Suassuna. Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração. – Senador **Ney Suassuna**, Líder do PMDB.

Ofício nº 17/Plen

Brasília, 31 de janeiro de 2006

Senhor Presidente,

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência a fim indicar como titular, o Deputado Eduardo Valverde – PT/RO em substituição ao Deputado Assis Miguel do Couto – PT/PR que passará a ocupar suplência da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Atenciosamente, – Deputado **Henrique Fontana**, Líder do PT.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Serão feitas as substituições solicitadas.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 76, DE 2006

Requeiro, nos termos do art. 218, inciso VII, do Regimento Interno, que seja inserido em ata voto de pesar pelo falecimento de Coretta Scott King, ocorrido nesta terça feira, 31 de janeiro 2006, viúva e inspiradora de Martin Luther King nas lutas e transformações raciais americana, manteve acesa a luta do marido e emprestou-se a causa com a dignidade a ela inerente, dando crédito ao ditado popular que diz “Ao lado de um grande homem está sempre uma grande mulher”. Cidadã americana mundialmente respeitada, certamente o mundo perde como perde todo os cidadãos amantes da paz e da justiça social. E nos termos do art. 221, inciso I, a apresentação de condolências à seus familiares.

Sala das Sessões, 31 de janeiro de 2006. – Senador **Paulo Paim**.

REQUERIMENTO Nº 77, DE 2006

Nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal requeiro seja consignado voto de aplauso à Cidade de Balneário Camboriú, como patrocinadora pelo “Mundialito de Fast Triathlon Feminino” e à Rede Globo de Televisão, realizadora do evento, disputado no dia 29 de janeiro de 2006, em Balneário Camboriú, Santa Catarina.

Justificação

Balneário Camboriú – Santa Catarina, promoveu no domingo passado, em sua praia central, o “Mundialito de Fast Triathlon Feminino”, reunindo aproximadamente 36 mil pessoas.

O “Mundialito de Fast Triathlon” faz parte dos Jogos Mundiais de Verão da Rede Globo, realizadora do evento, que contou com o patrocínio da Prefeitura de Balneário Camboriú, Wizard, Oi, Goodyear e Sedex juntamente com co-patrocínio da Ativo.com e Gu Energy Gel. A produção e a organização foram da Gayotto Marketing Esportivo.

O evento foi transmitido ao vivo para todo o Brasil e também para o exterior pela Rede Globo, no Esporte Espetacular e a disputa ocorreu em três baterias de 250 metros de natação, 4.000 metros de ciclismo e 1.400 metros de corrida, com pausas pequenas para descanso.

As atletas Carla Moreno, Mariana Ohata e Sandra Soldan conquistaram para o Brasil o tetracampeonato do “Mundialito”.

Canadá chegou em segunda e a República Tcheca em terceira posição.

Além das provas femininas houve a seletiva para a definição do time brasileiro ao “Mundialito Masculino” que ocorrerá no dia 5 de março em Florianópolis – Santa Catarina.

Em reconhecimento e agradecimento a esse sensacional evento propomos o presente voto de aplauso.

Sala das Sessões, 31 de janeiro de 2006. – Senador **Leonel Pavan**.

REQUERIMENTO Nº 78, DE 2006

Requer Voto de Aplauso ao jornalista Paulo Nogueira, que fez de VIP uma das maiores revistas do País, que, neste ano, completa 25 aos de existência e da qual ele, seu editor, se afasta para novos desafios.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Aplauso ao jornalista Paulo Nogueira, o editor que fez de **VIP** uma das mais importantes revistas do Brasil e da qual ele se afasta espontaneamente, para novos desafios.

Requeiro, ainda, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento do homenageado e à direção da revista **VIP**, da Editora Abril.

Justificação

Paulo Nogueira, jornalista, tem em seu currículo a transformação de **VIP**, então uma publicação sobre lazer de executivos, numa grande revista nacional, ampliando seu enfoque. Neste ano, a revista comemora suas bodas de prata. E dela se retira espontaneamente o vitorioso editor, que parte para novos empreendimentos na área. Como escreve o diretor de redação de **VIP**, Paulo Nogueira, o Paulinho, “vai deixar saudades e vai fazer falta”. Paulo Nogueira merece, por tudo isso, o Voto de Aplauso que proponho ao Plenário do Senado da República.

Sala das Sessões, 31 de janeiro de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Presidência encaminhará os votos solicitados.

O requerimentos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, projeto que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 25, DE 2006

Estabelece incentivo fiscal de dedução do Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas a empresas que fizerem doações de materiais para uso em programas governamentais de habitação popular.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei, nos termos dos arts. 2º a 4º, estabelece incentivo fiscal que facilita a dedução de percentual do Imposto sobre a Renda devido, para as pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real, referente a doações por elas efetuadas a programas governamentais de habitação popular.

Art. 2º A pessoa jurídica tributada pelo Imposto sobre a Renda com base no lucro real poderá deduzir, até o máximo de cinco por cento do imposto devido, na forma do regulamento, observado o disposto no § 4º do art. 2º da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, cinqüenta por cento do valor das doações de materiais consistentes em matéria-prima ou produto acabado, efetivamente realizadas no período de apuração, para uso em programas governamentais de habitação popular, a cargo da União, de Estados, do Distrito Federal ou de Municípios.

Art. 3º O Poder Executivo, com vistas ao cumprimento do disposto nos arts. 5º, II, 12 e 14 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, estimará o montante da renúncia fiscal decorrente do disposto nesta lei e o incluirá no demonstrativo a que se refere o § 6º do art. 165 da Constituição, o qual acompanhará o projeto de lei orçamentária, cuja apresentação se der após decorridos sessenta dias da publicação desta lei.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Parágrafo único. A dedução de que trata esta Lei produzirá efeitos a partir do primeiro dia do exercício financeiro imediatamente posterior àquele em que for implementado o disposto no art. 3º.

Justificação

Um dos maiores problemas com que se defronta o Brasil é, sem dúvida, o da moradia popular. De acordo com dados censitários, convivemos hoje com um déficit habitacional de 6,5 milhões de unidades, acrescido, a cada ano, de cerca de quatrocentas mil novas carências.

É relevante frisar que, desde 1995, o conceito de “déficit habitacional”, antes impreciso, encontra-se definido em estudo da Fundação João Pinheiro, órgão do governo do Estado de Minas Gerais, cuja metodologia foi incorporada pelo IBGE. Nos tenros desses estudos, as situações que configuram “déficit habitacional” são as seguintes: moradia edificada em condições fisicamente precárias; co-habitação (mais de uma família por domicílio); deterioração do prédio pela ação do tempo; e aluguel excessivo (mais de 30%) em relação à renda familiar.

Nada menos que 92% do déficit apurado concentram-se nas famílias com renda inferior a cinco salários mínimos mensais, exatamente aquelas que, por não poderem arcar com os ônus dos financiamentos regulares, demandam subsídios do Poder Público. Presentes nos orçamentos fiscais da União nos últimos exercícios, os aportes de recursos, a fundo perdido, em programas de habitação popular, embora crescentes, alcançam pouco mais de quinhentos mil beneficiários por ano, o que mal cobre o crescimento do próprio déficit em igual período, sem, contudo, reduzi-lo.

A presente proposição tem, assim, o objetivo de permitir que esse grave problema social deixe de ser enfrentado apenas pelas próprias populações carentes que contam, quando contam, com escasso auxílio do Poder Público – e passe a agregar a participação do empresariado, com base em mecanismos de incentivo fiscal. Nos termos do projeto, 50% do valor de doações em materiais destinados à construção de moradias populares no âmbito de programas governamentais poderá converter-se em dedução do Imposto sobre a Renda, até o limite de cinco por cento do tributo devido.

Estamos certos de que tal mecanismo estimulará a participação solidária da iniciativa privada, parceira importante na ingente tarefa de assegurar a todos os brasileiros a efetividade do direito à moradia, preceito inscrito no art. 60 da Carta Constitucional de 1988.

Sala das Sessões, 31 de janeiros de 2006. – Senadora **Maria do Carmo Alves**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 9.430, DE 27 DE DEZEMBRO DE 1996

Dispõe sobre a Legislação tributária federal, as contribuições para a seguridade social, o processo administrativo de consulta e dá outras providências.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

CAPÍTULO I

Pagamento por Estimativa

Art. 2º A pessoa jurídica sujeita a tributação com base no lucro real poderá optar pelo pagamento do Imposto, em cada mês, determinado sobre base de cálculo estimada, mediante a aplicação, sobre a receita bruta auferida mensalmente, dos percentuais de que trata o art. 15 da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, observado o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 29 e nos arts. 30 a 32, 34 e 35 da Lei nº 8.981, de 20 de

janeiro de 1995, com as alterações da Lei nº 9.065, de 20 de junho de 1995.

§ 4º Para efeito de determinação do saldo de Imposto a pagar ou a ser compensado, a pessoa jurídica poderá deduzir do imposto devido o valor:

I – dos Incentivos fiscais de dedução do imposto, observados os limites e prazos fixados na legislação vigente, bem como o disposto no § 4º do art. 3º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995;

II – dos Incentivos fiscais de redução e isenção do imposto, calculados com base no lucro da exploração;

III – do imposto de renda pago ou retido na fonte, incidente sobre receitas computadas na determinação do lucro real;

IV – do imposto de renda pago na forma deste artigo.

Brasília, 27 de dezembro de 1996; 175º da Independência e 108º da República. – **FERNANDO HENRIQUE CARDOSO – Pedro Malan.**

LEI COMPLEMENTAR N° 101,
DE 4 DE MAIO DE 2000

Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei Complementar:

**CAPÍTULO I
Disposições Preliminares**

Art. 1º Esta lei complementar estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, com amparo no Capítulo II do Título VI da Constituição.

**SEÇÃO III
Da Lei Orçamentária Anual**

Art. 5º O projeto de lei orçamentária anual, elaborado de forma compatível com o plano plurianual, com a lei de diretrizes orçamentárias, e com as normas desta lei complementar:

II – será acompanhado do documento a que se refere o § 6º do art. 165 da Constituição, bem como das medidas de compensação a renúncias de receita e ao aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado;

**CAPÍTULO III
Da Receita Pública**

**SEÇÃO I
Da Previsão e da Arrecadação**

Art. 12 As previsões de receita observarão as normas técnicas e legais, considerarão os efeitos das alterações na legislação, da variação do índice de preços, do crescimento econômico ou de qualquer outro fator relevante e serão acompanhadas de demonstrativo de sua evolução nos últimos três anos, da projeção para os dois seguintes àquele a que se referirem, e da metodologia de cálculo e premissas utilizadas.

§ 1º Reestimativa de receita por parte do Poder Legislativo só será admitida se comprovado erro ou omissão de ordem técnica ou legal.

§ 2º O montante previsto para as receitas de operações de crédito não poderá ser superior das despesas de capital constantes do projeto de lei orçamentária.

§ 3º O Poder Executivo de cada ente colocará à disposição dos demais Poderes e do Ministério Público, no mínimo trinta dias antes do prazo final para encaminhamento de suas propostas orçamentárias, os estudos e as estimativas das receitas para o exercício subsequente, inclusive da corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo.

**SEÇÃO II
Da Renúncia de Receita**

Art. 14. A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário – financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias e a pelo menos uma das seguintes condições:

I – demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, na forma do art. 12, e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias;

Art. 74. Esta lei complementar entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 75. Revoga-se a Lei Complementar nº 96, de 31 de maio de 1999.

Brasília, 4 de maio de 2000; 179º da Independência e 112º da República. – **FERNANDO HENRIQUE CARDOSO – Pedro Malan – Martus Tavares.**

CONSTITUIÇÃO FEDERAL

SEÇÃO II
Dos Orçamentos

Art. 165. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

§ 6º O projeto de lei orçamentária será acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.

Brasília, 5 de outubro de 1988. — **Ulysses Guimarães**, Presidente — **Mauro Benevides**, 1º Vice-Presidente — **Jorge Arbage**, 2º Vice-Presidente — **Marcelo Cordeiro**, 1º Secretário — **Mário Maia**, 2º Secretário — **Arnaldo Faria de Sá**, 3º Secretário — **Benedita da Silva**, 1º Suplente de Secretário, — **Luiz Soyer**, 2º Suplente de Secretário — **Sotero Cunha**, 3º Suplente de Secretário — **Bernardo Cabral**.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) — O projeto que acaba de ser lido será publicado e despachado à Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

Sobre a mesa, projeto que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 26, DE 2006

Acrescenta dispositivos à Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro –, com a finalidade de instituir Permissão Especial para Dirigir, destinada aos menores com idade entre dezesseis e dezoito anos, nas condições que especifica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 140 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, passa a vigorar acrescido do seguinte § 2º, renumerando-se como § 1º o parágrafo único existente:

Art. 140.

....
§ 2º Aos menores com idade entre dezesseis e dezoito anos que preencham os requisitos especificados nos incisos II e III do caput poderá ser concedida Permissão Espe-

cial para Dirigir, nas condições estabelecidas nos arts. 160-A à 160-D. (NR)

Art. 2º A Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 160-A à 160-D, e 291-A:

Especial para Dirigir de que trata o § 2º do art. 140 se sujeita às seguintes condições:

I – destina-se exclusivamente à condução de veículos abrangidos pela categoria B de habilitação, conforme definida no inciso II do art. 143 deste Código;

II – será obtida mediante aprovação do candidato em exames a serem realizados de acordo com regulamentação do Contran;

III – terá prazo máximo de validade de dois anos, extinguindo-se automaticamente ao atingir o portador a maioridade.

Art. 160-B. O portador de Permissão Especial para Dirigir somente poderá conduzir veículo Automotor acompanhado de um dos pais ou responsável legal, devidamente habilitado para dirigir há, no mínimo, três anos.

Art. 160-C. É vedada ao portador de Permissão Especial para Dirigir a condução de veículo no exercício de qualquer atividade remunerada.

Art. 160-D. Atingida a maioridade, o portador de Permissão Especial para Dirigir deverá submeter-se aos exames e procedimentos previstos no processo regular de habilitação de condutores, conforme estabelecido pelo Contran.

.....
Art. 291-A. Aplicam-se ao ato infracional cometido ao volante por menor com idade entre dezesseis e dezoito anos de idade as disposições da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), sem prejuízo das penalidades de suspensão ou proibição de obter a permissão ou habilitação para dirigir veículo automotor, na forma prevista no Capítulo XIX deste Código.

Art. 3º O art. 161 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, passa a vigorar acrescido do seguinte § 2º, renumerando-se como § 1º o parágrafo único existente:

Art. 161.

....
§ 2º A prática de infração de trânsito sujeita o portador de Permissão Especial para Dirigir às penalidades e medidas administrativas previstas para os demais condutores. (NR)

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O Código de Trânsito Brasileiro exige do candidato à habilitação para conduzir veículo automotor à condição de imputabilidade penal. Isso faz com que milhares de jovens, independentemente do grau de maturidade de cada um, fiquem impedidos de dirigir enquanto não atingirem a idade de dezoito anos.

Ora, todos sabem que a juventude vem, ao longo das últimas décadas, passando por enormes transformações, fruto do qual o amadurecimento individual ocorre de forma cada vez mais precoce. Não por outra razão, sucessivos direitos vêm sendo conquistados e gradativamente estendidos aos adolescentes a partir dos dezesseis anos – exatamente aquele contingente de indivíduos dos quais até bem pouco se dizia não terem maturidade suficiente para votar.

É freqüente associar-se a ocorrência de acidentes de trânsito à presença de menor ao volante. Mesmo nessas circunstâncias, não se pode extrair a certeza da incapacidade ou do despreparo do jovem para a função. Na realidade, o que esses acidentes revelam é a ausência de treinamento adequado à condução de veículo em condições seguras, já que, dirigindo irregularmente, os jovens condutores não passaram pelo necessário processo de aprendizado e avaliação com vistas à habilitação. Trata-se, a propósito, de um processo extremamente rigoroso e eficiente. Graças à extensa pauta de exigências estabelecidas no Código de Trânsito, que envolve uma bateria de cursos de formação, testes e exames diversos, o processo consegue evitar o ingresso nas vias públicas de motoristas despreparados, inclusive do ponto de vista psicológico.

Com a presente iniciativa, pretendemos assegurar aos jovens a partir de dezesseis anos a possibilidade de dirigir e a chance de provar que podem fazê-lo com competência e serenidade, sem riscos para a segurança do trânsito, nem ameaças à sociedade. Ainda assim, não descuida a proposição de envolver, no exercício do novo direito conquistado, a intensa vigilância dos pais ou responsáveis legais dos jovens condutores abrangidos pela medida, cuja presença no veículo será obrigatória sempre que o menor estiver ao volante. Por isso mesmo, exige-se simultaneamente desses acompanhantes que sejam habilitados para conduzir veículo automotor há pelo menos três anos.

Aos pais ou responsáveis legais dos menores, caberá responder civilmente por todo e qualquer dano a que der causa o motorista principiante. Já pelas práticas tipificadas no Código como crime de trânsito res-

ponderá o próprio infrator, da forma que a sociedade e o estado de direito consideram adequada aos adolescentes, nos termos da legislação específica.

Acreditamos que o projeto ora submetido à apreciação dos nobres parlamentares contribui para o aperfeiçoamento da legislação de trânsito e para sua adequação aos padrões atuais de comportamento predominantes entre os jovens. Em razão disso, esperamos receber o apoio necessário a sua aprovação.

Sala das Sessões, 31 de janeiro de 2006. – Senador **Gilvam Borges**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 9.503, DE 23 DE SETEMBRO DE 1997

Institui o Código de Trânsito Brasileiro

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

CAPÍTULO XIV Da Habilitação

Art. 140. A habilitação para conduzir veículo automotor e elétrico será apurada por meio de exames que deverão ser realizados junto ao órgão ou entidade executivos do Estado ou do Distrito Federal, do domicílio ou residência do candidato, ou na sede estadual ou distrital do próprio órgão, devendo o condutor preencher os seguintes requisitos:

I – ser penalmente imputável;

II – saber ler e escrever;

III – possuir Cadeira de Identidade ou equivalente.

Parágrafo único. As informações do candidato à habilitação serão cadastradas no Renach.

Art. 143. Os candidatos poderão habilitar-se nas categorias de **A** a **E**, obedecida a seguinte gradação:

I – Categoria A – condutor de veículo motorizado de duas ou três rodas, com ou sem carro lateral;

II – Categoria B – condutor de veículo motorizado, não abrangido pela categoria A, cujo peso bruto total não exceda a três mil e quinhentos quilogramas e cuja lotação não exceda a oito lugares, excluído o do motorista;

III – Categoria C – condutor de veículo motorizado utilizado em transporte de carga, cujo peso bruto total excede a três mil e quinhentos quilogramas;

IV – Categoria D – condutor de veículo motorizado utilizado no transporte de passageiros, cuja lotação excede a oito lugares, excluído o do motorista;

V – Categoria E – condutor de combinação de veículos em que a unidade tratora se enquadre nas Categorias B, C ou D e cuja unidade acoplada, reboque, semi-reboque ou articulada, tenha seis mil quilogramas ou mais de peso bruto total, ou cuja lotação exceda a oito lugares, ou, ainda, seja enquadrado na categoria trailer.

§ 1º Para habilitar-se na categoria C, o condutor deverá estar habilitado no mínimo há um ano na categoria B e não ter cometido nenhuma infração grave ou gravíssima, ou ser reincidente em infrações médias, durante os últimos doze meses.

§ 2º Aplica-se o disposto no inciso V ao condutor da combinação de veículos com mais de uma unidade tracionada, independentemente da capacidade de tração ou do peso bruto total.

Art. 160. O condutor condenado por delito de trânsito deverá ser submetido a novos exames para que possa voltar a dirigir, de acordo com as normas estabelecidas pelo Contran, independentemente do reconhecimento da prescrição, em face da pena concretizada na sentença.

§ 1º Em caso de acidente grave, o condutor nele envolvido poderá ser submetido aos exames exigidos neste artigo, a juízo da autoridade executiva estadual de trânsito, assegurada ampla defesa ao condutor.

§ 2º No caso do parágrafo anterior, a autoridade executiva estadual de trânsito poderá apreender o documento de habilitação do condutor até a sua aprovação nos exames realizados.

Art. 161. Constitui infração de trânsito a inobservância de qualquer preceito deste Código, da legislação complementar ou das resoluções do Contran, sendo o infrator sujeito às penalidades e medidas administrativas indicadas em cada artigo, além das punições previstas no Capítulo XIX.

Parágrafo único. As infrações cometidas em relação às resoluções do Contran terão suas penalidades e medidas administrativas definidas nas próprias resoluções.

CAPÍTULO XIX Dos Crimes de Trânsito

SEÇÃO I Disposições Gerais

Art. 291. Aos crimes cometidos na direção de veículos automotores, previstos neste Código, aplicam-se as normas gerais do Código Penal e do Código de Processo Penal, se este Capítulo não dispuser

de modo diverso, bem como a Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, no que couber.

Parágrafo único. Aplicam-se aos crimes de trânsito de lesão corporal culposa, de embriaguez ao volante, e de participação em competição não autorizada o disposto nos arts. 74, 76 e 88 da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995.

Art. 292. A suspensão ou a proibição de se obter a permissão ou a habilitação para dirigir veículo automotor pode ser imposta como penalidade principal, isolada ou cumulativamente com outras penalidades.

Art. 293. A penalidade de suspensão ou de proibição de se obter a permissão ou a habilitação, para dirigir veículo automotor, tem a duração de dois meses a cinco anos.

§ 1º Transitada em julgado a sentença condenatória, o réu será intimado a entregar à autoridade judiciária, em quarenta e oito horas, a Permissão para Dirigir ou a Cadeira de Habilitação.

§ 2º A penalidade de suspensão ou de proibição de se obter a permissão ou a habilitação para dirigir veículo automotor não se inicia enquanto o sentenciado, por efeito de condenação penal, estiver recolhido a estabelecimento prisional.

Art. 294. Em qualquer fase da investigação ou da ação penal, havendo necessidade para a garantia da ordem pública, poderá o juiz, como medida cautelar, de ofício, ou a requerimento do Ministério Público ou ainda mediante representação da autoridade policial, decretar, em decisão motivada, a suspensão da permissão ou da habilitação para dirigir veículo automotor, ou a proibição de sua obtenção.

Parágrafo único. Da decisão que decretar a suspensão ou a medida cautelar, ou da que indeferir o requerimento do Ministério Público, caberá recurso em sentido estrito, sem efeito suspensivo.

Art. 295. A suspensão para dirigir veículo automotor ou a proibição de se obter a permissão ou a habilitação será sempre comunicada pela autoridade judiciária ao Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN, e ao órgão de trânsito do Estado em que o indiciado ou réu for domiciliado ou residente.

Art. 296. Se o réu for reincidente na prática de crime previsto neste Código, o juiz poderá aplicar a penalidade de suspensão da permissão ou habilitação para dirigir veículo automotor, sem prejuízo das demais sanções penais cabíveis.

Art. 297. A penalidade de multa reparatória consiste no pagamento, mediante depósito judicial em favor da vítima, ou seus sucessores, de quantia calculada com base no disposto no § 1º do art. 49 do Código Penal, sempre que houver prejuízo material resultante do crime.

§ 1º A multa reparatória não poderá ser superior ao valor do prejuízo demonstrado no processo.

§ 2º Aplica-se à multa reparatória o disposto nos arts. 50 a 52 do Código Penal.

§ 3º Na indenização civil do dano, o valor da multa reparatória será descontado.

Art. 298. São circunstâncias que sempre agravam as penalidades dos crimes de trânsito ter o condutor do veículo cometido a infração:

I – com dano potencial para duas ou mais pessoas ou com grande risco de grave dano patrimonial a terceiros;

II – utilizando o veículo sem placas, com placas falsas ou adulteradas;

III – sem possuir Permissão para Dirigir ou Carteira de Habilitação;

IV – com Permissão para Dirigir ou Carteira de Habilitação de categoria diferente da do veículo;

V – quando a sua profissão ou atividade exigir cuidados especiais com o transporte de passageiros ou de carga;

VI – utilizando veículo em que tenham sido adulterados equipamentos ou características que afetem a sua segurança ou o seu funcionamento de acordo com os limites de velocidade prescritos nas especificações do fabricante;

VII – sobre faixa de trânsito temporária ou permanentemente destinada a pedestres.

Art. 299. (VETADO)

Art. 300. (VETADO)

Art. 301. Ao condutor de veículo, nos casos de acidentes de trânsito de que resulte vítima, não se imporá a prisão em flagrante, nem se exigirá fiança, se prestar pronto e integral socorro àquela.

SEÇÃO II Dos Crimes em Espécie

Art. 302. Praticar homicídio culposo na direção de veículo automotor:

Penas – detenção, de dois a quatro anos, e suspensão ou proibição de se obter a permissão ou a habilitação para dirigir veículo automotor.

Parágrafo único. No homicídio culposo cometido na direção de veículo automotor, a pena é aumentada de um terço à metade, se o agente:

I – não possuir Permissão para Dirigir ou Carteira de Habilitação;

II – praticá-lo em faixa de pedestres ou na calçada;

III – deixar de prestar socorro, quando possível fazê-lo sem risco pessoal, à vítima do acidente;

IV – no exercício de sua profissão ou atividade, estiver conduzindo veículo de transporte de passageiros.

Art. 303. Praticar lesão corporal culposa na direção de veículo automotor:

Penas – detenção, de seis meses a dois anos e suspensão ou proibição de se obter a permissão ou a habilitação para dirigir veículo automotor.

Parágrafo único. Aumenta-se a pena da um terço à metade, se ocorrer qualquer das hipóteses do parágrafo único do artigo anterior.

Art. 304. Deixar o condutor do veículo, na ocasião do acidente, de prestar imediato socorro à vítima, ou, não podendo fazê-lo diretamente, por justa causa, deixar de solicitar auxílio da autoridade pública:

Penas – detenção, de seis meses a um ano, ou multa, se o fato não constituir elemento de crime mais grave.

Parágrafo único. Incide nas penas previstas neste artigo o condutor do veículo, ainda que a sua omissão seja suprida por terceiros ou que se trate de vítima bom morte instantânea ou com ferimentos leves.

Art. 305. Afastar-se o condutor do veículo do local do acidente, para fugir à responsabilidade penal ou civil que lhe possa ser atribuída:

Penas – detenção, de seis meses a um ano, ou multa.

Art. 306. Conduzir veículo automotor, na via pública, sob a influência de álcool ou substância de efeitos análogos, expondo a dano potencial a incolumidade de outrem:

Penas – detenção, de seis meses a três anos, multa e suspensão ou proibição de se obter a permissão ou a habilitação para dirigir veículo automotor.

Art. 307. Violar a suspensão ou a proibição de se obter a permissão ou a habilitação para dirigir veículo automotor imposta com fundamento neste Código:

Penas – detenção, de seis meses a um ano e multa, com nova imposição adicional de idêntico prazo de suspensão ou de proibição.

Parágrafo único. Nas mesmas penas incorre o condenado que deixa de entregar, no prazo estabelecido no § 1º do art. 293, a Permissão para Dirigir ou a Cadeira de Habilitação.

Art. 308. Participar, na direção de veículo automotor, em via pública, de corrida, disputa ou competição automobilística não autorizada pela autoridade competente, desde que resulte dano potencial à incolumidade pública ou privada:

Penas – detenção, de seis meses a dois anos, multa e suspensão ou proibição de se obter a permissão ou a habilitação para dirigir veículo automotor.

Art. 309. Dirigir veículo automotor, em via pública, sem a devida Permissão para Dirigir ou Habilitação ou, ainda, se cassado o direito de dirigir, gerando perigo de dano:

Penas – detenção, de seis meses a um ano, ou multa.

Art. 310. Permitir, confiar ou entregar a direção de veículo automotor a pessoa não habilitada, com habilitação cassada ou com o direito de dirigir suspenso, ou, ainda, a quem, por seu estado de saúde, física ou mental, ou por embriaguez, não esteja em condições de conduzi-lo com segurança:

Penas – detenção, de seis meses a um ano, ou multa.

Art. 311. Trafegar em velocidade incompatível com a segurança nas proximidades de escolas, hospitais, estações de embarque e desembarque de passageiros, logradouros estreitos, ou onde haja grande movimentação ou concentração de pessoas, gerando perigo de dano:

Penas – detenção, de seis meses a um ano, ou multa.

Art. 312. Inovar artificiosamente, em caso de acidente automobilístico com vítima, na pendência do respectivo procedimento policial preparatório, inquérito policial ou processo penal, o estado de lugar, de coisa ou de pessoa, a fim de induzir a erro o agente policial, o perito, ou juiz:

Penas – detenção, de seis meses a um ano, ou multa.

Parágrafo único. Aplica-se o disposto neste artigo, ainda que não iniciados, quando da inovação, o procedimento preparatório, o inquérito ou o processo aos quais se refere.

**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos**

LEI N° 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990

**Dispõe sobre o Estatuto da Criança e
do Adolescente e dá outras providências.**

O Presidente da República: Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

**TÍTULO III
Da Prática de Ato Infracional**

**CAPÍTULO I
Disposições Gerais**

Art. 103. Considera-se ato infracional a conduta descrita como crime ou contravenção penal.

Art. 104. São penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos, sujeitos às medidas previstas nesta lei.

Parágrafo único. Para os efeitos desta lei, deva ser considerada a idade do adolescente à data do fato.

Art. 105. Ao ato infracional praticado por criança corresponderão as medidas previstas no art. 101.

**CAPÍTULO II
Dos Direitos Individuais**

Art. 106. Nenhum adolescente será privado de sua liberdade senão em flagrante de ato infracional ou por ordem escrita e fundamentada da autoridade judiciária competente.

Parágrafo único. O adolescente tem direito à identificação dos responsáveis pela sua apreensão, devendo ser informado acerca de seus direitos.

Art. 107. A apreensão de qualquer adolescente e o local onde se encontra recolhido serão incontinentes comunicados à autoridade judiciária competente e à família do apreendido ou à pessoa por ele indicada.

Parágrafo único. Examinar-se-á, desde logo e sob pena de responsabilidade, a possibilidade de liberação imediata.

Art. 108. A internação, antes da sentença, pode ser determinada pelo prazo máximo de quarenta e cinco dias.

Parágrafo único. A decisão deverá ser fundamentada e basear-se em indícios suficientes de autoria e materialidade, demonstrada a necessidade imperiosa da medida.

Art. 109. O adolescente civilmente identificado não será submetido a identificação compulsória pelos órgãos policiais, de proteção e judiciais, salvo para eleito de confrontação, havendo dúvida fundada.

**CAPÍTULO III
Das Garantias Processuais**

Art. 110. Nenhum adolescente será privado de sua liberdade sem o devido processo legal.

Art. 111. São asseguradas ao adolescente, entre outras, as seguintes garantias:

I – pleno e formal conhecimento da atribuição de ato infracional, mediante citação ou meio equivalente;

II – igualdade na relação processual, podendo confrontar-se com vítimas e testemunhas e produzir todas as provas necessárias à sua defesa;

III – defesa técnica por advogado;

IV – assistência judiciária gratuita e integral aos necessitados, na forma da lei;

V – direito de ser ouvido pessoalmente pela autoridade competente;

VI – direito de solicitar a presença de seus pais ou responsável em qualquer fase do procedimento.

CAPÍTULO IV

Das Medidas Sócio-Educativas

SEÇÃO I

Disposições Gerais

Art. 112. Verificada a prática de ato infracional, a autoridade competente poderá aplicar ao adolescente as seguintes medidas:

- I – advertência;
- II – obrigação de reparar o dano;
- III – prestação de serviços à comunidade;
- IV – liberdade assistida;
- V – inserção em regime de semi-liberdade;
- VI – internação em estabelecimento educacional;
- VII – qualquer uma das previstas no art. 101, I a VI.

§ 1º A medida aplicada ao adolescente levará em conta a sua capacidade de cumpri-la, as circunstâncias e a gravidade da infração.

§ 2º Em hipótese alguma e sob pretexto algum, será admitida a prestação de trabalho forçado.

§ 3º Os adolescentes portadores de doença ou deficiência mental receberão tratamento individual e especializado, em local adequado às suas condições.

Art. 113. Aplica-se a este Capítulo o disposto nos arts. 99 e 100.

Art. 114. A imposição das medidas previstas nos incisos II a VI do art. 112 pressupõe a existência de provas suficientes da autoria e da materialidade da infração, ressalvada a hipótese de remissão, nos termos do art. 127.

Parágrafo único. A advertência poderá ser aplicada sempre que houver prova da materialidade e indícios suficientes da autoria.

SEÇÃO II

Da Advertência

Art. 115. A advertência consistirá em admoestaçāo verbal, que será reduzida a termo e assinada.

SEÇÃO III

Da Obrigaçāo de Reparar o Dano

Art. 116. Em se tratando de ato infracional com reflexos patrimoniais, a autoridade poderá determinar, se for o caso, que o adolescente restitua a coisa, promova o resarcimento do dano, ou, por outra forma, compense o prejuízo da vítima.

Parágrafo único. Havendo manifesta impossibilidade, a medida poderá ser substituída por outra adequada.

SEÇÃO IV

Da Prestação de Serviços à Comunidade

Art. 117. A prestação de serviços comunitários consiste na realização de tarefas gratuitas de interesse geral, por período não excedente a seis meses, junto a entidades assistenciais, hospitais, escolas e outros estabelecimentos congêneres, bem como em programas comunitários ou governamentais.

Parágrafo único. As tarefas serão atribuídas conforme as aptidões do adolescente, devendo ser cumpridas durante jornada máxima de oito horas semanais, aos sábados, domingos e feriados ou em dias úteis, de modo a não prejudicar a freqüência à escola ou à jornada normal de trabalho.

SEÇÃO V

Da Liberdade Assistida

Art. 118. A liberdade assistida será adotada sempre que se afigurar a medida mais adequada para o fim de acompanhar, auxiliar e orientar o adolescente.

§ 1º A autoridade designará pessoa capacitada para acompanhar o caso, a qual poderá ser recomendada por entidade ou programa de atendimento.

§ 2º A liberdade assistida será fixada pelo prazo mínimo de seis meses, podendo a qualquer tempo ser prorrogada, revogada ou substituída por outra medida, ouvido o orientador, o Ministério Público e o defensor.

Art. 119. Incumbe ao orientador, com o apoio e a supervisão da autoridade competente, a realização dos seguintes encargos, entre outros:

I – promover socialmente o adolescente e sua família, fornecendo-lhes orientação e inserindo-os, se necessário, em programa oficial ou comunitário de auxílio e assistência social;

II – supervisionar a freqüência e o aproveitamento escolar do adolescente, promovendo, inclusive, sua matrícula;

III – diligenciar no sentido da profissionalização do adolescente e de sua inserção no mercado de trabalho;

IV – apresentar relatório do caso.

SEÇÃO VI

Do Regime de Semi-liberdade

Art. 120. O regime de semi-liberdade pode ser determinado desde o inicio, ou como forma de transição para o meio aberto, possibilitada a realização de atividades externas, independentemente de autorização judicial.

§ 1º São obrigatorias a escolarização e a profissionalização, devendo, sempre que possível, ser utilizados os recursos existentes na comunidade.

§ 2º A medida não comporta prazo determinado aplicando-se, no que couberem, as disposições relativas à internação.

SEÇÃO VII Da Internação

Art. 121. A internação constitui medida privativa da liberdade, sujeita aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.

§ 1º Será permitida a realização de atividades externas, a critério da equipe técnica da entidade, salvo expressa determinação judicial em contrário.

§ 2º A medida não comporta prazo determinado, devendo sua manutenção ser reavaliada, mediante decisão fundamentada, no máximo a cada seis meses.

§ 3º Em nenhuma hipótese o período máximo de internação excederá a três anos.

§ 4º Atingido o limite estabelecido no parágrafo anterior, o adolescente deverá ser liberado, colocado em regime de semi-liberdade ou de liberdade assistida.

§ 5º A liberação será compulsória aos vinte e um anos de idade.

§ 6º Em qualquer hipótese a desinternação será precedida de autorização judicial, ouvido o Ministério Público.

Art. 122. A medida de internação só poderá ser aplicada quando:

I – tratar-se de ato infracional cometido mediante grave ameaça ou violência a pessoa;

II – por reiteração no cometimento de outras infrações graves;

III – por descumprimento reiterado e injustificável da medida anteriormente imposta.

§ 1º O prazo de internação na hipótese do inciso III deste artigo não poderá ser superior a três meses.

§ 2º. Em nenhuma hipótese será aplicada a internação, havendo outra medida adequada.

Art. 123. A internação deverá ser cumprida em entidade exclusiva para adolescentes, em local distinto daquele destinado ao abrigo, obedecida rigorosa separação por critérios de idade, compleição física e gravidade da infração.

Parágrafo único. Durante o período de internação, inclusive provisória, serão obrigatórias atividades pedagógicas.

Art. 124. São direitos do adolescente privado de liberdade, entre outros, os seguintes:

I – entrevistar-se pessoalmente com o representante do Ministério Público;

II – peticionar diretamente a qualquer autoridade;

III – avistar-se reservadamente com seu defensor;

IV – ser informado de sua situação processual, sempre que solicitada;

V – ser tratado com respeito e dignidade;

VI – permanecer internado na mesma localidade ou naquela mais próxima ao domicílio de seus pais ou responsável;

VII – receber visitas, ao menos, semanalmente;

VIII – corresponder-se com seus familiares e amigos;

IX – ter acesso aos objetos necessários à higiene e asseio pessoal;

X – habitar alojamento em condições adequadas de higiene e salubridade;

XI – receber escolarização e profissionalização;

XII – realizar atividades culturais, esportivas e de lazer;

XIII – ter acesso aos meios de comunicação social;

XIV – receber assistência religiosa, segundo a sua crença, e desde que assim o deseje;

XV – manter a posse de seus objetos pessoais e dispor de local seguro para guardá-los, recebendo comprovante daqueles porventura depositados em poder da entidade;

XVI – receber, quando de sua desinternação, os documentos pessoais indispensáveis à vida em sociedade.

§ 1º Em nenhum caso haverá incomunicabilidade.

§ 2º A autoridade judiciária poderá suspender temporariamente a visita, inclusive de pais ou responsável, se existirem motivos sérios e fundados de sua prejudicialidade aos interesses do adolescente.

Art. 125. É dever do Estado zelar pela integridade física e mental dos internos, cabendo-lhe adotar as medidas adequadas de contenção e segurança.

CAPÍTULO V Da Remissão

Art. 126. Antes de iniciado o procedimento judicial para apuração de ato infracional, o representante do Ministério Público poderá conceder a remissão, como forma de exclusão do processo, atendendo às circunstâncias e consequências do fato, ao contexto social, bem como à personalidade do adolescente e sua maior ou menor participação no ato infracional.

Parágrafo único. Iniciado o procedimento, a concessão da remissão pela autoridade judiciária importará na suspensão ou extinção do processo.

Art. 127. A remissão não implica necessariamente o reconhecimento ou comprovação da responsabilida-

de, nem prevalece para efeito de antecedentes, podendo incluir eventualmente a aplicação de qualquer das medidas previstas em lei, exceto a colocação em regime de semi-liberdade e a internação.

Art. 128. A medida aplicada por força da remissão poderá ser revista judicialmente, a qualquer tempo, mediante pedido expresso do adolescente ou de seu representante legal, ou do Ministério Público.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O projeto que acaba de ser lido será publicado e despachado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

Sobre a mesa, projeto que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lido o seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 9, DE 2006

Altera o Regimento Interno do Senado Federal para dispor sobre a votação, mediante acesso eletrônico remoto, em caso de ausência justificada de senador.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º O art. 13 do Regimento Interno do Senado Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 13. Será considerado ausente o Senador cujo nome não conste da lista de comparecimento, salvo quando se tratar de:

I – licença;

II – representação a serviço da Casa;

III – missão política ou cultural de interesse parlamentar aprovada pela Mesa, obedecido o disposto no art. 40;

IV – outros casos justificados de ausência, desde que sejam acatados pela Mesa,

§ 1º O painel do Plenário será acionado nas sessões deliberativas e deverá conter o nome do senador ausente em razão do disposto nos incisos II, III e IV do **caput**, desde que comunique previamente o seu interesse em participar da discussão ou votação, mediante acesso eletrônico remoto.” (NR)

Art. 2º O art. 292 do Regimento Interno passa a vigorar acrescido de parágrafo único com a seguinte redação:

“Art. 292.

Parágrafo único. Poderá participar da votação o Senador que tenha sua ausência justificada em conformidade com este Regimento, desde que seja adotada a providência prevista no § 1º, do art. 13”. (NR)

Art. 3º As garantias de segurança eletrônica contra fraude e violação do sigilo do voto deverão ser rigorosamente observados na implementação desta resolução.

Art. 4º A votação do senador justificadamente ausente submete-se, no que couber, às normas regimentais aplicáveis à votação em Plenário, exceto quanto ao disposto nesta Resolução.

Art. 5º Esta resolução entra em vigor cento e oitenta dias após a data de sua publicação.

Justificação

A crescente complexidade da civilização, intensificada no início deste terceiro milênio, vem impondo às atividades humanas a necessidade do processamento eletrônico de dados, o qual está presente, hoje em dia, nas mais comezinhas operações comerciais, financeiras ou mesmo no lazer das crianças.

O Congresso Nacional, como espelho da sociedade, não poderia ficar à margem desse processo e, por essa razão, já dispõe de equipamento eletrônico de votação, que, inexplicavelmente, não é utilizado de modo eficiente.

De outro lado, a atividade parlamentar não se resume à presença em Plenário da Casa. Há constante necessidade de o parlamentar deslocar-se para outros locais, até mesmo fora do País, para exercer o seu trabalho, seja como integrante de comissão, seja como representante da instituição em foros e debates de interesse para a sociedade brasileira.

Nesses deslocamentos, o parlamentar pode acompanhar o que se passa no Congresso Nacional, pois as facilidades de comunicação em face da rede mundial de computadores (internet), da TV Senado, e, eventualmente, dos recursos de videoconferência, permitem-lhe interagir, em tempo real, com os seus pares e com a Mesa, com vistas aos trabalhos e votações em andamento no plenário da Casa.

Assim, é o nosso objetivo, mediante este projeto, propor que em caso de ausência justificada de senador, nos casos previstos no art. 13 do Regimento Interno do Senado Federal, possa ele exercer o seu direito de voto nas matérias submetidas à deliberação do Plenário, desde que a Mesa aceite o seu pedido de votação por meio de acesso eletrônico remoto.

Nesse caso, caberá à Mesa prover sistema de segurança eletrônica de transmissão de dados protegido contra fraude e violação do sigilo de voto, tal como já vem sendo adotado, com eficácia, nas operações bancárias e comerciais pela internet.

Ademais, o resultado da votação de um colegiado numericamente reduzido – com apenas oitenta e um votos, no máximo —, permite aos próprios sena-

dores e líderes partidários perceber como votou cada um dos participantes da deliberação e atestar a lisura do processo. Desse modo, poderemos evitar que em votação de matérias complexas e polêmicas não seja possível contar com a participação de senadores que, justificadamente, estejam ausentes do Plenário.

Acreditamos que a proposição seja acolhida pelos nossos pares, em razão de não haver empecilhos técnicos para a sua adoção, consoante informação do Prodases, e por ir ao encontro da valorização do Senado Federal, dos parlamentares e da modernidade.

Sala das Sessões, 31 de janeiro de 2006 – Senador **Marcelo Crivella**.

RESOLUÇÃO N° 93, DE 1970

Regimento Interno do Senado Federal.

Art. 13. Será considerado ausente o senador cujo nome não conste da lista de comparecimento, salvo se em licença, ou em representação a serviço da Casa ou, ainda, em missão política ou cultural de interesse parlamentar, previamente aprovada pela Mesa, obedecido o disposto no art. 40.

§ 1º O painel do plenário será acionado nas sessões deliberativas.

§ 2º Considerar-se-á ainda ausente o senador que, embora conste da lista de presença das sessões deliberativas, deixar de comparecer às votações, salvo se em obstrução de clara da por líder partidário ou de bloco parlamentar. (NR)

Art. 292. Na votação, serão adotados os seguintes processos:

I – ostensiva:

- a) simbólico;
- b) nominal;

II – secreta:

- a) eletrônico;
- b) por meio de cédulas;
- c) por meio de esfera.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Presidência comunica ao Plenário que fica aberto o prazo de cinco dias úteis para o recebimento de emendas, perante a Mesa, para o Projeto de Resolução n° 9, de 2006.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO N° 79, DE 2006.

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, requeiro a inserção em Ata de voto de pesar pelo falecimento, ocorrido dia 27 último, na cidade de Olinda, do Senador Nivaldo Machado, que integrou a representação do Estado de Pernambuco nesta Casa, no período de março de 1985 a abril de 1987, pelo Partido da Frente Liberal; da decisão, solicito seja dado conhecimento à esposa, Senhora Maria Carmelita Martins Machado, aos filhos Antônio Carlos, Nivaldo Filho e Paulo Henrique, bem como à Prefeitura e à Câmara Municipal de Olinda, e à Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco.

Sala das Sessões, 31 de janeiro de 2006. – Senador **Marco Maciel** – Senador **José Jorge**.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Presidência encaminhará o voto solicitado.

O requerimento vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO N° 80, DE 2006

Requeiro, nos termos regimentais, que o Projeto de Lei do Senado nº 396, de 2005 que, “Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para disciplinar as relações de consumo realizadas por meio eletrônico”, seja encaminhado à Comissão de Educação para que esta se pronuncie sobre o mesmo.

Sala das Sessões, 31, de janeiro de 2006. – Senador **Gerson Camata**.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O requerimento que acaba de ser lido será incluído em Ordem do Dia oportunamente, nos termos do art. 255 do Regimento Interno do Senado Federal.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO N° 81, DE 2006

Requer Voto de Pesar pelo falecimento do brasileiro Felipe Carvalho Barbosa, que, como fuzileiro naval das forças militares dos Estados Unidos, morreu em acidente na região de Falluja, a 50 km de Bagdá, onde integrava a corporação norte-americana no Iraque.

Requeiro, nos termos do art. 218, do Regimento Interno, a inserção em ata de Voto de Pesar, pelo falecimento em acidente no Iraque, do brasileiro Felipe Carvalho Barbosa, que integrava naquele país, como fuzileiro naval norte-americano, as forças militares dos Estados Unidos.

Requeiro também que esse Voto de Pesar seja levado ao conhecimento da família do militar, por intermédio da Embaixada dos Estados Unidos em Brasília.

Justificação

O Voto de Pesar que ora requeira justifica-se. O brasileiro Felipe Carvalho Barbosa, fuzileiro naval dos Estados Unidos, morreu no cumprimento do dever, servindo às forças militares daquele país no Iraque. Ele foi vítima de acidente nas cercanias de Bagdá, quando o caminhão em que se encontrava tombou, provavelmente ao passar sobre uma mina.

Sala das Sessões, 31 de janeiro de 2006. – Senador **Arthur Virgílio** – Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Presidência encaminhará o voto solicitado.

O requerimento vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 82, DE 2006

Solicita informações ao Sr. Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário sobre o quantitativo de famílias assentadas pelo atual governo.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno, requeiro que, ouvida a Mesa, seja solicitada ao Sr. Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário as seguintes informações:

1. O que justifica essa Pasta ter colocado, no **site** do Incra, duas listas diferentes de famílias assentadas pelo atual governo no ano passado?

2. Por que, na segunda versão, desapareceram todas as datas de criação dos assentamentos?

3. Fornecer relação com o quantitativo de famílias assentadas durante o Governo Lula, até o presente momento, contendo a data de criação de cada assentamento.

Justificação

O jornal **Folha de S.Paulo**, em sua edição de 26 de janeiro do corrente, publicou matéria intitulada “Lista com data de assentamentos some do **site** do Incra”, que mostra que “o Ministério do Desenvolvimento Agrário colocou no site do Incra na internet duas listas diferentes de famílias assentadas pelo Governo Luiz Inácio Lula da Silva no ano passado. Na segunda versão, desapareceram todas as datas de criação dos assentamentos”.

Segundo a matéria, as listas apresentadas consideravam famílias que foram instaladas em assentamentos criados em governos anteriores.

Ainda segundo a matéria, “o Governo Lula tem usado amplamente o recurso de contar como projetos de assentamento da reforma agrária reservas extrativistas na Amazônia Legal”, sendo que esse tipo de reserva já é habitada muitos anos antes da decisão do governo.

Assim, as informações que ora requeiro são de fundamental importância para que se tenha o devido esclarecimento do conteúdo da referida matéria, principalmente se levarmos em consideração que o atual governo não medirá esforços para cumprir as metas estabelecidas no seu programa de reforma agrária.

Sala das Sessões, 31 de janeiro de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 83, DE 2006

Solicita informações ao Sr. Ministro de Estado das Comunicações sobre a decisão da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT de realizar novo concurso para provimento de cargos naquela empresa pública, em detrimento de candidatos aprovados em concurso realizado anteriormente para preenchimento dos mesmos cargos.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno, requeiro que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas ao Sr. Ministro de Estado das Comunicações informações sobre a decisão da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT de realizar novo concurso para provimento de cargos naquela empresa pública, em detrimento de candidatos aprovados em concurso realizado anteriormente para preenchimento dos mesmos cargos:

1. Quantos candidatos foram aprovados no concurso público objeto do edital de abertura nº 105/2003, publicado no **Diário Oficial** da União do dia 12-5-2003, e realizado no dia 16-11-2003?

2. Qual era o prazo de validade do concurso acima citado?

3. Dos candidatos aprovados, quantos foram nomeados durante o prazo de validade do concurso?

4. O concurso acima citado teve seu prazo de validade prorrogado por mais um ano, conforme o edital nº 298/2004, publicado no **Diário Oficial** da União de 23-11-2004. O que justificou tal decisão?

5. Quantos candidatos foram chamados durante a prorrogação do referido concurso?

6. Em 17 de janeiro de 2006, o **Diário Oficial** da União publicou o edital nº 14/2006, no qual a ECT torna público a realização de novo concurso para provimento dos mesmos cargos objeto do concurso anterior. Qual a justificativa para a realização desse novo concurso, sendo que a simples nomeação dos candidatos aprovados anteriormente supriria a falta de pessoal na empresa?

7. Qual foi a despesa da ECT com a realização dos dois concursos?

Justificação

Em 16 de novembro de 2003, os Correios realizaram concurso público para o preenchimento de cargos de engenheiros e analistas de sistemas. Embora centenas de candidatos tenham sido aprovados, nenhuma nomeação foi feita pela empresa.

Passados dois anos sem que ninguém tivesse sido nomeado, a validade do concurso foi prorrogada, por mais um ano, conforme o edital nº 298/2004, publicado no **Diário Oficial** da União de 23-11-2004. No entanto, durante o prazo de prorrogação, apenas algumas poucas nomeações foram feitas.

Como se não bastasse, os Correios publicaram, no **DOU** de 17 de janeiro deste ano, o edital nº 14/2006, que prevê a realização de novo concurso para o preenchimento dos mesmos cargos relacionados no concurso anterior.

Assim, as informações que ora requeiro visam a entender por que a direção dos Correios, sabendo da existência de candidatos já aprovados em concurso público, decidiu esperar o vencimento do prazo desse concurso para, logo em seguida, promover a realização de outro, com imenso prejuízo para os aprovados, para a empresa e, consequentemente, para a moralidade do serviço público.

Estes são os esclarecimentos que pretendo obter com o requerimento que apresento nesta oportunidade.

Sala das Sessões, 31 de janeiro de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

(À mesa para decisão)

REQUERIMENTO Nº 84, DE 2006

Nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro sejam fornecidos, em meio magnético, pelo Exmº Sr. Ministro de Estado da Justiça, o nome, CNPJ, endereço, telefone, fax, data da publicação, nome do responsável e respectivo CPF, bem como a finalidade das pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos qualificadas como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) pela Secretaria Nacional de Justiça do Ministério da Justiça.

Sala das Sessões, 31 de janeiro de 2006. – Senador **Sérgio Guerra**.

(À Mesa, para decisão.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Os requerimentos que acabam de ser lido serão despachados à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 85, DE 2006

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 222 do Regimento Interno, requeiro seja registrado, nos Anais do Senado Federal, voto de aplauso ao colunista político do jornal **Diário do Nordeste** Edilmar Norões, pelos cinqüenta anos de exercício profissional dedicados à sociedade cearense.

Requeiro, ainda, seja dado conhecimento desta homenagem ao jornal **Diário do Nordeste** e à família do jornalista.

Sala das Sessões, 31 de janeiro de 2006. – Senadora **Patrícia Saboya Gomes**.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O requerimento que acaba de ser lido depende de votação, em cujo encaminhamento poderão fazer uso da palavra as Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que o desejarem.

Para encaminhar a votação, tenho a honra de conceder a palavra ao nobre Senador Marco Maciel.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE. Para encaminhar a votação. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, eminentes Senador Renan Calheiros, Sras e Srs. Senadores, o requerimento que ora submeto à consideração da Casa dispõe sobre a concessão de um voto de pesar pelo falecimento ocorrido no dia 27 deste mês, na cidade de Olinda, do ex-Senador Nivaldo Machado.

O Senador Nivaldo Rodrigues Machado integrou a representação do Estado de Pernambuco nesta Casa no período de março de 1985 a abril de 1987, e integrava a Bancada do meu Partido, o Partido da Frente Liberal.

Nivaldo Machado nasceu em Olinda, em 1921, e era advogado e professor. Casado com D. Maria Carmelita Martins Machado deixou três filhos, todos eles, de alguma forma, seguindo as pegadas do pai, são homens públicos: Antonio Carlos e Nivaldo Filho, ex-Vereadores de Olinda, e Paulo Henrique Machado, magistrado.

Voltando a falar sobre o ilustre falecido, o Senador Nivaldo Machado, gostaria de lembrar que, além de Vereador pela cidade de Olinda em duas Legislaturas, ele foi também Prefeito da cidade hoje declarada, oficialmente pela Unesco, Patrimônio Mundial da Humanidade, proposto ao tempo em que eu governava o Estado de Pernambuco.

Devo também acrescentar que ele foi Deputado estadual em seis Legislaturas, período em que exerceu, por três vezes, a Presidência da Assembléia Legislativa do Estado. Também presidiu o Diretório Regional da Arena; como meu suplente, assumiu o Senado Federal, no período de março de 1985 a abril de 1987, por encontrar-me desempenhando as funções de Ministro da Educação e Ministro-Chefe do Gabinete Civil. Nesta Casa, teve atuação destacada à mercê dos seus conhecimentos, não somente no campo jurídico, mas também no campo político, vez que era um homem público na ampla acepção do termo.

Ele teve ativa participação nas Comissões Permanentes desta Casa e deixou um exemplo muito rico de vida. Posso dizer que, ao longo dos seus 40 anos de vida pública, ele se houve como uma pessoa proba, competente administrador e um Parlamentar que conhecia os problemas do Estado e do País. De mais a mais, o ex-Senador Nivaldo Machado fez da atividade política sua única atividade. Não exerceu nenhuma outra tarefa a não ser no magistério.

Além disso, chamo a atenção para o fato de que ele defendia, com ardor e consistência, suas idéias, mas era incapaz de gerar inimigos, porque situava muito bem as questões que propunha e mantinha sempre o diálogo em termos elevados. É bom lembrar que a relação na política é aliado/adversário, ou seja, diferentemente do que preconizou Karl Smidt, tratando-a como amigo/inimigo. Enfim, o território pessoal deve ficar indene aos conflitos que surgem no campo da atividade política.

Sr. Presidente, antes de encerrar as minhas palavras, saliento que Nivaldo Machado foi um homem de excelente formação cristã muito acatada em todo

o Estado de Pernambuco. O seu desaparecimento entristeceu seus amigos, que eram muitos.

Sabemos, como cristãos, como afirmou Santo Agostinho, que a vida não é mortal, a morte é que é vital. Portanto, temos a certeza de que ele será, como certamente já o foi, acolhido nos braços do Criador.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Antes de conceder a palavra ao Senador Arthur Virgílio, eu a concederei, para encaminhar a votação, ao Senador Heráclito Fortes.

Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^ss e Srs. Senadores, fala aqui meu lado pernambucano, que teve a virtude e a alegria de conhecer Nivaldo Rodrigues Machado e de com ele conviver.

Associo-me a esse voto de pesar, proposto pelo Senador Marco Maciel, com a convicção de que S. Ex^a o fez com a autoridade de ex-Governador de Pernambuco, de ex-Vice-Presidente e de homem de convivência estreita com Nivaldo Machado e com a consciência de que presta uma grande homenagem a um dos maiores homens públicos que Pernambuco teve.

Quando saí do Piauí e fui para Pernambuco, tive a felicidade de conviver com o então Deputado Nivaldo Machado, que, além de ser um político totalmente voltado para os interesses maiores de Pernambuco, tinha, para mim, naquele momento, a felicidade de ser casado com uma piauiense, D. Carmelita, que me proporcionou um acesso e um convívio familiar muito enriquecedor no período em que morei nas terras pernambucanas.

Portanto, sei por que principalmente a cidade de Olinda está enlutada com a perda de um dos seus grandes defensores, como também está Pernambuco, por perder uma figura ímpar como Nivaldo Rodrigues Machado. Pernambuco perde, e o Piauí associa-se a ele, na certeza de que esse é um gesto que todo o Brasil também aplaude, por intermédio da iniciativa do Senador Marco Maciel em prantear seu prematuro desaparecimento.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Em votação o requerimento.

As Sr^ss e os Srs. Senadores que o aprovam querem permanecer sentados.

Aprovado.

A Mesa encaminhará o voto solicitado.

O requerimento vai ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Tenho a honra de conceder a palavra, pela ordem, ao nobre Senador Arthur Virgílio.

Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, chamo a atenção dos Líderes do Governo para algo que me parece bastante grave. A publicação **em questão**, do dia 30 de janeiro deste ano, traduz uma inverdade brutal. E, com dinheiro público envolvido na história – pois isso custa dinheiro público –, sou obrigado a fazer uma denúncia à Casa.

Primeiramente, agradeço a gentileza do ex-Ministro, e hoje assessor especial do Presidente, Luiz Gushiken, porque pedi a ele, da tribuna – e ele me atendeu –, que não mandasse mais essa publicação para a minha casa. Eu pedi. Tenho o direito de ler só o que eu quiser e de não ser orientado na leitura por quem quer que seja. Isso, portanto, chegou às minhas mãos por um assessor muito competente.

Diz o **em questão**, fazendo propaganda deslavada e com mentira pelo meio, que o investimento, em 2005, chegou a R\$18,4 bilhões. Isso não é verdade.

Informa o **em questão**:

Números divulgados pelo Ministério do Planejamento comprovam que em 2005 os investimentos do governo federal bateram recorde, atingindo um total de R\$18,4 bilhões. O valor representa um crescimento de 60% em relação ao realizado em 2004 (R\$11,2 bilhões) e quase o triplo do executado em 2003 (R\$6,5 bilhões).

Sr. Presidente, vamos agora à verdade, com dados do próprio Ministério do Planejamento. O realizado, neste ano, foi, efetivamente, de R\$18,4 bilhões, mas o liquidado, aquilo que efetivamente virou despesa real, foi de apenas R\$7,917 bilhões.

Ou seja, se formos pegar ano a ano, Sr. Presidente: em 1995, R\$13,4 bilhões; em 1996, R\$14,5 bilhões; em 1997, R\$17,7 bilhões; em 1998, R\$18,7 bilhões; em 1999, R\$14 bilhões; em 2000, R\$18 bilhões; em 2001, R\$23,5 bilhões; em 2002, R\$14,5 bilhões; em 2003, primeiro ano do Governo Lula, o efetivamente liquidado caiu para R\$7,482 bilhões; em 2004, subiu para R\$11,518 bilhões; em 2005, caiu novamente para a casa dos R\$7,917 bilhões. Ou seja, a média de 1995 a 2002 foi de uma liquidação de R\$16.798.375.887,35. A média dos três anos do atual Governo foi de apenas R\$8.972.397.535,01. Então, a redução do investimento público significou 47%. Essa é que é a verdade!

Sr. Presidente, tenho ainda de fazer uma outra observação. O Governo tem-se vangloriado muito do tal superávit primário. Vamos dissecá-lo!

Anteontem, foi divulgado pelo Banco Central o resultado das contas primárias de 2005. O superávit primário de 2005 do setor público foi de 4,84% do PIB, um aumento de 0,25% em relação ao ano anterior, que tinha sido de 4,59%.

No entanto, ao contrário do que se poderia imaginar, a qualidade do ajuste fiscal piorou e o resultado primário do Governo Federal em 2005, igual a 2,9% do PIB, foi pior do que aquele de 2004, de 2,98% do PIB. A melhora do resultado primário ocorreu integralmente pela melhora do resultado das estatais e dos Municípios. Ou seja, o Governo Federal contribuiu, no que toca à União, muito pouco. Ele piorou o seu resultado fiscal. As estatais melhoraram o delas, os Estados não acrescentaram grande coisa; e os Municípios, sim, melhoraram a sua participação no esforço fiscal.

Mas, quero voltar e chamar a atenção para algo que a mim me choca: uma publicação empurrada goela abaixo das pessoas, esse **em questão**, com todo o aspecto da propaganda mussolinista, fascista, contém uma mentira deslavada, dizendo que o investimento em 2005 chegou a R\$18,4 bilhões, maior do que o realizado em 2004, de R\$11,2 bilhões, e quase o triplo do executado em 2003, R\$6,5 bilhões. Não é verdade! O realizado foi R\$18,4 bilhões e o executado foi apenas R\$7,917 bilhões. Aonde quer chegar o Governo com esse emaranhado de mentiras?

Digo isso, Sr. Presidente, porque é preciso ter-se uma relação de confiança entre quem faz vida pública, e quem faz vida pública neste País. É preciso uma relação de confiança. Se o Governo me dá um dado, eu gostaria de acreditar que o dado é aquele e poder criticá-lo ou até elogiá-lo se o dado é aquele. Mas o Governo me dá um dado, vou investigar, e o dado não é aquele! É um dado mentiroso que visa novamente a obter resultados eleitoreiros. Ou seja, não sei quanto custa essa tolice desse **em questão**, só sei que custa dinheiro público, e estão usando dinheiro público para mentir. Mentir a respeito de investimento, como se tivesse aumentado o investimento. O investimento baixou, conforme acabei de provar com dados técnicos irrefutáveis.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso 1 e § 2º do Regimento Interno)

ARTHUR VIRGILIO
31/01/06

Sobre as Contas Fiscais de 2005

Ontem foi divulgado pelo Banco Central o resultado das contas primárias de 2005. O superávit primário de 2005 do setor público foi de 4,84% do PIB; um aumento de 0,25% do PIB em relação ao do ano anterior de 4,59% do PIB.

No entanto, ao contrário do que se poderia imaginar, a qualidade do ajuste fiscal piorou e o resultado primário do governo federal em 2005 (2,90% do PIB) foi pior do que aquele de 2004 (2,98% do PIB). A melhora do resultado primário ocorreu integralmente pela melhora do resultado das estatais e dos municípios.

A piora do resultado primário do governo federal de 2,98% do PIB em 2004 para 2,90% do PIB em 2005 decorreu apesar do aumento da receita líquida do governo federal em 1% do PIB.

Se parte o aumento desejado do superávit primário nos anos anteriores decorreu do aumento indesejado da carga tributária, a dinâmica 2005 foi muito pior, pois todo crescimento da receita transformou-se em crescimento da despesa não financeira do governo federal que passou de 17,1% do PIB para 18,2% do PIB, sem o aumento correspondente do superávit primário do governo federal.

O que torna o resultado das contas fiscais de 2005 mais agravante é a constatação de que o crescimento das despesas não financeiras do governo federal ocorreu em gastos permanentes, enquanto o investimento público (liquidado) passou de R\$ 10,8 bilhões em 2004 (0,61% do PIB) para R\$ 7,9 bilhões (0,41% do PIB) em 2005.

Pelos nossos cálculos, 76% do crescimento das despesas não financeira do governo federal decorreu do pagamento de pessoal, aposentadorias e pensões (37,3%) ; e da expansão dos gastos sociais (39,5%). Esses dois itens em 2006 devem continuar no mesmo ritmo de expansão dos anos anteriores o que nos leva a seguinte conclusão: a trajetória atual do crescimento do gasto público levará a carga tributária para um valor próximo a 40% do PIB nos próximos dois anos ou para uma redução acentuada do superávit primário, com um possível impacto no aumento dos juros para conter o efeito inflacionário.

Principais Observações Referente às Contas Fiscais de 2005

- (1) A Receita Líquida de Transferências do Governo Federal (Tesouro e INSS) passou de 19,93% do PIB para 20,92% do PIB; um aumento de 1% do PIB (ver Tabela 1 Anexa). A Receita Total das três esferas de governo deve ter crescido por volta de 1,6% do PIB, o que aponta para uma carga tributária global já próxima a 38% do PIB em 2005.

- (2) As despesas não financeiras do Governo Federal (Tesouro e INSS) passaram de 17,13% do PIB para 18,21% do PIB (Tabela 2 Anexa), enquanto o investimento público (liquidado) foi reduzido de 0,61% do PIB para 0,41%.
- (3) A expansão dos programas sociais, aposentadorias, pensões e pagamento de pessoal responderam por 76% do crescimento das despesas públicas não financeiras do governo federal que foi de 1% do PIB em 2005. Isso indica que a expansão dos gastos públicos tem ocorrido em itens da despesa pública que são de difícil redução em anos posteriores o que sinaliza para uma piora do ajuste fiscal.
- (4) O aumento do superávit primário em 2005 correu integralmente do crescimento do superávit primário das estatais e dos municípios. O resultado primário do governo federal em 2005 já piorou e essa piora deverá ser maior em 2006.
- (5) A tendência para este ano de 2006 é que os gastos públicos voltem a crescer próximo a 1% do PIB; o que nos levará para um novo aumento da carga tributária ou mesmo para uma forte redução do superávit primário.

Anexos

Receita Líquida do Governo Central*

	R\$ milhões	% do PIB
1997	134.044	15,39%
1998	154.784	16,93%
1999	174.482	17,92%
2000	194.769	17,69%
2001	224.416	18,72%
2002	263.917	19,61%
2003	296.430	19,05%
2004	352.058	19,93%
2005	404.419	20,92%

Fonte: Tesouro Nacional

OBS: * Tesouro Nacional, Bacen e Previdência Social.

Despesas Não Financeiras do Governo Central*

	R\$ milhões	% do PIB
1997	131.548	15,11%
1998	147.250	16,11%
1999	154.317	15,85%
2000	173.787	15,78%
2001	202.679	16,91%
2002	232.204	17,25%
2003	257.141	16,52%
2004	302.689	17,13%
2005	351.931	18,21%

Fonte: Tesouro Nacional

OBS: * Tesouro Nacional, Bacen e Previdência Social.

Investimento Público Liquidado (1995-2005)
R\$ de 2005 atualizado pelo IGP-DI

1995	13.359.029.723,37
1996	14.506.043.654,92
1997	17.692.871.747,69
1998	18.716.815.300,60
1999	14.113.743.176,60
2000	18.014.227.533,96
2001	23.564.999.283,70
2002	14.419.276.677,97
2003	7.482.118.490,91
2004	11.518.074.114,12
2005*	7.917.000.000,00

Fonte: Tesouro Nacional e Ministério do Planejamento

* Investimento Liquidado (Min. do Planejamento)

Média FHC (1995-2002) 16.798.375.887,35

Média Lula (2003-2005) 8.972.397.535,01

Redução do Investimento Público FHC-Lula -47%

Redução do Investimento Público 2004-2005 -31%

em questão

Editado pela Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica da Presidência da República - Secom
 Nº 400 - Brasília, 30 de janeiro de 2006.

Investimento em 2005 chega a R\$ 18,4 bilhões

Números divulgados pelo Ministério do Planejamento comprovam que em 2005 os investimentos do governo federal bateram recorde, atingindo um total de R\$ 18,4 bilhões. O valor representa um crescimento de 60% em relação ao realizado em 2004 (R\$ 11,2 bilhões) e quase o triplo do executado em 2003 (R\$ 6,5 bilhões).

A prioridade é dar continuidade às obras de infra-estrutura, essenciais para o desenvolvimento sustentado do país. Para isso, o governo trabalha para recuperar a capacidade de investimento público e eliminar os obstáculos ao crescimento, especialmente com obras de reforma e conservação das estradas ampliação da capacidade dos portos.

Publ. no site
 Brasília, 31-01-06

AKL

Com o Projeto Piloto de Investimentos – PPI, instituído a partir de 2004, o governo está alavancando as obras de infra-estrutura. Os projetos estão fora do cálculo do superávit primário e em 2005 receberam R\$ 3,5 bilhões, 100% do valor previsto para empenho.

Para as estradas o governo liberou, por meio de medida provisória publicada no dia 03.01, crédito, crédito extraordinário de R\$ 350 milhões do orçamento de 2006. O dinheiro foi acrescido aos R\$ 90 milhões do orçamento de 2005 já empenhados, totalizando R\$ 440 milhões. Os recursos estão sendo utilizados para obras recuperção emergencial de rodovias em todo o país.

Como mostram os números, o governo também voltou a investir em ferrovias. Incluída no PPI, a Ferrovia Norte-Sul recebeu recursos em 2005 de R\$ 324 milhões, que inscritos em restos a pagar, poderão começar o ano sendo executados.

Com os resultados positivos da economia, o país entra em uma nova fase com perspectivas de altos investimentos em infra-estrutura. De acordo com o secretário-executivo do Ministério do Planejamento, João Bernardo Bringuel, em 2006 o governo terá capacidade de pagar entre R\$ 14 bilhões e R\$ 15 bilhões dos investimentos, superior ao montante de R\$ 11,5 bilhões pagos em 2005.

Investimentos diretos (R\$ em milhões)	Realizado 2002	Realizado 2003	Realizado 2004	Empenhado 2005
rodovias	1.656,2	1.260,9	1.894,0	4.546,0
ferrovias	72,2	76,0	75,2	386,2
portos	133,6	67,8	212,7	386,3
hidrovias	50,2	29,6	63,2	70,3

em questão

www.brasil.gov.br/emquestao

Para receber o Em questão, por correio eletrônico, mande uma mensagem para emquestao@secom.planalto.gov.br, escrevendo "incluir" no campo de assunto. Tendo dúvidas ou sugestões, use o mesmo endereço.



O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço muito a V. Ex^a.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Peço a palavra como Líder do PFL.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Há um pedido do Senador Heráclito Fortes para falar como Líder do PFL. Estão inscritos também os Senadores Aloizio Mercadante e José Agripino.

Senador Aloizio Mercadante, se não houver objeção de V. Ex^a, darei a palavra ao Senador Heráclito Fortes e, em seguida, a V. Ex^a.

Com a palavra, o Senador Heráclito Fortes. Só para ajustar o procedimento.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pela Liderança do PFL. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, “ao contrário de tantos outros flagelos naturais, as secas são um fenômeno cíclico, previsível e inevitável. Assim sendo, o que precisamos fazer é adotar programas permanentes que capacitem o habitante do semi-árido a conviver bem com as condições ambientais em que ele está inserido,

em vez de recorrermos a planos emergenciais durante os períodos de estiagem".

Não são minhas essas palavras, quero ser bem justo, mas do Governador do meu Estado, Wellington Dias, em abril de 2002, no exercício de seu mandato de Deputado Federal. Naquela ocasião e em várias outras, ele ocupou a tribuna para dizer que "medidas simples e baratas como a construção de cisternas para o armazenamento de água que cai do telhado, por exemplo, fazem enorme diferença na qualidade de vida do sertanejo e são investimentos permanentes, que não precisam ser refeitos a cada novo período de seca".

Como um *expert* no assunto e já no terceiro ano de mandato, era de se esperar que o Governador colocasse em prática suas idéias e promessas. Pois o Piauí está vivendo uma das suas piores e mais prolongadas estiagens, e muito pouco está sendo feito. E, ainda assim, com muita lentidão, Sr. Presidente. Propostas não faltariam, bastando que ele consultasse o seu próprio projeto a respeito, o Programa Permanente de Convivência com o Semi-Árido, que acabou arquivado por inadequação financeira, embora tivesse recebido a aprovação das comissões técnicas desta Casa.

Naquela época, na oposição, Wellington Dias dizia que as ações do Governo no combate à seca eram paliativas, de cunho meramente assistencialistas, citando os programas bolsa-renda, bolsa-alimentação, renda mínima, vale gás e bolsa-escola: "O fato é que tudo não passa de enganação", sentenciava o então Deputado oposicionista.

Pois agora estamos assistindo novamente a um terrível período de seca e não vemos o Governo apresentar nada de diferente, Senador Mão Santa.

A situação é tão grave que, na região dos Cerrados, normalmente pouco atingida, choveu apenas 30 milímetros neste mês, contra uma média histórica de 200 a 250 milímetros.

Ali, calcula-se que 20% da plantação de soja – que ocupa quase 50 mil hectares – e 30% do arroz já estão comprometidos.

Nada disso deveria ser surpresa para o governador. Num discurso, em março de 2002, na Câmara dos Deputados, ele chamava a atenção para estudos de 1999, que ele entregou a várias autoridades, demonstrando que, entre os anos de 2002 e 2011, haveria um período de chuvas irregulares: "Hoje, com a tecnologia existente, já é possível, baseando-se no estudo do ciclo da seca, detectar com alguma ante-

cedência a condição climática e, consequentemente, prevenir-se com relação a ela", afirmava ele.

Parece que o governador esqueceu o que ele próprio pregou. É a tragédia anunciada. São hoje 97 Municípios em estado de emergência, e outros seis pedidos de decretação foram feitos esta semana, o que dá quase a metade dos Municípios do Estado, com mais de 150 mil famílias atingidas, segundo a Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAG).

Segundo declarações de Evandro Luz, vice-presidente da entidade, publicadas na imprensa piauiense hoje, a agricultura familiar está comprometida, as ações são assistencialistas e obedecem a critérios políticos.

Sr. Presidente, só nos caberia perguntar: quem mudou nesses últimos anos?

O governador, que tem tanta pressa na operação tapa-buraco, parece que não tem a mesma disposição com relação à seca. Em outubro do ano passado, o Ministério da Integração Nacional já reconhecia 28 Municípios em estado de emergência em razão da seca. Em novembro, 55 decretos de emergência já haviam sido reconhecidos. Desde setembro, muitos Municípios só sobreviviam às custas dos carros-pipas, os mesmos que o então deputado do PT dizia serem dispensáveis, meramente assistencialistas. Consta, porém, que até mesmo essa medida o governador quer cancelar.

Agora, segundo as agências de notícias, os Municípios estão passando do estado de emergência para o de calamidade. E parece ser esta a orientação do governador, como se isso fosse resolver todos os problemas que se vêm acumulando há meses.

Os entraves burocráticos, no entanto, são tamanhos que os prefeitos não estão conseguindo nem uma coisa nem outra.

Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, triste o destino do meu Estado, que ora vive com enchentes inclemtes que deixam centenas de desabrigados, ora com a seca que tira o sustento de milhares de famílias. Mais triste ainda é ver a falta de ação do governo estadual e a indiferença do Governo Federal.

Disse aqui várias vezes que o Piauí, embora seja o único Estado do Nordeste governado pelo PT, recebe muitas vezes o tratamento de adversário. Vamos ver se agora o quadro muda.

O governador, em campanha pela reeleição, tem percorrido todo o interior do Estado e deve estar a par da situação calamitosa dos Municípios atingidos pela

seca. No momento, parece que está em Brasília. Espero que consiga, dessa vez, levar dos órgãos competentes mais do que promessas e tome as providências com a rapidez que o caso exige.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente,
Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Obrigado pela intervenção de V. Ex^a, Senador Heráclito Fortes.

Vou conceder a palavra ao nobre Líder do Governo, Senador Aloizio Mercadante. Antes, informo à Casa que, em várias conversas que tivemos com alguns dos Sr. Líderes partidários, acertamos um acordo para votarmos as matérias que estão prontas na Ordem do Dia apenas amanhã, quando o faremos, impreterivelmente, a partir das 15h. Haverá o Expediente das 14h às 15h e, a partir daí, vamos votar absolutamente tudo.

Reitero o pedido para que as emendas à proposta que pretende mudar as medidas provisórias sejam apresentadas hoje, a fim de que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania possa discuti-las amanhã. Se for possível, à tarde, já faremos a votação. Vou fazer tudo para que isso aconteça.

Também há um acordo para que votemos a lei de florestas, que é fundamental para o País, para o desenvolvimento sustentável que todos pretendemos. Recebi um sinal dos Líderes partidários para que possamos votar, afinal, essa matéria amanhã. É um compromisso da convocação extraordinária.

Há pouco, eu conversava com os Senadores Romeu Tuma e Fernando Bezerra com relação à Timemania. Há um consenso. Alguns aspectos ainda precisam ser discutidos, mas, com certeza, até quarta-feira da próxima semana, votaremos todas as outras matérias que precisam ser votadas.

O Senado Federal, na última quarta-feira, demonstrou sobejamente a quem tinha dúvidas – e são poucos os que têm dúvidas – que o Senado vota, delibera. Não há nenhuma matéria pronta para votar que não tenha sido votada; votamos absolutamente tudo, não só na convocação, mas no dia-a-dia.

Como disse ao nobre Líder Aloizio Mercadante, mesmo que não tenhamos um consenso com relação à mudança das medidas provisórias, não pode deixar de ocorrer a tramitação dessa mudança. Mesmo que o Senado Federal tenha de votar e aprovar um texto que não seja consensual, considero muito bom, porque a Câmara dos Deputados terá uma oportunidade de construir um consenso em torno dessa matéria, o que é fundamental para

o País e para o Legislativo. E aí teremos, na volta, na modificação da matéria aprovada pelo Senado, uma oportunidade para votar as mudanças das medidas provisórias aqui, no Senado Federal, em dois turnos de votação.

Fiz um apelo, Senador Antonio Carlos Magalhães, como combinamos, para que o Senador Aloizio Mercadante apresente as emendas.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Para que votemos amanhã?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Para que votemos amanhã na Comissão e, quem sabe – vou trabalhar para que isso se realize –, possamos votar tudo isso à tarde. Há um consenso para que a votação comece, efetivamente, a partir das 15 horas, 15 horas e 30 minutos, guardando o respeito ao espaço do Expediente.

São os seguintes os itens sobrestados:

1

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 268, DE 2005

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 268, de 2005, que abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Educação, da Saúde e da Defesa e de Operações Oficiais de Crédito, no valor global de um bilhão, quatrocentos e noventa e oito milhões, trezentos e quatorze mil, cento e um reais, para os fins que especifica.

Relator revisor:

Prazo final: 3-4-2006

2

SUBSTITUTIVO À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 59, DE 2004

(Votação nominal, se não houver emendas)

Terceira e última sessão de discussão, em segundo turno, do Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 59, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Arthur Virgílio, que dá nova redação ao art. 40 e revoga o art. 92 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para alterar a denominação da Zona Franca de Manaus para Pólo Industrial de Manaus.

Parecer sob nº 7, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator:

Senador Alvaro Dias, oferecendo a redação para o segundo turno.

3

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 3, DE 2000

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 12, de 2000, e 14, de 2001)
(Incluída em Ordem do Dia, nos termos dos arts. 356 e 361 do Regimento Interno)
(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2000, tendo como primeiro signatário o Senador Jader Barbalho, que altera o **caput** e os §§ 4º, 6º, II e 7º e acresce o § 8º ao artigo 57 da Constituição Federal (alteração dos períodos das sessões legislativas e a extinção do pagamento de parcela indenizatória de convocação extraordinária).

Parecer sob nº 1.271, de 2001, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Fogaça, favorável, e pela prejudicialidade das Propostas de Emenda à Constituição nºs 12, de 2000, e 14 de 2001, que tramitam em conjunto.

Dependendo de Parecer sobre a Emenda nº 1, de Plenário, Relator: Senador Antônio Carlos Valadares.

4

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 12, DE 2000

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 3, de 2000, e 14, de 2001)
(Incluída em Ordem do Dia, nos termos dos arts. 356 e 361 do Regimento Interno)

Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2000, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Hartung, que altera a redação do art. 57 da Constituição Federal para, alterando o período de funcionamento do Congresso Nacional, determinar o recesso constitucional de 21 de dezembro a 1º de janeiro e estabelecer que o calendário legislativo será definido por resolução do Congresso Nacional e contemplará período de férias coletivas dos Congressistas.

5

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 14, DE 2001

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 3 e 12, de 2000)
(Incluída em Ordem do Dia, nos termos dos arts. 356 e 361 do Regimento Interno)

Proposta de Emenda à Constituição nº 14, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador Maguito Vilela, que altera o art. 57 da Constituição Federal, para reduzir o período de recesso do Congresso Nacional, e dá outras providências.

6

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 72, DE 2005

Terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 72, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que altera o art. 62 da Constituição Federal para disciplinar a edição de medidas provisórias.

Parecer sob nº 2.251, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Edison Lobão, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP). Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, só para esclarecer ao Senador Antonio Carlos Magalhães, autor da emenda constitucional, e ao Presidente e demais Líderes: apresentamos cinco emendas que tratam apenas de dois temas; o resto é para poder adequar a redação e tinha de ser feito dessa forma.

O primeiro tema é que, na proposta original, na emenda à Constituição, propõe-se que a medida provisória só tenha eficácia de lei após cinco sessões, sendo aprovada na Comissão de Constituição e Justiça de uma das Casas.

A nossa proposta é que ela tenha eficácia de lei imediata, podendo a Comissão, evidentemente, alterar essa definição. A outra emenda é relativa ao tratamento de matéria tributária. São apenas dois temas organizados na forma de cinco emendas.

Já foi entregue à Mesa, para que possa ser publicado hoje e votado amanhã na Comissão.

São as seguintes as emendas:

SENADO FEDERAL
EMENDAS N°S 3 A 8, DE PLENÁRIO
APRESENTADAS À

Proposta de Emenda à Constituição nº 72, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *altera o art. 62 da Constituição Federal para disciplinar a edição de medidas provisórias*:

Projeto de Emenda à Constituição nº 72/2005

EMENDA N° 3 - PLENÁRIO

Suprime-se, no art. 1º da Proposta de Emenda à Constituição nº 72, de 2005, a redação proposta para o “caput” do art. 62 da Constituição Federal.

JUSTIFICAÇÃO

Pretendem os autores, com a nova redação que se daria ao “caput” do art. 62 da Constituição Federal, subtrair às prerrogativas constitucionais do Presidente da República, no processo legislativo, o juízo de valor quanto à urgência e relevância para editar medidas provisórias com força de lei e eficácia imediata desde a sua publicação.

A matéria tem suscitado debates de natureza política e jurídica, praticamente desde a promulgação da Constituição de 1988.

Um parecer de lavra do jurista Saulo Ramos, quando Consultor Geral da República, publicado no Diário Oficial da União em 23 de junho de 1989 (SR-92, de 21/6/1989), frisava que a faculdade do Presidente da República de editar medidas provisórias constituía uma competência constitucional extraordinária, representando um poder cautelar geral anômalo **deferido** ao Chefe do Poder Executivo da União, face a um estado de necessidade de seu exclusivo juízo valorativo. Citando o eminente constitucionalista italiano, Biscaretti de Rufia, o ilustre consultor sublinhava o fato de ser essa atribuição do Presidente da República uma verdadeira “potestade legislativa”.

O conceito jurídico de “potestade” encontra sinônimo no termo poder. Um direito potestativo, portanto, é aquele ao qual nada se pode opor. No caso, a potestade só encontra a oponibilidade de parte de quem detenha a competência constitucional legiferante ordinária, que é reconhecida, no plano atribuições para legislar da União, consoante o devido processo legislativo regular, com ou sem aquiescência do Presidente da República, ao Congresso Nacional.

No julgamento da ADIn nº 162, em 14/12/89, o Ministro Moreira Alves assinalou que, assim como se passava na ordem constitucional anterior a 5 de outubro de 1988, com os decretos-leis, a precisão do que venha a ser “urgência e relevância” a justificar, nos termos do art. 62 da Constituição Federal, a adoção de medida provisória “**assume caráter político, e está entregue ao discricionarismo dos juízos de oportunidade ou de valor do Presidente da República, ressalvada a apreciação contrária e também discricionária do Congresso**”.

Em igual sentido, o Ministro Francisco Rezek, no julgamento da ADIn nº 1130, em 10.08.95, afirmou que a evocação dos pressupostos de “urgência e relevância” configura “**juízo político do governo, e uma das pouquíssimas coisas que escapam à consideração judiciária**”.

Também o Ministro Sidney Sanches destacou ser atribuição comum do Executivo e do Legislativo o juízo político de urgência e relevância: “No que concerne à alegada falta dos requisitos da relevância e da urgência da Medida Provisória (que deu origem à Lei em questão), exigidos no art. 62 da Constituição, o Supremo Tribunal Federal somente a tem por caracterizada quando neste objetivamente evidenciada. E não quando dependa de uma avaliação subjetiva, estritamente política, mediante critérios de oportunidade e conveniência, esta confiada aos Poderes Executivo e Legislativo, que têm melhores condições que o Judiciário para uma conclusão a respeito.” (ADI 1.717-MC, Rel. Min. Sidney Sanches, DJ 25/02/00)

Importa destacar que, o art. 77 da Constituição Italiana, que serviu de modelo ao constituinte brasileiro para a construção do instituto das medidas provisórias, ressalta que o Governo, em casos extraordinários de necessidade e urgência, adota medidas provisórias com força de lei “**sob a sua responsabilidade**” (*sotto la sua responsabilità*).

Querer, agora, que a força de lei e a eficácia da medida só venham a ocorrer após o exame de admissibilidade por comissão de uma das Casas do Congresso Nacional equivale a transferir do Presidente da República para um pequeno grupo de parlamentares o poder de aquilatar a existência, ou não, dos pressupostos constitucionais de exercício desse poder legiferante cautelar, o que é inconstitucional. A inovação afronta o princípio da separação de poderes, eis que retira do Presidente da República uma prerrogativa que o constituinte originário lhe outorgou – insuscetível de deliberação do Congresso Nacional, consoante o

item III das cláusulas pétreas listadas no § 4º do art. 60 da Constituição Federal. Mesmo o Supremo Tribunal Federal, em juízo cautelar tem evitado questionar pressupostos de urgência e relevância, ainda que sob o argumento de abuso do poder discricionário do Presidente da República (ver Otávio Gallotti, na ADIn nº 1.417)

É certo que o art. 58, § 2º, inciso I da Constituição Federal prevê que, na forma dos regimentos internos das casas legislativas, possa haver a dispensa da competência do Plenário para, em alguns casos, discutir e votar projetos de leis, os quais, todavia, não têm força de lei e eficácia desde a publicação. Ocorre que, no caso das medidas provisórias, o constituinte originário e o derivado -- que formulou a Emenda Constitucional nº 32, de 2001 -- não cogitaram da subtração das atribuições do Plenário, no que concerne ao juízo prévio sobre atendimento dos pressupostos constitucionais de urgência e relevância.

Ademais, a novidade provocaria duas consequências absolutamente indesejáveis.

Em primeiro lugar, a publicação da medida, sem força de lei e sem eficácia imediata, propiciaria tempo para articulação dos agentes que seriam atingidos pelos efeitos da norma. O período de cinco dias que o texto dispõe para que se examine a admissibilidade da medida pode ser bastante para que se promovam mudanças de conduta que tornem a inócuo o provimento normativo. Assim, o pressuposto de “periculum in mora”, substrato da urgência da lei, deixaria de existir por elisão antecipada a seus efeitos. O estado de necessidade a motivar a emergência legiferante seria substituído, nesse caso, pelo fato consumado, tornando-se sem sentido a mudança do ordenamento jurídico. Ademais, esse prazo pode ser dilatado por mais cinco para que o Plenário delibere em substituição à comissão. E o que é pior: sob condição resolutiva, pois caso não venha a deliberar, a medida seria considerada inadmitida!

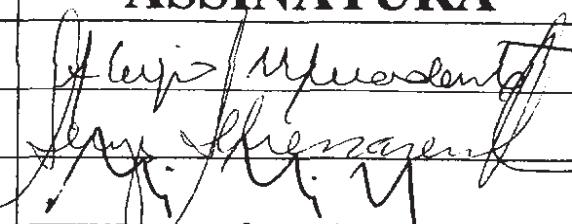
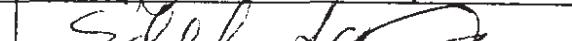
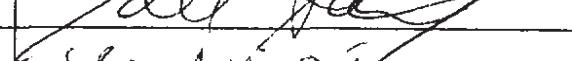
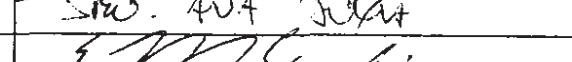
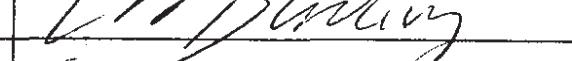
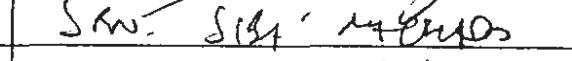
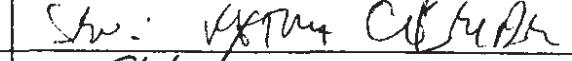
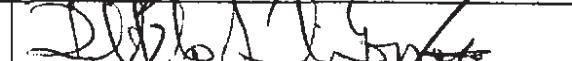
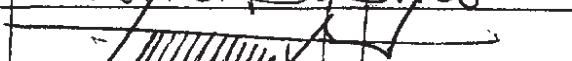
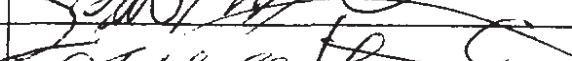
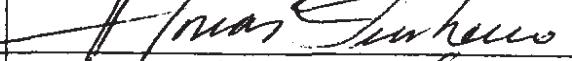
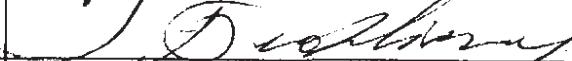
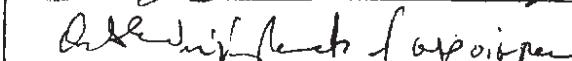
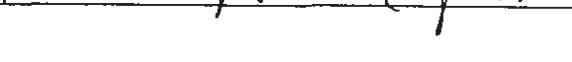
Em segundo lugar, proporcionaria a mais absoluta insegurança jurídica. Com efeito, o quinquédio de interregno, a mediar a publicação e a vigência, constitui, de pronto, perigoso *vacatio legis* pelos motivos acima expostos, inviabilizando a ação efetiva do Poder Público. Além disso, deve-se considerar que a manifestação da comissão não dispensa a competência do Plenário, que pode, nos termos propostos, mediante recurso, deliberar em sentido exatamente contrário ao da comissão. Assim, se a CCJ entender ser inadmissível uma medida e o Plenário considerá-la admissível e aprovar a medida, cabe-lhe fazer retroagir sua decisão para dar força de lei a medida? Retroagindo, terá a decisão efeitos “ex tunc”, isto é, retroagirá à data da publicação? Ou retroagirá até a data de leitura da matéria na Casa? Ou ao dia posterior ao termo final para exame da comissão? Deverá ser aguardado o pronunciamento da Casa revisora? Se, superados os problemas anteriores, ao final, for reconhecida a admissibilidade, como tratar os atos de elisão, se o escopo da medida, editada por razão de urgência e relevância, seria exatamente o de evitar condutas elisivas?

Por essas razões advogamos a supressão da nova redação que se pretende dar ao art. 62 da Constituição Federal.

Sala de Sessões em,

Proposta de Emenda à Constituição nº 72/2005

Nos termos do art. 358 do Regimento Interno do Senado Federal, subscrevo
a EMENDA N° - PLENÁRIO, que altera o art. 1º, da PEC nº 72/2005.

	SENADOR	ASSINATURA
	José Mamede Sen. Sálys	
	Sen. Fábio Kassab	
	Sen. Izalci Lins	
5	Sen. Júlio César Sen. Renato Barreto	
	Sen. José Agripino	
	Sen. Gleisi Hoffmann	
	Sen. Inácio Arruda	
10	Sen. Inácio Arruda	
	Sen. Inácio Arruda	
	Sen. Inácio Arruda	
	Sen. Inácio Arruda	
	Sen. Inácio Arruda	
15	Sen. Inácio Arruda	
	Sen. Inácio Arruda	
	Sen. Inácio Arruda	
	Sen. Inácio Arruda	
20	Sen. Inácio Arruda	
	Sen. Inácio Arruda	
	Sen. Inácio Arruda	
	Sen. Inácio Arruda	
	Sen. Inácio Arruda	
	Sen. Inácio Arruda	
	Arthur Viegas	

Proposta de Emenda à Constituição nº 72/2005

Nos termos do art. 358 do Regimento Interno do Senado Federal, subscrevo
a **EMENDA N° 72/2005 - PLENÁRIO**, que altera o art. 1º, da PEC nº 72/2005.

	SENADOR	ASSINATURA
25	<p><i>Adriano Soárez</i> SEN. ADRIANO SOÁREZ</p> <p><i>Renato Barilli</i> SEN. RENATO BARILLI</p> <p><i>João Baptista Mollo</i> SEN. JOÃO BAPTISTA MOLLO</p> <p><i>Antônio Carlos Magalhães</i> SEN. ANTONÍO CARLOS MAGALHÃES</p>	<p><i>Ricardo Faria</i> SEN. RICARDO FARIA</p> <p><i>José Serra</i> SEN. JOSÉ SERRA</p> <p><i>Waldemar Viana</i> SEN. WALDEMAR VIANA</p> <p><i>Luzia Dantas</i> SEN. LUZIA DANTAS</p> <p><i>Leônidas Gomes</i> SEN. LEÔNIDAS GOMES</p>
30	<p><i>Edmundo Arns</i> SEN. EDMUNDO ARNS</p> <p><i>Jefferson Peres</i> SEN. JEFFERSON PERES</p>	<p><i>Eliziane Gama</i> SEN. ELIZIANE GAMAS</p> <p><i>Luiz Quintella</i> SEN. LUIZ QUINTELLA</p>
35	<p><i>Renato Casagrande</i> SEN. RENATO CASAGRANDE</p> <p><i>Amir Lando</i> SEN. AMIR LANDO</p> <p><i>Alfredo Siqueira</i> SEN. ALFREDO SIQUEIRA</p> <p><i>Zé Ramalho</i> SEN. ZÉ RAMALHO</p>	<p><i>Sebastião Tebet</i> SEN. SEBASTIÃO TEBET</p> <p><i>Ilmar Galvão</i> SEN. ILMAR GALVÃO</p> <p><i>Maria das Graças</i> SEN. MARIA DAS GRAÇAS</p>

Projeto de Emenda à Constituição nº 72/2005**EMENDA N° 72/2005 - PLENÁRIO**

Suprime-se, no art. 1º da Proposta de Emenda à Constituição nº 72, de 2005, a alínea "e" do inciso I, do § 1º, do art. 62 da Constituição Federal.

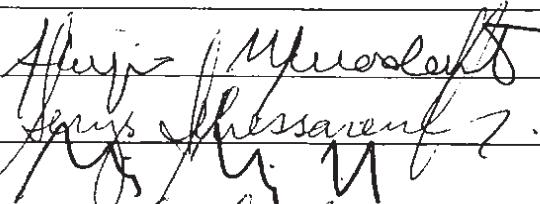
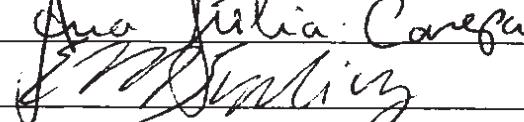
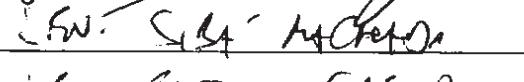
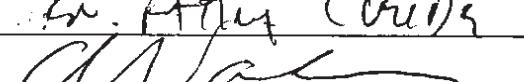
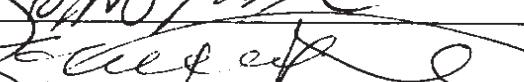
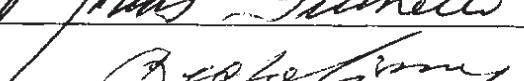
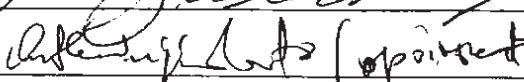
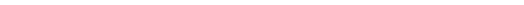
JUSTIFICAÇÃO

Assim vem decidindo o Supremo Tribunal Federal sobre a faculdade do Poder Executivo de editar medidas provisórias em matéria tributária: "(...) já se acha assentado no STF o entendimento de ser legítima a disciplina de matéria de natureza tributária por meio de medida provisória, instrumento a que a Constituição confere força de lei (cf. ADI 1.417-MC)." (ADI 1.667-MC, Rel. Min. Ilmar Galvão, DJ 21/11/97). Dessa forma, se o Poder Executivo observar o princípio da anualidade, no caso de impostos, e a noventena, em caso de contribuições, para o fim de fixação da eficácia da norma, nada deve conduzir a supressão dessa prerrogativa.

Sala de Sessões em,

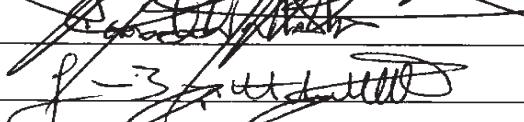
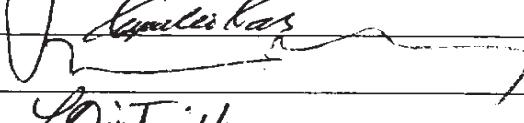
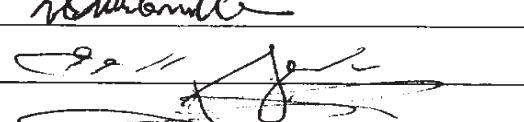
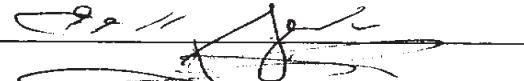
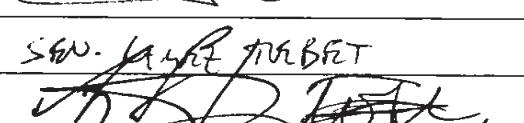
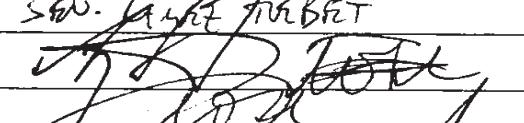
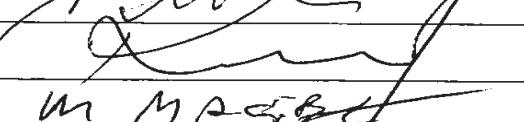
Proposta de Emenda à Constituição n° 72/2005

Nos termos do art. 358 do Regimento Interno do Senado Federal, subscrevo
a EMENDA N° 72/2005 - PLENÁRIO, que altera o art. 1º, da PEC n° 72/2005.

SENADOR	ASSINATURA
Maria Aparecida SEN. SERRA	
Sen. Flávio Arns	
Sen. Tomi Stuchi	
5 Sen. Antônio Braga SEN. EDUARDO SUPlicy	 
Gilson Machado Flávia Mota	 
10 Sen. Paim	
Sen. Delcídio Valmir do Belém	 
Sen. Valmor Braga	
Sen.elson Chaves	
Sen. Pedro Ribeiro	
15 Sen. Gleison	
Sen. Luiz Otávio	
Sen. Ney Suassuna	
Waldenor Salomão	
Sen. Zélio Pinheiro	
Sen. Pedro Simon	
Arthur Virgílio	

Proposta de Emenda à Constituição nº 72/2005

Nos termos do art. 358 do Regimento Interno do Senado Federal, subscrevo
a EMENDA N° - PLENÁRIO, que altera o art. 1º, da PEC nº 72/2005.

SENADOR	ASSINATURA
25 Sen. Antônio Augusto Soárez Flexa Ribeiro João Baptista Motta Ladeiras Mário Hantke	    
50 Sen. Afonso Sergio Malfitano Palmeira	 
35 Sen. Antônio Alberto Silva Romero Jucá	 

Projeto de Emenda à Constituição nº 72/2005**EMENDA N° 5 - PLENÁRIO**

Dê-se ao § 4º do art. 62, alterado pelo art. 1º da PEC nº 72/2005, a seguinte redação:

“§ 4º. Ressalvado o disposto nos incisos I, II e V do § 5º, os prazos a que se referem os §§ 3º e 6º suspendem-se durante os períodos de recesso do Congresso Nacional”.

JUSTIFICAÇÃO

Trata-se de ajuste que se faz ao § 4º, para adequação à sistemática proposta no § 5º, com modificação da natureza da deliberação da comissão competente para examinar o juízo de admissibilidade das medidas provisórias.

Sala de Sessões em,

Proposta de Emenda à Constituição nº 72/2005

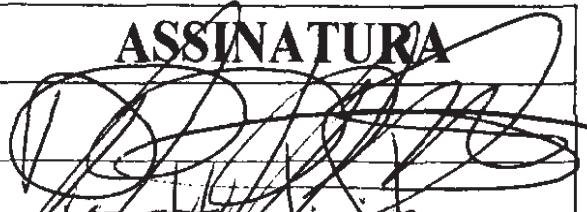
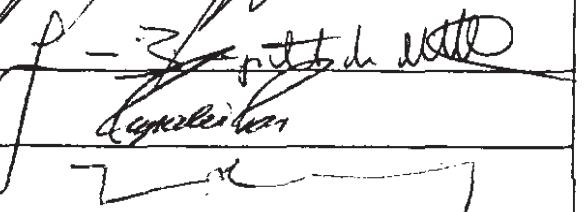
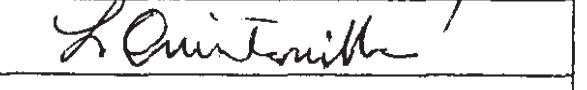
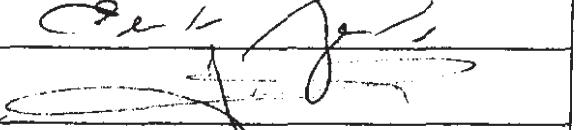
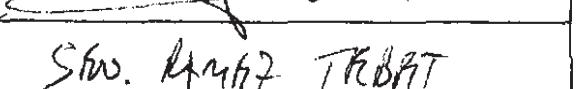
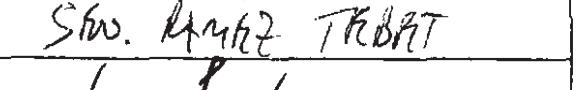
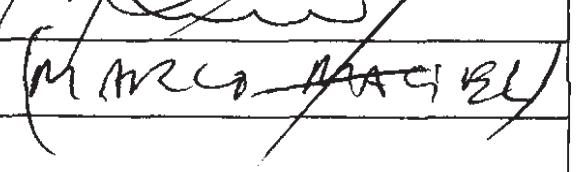
Nos termos do art. 358 do Regimento Interno do Senado Federal, subscrevo
 a EMENDA N° - PLENÁRIO, que altera o art. 1º, da PEC nº 72/2005.

	SENADOR	ASSINATURA
	Fábio Menezes SEN. FABIO MENESES	
	SEN. Fábio Alvaro	
5	SEN. Zé Doca	
	José Filho Carneiro	
	SEN. Wilson Witzel	
	Silba Marcondes	
	Heide	
10	SEN. Valmir	
	SEN. Patrus	
	SEN. Duncan	
	SEN. Felipe do Amaral	
	SEN. Edison Lobão	
	SEN. Teófilo Otoni	
15	SEN. Eraldo Góes	
	SEN. Waldir Otávio	
	SEN. Ney Braga	
	Waldemar Salles	
	SEN. Zé de Pinho	
	SEN. Pedro Simon	
20	Arthur Virgílio	

	SENADOR	ASSINATURA
22		
23		

Proposta de Emenda à Constituição nº 72/2005

Nos termos do art. 358 do Regimento Interno do Senado Federal, subscrevo
a EMENDA N° 72/2005 - PLENÁRIO, que altera o art. 1º, da PEC nº 72/2005.

	SENADOR	ASSINATURA
25	Augusto Ribeiro Eduardo Ribeiro	
	João Baptista Motta Lúcio Vieira Lima	
	Maria da Penha	
	Fernando Quintella	
30	Sen. Antônio	
	Sen. Jefferson Pérez	
	Barros	
	Sen. Ayaz Lobo	
	Sen. Aluízio Silva	
35	Ronero Júnior Marcelo Freixo	

Projeto de Emenda à Constituição nº 72/2005

EMENDA N° 6 - PLENÁRIO

Dê-se ao § 5º do art. 62, alterado pelo art. 1º da PEC nº 72, de 2005, a seguinte redação:

“§ 5º A deliberação de cada uma das Casas do Congresso Nacional sobre o mérito das medidas provisórias dependerá de juízo prévio sobre o atendimento de seus pressupostos constitucionais emitido, em caráter terminativo, pela comissão competente para examinar a constitucionalidade das matérias, na Casa onde se iniciar a discussão, observado o seguinte:
I - a comissão terá cinco dias úteis contados da publicação da medida provisória para se manifestar;

II – da decisão caberá, no prazo de vinte e quatro horas, recurso, assinado por um terço de sua composição, para o plenário, que será recebido:

a) apenas com efeito devolutivo, se o parecer for favorável ao atendimento dos pressupostos constitucionais; e

b) com efeitos devolutivo e suspensivo, se o parecer for contrário ao atendimento dos pressupostos constitucionais;

III – o plenário terá cinco dias úteis para apreciar o recurso, que constará da ordem do dia com prioridade sobre os demais itens nesse período;

IV – se a comissão não se manifestar no prazo a que se refere o inciso I, a decisão sobre a admissibilidade transfere-se para o plenário da respectiva Casa, que terá cinco dias úteis para se manifestar;

V – se o Congresso Nacional estiver em recesso, caberá à comissão representativa de que trata o § 4º do art. 58 apreciar a admissibilidade, nos termos do inciso I, mantido o direito ao recurso previsto nos incisos II e III”.

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por objetivo apresentar uma solução equilibrada que, resguardando a prerrogativa do Poder Executivo para valorar, discricionariamente, o estado de necessidade legislativa, acelere o devido processo legislativo no caso de apreciação de medidas provisórias. É importante assinalar que, não sendo atribuído efeito suspensivo às decisões das CCJs, da Câmara dos Deputados e do Senado, em caso de veredito preliminar de inadmissibilidade estar-se-á, na prática, subtraindo-se, tanto do Poder Executivo, como do Plenário, a faculdade de emissão de tais juízos: ao Executivo, porque a medida não teria força de lei e eficácia imediata; ao Plenário, porque, entendendo de forma contrária ao da comissão, não teria como, na prática, retroagir a eficácia e o atributo de lei, sem causar uma perturbação nos atos jurídicos praticados até então, em elisão às diretrizes da medida.

É importante observar que, por esta emenda, deixaria de ocorrer a desconstituição da medida, por decurso de prazo. Isso porque, no direito constitucional pátrio não se pratica o sistema de governo parlamentarista. No regime presidencialista, onde se pratica, na expressão do Senador Marco Maciel, a “equipotência de poderes”, ou “freios e contrapesos”, como diz a doutrina norte-americana, os Executivos não estão atrelados a uma maioria congressual. Podem, às vezes, governar em minoria. O que não pode ocorrer é a inviabilização a ação governamental por desídia parlamentar, o que seria delito de lesapátria. Aqui deve ser praticado um mecanismo de co-responsabilidade. De toda forma, o Congresso Nacional deve, sobre a admissibilidade, deliberar: sim, ou não, mas jamais escudar-se no silêncio da omissão para obstaculizar o funcionamento do Poder Executivo. Vale lembrar aqui a lição do Ministro Celso de Mello no julgamento da ADIn nº 293, em 16/4/93: a edição de medida provisória gera um efeito “de natureza ritual, eis que a publicação da Medida Provisória atua como verdadeira “provocatio ad agendum”, estimulando o Congresso Nacional a instaurar o adequado procedimento de conversão em lei”.

Sala de Sessões em,

Proposta de Emenda à Constituição nº 72/2005

Nos termos do art. 358 do Regimento Interno do Senado Federal, subscrecio
a EMENDA N° - PLENÁRIO, que altera o art. 1º, da PEC nº 72/2005.

SENADOR		ASSINATURA
	<i>Alejandro Mazzoni</i>	<i>Alejandro Mazzoni</i>
	<i>Sen. SRHXS</i>	<i>Sen. Alejandro Mazzoni</i>
	<i>Sen. Flávio Arns</i>	<i>Flávio Arns</i>
5	<i>Sen. Edvaldo Góes</i>	<i>Edvaldo Góes</i>
	<i>Sen. José Gomes</i>	<i>José Gomes</i>
	<i>Sen. Fernando Collor</i>	<i>Fernando Collor</i>
	<i>Sibá Magalhães</i>	<i>Sibá Magalhães</i>
	<i>Deidé</i>	<i>Deidé</i>
10	<i>Sen. VANDER</i>	<i>Vander</i>
	<i>Sen. PRATI</i>	<i>Prati</i>
	<i>Sen. DEMOCR</i>	<i>Democr</i>
	<i>Sen. RENATO BARBOSA</i>	<i>Renato Barboza</i>
	<i>Sen. GILSON CUNHA</i>	<i>Gilson Cunha</i>
	<i>Sen. ZÉLIO RIBEIRO</i>	<i>Zélio Ribeiro</i>
15	<i>Sen. GIBALDI</i>	<i>Gibaldi</i>
	<i>Sen. LUIZ OTÁVIO</i>	<i>Luz Otávio</i>
	<i>Sen. NILTON ASSUNÇÃO</i>	<i>Nilton Assunção</i>
	<i>Sen. WILSON SALGADO</i>	<i>Wilson Salgado</i>
	<i>Sen. ZÉLIO PINHEIRO</i>	<i>Zélio Pinheiro</i>
20	<i>Sen. PROSTO SERRA</i>	<i>Prostho Serra</i>
	<i>Arthur Virgílio</i>	<i>Arthur Virgílio (apenas)</i>

Proposta de Emenda à Constituição nº 72/2005

Nos termos do art. 358 do Regimento Interno do Senado Federal, subscrevo
a **EMENDA N° - PLENÁRIO**, que altera o art. 1º, da PEC n° 72/2005.

Emenda nº 4 - Plen

EMENDA ADITIVA À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N° 72, DE 2005

Insira-se no art. 2º da Proposta de Emenda à Constituição nº 72, de 2005, o seguinte Parágrafo único:

"Art. 2º

I

II

Parágrafo único O disposto no inciso I deste artigo não se aplica às Medidas Provisórias editadas em data anterior à Emenda Constitucional nº 32 que se encontrarem em tramitação no Congresso Nacional e que tenham sido objeto de parecer conclusivo aprovado pela Comissão Mista da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, aplicando-se a elas as normas em vigor para aquelas editadas após a Emenda Constitucional nº 32, de 2001."

JUSTIFICAÇÃO

Existem medidas provisórias que, editadas em data anterior à Emenda Constitucional nº 32, ou seja, antes de 11 de setembro de 2001, já foram analisadas pelas respectivas Comissões Mistas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal e já tiveram parecer conclusivo por parte daquelas Comissões, com relatório e parecer devidamente aprovado.

Entretanto, não foram apreciadas pelo Congresso Nacional em decorrência de acúmulo de matéria ou de dificuldade em inseri-las nas respectivas pautas de votação.

Dessa maneira, já foram apreciadas pelos Deputados Federais e pelos Senadores e os seus pareceres e votos estão em condições de serem submetidos de pronto à apreciação do Plenário do Congresso Nacional.

Não há, assim, necessidade de possibilitar a essas Medidas Provisórias que continuem em vigor até que medida provisória ulterior as revoque explicitamente ou até deliberação definitiva do Congresso Nacional, conforme dispõe o art. 2º da Emenda Constitucional nº 32, de 2001, assegurando a elas a perenidade de vigência. Isso seria invalidar o trabalho feito pelo Relator e os parlamentares e desconsiderar debates, discussões, audiências públicas, que possibilitaram às respectivas comissões mistas deliberar, em caráter conclusivo, sobre aquelas medidas provisórias.

Sala das Comissões, em

Senador LEOMAR QUINTANILHA

*Redação. São Paulo - 1º fev/06
Câmara*

Juas Góes

~~Adrián Rupp~~

~~Flexa~~

~~Brasília~~

~~João Viegas
Salazar~~

~~Agrípino~~

~~Augusto Boalho~~

~~Faenacio~~

~~Hélio Pinay~~

~~Domènec Savalls~~

~~Eduardo Moniz~~

~~Luís XXVII~~

~~Adelson Furtado~~

~~Jair Bolsonaro~~

~~Genoá~~

~~GILBERTO MESSIAS
Sergio Gómez~~

~~Mozambique~~

~~Amílcar Lopes~~

~~Demóstenes~~

~~Pereira~~

~~- Jucá~~

~~Bilac Pinto AD~~

~~Caetano~~

~~Frederico~~

~~Henrique~~

~~Abdul (Antônio)~~

Projeto de Emenda à Constituição n° 72/2005

EMENDA N° 8 - PLENÁRIO

Suprime-se, no art. 4º da PEC n° 72, de 2005, a expressão “§ 2º”.

JUSTIFICAÇÃO

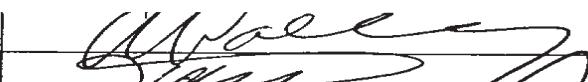
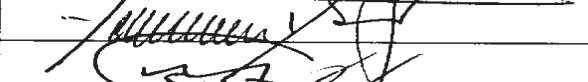
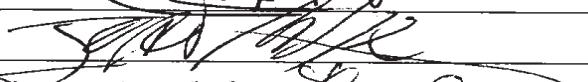
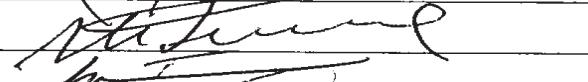
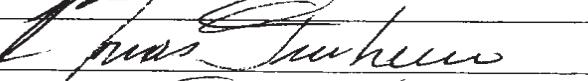
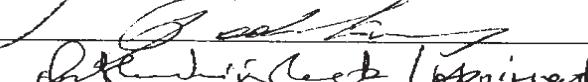
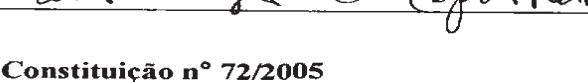
O art. 4º, sob exame, contém as chamadas cláusulas revocatórias da norma em apreço. Pelas objeções já apontadas quanto ao tratamento que é dado ao tema da “força de lei e eficácia imediata” das medidas provisórias, entendemos ser apropriada a manutenção da abordagem concernente ao princípio da anualidade, em caso de edição de medida provisória que trate da instituição ou majoração de impostos. O § 2º, que se quer revogado significa revolver todo o debate sobre a legitimidade, ou não, da adoção de medida provisória com relação a tributos, especialmente quanto à discussão sobre lei, em sentido formal, em matéria tributária, como garantia individual. A matéria já está pacificada no âmbito do Supremo Tribunal Federal (cf. ADIn n° 1.417 e ADIn n° 1.667), razão pela qual se torna imprudente e inoportuna a ressurgência desse debate.

Sala de Sessões em,

Proposta de Emenda à Constituição n° 72/2005

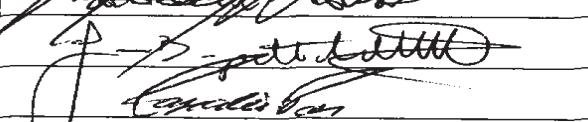
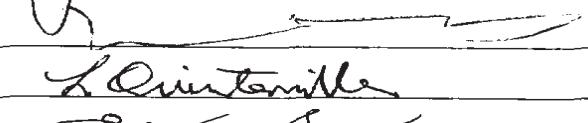
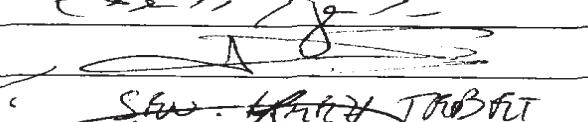
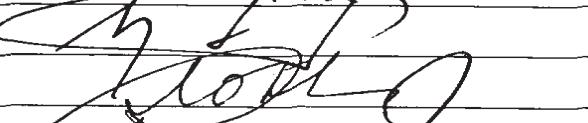
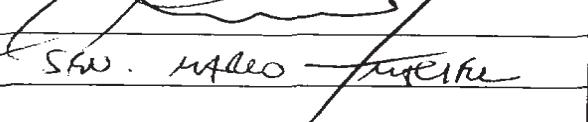
Nos termos do art. 358 do Regimento Interno do Senado Federal, subscrevo
a **EMENDA N° 8 - PLENÁRIO**, que altera o art. 4º, da PEC n° 72/2005.

SENADOR	ASSINATURA
José Alencar Sergio Sessimarini Sergio Avelino	José Alencar Sergio Sessimarini Sergio Avelino
Sen. Ivo Silveira Ana Júlia Cohn Sen. Roberto Justicier	Ivo Silveira Ana Júlia Cohn Roberto Justicier
Silvio Mamede Pereira	Silvio Mamede Pereira

	Sen. VALADARES	
10	Sen. Rômulo	
	SEN. DUCADOU	
	Sen. ESTEVÃO BORGES	
	Sen. GUILHERME AMARAL	
15	Sen. JOSÉ RIBEIRO	
	Sen. GILBERTO	
	Sen. WILSON	
	Sen. NÍCOLAS FERREIRA	
	WILSON SENA	
20	Sen. ZORRO PINTOR	
	Sen. PRISCO SENA	
	Arthur Viana	

Proposta de Emenda à Constituição nº 72/2005

Nos termos do art. 358 do Regimento Interno do Senado Federal, subscrevo
a **EMENDA N°** - **PLENÁRIO**, que altera o art. 4º, da PEC nº 72/2005.

	SENADOR	ASSINATURA
		
	Sen. MENEZES	
	Augusto Boal	
25	Fábio Ribeiro	
	João Baptista Motta	
	Camilo	
	Mário Araújo	
	Luis Henrique	
30	SEN. ABRAHÃO	
	SEN. JEFFERSON PERES	
	Juracy Magalhães	
	SEN. ANTONIO CUNHA	
	SEN. ALBERTO SILVA	
35	Romero Júnior	
	Luizinho Guindaste	
	SEN. MÁRCIO SOUZA	

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O Senador Aloizio Mercadante continua com a palavra para fazer o seu pronunciamento.

Em seguida, concederei a palavra aos Senadores Arthur Virgílio e Antonio Carlos Valadares.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) –

**DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR.
SENADOR ALOIZIO MERCADANTE NA SES-
SÃO DO DIA 31 DE JANEIRO, DE 2006, QUE,
RETIRADO PELO ORADOR PARA REVISÃO,
SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.**

(Art. 201, §§ 2º e 3º, do Regimento Interno.)

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Tem a palavra a Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Peço a palavra para me inscrever pela Liderança do P-SOL. Evidentemente, vou reivindicar o que possibilita o Regimento e não os 43 minutos que foram dados ao Sr. Aloizio Mercadante, Líder do Governo. Foram dados 43 minutos a S. Exª.

Certamente, o Senador Arthur Virgílio terá 43 minutos, porque vai começar a polêmica PSDB e PT. Então, eu solicito a V. Exª os mesmos 43 minutos pela Liderança do P-SOL e vou controlar o tempo do Senador Arthur Virgílio também.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Eu assegurarei a V. Exª os 43 minutos, para ser mais uma vez justo como Presidente da Casa.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

Eu só falei porque não havia tempo marcado, se não falaria dentro do meu tempo. De qualquer forma, não voltarei à réplica para não prejudicar os outros interlocutores.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – V. Exª prejudicou. Entendo, V. Exª pode dizer que não vai à réplica. Agora, que eu tenho o mesmo direito de V. Exª, e vou exigir, não tenho dúvida disso.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Antes de conceder a palavra ao Senador Arthur Virgílio, eu queria, em nome da Mesa Diretora do Senado Federal, parabenizar o Senador Pedro Simon, que hoje completa ano, aniversário. O Senador Simon é das referências da nossa Casa e eu queria transmitir, neste momento, as felicitações de todos os membros da Mesa. Aliás, pediram-me para que eu fizesse isso e o faço com muito orgulho.

Eu hoje tive a honra, Senador Arthur Virgílio, de designar o Senador Pedro Simon para compor uma comissão que dará continuidade às comemorações do cincuentenário da posse do Presidente Juscelino Kubitschek e tenho grande prazer de me desincumbir da tarefa que recebi dos membros da Mesa Diretora.

Tenho a honra de conceder a palavra a V. Exª, Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente.

A primeira atitude de V. Exª foi justa e fraterna, e a segunda foi realmente inteligente, porque o Senador Pedro Simon é a figura talvez mais adequada para tocar com brilho essa série de homenagens a Juscelino Kubitschek.

Mas não usarei 42, nem 43 minutos. Cheguei a temer que o Senador Aloizio Mercadante estivesse pedindo mais tempo, de acordo com o art. 14, ainda há pouco. Quando o vi se aproximar duas vezes, pensei: “Ele quer mais tempo, de acordo com o art. 14”. Mas, não.

Sr. Presidente, como Líder do PSDB, vou chamar a Casa a um debate que reputo sério. Hoje, vimos a decisão do Supremo Tribunal Federal, a liminar do Ministro Nelson Jobim, Presidente do Supremo Tribunal Federal, denegando a quebra dos sigilos do Sr. Paulo Okamoto.

Uma hipótese – e o Senador Antero Paes de Barros reconhece isto com muita clareza –, ele o diz com a humildade que o caracteriza, é a de que, se houve qualquer deficiência técnica na formulação, o Senador Antero a refaz e a reformula. A outra solução para a outra hipótese foi entreaberta no próprio despacho do Ministro Jobim, Senador Garibaldi. S. Exª disse que espera – entendi isso – contato e diálogo com a CPI.

Cheguei hoje a aventar as duas hipóteses, na reunião da CPI, pela manhã. Uma delas o Senador Antero Paes de Barros reformula e, então, atende-se à exigência formal do Presidente do Supremo; a outra é um diálogo entre V. Exª, Senador Garibaldi, e o Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito, Efraim Moraes, dispondo-se a esclarecer pessoalmente ao Ministro Nelson Jobim sobre tudo, porque precisamos – e aí vem o ponto fulcral – defender a prerrogativa das Comissões Parlamentares de Inquérito de quebrarem sigilos; ou elas não são Comissões Parlamentares de Inquérito. Não teria sentido se as mantivéssemos abertas, porque bastaria o foro da Comissão de Fiscalização da Casa.

A diferença entre a Comissão Parlamentar de Inquérito e a Comissão de Fiscalização é que uma não pode quebrar sigilos, e a outra, pode. “Ah, mas

não está no foco". Na minha cabeça, está no foco. Ele é acusado de arrecadação de fundos para prefeituras que têm envolvimento com bingos; e, depois, ele aceitou legitimidade da CPI para vir aqui. Ele depôs perante a CPI. A partir do momento em que ele depôs e que suas declarações não foram consideradas, pela maioria daquele foro, adequadas, ele não pode agora dizer que o foro era adequado para ouvi-lo, mas não é adequado para lhe quebrar o sigilo fiscal ou telefônico, ou bancário.

O fato é que é um assunto nebuloso. O Presidente da República alega não ter contraído empréstimo qualquer, o Sr. Okamoto disse que pagou empréstimo para ele. O Sr. Delúbio confirma que Okamoto pagou. Só se pode saber se é ou não é verdade o que um disse ou o que o outro disse quebrando o sigilo do Sr. Okamoto.

Eu me espanto, Sr. Presidente, porque vivemos, às vezes, meio na idade da pedra em matéria de comportamento – e até de decoro. Digo isso como crítica ao Parlamento que todos integramos com muita honra, mas é uma crítica de forma geral, que abrange a todos nós.

Então, continua sendo um cavalo-de-batalha se quebrar o sigilo de alguém. Os homens públicos brasileiros continuam assumindo que muitos deles não têm independência e liberdade para, a qualquer momento, terem os seus sigilos quebrados. Se alguém tem o seu sigilo quebrado, isso pode ser uma catástrofe na vida dele. Por quê? Porque ele não está se portando com honestidade? E se não tem o que temer, por que fazer o cavalo-de-batalha? Por que não se expor à sociedade de maneira nítida, de maneira clara? Por que ir ao Supremo Tribunal Federal para que não lhe quebrem o sigilo?

Volto a repetir, Senador Leonel Pavan: se o Sr. Okamoto diz que não há foco e que ele não teria de ter o sigilo quebrado por uma CPI desfocada – não creio que seja assim –, eu digo que ele reconheceu, como legítima, a Comissão Parlamentar de Inquérito. Ele a reconheceu como legítima para depor nela. No momento seguinte, ele diz que ela já não é mais legítima? Não faz sentido, não é correto, não é sensato, não é justo; não me parece justo porque ele estabelece, nessa relação entre ele e a Comissão Parlamentar de Inquérito dois pesos e duas medidas.

Sem falar no fato, Sr. Presidente, que merece de V. Ex^a um repúdio claro: estamos apresentando um voto de repúdio, que, amanhã, será levado à Mesa. O advogado do Sr. Okamoto chamou a CPI de circo. E tem muita razão a Senadora Heloísa Helena. Eu não julgo que alguém ofenda outrem o acusando de desempenhar atividade circense.

Carlos Lacerda, que foi, talvez, o maior tribuno que este País já conheceu, certa vez se deu muito mal em um debate com o Deputado Último de Carvalho, segundo me relatou o Colega de ambos daquela época, no Palácio Tiradentes, Almino Afonso. Carlos Lacerda disse: "V. Ex^a, Deputado Último de Carvalho, é um palhaço." Aí, ele disse: "Deputado Carlos Lacerda, V. Ex^a quer me elogiar, mas não está conseguindo, porque eu não consegui ser um palhaço. O meu avô era, o meu pai era. Eles me puseram na escola, e eu não consegui realizar o que, para mim, sempre foi um sonho de infância: seguir a carreira do meu pai e do meu avô e acabei, ao contrário, Deputado Federal, junto de um homem esclarecido, inteligente e brilhante como V. Ex^a. Não chego nem perto da cultura de V. Ex^a".

Disse-me Almino Afonso que, Carlos Lacerda, com toda a sua capacidade de reação, sentou-se e ficou ali, vivendo algum momento de tormento; depois se levantou e pediu desculpas a Último de Carvalho.

Foi a resposta mais cabal que ele poderia ter dado àquela acachapante crítica que lhe fizera, com toda a humildade, um homem que não era talvez tão ilustrado quanto ele, mas era um homem inteligente e que estava ali para ser respeitado, e não para ser insultado, muito menos quando esse insulto resvalava para pessoas que trabalham numa atividade que é adorava pelas crianças.

Nada toca mais do que presenciamos, no cinema, aquela célebre passagem do palhaço que está vivendo um drama conjugal, um drama de saúde ou tem um filho enfermo, ou que não tem dinheiro para pagar suas contas. É o drama daquele que tem que fazer rir e que está chorando por dentro.

Senador Magno Malta, concedo-lhe um aparte.

O Sr. Magno Malta (Bloco/PL – ES) – Senador Arthur Virgílio, quero, num ponto, concordar com V. Ex^a e, pela primeira vez, num segundo ponto, discordar. Faço isso até com constrangimento, porque sou seu fã. V. Ex^a sabe disso. V. Ex^a é a mente mais arguta que conheci na minha vida, o raciocínio mais rápido, mais consistente; V. Ex^a tem verdadeiro conhecimento de causa do que fala, e isso é extremamente interessante. V. Ex^a é um dos poucos oradores que chama a minha atenção. Concordo no ponto da reação do advogado. Parece que é um afã: "Preciso receber meus honorários de qualquer maneira. Então, falo qualquer besteira em nome disso". Na CPMI do Narcotráfico, meus ouvidos ficaram "lisos" de ouvir essas bobagens de advogados. Creio que o Senador José Jorge fez uma proposta corretíssima, que a CPI precisava oficializar à OAB, que sempre reage quando um dos seus filiados é atingido de alguma forma. E acho até acho isso muito bonito. É preciso que realmente se faça isso, até porque ele

ofendeu o circo, ofendeu a classe, ofendeu os palhaços, que fazem parte de uma categoria tão nobre, tão digna, tão honrada. Eu, pelo menos, sou um fã do circo. Menino pobre, do interior, muitas vezes entrei por debaixo da lona, para ver o circo de qualquer maneira. Eu ajudava a armar o circo, a carregar as coisas. Também tenho a mesma reação de V. Ex^a, apenas permita-me discordar em uma questão: qualquer cidadão tem direito de recorrer e, normalmente, o fundamento da justificativa de uma quebra de sigilo tem de ser feito em cima de um fato determinado. Insisto muito nessa questão por um dever de justiça para comigo mesmo, pelo fato de eu ter escrito aquele fato determinado. Saiu da minha cabeça e do meu coração e eu o coloquei no papel pelo computador. Se a justificativa não estiver afinada com o fato determinado, vamos correr o risco de o Supremo Tribunal Federal negar pela segunda vez; e vai negar pela segunda vez exatamente porque o fundamento não é o fato determinado. Por exemplo, a justificativa não diz assim: "Tivemos aqui três depoimentos de pessoas que apontam que há ligação do Sr. Paulo Okamotto com fulano de tal, do bingo tal, que colocou os caça-níqueis em tal lugar e tal. Então, esse rapaz está ligado mesmo a isso, essa é a razão da quebra. Esse rapaz é sócio do caça-níquel tal, de tal lugar. Essa é a razão. Está dentro do fato determinado. Não dá. Eu nunca fiz esse questionamento com relação, por exemplo, à GTech, porque realmente é jogo, tem relação com o fato. Nesse caso, vai ser negada pela segunda vez e até vejo isso com muita tristeza, não pela negativa, mas por ser um pedido de quebra de sigilo em razão de ele ter dito que pagou as contas do Presidente Lula. Eu até gostaria de encontrar um amigo que pudesse pagar as minhas contas também. Não sei se isso é crime, o Ministério Público que investigue para lá. Agora, dentro do fato determinado da CPMI, não tem relação, não tem como ser fundamentado e vai ser negado, pela segunda vez, o pedido da CPMI. Lamento discordar de V. Ex^a, mas o faço por questão de dever de justiça comigo mesmo. Foi um pedido fora do fato determinado da CPI.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Respeito a posição de V. Ex^a e reputo que a sua, sim, é uma inteligência extremamente arguta. Creio que a discordância faz parte, mesmo, da nossa convivência fraterna.

Senador Magno Malta, antes de conceder o aparte ao Senador Romeu Tuma e ao Senador Wellington Salgado, tenho a dizer que há repetição de argumentos, ou seja, ele foi à CPMI que, depois, julgou que eram insuficientes as suas explicações.

Em segundo lugar, tenho o maior respeito pelo Ministro Nelson Jobim e muito acatamento pelo Su-

premo Tribunal Federal em si, mas li que não se pode conceder algo baseado em nota de jornal. Não foi bem isso. Não é nota de jornal, mas a contradição que os jornais publicaram em relação a ele ter pago ou não ter pago as contas do Presidente Lula. Além disso, com que fontes ele o fez? Se ele o fez com o seu salário do Sebrae, é uma coisa e é grave, porque ele foi nomeado por Lula para lá. Se ele fez isso com o dinheiro do fundo partidário, é terrível – foi o que o Delúbio insinuou que teria sido. Se fez isso com depósitos extrafundo partidário dessas fontes que estão sendo investigadas muito pela CPMI dos Correios foi mais do que grave, foi exacerbadamente grave.

O fato é que ele está no meio de um processo que passa por arrecadação de fundos ilegais, caixa dois, recursos supostamente para campanha. Tudo isso se mistura. Lula não era Presidente ainda e depois, no exercício do poder, acontece esse fato.

O Sr. Magno Malta (Bloco/PL – ES) – Senador, seguindo o raciocínio de V. Ex^a, não caberia à CPI dos Bingos oficiar à CPMI dos Correios que já procede a esse tipo de investigação, no sentido de incluir esse fato na sua investigação?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sim. Aí, V. Ex^a tem muita razão. Eu queria, então, dizer o que houve – a Senadora Heloísa Helena sabe muito bem.

Lá, eles negaram a convocação do Sr. Okamotto. Aquele era o caso até talvez mais típico da CPI dos Bingos. Diziam, injustamente: "Ah, a CPI dos Bingos é a CPI do fim do mundo", tentando depreciar um trabalho sério que se vai fazendo lá sob a orientação dos Senadores Efraim e Garibaldi. Nós temos um caso bem específico de uma tentativa de pizza que quiseram fazer, ou seja, se ele tivesse sido convidado e tivesse comparecido à CPMI dos Correios, ele estaria arrolado em uma outra situação. Não o convocaram lá e aconteceram denúncias de arrecadação de fundos em Prefeituras que estão sendo investigadas pela CPI dos Bingos. Foi um pouco por aí.

Vejo como V. Ex^a é o arguto aqui desta dupla, porque V. Ex^a foi em cima, mas aconteceu isso antes. Eles negaram lá achando que, com isso, pura e simplesmente, não precisavam dar mais satisfação alguma a alguém.

Concedo o aparte ao Senador Romeu Tuma

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Senador Arthur Virgílio, sou simpatizante permanente do nosso Senador Mão Santa. O Magno Malta, com as suas rezas, transforma-se em um Mão Santa quando abençoa os seus discípulos. Peço desculpas porque os considero meus amigos, mas olhei para o meu amigo Magno Malta e vi o Senador Mão Santa.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – É elogio para ambos.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – É, mas não quero deixar correrem os 43 minutos, senão a nossa querida Heloísa Helena vai bronquear comigo. Senador, V. Ex^a, assim como a maioria dos Senadores – a Senadora Heloísa Helena, o Senador Magno Malta, o Senador Mão Santa, o Senador Suplicy –, sabe que a proposta da CPI do Jogo ocorreu com a gravação do Waldomiro Diniz, mas, por razões que não nos compete discutir agora, foi impedida de ser instalada. O Magno Malta fez o requerimento da CPI dos Bingos, que a Justiça determinou que se instalasse. Tenho uma visão não policial que ama a verdade e que busca a responsabilidade daqueles que praticaram crime. Dizem: “Mas estão investigando o Celso Daniel? Não tem nada com bingo.”. Em tese, meu Deus, em tese, porque ninguém pode virar as costas quando está no poder judicante, mesmo que mitigado, e é revelado, em depoimento claro, um crime praticado por alguém que estava envolvido em uma situação difícil. Não dá para virar as costas, Senador. É impossível deixar de investigar. O caso do Paulo Okamotto, o Senador Antonio Carlos já havia levantado esse problema, tem todas as características para ser investigado, mesmo. Por que digo isso? V. Ex^a tem participado de todos os depoimentos. O Magno Malta é presente, interrogando as pessoas sobre outros fatos que não o jogo do bingo. Ele está lá, presente, interpelando, questionando sobre outros fatos porque ele concorda com a clareza da CPI dos Bingos. Então, o que me aflige? A origem do dinheiro com que o Paulo Okamotto pagou as contas do Presidente. Não se sabe ainda. O Rogério Buratti declarou claramente, embora ainda falte ser comprovado, que o bingo do Rio deu um milhão e o bingo de São Paulo também. Pode ou não ter saído desses recursos? Eu posso não ter a inteligência do Magno Malta ou a astúcia de V. Ex^a, como ele diz, mas tenho um raciocínio calmo e lógico. Se há várias origens e não se definiu de onde veio o dinheiro, qualquer uma delas poderá ter servido para, realmente, se financiarem esses pagamentos que foram feitos de forma irregular, sob o meu ponto de vista. Houve um Presidente que pagou o preço por ter ganho um Fiat Elba e, aqui, houve alguém que ganhou um Land Rover e o devolveu porque acreditou que não precisava responder nada, que apenas devolvendo o carro estava resolvido o seu caso. Eu não gostaria que o Magno ficasse magoado, mas penso que se tem que investigar mesmo, porque, senão, estariamos caindo no vazio, num abismo de angústia profunda, por termos deixado o assunto de lado, porque não seria, em tese, compatível com a definição do que se está apu-

rando. Penso que depois da denúncia do Buratti e a instalação de uma CPMI para apurar a empresa dos Correios, apareceram tantas denúncias e tantas origens de dinheiro, que ela se transformou em uma CPMI de alargamento das investigações, até pela própria definição das origens de dinheiro. A CPI dos Bingos também, sob o meu ponto de vista, está correta.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigado, Senador Romeu Tuma.

O Sr. Magno Malta (Bloco/PL – ES) – Senador Arthur Virgílio, um minuto, por favor?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Pois não.

O Sr. Magno Malta (Bloco/PL – ES) – Como ficar magoado com o Senador Tuma? Essa palavra nem cabe para ele. Quando nasciam os meus dentes ele já era Tuma, já era o cara, já era o homem respeitado, o Delegado respeitado, o xerife do Brasil. Morro de respeito por ele. Quanto ao caso do Celso Daniel, só aceitei ser Sub-Relator quando houve um depoimento que citou a ligação dos bingos diretamente com a sua morte. Trata-se de um crime emblemático e enigmático, que precisa de resposta. O Senador Romeu Tuma tem muito mais experiência do que eu, mas não se pode tentar adivinhar. Se existem diversas fontes, em nenhum momento foi citado que esses recursos, de fato, viriam do bingo. Assim, o meu raciocínio baseia-se nisso e pode ser que tenha sido esse o raciocínio do Ministro Nelson Jobim. Com tudo que estou dizendo, está plenamente respeitado, duplamente respeitado ou quatro vezes mais toda a argumentação feita pelo Senador Romeu Tuma. Quem sou eu? Por dever de justiça, este é o meu raciocínio, e creio no raciocínio que faço, mas, com todo o respeito ao raciocínio desse Senador brilhante, a quem o Brasil deve muito, porque foi o grande comandante da Polícia Federal do Brasil.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Agradeço-lhe, Senador Magno Malta.

Antes de passar a palavra ao Senador Wellington Salgado de Oliveira, digo algumas poucas coisas. Saúdo a presença do Deputado Raul Jungmann, que abrilhanta este nosso final de sessão. E digo que não foi à toa que aqui mencionei a importância de a CPI dialogar com o Ministro, até para ver onde há deficiência, mas que se resguarde o direito de as Comissões Parlamentares de Inquérito quebrarem sigilos. Fora disso, elas passariam a ser nada mais do que um prolongamento da Comissão de Fiscalização e Controle da Casa.

Mas, de tudo isso que se disse aqui sobra para mim um fato constrangedor: ele defende, com unhas e dentes, Senador Teotônio Vilela, o que ele julga que é o seu direito: de não ter o seu sigilo quebrado; com

unhas e dentes. Ele não quer de jeito algum que se lhe quebrem o sigilo, de jeito nenhum. Ou seja, antes, uma boa morte; quebrar o sigilo, não. Ele entende, certamente, que não está preparado, não tem sua vida preparada, não tem sua vida à altura de uma possível quebra de sigilo. Então, isso já o coloca, Presidente do Sebrae que é, um órgão tão importante que mexe com bilhões de reais por ano, coloca-o em posição de bastante dificuldade se quisermos examinar a necessidade de seriedade comprovada, formal e por dentro na Administração Pública.

Concedo um aparte ao Senador Wellington Salgado de Oliveira, com muita honra.

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – Senador Arthur Virgílio, eu queria aproveitar este momento para dizer que nesta minha passagem pelo Senado, vendo aqui grandes expressões, grandes políticos que ajudaram a construir este País, tenho em V. Ex^a também um grande político, um homem que, para a minha surpresa, também foi ativista do Partido Comunista lá atrás no início da sua história.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Muito obrigado.

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – Acabei de chegar ao Senado neste momento conturbado, e aqui tenho visto V. Ex^a sempre fazendo oposição ao Governo. E, neste momento, sinto-me sem a oportunidade de conhecer o outro lado desta mente brilhante que tem V. Ex^a. Falo do exemplo citado – aqui e agora – acerca da questão de um grande político haver sido chamado de palhaço e de ele ter dado uma resposta. Quer dizer, uma resposta bonita, citado em um momento importante, dentro do contexto no qual V. Ex^a colocava. Quer dizer, é um momento bonito da política!

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – É comovente mesmo, não é?

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – É comovente. Mas, o que acontece? Com todo esse debate, nós perdemos, aqui, há pouco tempo – desculpe-me – mais de uma hora e meia, ou uma hora, discutindo renda, poder aquisitivo, e eu, sentado ali, perguntava-me: “Será que o povo está entendendo isso: melhorar a média do poder aquisitivo?”. Eu estava sentado, aprendendo – porque aqui eu estou sempre aprendendo –, e, no entanto, ao fazer V. Ex^a uma colocação, aprendi muito com a posição colocada por V. Ex^a. Talvez, hoje, eu tenha ganho o dia inteiro com aquele exemplo citado por V. Ex^a. Então, fico realmente triste de haver chegado ao Senado neste momento de embate, com tudo o que aconteceu, e usufruir pouco desta mente brilhante que tem V. Ex^a e com toda a sua história: um homem que foi do comunismo; passou e

se formou em Direito; é do Itamaraty; teve um pai político, foi Prefeito de Manaus, quer dizer, de muita coisa. V. Ex^a tem conhecimento, e eu realmente gostaria de participar. No entanto, acabo não tendo acesso porque V. Ex^a assumiu a posição de Líder da Oposição e acaba sempre tendo de se contrapor. Então, só queria dizer que espero, um dia, ter a oportunidade de usufruir do seu conhecimento, num outro momento, com mais calma, não sei se na situação ou em outra frente. É só isso que queria dizer. Foi um prazer ouvi-lo da tribuna.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigado, Senador Wellington. Tenho por V. Ex^a um apreço pessoal grande; o qual tenho procurado revelar a cada momento.

Ainda há pouco eu pilheriava com a Senadora Patrícia Saboya dizendo-lhe que o Aloizio Mercadante não estava fazendo aquele discurso de graça; S. Ex^a estava fazendo aquilo para esvaziar a audiência da TV Senado, para ver se depois livrava a repercussão das críticas sobre o Governo. Amanhã S. Ex^a disse que voltará; é um outro capítulo.

Quero saudar também a presença do Deputado, meu querido amigo e colega de Câmara, Arnaldo Faria de Sá, outra figura atenta, de espírito público, sempre firme na defesa de suas convicções.

Concedo o aparte ao Senador Heráclito Fortes, com muita alegria.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador Arthur Virgílio, tenho, ultimamente, observado os apartes, sempre precisos, do Senador Salgado, e tenho ficado profundamente triste com a maneira nostálgica de S. Ex^a, que sempre diz: “Eu passei por aqui; estou terminando a minha passagem por aqui”. E aí abro os jornais e vejo o Ministro, a quem V. Ex^a substitui como suplente nesta Casa, trabalhando a todo vapor, anunciando a TV Digital. Ainda mais: vou para a sucessão mineira e não vejo o Ministro muito empolgado em nenhuma disputa majoritária. E aí fico em dúvida: será que nosso Senador, independente como é, está incomodado em estar aqui, ocupando uma cadeira de Governo? Será que S. Ex^a está querendo, com isso, ou se desamarra de compromissos e ir para a Oposição, ou, então, abrir mão para o seu segundo suplente? Espero que não seja nada disso e que essa nostalgia termine, porque é a quarta ou quinta vez que o Senador Wellington Salgado de Oliveira faz um aparte ou um discurso anunciando um “até breve”, um “até logo”. A Casa não está satisfeita com isso, Senador, porque aprendeu a gostar de V. Ex^a, desse seu jeito e até dessa sua independência, embora que, de rompante, voltando, vez ou outra, ao eixo natural das obrigações partidárias, mas vemos que, todas as vezes que tem que votar contra

a realidade, contra o bom-senso, V. Ex^a o faz de maneira constrangida, o que para nós, da Oposição, já é um consolo. Agora, meu caro Senador Arthur Virgílio, é muito engraçado o comportamento do Governo hoje. O PT quer tratar CPI como funcionário de banco trata cliente, com aquela cartilha de cumprimento de metas: "Isso pode; isso não pode". Está esquecido de como ele fez na CPI dos Anões, na CPI do Orçamento, quando estuprou regimentos e conceitos de CPI e lá tudo pôde. O Senador Eduardo Suplicy, que está ao meu lado, foi um membro atuante dessa CPI, embora fosse um homem mais atrelado ao Regimento, sabe o que se cometeu naquela época. Agora, recentemente, quando pensaram que a CPI do Banestado seria contra o Governo passado, usaram de todos os subterfúgios – está aqui o Senador Romeu Tuma que protestou, e de maneira justa. Agora, essas reclamações e essas socorridas que o Legislativo vez por outra dá ao Judiciário são pontuais. Quando não interessa, quando estão em perigo os interesses do Governo, aí se procede dessa maneira. Mas ai deste País, Senador Arthur Virgílio, se não fossem a coragem e o arrojo destas CPMIs que estão aí, muitas vezes, não desrespeitando seu Regimento e seu funcionamento, mas tendo a coragem de abrir determinadas feridas. Não fosse feito isso, estaríamos aí, Senador Arthur Virgílio, fazendo um papelão perante a Nação brasileira. Congratulo-me com o arrojo de alguns companheiros que têm, por meio de trabalhos indormidos, conseguido alguns avanços na CPMI. O Senador Delcídio Amaral, que está aqui, é um conciliador. A imprensa noticia – quero crer que não seja verdade – que esta semana S. Ex^a foi repreendido pelo Presidente da República, porque resolveu tomar uma atitude que o contrariava. E, no entanto, S. Ex^a segue determinado em fazer com que esta CPMI chegue ao final. É assim que todos nós temos de fazer, até porque seu relatório tem de ser um relatório que o Brasil já conheça, que esteja nas ruas. Qualquer modificação, a Nação não vai aceitar, e nós, mais uma vez, vamos pagar o preço da incompreensão, quem sabe até sem ter dado motivo para isso. Muito obrigado.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigado, Senador Heráclito Fortes.

Concluo, Sr. Presidente Romeu Tuma, abordando dois pontos mais.

Primeiramente, quero dizer, Senador Heráclito Fortes, que V. Ex^a, com esse senso agudo de percepção, que a sua inteligência também aguda lhe dá, lembra de um momento que o PT talvez não queira lembrar mais.

Outro dia, uma pessoa que foi submetida a uma CPI me disse que sentiu um brutal constrangimento

quando foi depor e se referiu a quatro pessoas, e vou citar duas delas: José Dirceu e Luiz Gushiken. Era uma espécie de pelotão de fuzilamento. E a humilhação era a consequência natural, ou seja, antes de se fazer alguma pergunta, vinha uma sessão de humilhação, coisa que me recuso a fazer com quem quer que seja, por princípio.

Só fui mais irreverente com aquele tal Póleto por todo o deboche que ele encerra em torno da sua personalidade. As demais pessoas, sempre as olhei com respeito por entender que, superior naquele momento, com imunidade, eu deveria ter muito cuidado mesmo para não parecer aquela coisa truculenta, que, aliás, era a forma como o PT se havia.

Então, ele disse que era um pelotão de fuzilamento, Senador Mão Santa. O que ia depor, o morituro, primeiro, passava por uma sessão de humilhação. Cada um dos comissários do povo ali humilhava, depois humilhava e humilhava. E aí vinham as perguntas. Não vejo que isso esteja se passando na maioria dos casos. Pessoalmente, recuso-me a abusar da minha prerrogativa de Parlamentar para impor humilhação a quem quer que seja. Ao contrário, quero que aquele que está sendo interrogado, seja quem for, seja respeitado por mim, porque é meu dever respeitá-lo como pessoa. É meu dever procurar fazer perguntas inteligentes para extrair verdades. Não é meu direito ficar humilhando ninguém.

Senador Heráclito Fortes, concedo a V. Ex^a o aparte.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – É um gesto seu, na CPI do Banestado. Por diversas vezes, jogaram contra nós, que tínhamos participado do Governo passado, aquela velha história de que quem tinha CC5 era bandido, lavador de dinheiro, entre outras coisas mais. E V. Ex^a advertiu diversas vezes para a possibilidade de membros do atual Governo terem aquelas famosas contas. Não acreditaram, levaram na brincadeira, e o que deu?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – E não apareceu pouca gente.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Não apareceu pouca gente. E tiveram de demitir os Presidentes de dois Bancos, Banco Central e Banco do Brasil, muito embora, aos olhos da lei, eles estivessem fazendo o que era permitido. Mas a conceituação daquela época era diferente. O que me causa espécie, Senador Arthur Virgílio, é que, enquanto pregavam aquela moralidade na CPI, no mesmo momento, por baixo do pano,...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – O mensalão corria solto.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – ...pessoas eram adrede usadas e escolhidas – inclusive, algu-

mas de Governos passados – para fazer e praticar o mesmo mecanismo que eles, com tanta arrogância, combatiam.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Concluo, Sr. Presidente, dizendo que o outro ponto a abordar é este: é uma situação delicada. Não estou aqui para fazer qualquer panfleto, nada de proselitismo, questionando autoridade do Supremo Tribunal Federal, que respeito muito.

Estou aqui para dizer que é fundamental encontrarmos logo a solução, porque, se a CPI não pode quebrar sigilo, já não é CPI, é Comissão de Fiscalização e Controle. Nesse caso, temos de dissolvê-la. Para mantê-la até o final, é essencial que se veja o que ficou posto de equivocado ali. Se foi a forma como redigiu o documento o Senador Antero Paes de Barros, vamos corrigi-la. Se estiver faltando mais embasamento e adensamento, como foi a opinião de um assessor do Senador Efraim Morais hoje na Comissão, vamos adensar e cuidar de satisfazer as exigências do Supremo, para que aquele Tribunal, com sua capacidade de interpretar a Constituição Brasileira, conceda a quebra do sigilo. É grave a Comissão Parlamentar de Inquérito, neste momento, estar ameaçada de não poder mais quebrar sigilo de quem quer que seja.

Quanto ao Sr. Okamoto, sobram motivos para se ter o seu sigilo quebrado. E encerro, e encerro mesmo desta vez, dizendo que me causa mais espécie do que tudo ele morrer de medo de que seu sigilo seja quebrado. Ele não quer que quebrem o sigilo dele. Pronto! Ele não aceita que quebrem seu sigilo. Então, tem jabuti em cima da árvore, se quero interpretar uma boa do caboclo da minha terra: "Tem jabuti em cima da árvore, e, se jabuti está em cima da árvore, ou aquilo é obra de enchente ou de mão de gente". Não entendo! Deveria ser de somenos importância. Quer quebrar o sigilo? Quebra! Pronto! Está aqui o sigilo. Qual o problema de quebrar? Agora, não. Virou uma batalha campal. Aqui não posso comparar a Passionária com essas pessoas, mas **no pasarán, no quebrarán los sigilos del Señor Okamoto. No pasarán!** É a Passionaria ao contrário. Não está certo. Não é justo, e não há coerência em certos membros do PT defenderem isso, porque queriam quebrar o sigilo do Papa João Paulo II; já tentaram quebrar o sigilo da Madre Teresa de Calcutá; já tentaram quebrar o sigilo de D. Hélder Câmara; e agora não querem deixar quebrar o do Okamoto!

Inventam todas as piores desculpas para que não se investigue a fundo. E hoje houve uma resposta muito nítida do Presidente da CPI dos Bingos,

Senador Efraim Morais: "Não adianta postergarem. O que vão conseguir com isso é a prorrogação da CPI por mais alguns meses. E, se sentirmos obstaculização e tentativa de se dissolverem os efeitos práticos da própria CPI, vamos prorrogá-la". É ano eleitoral! Se não querem, vamos trabalhar para que possamos concluir no prazo que está correndo. Fora disso, vamos conseguir as 27 assinaturas e vamos prorrogar a Comissão Parlamentar de Inquérito, Sr. Presidente.

Era o que eu tinha a dizer.

Durante o discurso do Sr. Arthur Virgílio, o Sr. Renan Calheiros, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Romeu Tuma e Mão Santa, sucessivamente.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Eduardo Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, ao final desta sessão, informo uma notícia do meu Estado de Minas Gerais, atinente à beatificação do Padre Eustáquio, a realizar-se em 15 de junho, dia de Corpus Christi, no estádio do Mineirão, em Belo Horizonte. A data oficial da celebração foi anunciada, nesta terça-feira, pelo Arcebispo metropolitano de Belo Horizonte, Dom Walmor Oliveira. Segundo o Arcebispo, o Papa Bento XVI permitiu que a cerimônia fosse realizada na Capital mineira, abrindo a festa a toda a população.

No dia 19 de dezembro do ano passado, o Papa reconheceu uma cura milagrosa atribuída a Padre Eustáquio, há mais de 40 anos.

Nascido na Holanda em 1890, Padre Eustáquio veio para o Brasil como missionário e foi religioso da Congregação dos Sagrados Corações e pároco nas cidades de Romaria (MG), Poá (SP), Ibiá (MG) e Belo Horizonte, também em Minas Gerais, onde morreu em 30 de agosto de 1943.

O Padre Eustáquio era também muito querido por todos os mineiros, inclusive pelo Presidente Juscelino Kubitschek, que a ele recorreu em suas orações, na época, para que pudesse ter sua filha Márcia Kubitschek.

Dessa maneira, trago esta informação da data de hoje da beatificação de Padre Eustáquio, que será realizada em Belo Horizonte.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Concedo a palavra ao orador que está na tribuna, o Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, venho a esta tribuna tratar de tema da maior importância para o nosso País: a agricultura!

Todos nós sabemos que o agronegócio vem batendo recordes de exportações.

Hoje, no Brasil, o agronegócio alcançou proporções gigantescas, abarcando em torno de um terço do nosso PIB, e, como argumenta o Ministro Roberto Rodrigues, ele se constitui na “soma das atividades que começam nas pranchetas de um pesquisador científico e terminam na gôndola do supermercado. Tanto que o agronegócio (31% do PIB brasileiro) é muito maior que a produção rural (9% do PIB). Nesse sentido amplo, todo o produtor, do pequeno ao gigantesco, pertence ao agronegócio”.

Estamos falando do setor líder das exportações brasileiras: o saldo da balança do agronegócio, da exportação de *commodities* vem crescendo ao ponto de o Brasil já deter liderança agrícola mundial em café, açúcar, suco de laranja e soja, carne bovina, frango, tabaco e etanol.

O que muitos de nós não sabemos – e é esse o motivo que me traz a esta tribuna – é o que vem ocorrendo do outro lado do balcão, do outro lado dos superávits de exportação de produtos agrícolas, do outro lado do nosso sucesso nas vendas internacionais. Detrás de todos esses recordes de exportações de *commodities*, vem acontecendo um fenômeno na nossa agricultura que tem de merecer a nossa atenção. E que é motivo do nosso discurso, preocupado, como sempre estive, com a busca de soluções para o nosso País e para o nosso agricultor.

Eis o problema ou eis a contradição: ao mesmo tempo em que ocorrem aqueles saldos de exportação, também estão ocorrendo prejuízos em vários setores do agronegócio. Somente o café e o petróleo não foram vítimas de prejuízos no ano passado, em 2005. Na mesma direção, tem sido constatada uma acumulação de pobreza rural, precarização das condições de vida e de trabalho do nosso homem do campo, enquanto a renda da agricultura cresce pouquíssimo se for comparada com a urbana.

Esses são dados oficiais que passaremos a expor em seguida, mas dele já queremos chamar reiteradamente a atenção para essa contradição: crescem os saldos de exportação, mas acumulam-se prejuízos em quase todos os setores do agronegócio. E ampliou-se, especialmente no ano passado, um ano ruim, o endividamento de uma ampla camada dos nossos agricultores.

Queremos chamar a atenção não somente para o problema, mas também para soluções, para projetos de lei que já se encontram em tramitação nesta Casa e sobre os quais nós podemos nos debucar neste momento com a clara intenção de solucionarmos esse grave problema que, sem dúvida, pode comprometer seriamente o mais elogiado setor da produção brasileira. E pode vir a comprometer também os nossos saldos de exportação, que tanta diferença fazem na nossa contabilidade pública e tanta diferença poderiam fazer no nosso crescimento social global.

Vamos aos dados.

São dados, Sr. Presidente, da própria OCDE, publicados e divulgados pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Brasil, e que revelam crescimento e concentração de pobreza na área rural das Regiões Norte e Nordeste do nosso País. Os dados mencionam um crescimento minúsculo da renda global rural, minúsculo especialmente se comparado com o crescimento da renda urbana, não-agrícola. Segundo aquele documento,

A melhoria da renda rural não foi atribuída à renda da agricultura, que cresceu somente 2% entre 1991 e 2000, comparada aos 38% de crescimento da renda não-agrícola. Além disso, a renda agrícola se tornou mais concentrada entre as famílias mais ricas, (...) e, dessa forma, pouco contribuiu para a redução da pobreza. A situação dos 20% mais pobres dentre as famílias rurais, que se encontram bem abaixo da linha de extrema pobreza (mais de um terço das famílias rurais), na realidade se deteriorou (...). O crescimento da renda no Centro Oeste foi forte o suficiente para reduzir a pobreza rural, muito embora a desigualdade tenha aumentado. A pobreza rural tem-se reduzido mais lentamente no Nordeste e aumentado na Região Norte, onde a população rural cresceu, indicando que a pobreza rural se encontra crescentemente localizada nessas duas regiões.

Aqui está claramente documentada a face perversa do sistema.

O mais curioso é que o volume do crédito rural cresceu de 2002 para 2005: cresceu de R\$2,2 bilhões para R\$6,2 bilhões no Pronaf. Aqui vai o nosso elogio ao Governo do Presidente Lula. No entanto, isso não foi suficiente para alavancar, de forma significativa, a renda **per capita** da população rural, nem foi suficiente para impedir aqueles prejuízos que mencionei há pouco.

Os dados daqueles documentos oficiais nos mostram, nas palavras do próprio Secretário de Política Agrícola do Governo, Ivan Wedekin, que o Brasil é marcado por grandes desequilíbrios de distribuição de renda, mas que, no entanto, “a renda **per capita** da população rural equivale a (apenas) 45% da renda de cada habitante no meio urbano”. Esse dado se encontra naquela publicação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Já mencionamos os prejuízos estampados na maioria dos setores da produção do agronegócio, o que levou a uma menor participação do setor no PIB. Pois bem, os dados estão no *sítio* da CNA, onde se menciona que:

O Produto Interno Bruto (PIB) do agronegócio teve uma retração de 3,4% em valores nominais, na comparação com o resultado do ano passado. O PIB do setor será de R\$520 bilhões, frente a R\$540 bilhões do ano passado. É a queda mais acentuada desde que o estudo começou a ser preparado, na safra de 1990/1991. No ano passado, o setor representou 30,07% do total do PIB brasileiro. Este ano (referindo-se ao ano de 2005), responderá por 28,13%.

Há outros dados, neste caso da Funcex, que demonstram que, à exceção do café, que teve rentabilidade de 34%, e refino de petróleo e petroquímica, 2%, as demais **commodities** tiveram prejuízo no ano passado.

A agropecuária foi a que apresentou maior variação de perda ou prejuízo, comparando-se 2004 com 2005. As perdas alcançaram 31,9%, segmento que foi prejudicado pela incidência da aftosa e da seca que atingiu a Região Sul do País.

Ora, se juntarmos as duas faces do mesmo problema, tudo fica bastante claro: o setor produtivo, que tem sido o maior responsável pela saúde das exportações brasileiras, está padecendo de uma doença que precisa ser curada urgentemente para que ele possa continuar garantindo os importantíssimos saldos de exportação. Essa face perversa do sistema tem que ser mudada: o campo precisa ter significativo crescimento de renda; o campo precisa reduzir sua extrema desigualdade, e a desigualdade não é maior por causa das políticas compensatórias que são desenvolvidas por intermédio do Governo Federal, com o Bolsa Família; o campo não pode continuar acumulando prejuízos, vendo sua produção encolher e enfrentando, com evidentes desvantagens, situações excepcionais de

mercado e de câmbio, como a do ano passado, sem que providências sejam tomadas a seu favor.

Nas palavras do Ministro Rodrigues em entrevista à revista **Carta Capital**, o ano de 2005 foi “o pior dos mundos: os custos agrícolas subiram, preços caíram, a produção diminuiu e o endividamento aumentou”; e tudo isso, diz ele, foi agravado pela questão cambial, pelo descasamento que ocorreu, de tal forma que “os insumos foram comprados com o dólar a R\$3,00, e a produção foi vendida com o dólar a R\$2,20; para piorar, os preços mundiais em dólar estavam muito baixos”.

É o próprio Ministro Rodrigues quem nos fornece os dados para que se possa entender por que 2005 foi um ano tão trágico para a agricultura e por que os produtores acumularam uma montanha de dívidas. É ele quem argumenta, naquela entrevista:

A perda de renda da agricultura brasileira no ano passado foi próxima de R\$20 bilhões – um buraco que não se tapa facilmente com políticas públicas. Aí veio o último complicador, que foi a enorme demora do governo em exercitar políticas para acudir os produtores nessa perda de renda e, de alguma forma, minimizar esses problemas. O primeiro instrumento do governo é o da comercialização da produção. Como os preços despencaram abaixo do preço mínimo (principalmente arroz, algodão e milho), a regra legal permite que o governo entre no mercado para sustentar os preços mínimos com recursos de comercialização. Mas não tínhamos orçamento para isso. Desde fevereiro eu solicitava à área econômica do governo R\$1 bilhão para poder jogar nesse mercado para segurar o preço. Esse R\$1 bilhão nunca veio. Nós tivemos somente em julho R\$ 400 milhões e em novembro outros R\$300 milhões. Falo do ano passado. Quando os recursos chegaram, o grosso da comercialização já tinha sido realizado e o prejuízo assumido pelos produtores. Prejuízo de R\$ 20 bilhões. Foi um ano trágico para a agricultura. A isso se somou o problema da febre aftosa, que também representou perdas muito grandes. Apesar disso tudo, fechamos o ano com um saldo na balança comercial de US\$38,4 bilhões, US\$4,3 bilhões a mais em relação a 2004.

Sr. Presidente, o balanço do ministro Roberto Rodrigues, da Agricultura, é, como mostramos, coerente

com os dados oficiais do próprio governo, e com aquela contradição para a qual estamos chamando a atenção de V. Ex^{as}s. Ou seja, para que o setor continue brilhando no mercado internacional, é preciso garantir a saúde do produtor e atacar de frente o grave problema dos prejuízos, do alto endividamento, da inadimplência, da ruína e da baixa renda do agricultor rural, problemas esses que, como foi demonstrado, alcançaram um auge no ano passado.

O importante, dentro desse quadro, é que temos nas mãos as ferramentas para que se comece o enfrentamento mais profundo dessa situação do homem do campo. Temos em mãos dois projetos de lei – projetos que foram convertidos na Câmara dos Deputados em um só – cujo debate e aprovação são da máxima importância para que se possa enfrentar aquele gargalo na situação penosa do produtor rural.

Ora, justamente, diante do quadro que acabamos de expor, como desconsiderar as propostas de repactuação e alongamento de dívidas oriundas do crédito rural?

Durante anos a fio, muitas foram as propostas que por aqui passaram com esse objetivo, mas nenhuma delas resolveu a contento a difícil situação do endividamento do meio rural, simplesmente porque os governos sempre subestimaram o tamanho da crise.

Para a quebra deira dos bancos, houve solução pronta e acabada com a criação do Proer, quando cerca de R\$ 30 bilhões foram torrados para o saneamento das instituições financeiras falidas.

Ora, por motivos que são conhecidos de todos, é inegável o descompasso entre o tratamento dado aos bancos para salvá-los de uma *débâcle* e as soluções surgidas para reerguer a agricultura, um setor produtivo cuja falência total ainda não aconteceu devido à força e à pujança do trabalho anônimo desenvolvido por quem vive no campo às custas de grandes sacrifícios.

Neste momento da convocação extraordinária, temos, quem sabe, a última oportunidade para chegar a uma solução definitiva para a crise da agricultura brasileira.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Antonio Carlos Valadares...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Concedo já a V. Ex^a o aparte com muito prazer, Senador Mão Santa.

É que já se encontra nesta Casa, para apreciação final, depois de uma ampla discussão na Câmara, o Projeto de Lei nº 142, de 2005, que aponta o cami-

nho mais correto visando ao objetivo de solucionar o grande e profundo endividamento rural.

Sr^{as}s e Srs. Senadores, o PLC nº 142, de 2005, do Deputado Roberto Pessoa, também vai ao encontro de uma renegociação de dívidas rurais que pode beneficiar o Nordeste e uma parte de Minas Gerais. Dentre as principais medidas desse projeto estão a redução das taxas de juros, o alongamento dos prazos de pagamento e desconto sobre o saldo devedor para quem pagar em dia ou antecipadamente.

O relator dessa matéria aqui no Senado Federal é o Senador Fernando Bezerra, que tem imensa responsabilidade, como o Parlamentar do Nordeste, de conduzir as negociações com o Governo e com as Senadoras e Senadores da Oposição e do Governo para resolver em definitivo essa crise permanente que se abateu sobre o setor agropecuário no Nordeste e em todas as regiões do Brasil.

Concedo o aparte ao eminentíssimo ex-Governador do Piauí, Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Antonio Carlos Valadares, recentemente estive no seu Estado e vi o carinho e a esperança que o povo de Sergipe, inclusive da própria capital, deposita em V. Ex^a. Isso é fruto de um trabalho profundo e realista. O povo do Piauí, na sua capacidade sintética e na sua coragem, recentemente se manifestou a respeito do problema da agricultura. Visitei há pouco Uruçuí, que hoje seria a capital da soja, da última fronteira agrícola, dos onze mil hectares que o Piauí tem com plantação de soja, cidade que tem como prefeito um ex-Deputado, Chico Filho, um homem de grande vocação agrícola. Foram me recepcionar no aeroporto. Eu tinha encravado lá uma unidade da multinacional Bunge para beneficiar soja nessa cidade – a cidade cresceu muito. Senador, o Piauí tinha dez mil toneladas de soja e passou a produzir setecentas mil, dando condições para a implantação da fábrica da Bunge de beneficiamento de soja. Quando eu cheguei, fiquei perplexo: vários carros e veículos, Senadora Heloísa Helena, tinham um decalque do Lula. Pensei que isso se devesse ao fato de o Governador, que é do PT, estar por chegar. Ao me aproximar, vi que não era isso: o decalque traduz, faz uma síntese do repúdio dos homens do campo em relação a este Governo. Nele aparece Lula com aquela barba e os seguintes dizeres: “Lula, a nova praga da agricultura”. Esse é o clamor do homem que produz no Piauí!

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Mão Santa.

Temos uma grande oportunidade, o Governo Lula tem uma grande oportunidade. Já que Fernando Henrique salvou os bancos falidos criando o Proer, agora é o momento de nós criarmos, por intermédio desse projeto, o proer da Agricultura e salvar esse setor produtivo que tem sido castigado não apenas pelas intempéries – pelas secas e pelas chuvas em excesso – mas também pelos planos econômicos que jogaram, ao longo desses anos todos – alguns planos loucos –, a dívida dos agricultores lá para cima sem nenhuma contrapartida.

Criaram uma tal de TJLP. Essa TJLP foi responsável, sem dúvida alguma, pela astronômica dívida da agricultura brasileira. O expurgo da TJLP, aliás, é objeto de um projeto que apresentei no Senado Federal. Além desse projeto, há o do Senador pelo Estado da Bahia, César Borges. Estão sendo levados em consideração esses dois projetos: o do expurgo da TJLP a partir de 1989 e, também, a possibilidade de os agricultores negociarem as suas dívidas em até 25 anos – naturalmente, abatendo esse incrível saldo devedor que se apossou do endividamento brasileiro graças aos planos econômicos feitos em outros Governos e que foram assumidos um a um, sucessivamente, até chegarmos ao Governo do Presidente Lula.

A bem da verdade, Sr. Presidente, o PLC nº 142, de 2005, que certamente será votado pela Comissão de Assuntos Econômicos na próxima semana, na próxima terça-feira, com relatório do Senador Fernando Bezerra, do Rio Grande do Norte, abarca o próprio PLS nº 517, que é de autoria do Senador César Borges, e um projeto de minha autoria, o PLS nº 96, de 2001, em que busco expurgar, como falei, a TJLP das operações rurais realizadas com recursos dos fundos constitucionais de financiamento do Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Quero abrir um parêntese para reconhecer não só a luta de V. Ex^a, Senador Mão Santa, mas a luta de muitos e muitos anos que aqui foi feita com muita coragem, com muito destemor, desde o Governo passado, pela Senadora Heloísa Helena, que sempre foi uma batalhadora em favor dos agricultores, justiça tenho de fazer, não apenas neste Governo, mas também no Governo Fernando Henrique Cardoso. Quantas vezes travamos, aqui, lutas tremendas para reduzir o endividamento rural e atender aos pequenos e médios agricultores por este País afora.

Tal benefício, Sr. Presidente, é auto-explicado porque, naquele período, as operações, de 1989 até 2000, estavam submetidas às formas de indexação

absolutamente incompatíveis com a natureza incerta da atividade rural e com a capacidade de pagamento dos agricultores. É que, somente a partir da aprovação da Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001, passou a adotar, nos processos de endividamento rural, a prática de juros pré-fixados, em condições mais compatíveis com a natureza do empreendimento agrícola e com o porte do tomador dos recursos.

Ora, Sr. Presidente, se não fosse a Lei nº 10.177, a situação estaria muito pior, porque a negociação não era pré-fixada, simbolizando o seguinte: em qualquer plano, qualquer indexador que fosse criado, **a posteriori**, após a assinatura do contrato, poderia incidir no pagamento da dívida do agricultor.

O Sr. Efraim Moraes (PFL – PB) – Permite-me um aparte, Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Senador Efraim Moraes, com muito prazer, concedo um aparte a V. Ex^a.

O Sr. Efraim Moraes (PFL – PB) – Senador Antonio Carlos Valadares, inicialmente, parabenizo V. Ex^a pelo brilhante e importante pronunciamento em defesa dos agricultores brasileiros, em especial dos nossos pequenos e médios agricultores do Nordeste. Nobre Senador, entendo perfeitamente esta luta. Participo dela. Sei da dificuldade que tem hoje o agricultor nordestino para saldar as suas contas. Sabe V. Ex^a, que conhece tão bem quanto os Senadores Mão Santa e Heloísa Helena, que é simplesmente impossível o pequeno agricultor saldar essa dívida. Não adianta tentar aqui passar para 25, 30 anos, depois de morrer. Não há a menor chance. Infelizmente, essa é a realidade. Estamos novamente com outra seca. Está aí, o Nordeste está em polvorosa em função da questão climática. E não consigo entender, não sou economista, só faço Oposição ao Governo Lula e levanto esta questão sempre: por que é tão fácil perdoar dívida de outros países? Por que é tão fácil perdoar a dívida da Bolívia, que está aumentando o gás, o gás ficará mais caro para o nosso País? Por que investir ou perdoar dívida da Venezuela, Colômbia, da própria Argentina, e, para os nossos agricultores, nossos irmãos, que querem recomeçar sua vida... E não estamos querendo perdão para quem deve R\$1 milhão, R\$500 mil, não. É para quem deve até R\$30 mil, o pequeno agricultor. Porque aí se daria oportunidade de ele recomeçar, de ele não ter que vender seu animal, sua vaquinha, que dá leite ao seu filho, de ter condições de, se a chuva vier, poder novamente plantar, porque do jeito que está, Senador Antonio Carlos Valadares, V. Ex^a, que conhece tão bem – e sou testemunha da defesa de V. Ex^a, da

luta de V. Ex^a em relação a essa causa – imagine que, daqui a pouco, esses pequenos proprietários... Porque sabe muito bem V. Ex^a que ter 50 ou 100 hectares no sertão do meu Estado, na Paraíba, é melhor estar no Bolsa-Família, pois terá muito mais renda. Então, o que eu diria a V. Ex^a? Daqui a pouco esse cidadão estará entregando sua propriedade ao banco. E o pior é isto, é que o Banco do Nordeste e o Banco do Brasil estão cobrando a dívida e ameaçando o pequeno proprietário, tomando inclusive as terras. O que vai acontecer? Daqui a pouco os atuais proprietários serão os sem-terra, pessoas que terão que invadir a sua própria terra para poderem se manter. Digo isso a V. Ex^a, que é um homem que tem trânsito no Governo e que defende essa causa ao lado de tantos outros Senadores aqui, para que possamos fazer um apelo até emocional ao próprio Governo no sentido de que entenda que, se houve um superávit tão grande, se há dinheiro sobrando neste Governo, se pagou tantos bilhões de dólares de juros, por que não perdoar um pouquinho, muito pouco, a dívida dos agricultores? Sei que conto com V. Ex^a e que o Brasil todo entende a necessidade de dar condições a esses pequenos proprietários que estão sofridos, seja pelas secas, seja pelas enchentes. Mas o Governo, infelizmente, ao invés de uma solução está ameaçando e tomando as terras dos agricultores nordestinos. Parabenizo a V. Ex^a pelo brilhante discurso, muito importante. Tive a oportunidade de tratar deste assunto, ontem, aqui da tribuna e V. Ex^a merece o meu aplauso e o meu apoio ao seu discurso.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Efraim Moraes. V. Ex^a tem toda a razão quando se refere à dívida dos pequenos proprietários que deixaram de produzir simplesmente porque não podem tomar nenhum financiamento no Banco do Nordeste, no Banco do Brasil ou qualquer banco autorizado pelo Ministério da Fazenda por meio dos fundos constitucionais a fim de manterem as suas famílias. Muitos deles já perderam as suas terras, alguns deles já abandonaram a atividade agrícola, foram para a cidade e não têm como pagar essa dívida.

Hoje mesmo eu me encontrei casualmente com o Dr. Paulo, assessor do Senador Jonas Pinheiro. Sempre que tenho alguma dúvida sobre problemas agrícolas, procuro o Dr. Paulo, que é o assessor nesta área de S. Ex^a, e ele me disse o seguinte: que o Senador Jonas Pinheiro enviou para a Consultoria do Senado um pedido para que fizesse um estudo a respeito da dívida dos pequenos agricultores a fim de que essa dívida fosse dispensada. E que, com isso, com o projeto que

está em andamento no Senado Federal, o de número 142... Isto é, uma dívida que foi tomada 1989, por exemplo, de R\$5 mil, hoje está em R\$25 ou R\$30 mil. Não há possibilidade alguma de o pequeno agricultor pagar. Ora, o estoque dessa dívida não vai resolver o problema do Brasil, mesmo porque é impagável. Seria melhor, como disse V. Ex^a, dispensar e partirmos para uma nova etapa em que o pequeno agricultor pudesse se reinstalar no campo e produzir e não apenas receber o Bolsa-Família.

O Programa Bolsa-Família, a meu ver, é um programa provisório; é um programa que visa resolver um problema em um momento de emergência, porque o Brasil está com mais de 30 milhões de pessoas abaixo da linha de pobreza, e esse é um programa compensatório. Mas o programa produtivo da agricultura precisa voltar. E só voltar dessa maneira como se referiu V. Ex^a, dando oportunidade aos que tomaram R\$35, R\$50, R\$100 ou até R\$200 mil a recompor essa dívida em 25 anos para que possam voltar à atividade agrícola. Essa é a única maneira pela qual o Brasil poderá caminhar – como está caminhando – para se tornar um dos grandes exportadores de agronegócio no mundo inteiro. As **commodities** do Brasil na área agrícola têm funcionado e ajudado o nosso País, muito embora, Senador Efraim Moraes, eu tenha mostrado que somente dois setores se beneficiaram na exportação e não tiveram prejuízo: o petróleo e o café.

O agronegócio teve um prejuízo de 32% em relação ao ano de 2004, significando dizer que, se o grande, aquele que exporta, está tendo prejuízo de 32%, imaginem o pequeno que não tem por onde gritar. Está cavando a própria sepultura no meio rural, porque não tem onde bater.

Então, o Governo do Presidente Lula, que é voltado para o social, tem essa grande oportunidade. Agora, o Senado Federal também tem essa grande oportunidade, abrindo as portas para uma negociação definitiva e uma solução permanente para o grande endividamento rural que assola o nosso País, pior do que as intempéries, as secas e as chuvas que acontecem no Brasil.

Sr. Presidente, peço a V. Ex^a que o Senado Federal publique na íntegra o meu discurso. Não me alongarei, para que os outros oradores tenham o mesmo direito que eu.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

SEGUE, NA ÍNTegra, DISCURSO DO SR. SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES.

DO SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES – PSB/SE

Senhor Presidente,
Senhora e senhores Senadores,

Venho à tribuna do Senado Federal tratar de um tema de máxima importância para o nosso país: a agricultura!

Todos nós sabemos que o agronegócio vem batendo recordes de exportações.

Hoje, no Brasil o agronegócio alcançou proporções gigantescas abarcando em torno de um terço do nosso PIB, e como argumenta o ministro Roberto Rodrigues, ele se constitui na “*soma das atividades que começam nas pranchetas de um pesquisador científico e terminam na gôndola do supermercado. Tanto que o agronegócio (31% do PIB brasileiro) é muito maior que a produção rural (9% do PIB). Nesse sentido amplo, todo produtor, do pequeno ao gigantesco, pertence ao agronegócio*”.

Nós estamos falando do setor-líder nas exportações brasileiras: o saldo da balança do agronegócio, da exportação de *commodities* vem crescendo ao ponto do Brasil já deter liderança agrícola mundial em café, açúcar, suco de laranja e soja, carne bovina, frango, tabaco e etanol.

O que muitos de nós **não sabemos** - e é esse o motivo que me traz a essa tribuna – é o que vem ocorrendo do outro lado do balcão, do outro lado dos superávits de exportação de produtos agrícolas, do outro lado do nosso sucesso nas vendas internacionais. Detrás de todos esses recordes de exportação de *commodities* vem acontecendo um fenômeno na nossa agricultura que tem que merecer a nossa atenção. E que é motivo do nosso discurso, preocupado, como sempre estive, com a busca de soluções para o nosso país e para o nosso agricultor.

Eis o problema ou a contradição: ao mesmo tempo em que ocorrem aqueles saldos de exportação, também estão ocorrendo **prejuízos** em vários dos setores do agronegócio: somente o café e o petróleo não foram vítimas de prejuízos em 2005. Na mesma direção tem sido constatada uma acumulação

de pobreza rural, precarização das condições de vida e de trabalho do nosso homem do campo, enquanto a renda da agricultura cresce pouquíssimo se for comparada com a urbana.

Esses são dados oficiais, que nós passaremos a expor em seguida, mas desde já queremos chamar reiteradamente a atenção para essa contradição: crescem os saldos de exportação mas acumulam-se prejuízos EM QUASE TODOS OS SETORES do agronegócio e ampliou-se – especialmente no ano passado, um ano ruim - o endividamento de uma ampla camada dos nossos agricultores.

Queremos chamar a atenção não somente para o problema, mas também para soluções, para projetos de lei que já se encontram em tramitação nesta Casa e sobre os quais nós podemos nos debruçar neste momento com a clara intenção de solucionarmos esse grave problema que sem dúvida pode comprometer seriamente o mais elogiado setor da produção brasileira. E pode vir a comprometer também os nossos saldos de exportação que tanta diferença fazem na nossa contabilidade pública e tanta diferença poderiam fazer no nosso crescimento social global.

Vamos aos dados.

São dados, senhor Presidente, da própria OCDE, publicados e divulgados pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Brasil, e que revelam crescimento e concentração de pobreza na área rural da região Norte e Nordeste do nosso país. Os dados mencionam um **crescimento minúsculo** da renda global rural, minúsculo especialmente se comparado com o crescimento da renda urbana, não-agrícola. Segundo aquele documento,

“a melhoria da renda rural não foi atribuída à renda da agricultura, que cresceu somente 2% entre 1991 e 2000, comparada aos 38% de crescimento da renda não-agrícola. Além disso, a renda agrícola se tornou mais concentrada entre as famílias mais ricas, (...), e, dessa forma, pouco contribuiu para a redução da pobreza. A situação dos 20% mais pobres dentre as famílias rurais, que se encontram bem abaixo da linha de extrema pobreza (mais de um terço das famílias rurais), na realidade se deteriorou. (...). O crescimento da renda no Centro-Oeste foi forte o suficiente para

reduzir a pobreza rural, muito embora a desigualdade tenha aumentado. A pobreza rural tem-se reduzido mais lentamente no Nordeste e aumentado na Região Norte, onde a população rural cresceu, indicando que a pobreza rural se encontra crescentemente localizada nessas duas regiões”.

Aqui está claramente documentada a face perversa do sistema.

O mais curioso é que o volume de crédito rural cresceu de 2002 para 2005, cresceu de R\$ 2,2 bilhões para R\$ 6,2 bilhões no PRONAF – e aqui vai nosso elogio ao governo Lula – mas, no entanto, não foi suficiente para alavancar significativamente a renda per capita da população rural. E nem foi suficiente para impedir aqueles prejuízos que mencionei há pouco.

Os dados daqueles documentos oficiais nos mostram, nas palavras do próprio secretário de Política Agrícola do governo, (SPA), Ivan Wedekin, que o Brasil é marcado por grandes desequilíbrios de distribuição de renda mas que, no entanto, “*a renda per capita da população rural equivale a (apenas) 45% da renda de cada habitante no meio urbano*”. Este dado se encontra lá naquela publicação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Nós já mencionamos os prejuízos estampados na maioria dos setores da produção do agronegócio o que levou a uma menor participação do setor no PIB. Pois bem, os dados estão lá no site da CNA onde se menciona que

“o Produto Interno Bruto (PIB) do agronegócio teve uma retração de 3,4% em valores nominais, na comparação com o resultado do ano passado. O PIB do setor será de R\$ 520 bilhões; frente R\$ 540 bilhões no ano passado. É a queda mais acentuada desde que o estudo começou a ser preparado, na safra 1990/1991. No ano passado, o setor representou 30,07% do total do PIB brasileiro. Este ano (referindo-se ao ano de 2005), responderá por apenas 28,13%”.

Há outros dados, neste caso da Funcex, que demonstram que, à exceção do café que teve rentabilidade de 34% e refino de petróleo e petroquímica, 2%, as demais *commodities* tiveram prejuízos ano passado.

A agropecuária foi a que apresentou maior variação de perda ou prejuízo comparando-se 2004 com 2005. As perdas alcançaram 31,9%,

segmento que foi prejudicado pela incidência da aftosa e da seca que atingiu a Região Sul do País.

Ora, se nós juntarmos as duas faces do mesmo problema, tudo fica bastante claro: o setor produtivo que tem sido maior responsável pela saúde das exportações brasileiras está padecendo de uma doença que precisa ser curada urgentemente para que ele possa continuar garantindo os importantíssimos saldos de exportação. Essa face perversa do sistema tem que ser mudada: o campo precisa ter significativo crescimento de renda; o campo precisa reduzir sua extrema desigualdade; o campo não pode continuar acumulando prejuízos, vendo sua produção encolher e enfrentando com evidentes desvantagens situações excepcionais de mercado e de câmbio como a do ano passado sem que providências sejam tomadas a seu favor.

Nas palavras do ministro Rodrigues em entrevista à revista *Carta Capital*, o ano de 2005 foi “*o pior dos mundos: os custos agrícolas subiram, preços caíram, a produção diminuiu e o endividamento aumentou*”; e tudo isso, diz ele, foi agravado pela questão cambial, pelo descasamento que ocorreu, de tal forma que “*os insumos foram comprados com o dólar a 3 reais e a produção foi vendida com o dólar baixo, a 2,20; para piorar os preços mundiais em dólar estavam muito baixos*”.

É o próprio ministro Rodrigues quem nos fornece os dados para que se possa entender porque 2005 foi um ano tão trágico para a agricultura e porque os produtores acumularam uma montanha de dívidas. É ele quem argumenta, naquela entrevista:

“*A perda de renda da agricultura brasileira no ano passado, foi próxima de R\$ 20 bilhões – um buraco que não se tapa facilmente com políticas públicas. Aí veio o último complicador, que foi a enorme demora do governo em exercitar políticas para acudir os produtores nessa perda de renda e, de alguma forma, minimizar esses problemas. O primeiro instrumento do governo é o da comercialização da produção. Como os preços despencaram abaixo do preço mínimo (principalmente arroz, algodão e milho), a regra legal permite que o governo entre no mercado para sustentar os preços mínimos com recursos de comercialização. Mas não tínhamos orçamento para isso. Desde fevereiro eu solicitava à área econômica do*

governo R\$ 1 bilhão para poder jogar nesse mercado para segurar o preço. Esse R\$ 1 bilhão nunca veio. Nós tivemos somente em julho R\$ 400 milhões e em novembro outros R\$ 300 milhões. Quando os recursos chegaram, o grosso da comercialização já tinha sido realizado e o prejuízo assumido pelos produtores. Foi um ano trágico para a agricultura. A isso se somou o problema da febre aftosa, que também representou perdas muito grandes. Apesar disso tudo, fechamos o ano com um saldo na balança comercial de US\$ 38,4 bilhões, US\$ 4,3 bilhões a mais em relação a 2004”.

O balanço do ministro Roberto Rodrigues é, como mostramos, coerente com os dados oficiais do próprio governo, e com aquela contradição sobre a qual estamos chamando a atenção dos Senhores. Ou seja, para que o setor continue brilhando no mercado internacional é preciso garantir a saúde do produtor e atacar de frente o grave problema dos prejuízos, do alto endividamento e inadimplência, da ruína e da baixa renda do agricultor rural, problemas esses que, como foi demonstrado, alcançaram um auge no ano passado.

O importante, dentro desse quadro, é que temos nas mãos as ferramentas para que se comece o enfrentamento mais profundo dessa situação do homem do campo. Temos em mãos dois projetos de lei cujo debate e aprovação são da máxima importância para que se possa enfrentar aquele gargalo na situação penosa do produtor rural.

Ora, justamente, diante do quadro que acabamos de expor, como desconsiderar as propostas de repactuação e alongamento de dívidas oriundas do crédito rural?

Durante anos a fio muitas foram as propostas que por aqui passaram com esse objetivo, mas nenhuma delas resolveu a contento a difícil situação do endividamento do meio rural, simplesmente porque os governos sempre subestimaram o tamanho da crise. Para a quebra deira dos Bancos houve solução pronta e acabada com a criação do PROER quando cerca de 30

bilhões de reais foram torrados para o saneamento das instituições financeiras falidas.

Ora, por motivos que são conhecidos de todos, é inegável o descompasso entre o tratamento dado aos bancos para salvá-los de uma débâcle e as soluções surgidas para reerguer a agricultura cuja falência total ainda não aconteceu devido à força e à pujança do trabalho anônimo desenvolvido por quem vive no campo, às custas de grandes sacrifícios.

Neste momento da convocação extraordinária temos, quem sabe, a última oportunidade de uma solução definitiva para a crise da agricultura brasileira. É que já se encontra nesta Casa para apreciação final, depois de uma ampla discussão na Câmara, o projeto de lei nº 142, de 2005, que aponta o caminho mais correto visando aquele objetivo.

Senhoras e senhores Senadores, o PLC 142, de 2005, do deputado Roberto Pessoa, também vai ao encontro de uma renegociação de dívidas rurais que pode beneficiar o Nordeste e uma parte de Minas Gerais. Dentre as principais medidas desse projeto estão a redução das taxas de juros, o alongamento dos prazos de pagamento e descontos sobre o saldo devedor para quem pagar em dia ou antecipadamente. *REZANIX FERNANDO BEZERRA*

A bem da verdade, o PLC 142/2005 abrange o próprio PLS 517/2003 e um projeto de minha autoria, o PLS 96/2001, onde busco expurgar a TJLP das operações rurais realizadas com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, Nordeste e do Centro-Oeste. Ora, é que o Substitutivo do PLC 142/2005 da Câmara dos Deputados estabelece em seu art. 2º que serão beneficiados os agricultores, pessoas físicas e jurídicas, e demais instituições do setor rural ali identificadas, somente quando mutuários das operações identificadas no art. 1º, se firmadas na área de atuação da ADENE entre 27 de setembro de 1989 a 31 de dezembro de 2000.

Tal benefício é auto-explicado porque naquele período as operações da dívida rural estavam submetidas a formas de indexação absolutamente incompatíveis com a natureza incerta da atividade rural e com a capacidade de pagamento dos agricultores. É que somente a partir da aprovação da Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001, é que se passou a adotar nos processos de

endividamento rural a prática de juros prefixados, em condições mais compatíveis com a natureza do empreendimento agrícola e com o porte do tomador dos recursos.

Evidentemente reconheço que a dificuldade do governo não é a falta de vontade política ou sequer insensibilidade social, mas sim os compromissos deixados pelo governo anterior para com uma política macroeconômica ortodoxa, em função da qual o impacto financeiro para arcar com os custos dessa repactuação se torna alto, uma vez que o próprio projeto da Câmara estabelece que o governo federal poderá emitir até R\$ 07 bilhões em títulos da dívida pública.

De qualquer modo, a gravidade daquela contradição que mencionei no meu discurso, os problemas que ameaçam corroer os nossos saldos de exportação, os problemas climáticos do semi-árido nordestino, como de resto de toda a região Nordeste, a crise do endividamento do nosso agricultor, são de amplo conhecimento, desnecessário, portanto, enumerar a todos eles. Na área do crédito rural a situação é ainda mais grave e a dívida dos agricultores nordestinos, foi contraída com as instituições financeiras em patamares insuportáveis para a sua capacidade de pagamento. Houve um evidente descasamento entre os valores das dívidas dos agricultores nordestinos, inflados pelos juros altos e indexados praticados entre nós, e o aumento da inadimplência, em decorrência da seca e das garantias oferecidas por ocasião da contratação.

Por todas estas razões, somos favoráveis ao debate amplo sobre a repactuação e alongamento da dívida rural; e essa convocação extraordinária pode ser uma excelente oportunidade, inclusive para não ficarmos presos a debates menores.

Precisamos todos pensar no Brasil. E pensar em agricultura brasileira é pensar no Brasil. Precisamos garantir que a repactuação e alongamento da dívida, de fato e de direito, se converta em benefício dos trabalhadores no campo.

Era o que tinha a dizer.

Durante o discurso do Sr. Antonio Carlos Valadares, o Sr. Mão Santa, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Flexa Ribeiro.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA) – Nobre Senador, de acordo com o Regimento, a Mesa atenderá a solicitação de V. Ex^a. Parabenizo V. Ex^a pelo brilhante pronunciamento sobre o problema seriíssimo do estoque da dívida dos pequenos agricultores e do setor industrial. Há necessidade de se encontrar uma solução definitiva para que as pessoas afastadas do segmento produtivo possam retornar à produção.

Concedo a palavra à Senadora Heloísa Helena, Líder do P-SOL.

O SR. EDUARDO SUPILY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPILY (Bloco/PT – SP). Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Com a aquescência da Senadora Heloísa Helena, Líder do P-SOL, gostaria de requerer, Sr. Presidente, que façamos uma homenagem à Sr^a Coretta Scott King, viúva de Martin Luther King Jr., que faleceu hoje aos 78 anos. O ex-prefeito de Atlanta, Andrew Young, muito amigo da família, informou hoje que ela faleceu dormindo. Ela já não estava bem de saúde. No último dia 16, feriado nos Estados Unidos, em homenagem ao Líder dos direitos civis, ela se encontrava em cadeira de rodas. Não discursou nesse último dia de homenagem a Martin Luther King Jr. Ressalto que a Sr^a Coretta King era considerada uma primeira-dama da luta pelos direitos civis nos Estados Unidos.

Então, por toda a batalha que realizou juntamente com o seu marido para que pudessem avançar nos Estados Unidos da América e no mundo os direitos humanos, sobretudo, dos negros e de todos aqueles que, de alguma maneira, tiveram desrespeitado os seus direitos, possamos todos homenagear a Sr^a Coretta King e o seu marido Martin Luther King Jr.

Muito obrigado.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA) – A Mesa se associa à manifestação de V. Ex^a e, lamentando o falecimento da viúva de Martin Luther King Jr., fará o encaminhamento solicitado.

Concedo a palavra à nobre Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P–SOL – AL. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)

– Sr. Presidente, como possibilita o Regimento, solicito falar sentada.

Sr. Presidente, Sr^ss e Srs. Senadores, sinto muito, Senador Flexa Ribeiro, porque vou deixar-lhe sentado durante 43 minutos, no mínimo.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA) – Senadora, é uma alegria e um prazer ouvi-la não só por 43 minutos, mas pelo tempo que V. Ex^a precisar.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P–SOL – AL) – Muito obrigado, e tenha V. Ex^a a certeza de que não é uma provocação tola.

Senador Flexa Ribeiro, posso me considerar a menor partícula na dimensão do universo se comparada com um serviçal daqui, uma das meninas lindas, maravilhosas, que às vezes se trancam no banheiro para poder lanchar. Ganhando um salário miserável, às vezes não conseguem nem um vale transporte para ir para casa. Então, em relação às serviscais da Casa, considero-me uma medíocre partícula na dimensão do universo, mas nem em relação a Senador, nem a Presidente da República, nem a Ministro do Supremo, a ninguém, deixo que seja retirado aquilo que conquistei. Não é por promiscuidade com os setores poderosos do Estado de Alagoas, até porque sabem todos que havia uma moda em Alagoas que, para se sentar nestas cadeiras azuis, tinha de ser de família tradicional, tinha de ser das varandas dos usineiros, tinha de ser daqueles ricos e poderosos abençoados pela elite política e econômica que nunca me abençoou; muito pelo contrário. Tudo fez, Senador Flexa Ribeiro, para me esmagar, liquidar-me na alma e no coração. Imagine, Senador Mão Santa, o que eu passei para chegar aqui!

É por isso que, tendo a honra de ter aqui a minha Líder na Câmara dos Deputados, a minha querida Deputada Luciana Genro, vou falar durante 43 minutos. Eu sinto muito, porque vai ser para quem quiser e para quem não quiser ouvir. E deu o azar de ser V. Ex^a, que é tão querido e carinhoso, que terá de me agüentar, Sr. Presidente.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – V. Ex^a me permite roubar um minuto desses?

A SRA. HELOÍSA HELENA (P – SOL – AL) – Pode começar, Senador.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – V. Ex^a nos encanta pela coragem da mulher que V. Ex^a sintetiza. Rui Barbosa está ali. Sabemos muito dele e, por isso, ele está ali. Mas um dos ensinamentos dele que muito me encantou foi a frase: “O homem – o **homo sapiens**, o homem e a mulher – que não luta pelo seu direito não merece viver”. Então, V. Ex^a segue a mensagem

de Rui Barbosa, nosso patrono. Está no Código Civil que o direito é igual para todos. Mas não é só isso não. V. Ex^a, com esse tempo, vai premiar o povo brasileiro ao ouvir o que V. Ex^a pensa e será capaz de fazer por este Brasil, quando ele tiver a consciência como a do irmão do Chile, que elegeu uma mulher para Presidente.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Obrigada, Senador Mão Santa.

Senador Flexa Ribeiro, para completar, além de ter contado com a generosidade do povo de Alagoas, ainda aconteceu um fato no dia da eleição. Claro que eu achava que não iria ganhar a eleição para o Senado, era apenas uma vaga e sabe V. Ex^a exatamente como é a disputa. Dois dos cinco candidatos com os quais eu disputava eram muito fortes, apoiados por pessoas muito fortes e muito poderosas. Eu achava que não iria ganhar a eleição.

Sabe V. Ex^a que, no dia da eleição, geralmente nós, candidatos, andamos nas seções eleitorais cumprimentando as pessoas. Eu acordei paralisada no dia da eleição. Lembro que peguei o Evangelho. Dormi na casa de uma prima minha, a Lúcia, e o Evangelho do marido dela, o Guilherme, estava ao lado.

Eu o peguei e o abri, naquela mania que temos de abrir em qualquer página do Evangelho. Sabem o que tinha lá? “O eleito”. Olha, alguém não acreditar é difícil! Sabem aquela passagem da transfiguração? É aquela passagem em que Jesus leva Pedro, Tiago e João a um monte, e lá eles encontram duas pessoas que eles identificam como Moisés e Elias. Lá Deus diz: “Esse é o meu filho eleito”. Assim, eu não tinha nem o direito de ter dúvida, embora eu tenha ficado ainda com dúvida. Porém, na hora em que vi aquilo...

Então, foi muita benção, benção demais. Foi generosidade do povo e benção de Deus! É por isso que não deixo que ninguém tire meu mandato.

Senador Flexa Ribeiro e minha querida Deputada Luciana Genro, qualquer pessoa de Alagoas ou do Brasil tem todo o direito de achar que sou péssima Senadora. É normal isso. Uma pessoa pode achar isso, tem esse direito, do mesmo jeito que posso achar que determinados Senadores o são, por com eles não me identificar. Mas, em relação a uma coisa tenho a consciência tranquila: dei tudo que eu podia dar da minha saúde, da minha capacidade de trabalho; dei tudo o que eu podia dar, e é isso que me dará, seja deixando o mandato, sendo reconduzida para qualquer outro mandato, voltando para a sala de aula ou tendo qualquer uma outra oportunidade, a consciência tranquila. E, mais do que a consciência tranquila, é preciso ter a certeza de que se podem

olhar os caminhos que foram trilhados no mundo da política e ter a certeza de que não se vai poder apenas sorrir, mas se vai poder gargalhar para qualquer um, do mais simples ao mais poderoso, no mundo da política e dizer: “Eu o desafio, apresente uma mácula, apresente algo que me desonre como mulher, como mãe, como trabalhadora, como Senadora! Apresente uma única mácula!”.

Então, posso ter sido péssima Senadora, mas tenho a consciência tranquila de que dediquei tudo que eu tinha – do meu amor, da minha capacidade de trabalho, da minha saúde – para honrar o povo de Alagoas e o povo brasileiro.

É por isso que não deixo ninguém, nem o Presidente Lula, nem o Presidente do Senado, nem o Presidente da Câmara, nem o Líder do Governo, nem o Líder de uma parte da Oposição, tirar meu mandato, por que ele foi dado pela generosidade do povo de Alagoas. Não foi concessão de ninguém, absolutamente, só benção de Deus e do povo de Alagoas.

É por isso que tenho dito várias vezes que, toda vez que ocupar a tribuna a velha polêmica – sobre a qual brinco, às vezes, dizendo que é um caso de amor mal resolvido, em que cada um quer ser o que o outro foi no passado – entre o setor da Oposição vinculado ao Governo passado e as representações do atual Governo, vou entrar no debate do mesmo jeito, porque representam o mesmo projeto, absolutamente o mesmo projeto.

Para nós, a tristeza se dá não com rancor, não com mágoa, não com lamentação, não com melancolia, com nada disso. Para nós, do P-SOL, o significado disso é mais dramático, porque uma coisa era o Governo Fernando Henrique legitimar e aprofundar o projeto neoliberal, sujeitando-se a uma inserção na globalização capitalista, subordinada aos interesses do setor hegemônico do capital, que é o capital financeiro. Até aí, nós combatímos com a ferocidade que considerávamos necessária, porque passamos mais de vinte anos da nossa vida disputando, no imaginário popular, mentes e corações em torno de uma alternativa ao pensamento único, representado pelo projeto neoliberal. Fizemos isso por muito tempo.

O que é desolador para a Esquerda – por isso, a batalha será gigantesca, Senador Mão Santa – é o fato de o atual Governo, o Governo Lula, haver legitimado, no imaginário popular, a verborragia da patifaria neoliberal. Tudo o que passamos anos de nossas vidas dizendo simbolizar irresponsabilidade fiscal, social e administrativa, eles passaram a conduzir da mesma forma, enaltecedo o pensamento único como única

possibilidade de se inserir na tal da globalização capitalista. Então, isso é muito grave.

Não é à toa que eu até brincava aqui, minha querida Deputada Luciana Genro, dizendo que falaria hoje, mesmo que fosse das novas luas de Saturno descobertas hoje. O universo é muito grande. V. Ex^a deve ter visto, meses atrás, que alguns cientistas descobriram a possibilidade de um novo anel de Saturno – gosto desses assuntos. Um novo anel de Saturno! Para V. Ex^a ter uma idéia, olhe como existe alta tecnologia e pesquisa: pode-se ouvir o barulho de uma sonda pousando em um planeta; pode-se detectar, com precisão, que um dos novos anéis de Saturno tem 300 quilômetros. Estão na dúvida ainda se descobriram uma nova lua, além das 34, perto de Pandora, que não é a maior lua de Saturno, e sim, a de Titã, ou se é um acúmulo de partículas. Tudo isso se sabe. Sabe-se de detalhes das galáxias e até da precisão: a 138 mil quilômetros do centro de Saturno, um novo objeto foi detectado. Sabe-se até o que existe na lua de Titã: podem ser os chamados hidrocarbonetos aromáticos, metano, etano, pode ser o congelamento de mares ou lagos com esses hidrocarbonetos aromáticos!

Vejam como se sabe de muita coisa! O que houve de revolução tecnológica, científica! Então, com essas coisas, temos de reconhecer que somos uma partícula na dimensão do universo.

O mundo descobriu tantas e tantas coisas, que não temos o direito, sob pena de acharmos que estamos no fatalismo do fim da história, de apresentar o projeto neoliberal como única alternativa possível e de mentir. Isto que é pior: mentir. Fico impressionada como o Governo não tem óleo de peroba para lustrar tanta cara-de-pau. Se fosse lenda, fantasia, se fossem coisas esotéricas, tudo bem, mas eles saem por aí, mentindo para a opinião pública em relação ao Fundo Monetário Internacional. É um Governo que legitima a verborragia neoliberal. Quem é honesto intelectualmente, quem analisa os memorandos técnicos, as cartas-compromisso, as cartas de ajuste, sabe exatamente o quanto esse Governo é subordinado a todo o receituário imposto pelo Fundo Monetário Internacional. E eles mentem na televisão, o Presidente da República mente. Mente dizendo que resolveram o problema da dívida externa brasileira.

Pode uma coisa dessas? Tem lógica dizer uma coisa dessa com um superávit como esse? É um superávit construído às custas da dor, da miséria, do desemprego, da desestruturação de parques produtivos,

da destruição de postos de trabalho. É muito cinismo! É por isso que o povo odeia político. É por isso que o povo odeia político e faz a generalização perversa, põe o vagabundo, o vigarista, o delinqüente de luxo junto com as pessoas de bem, independentemente das posições que elas defendam.

Respeito muito mais aquele que se reivindica de Direita ideológica, que defende uma visão de mundo completamente distinta da minha – estou aqui para combater o que ele está a defender, e ele está a combater o que estou a defender –, respeito-o muito mais do que a desonestade intelectual, que sempre vem junto com a desonestade de saquear os cofres públicos, de patrocinar tudo. Ninguém pode nem imaginar o que determinadas pessoas são capazes de fazer, e até eu me surpreendo ao tomar conhecimento do que essas pessoas podem fazer do lixo do luxo; do que existe de mais sórdido, de mais podre na convivência humana, na convivência política. É realmente impressionante o que vamos vendo todos os dias.

E como se constrói isso? Às custas do quê? Às custas da ausência do serviço de saúde para o filho da Heloísa, para o filho do Senador Flexa Ribeiro, do Senador Mão Santa, da Deputada Luciana Genro? Não. É às custas da dor, da miséria, da desestruturação das políticas públicas e das políticas sociais para os pobres.

Todas as vezes que eles estão saqueando, roubando, pela Desvinculação de Receitas da União, mais de 20% da saúde, da assistência social, da previdência pública, é o aposentado que não consegue o reajuste do seu salário; é o desempregado que vai para a marginalidade, para o narcotráfico como último refúgio; é a menininha que vai para a rua vender o corpo por um prato de comida; é um menininho de cinco anos que vai virar olheiro do narcotráfico para lanchar um sanduíche de mortadela e que será introduzido ao crack, para a dependência ser eterna. É assim. Depois, choram quando vêm a mulher que joga uma menininha recém-nascida no lago.

A sociedade vai desestruturando tanto os laços de amor e de ternura que ninguém nem pode saber de quem tem mais pena: se de uma mulher que joga uma criança fora – cuja maternidade a sociedade canta em verso e prosa –, mulher essa da qual a sociedade já retirou tudo o que ela tinha de melhor, de amor, de ternura, que ela acaba por jogar fora a menininha e, depois, pergunta: “quem jogou ‘essa droga’ aí fora?”, ou se pela mãe cuja história apareceu na televisão, que perdeu o filhinho, Senador Flexa Ribeiro, porque

ele caiu de uma árvore. Ele caiu de uma árvore, teve traumatismo craniano e morreu porque não teve acesso ao hospital.

Digo isso todos os dias e brigarei todos os dias, sabem por quê? Até para eu ficar com a consciência tranquila. Quando eu estava com meu filho aqui, no Hospital de Base, em Brasília, sentada num banquinho pequeno, e ele, com traumatismo craniano, em coma, porque foi atropelado aqui, na cidade, e não havia medicação para conter o traumatismo craniano e a convulsão, quando eu estava ao lado dele, pedi a Deus, em todos os momentos, para me devolver meu filho, porque não teria condição de perdê-lo. Agora, eu tinha a consciência tranquila, porque sempre lutei pelos serviços de saúde com dignidade. O meu filho também precisou dele. Ele ficou lá, num hospital intermediário, em um posto de saúde intermediário, jogado num banco, porque ninguém sabia quem ele era. Talvez, se soubessem quem era, a agilidade seria maior. Depois, descobriram que o quadro dele era muito grave, e o Corpo de Bombeiros o levou para o Hospital de Base. Ele podia ter ficado com uma seqüela para o resto da vida, podia ter morrido, como ocorre com muitas outras crianças.

Muitas mulheres passam por agonias das mais diversas na hora de ter um filho e ficam rondando às portas dos hospitais. Há tantas crianças pobres que viram assassinos potenciais, que matam outras crianças pobres ou os filhos da classe média – crianças que não têm o carro blindado, que não têm segurança na porta de suas casas, e que podem ser assassinadas também.

Por que isso acontece? Por obra de Deus? Uma ova! Acontece por causa da irresponsabilidade dos governos.

Fica realmente muito difícil agüentar, fica realmente muito difícil agüentar a demagogia eleitoralista, a vigarice política, a apropriação da dor e da miséria de um pai e de uma mãe de família, porque, do mesmo jeito que um velho coronel, safado, entregava, no Nordeste, a cesta básica e manipulava politicamente essa cesta básica, o mesmo fez o atual Governo – e o governo passado fazia do mesmo jeito! O atual Governo entristece muito mais por fazer isso. Apoderaram-se das políticas de assistência social ou políticas compensatórias – ou qualquer nome que seja dado a essas políticas – e ficam manipulando a dor e a miséria do povo, dizendo que o Governo tem de fazer isso, porque este é o único Governo que pode fazer esse tipo de política. Poderia ser uma política nobre de assistência social, um eixo estratégico de desen-

volvimento e de acolhimento até que a pessoa tivesse acesso ao emprego, mas vira a mesma política de manipulação eleitoreira!

O governo passado fazia a mesma coisa: era a relação promíscua com o Congresso Nacional; era o velho balcão de negócios sujos; era a seletividade de Senadores e Deputados, que deixam que o Governo ponha uma etiqueta na testa: aquele que tem etiqueta na testa tem a emenda liberada; o que não tem a etiqueta na testa não pode ter sequer a liberação daquilo que pode viabilizar políticas públicas para os seus respectivos Estados. E são sempre os mais escondidos, porque os governos gostam disso, precisam disso, dessa ausência de independência entre os Poderes; da possibilidade de venda dos Parlamentares, de governos que se vendem. Esse tipo de promiscuidade.

O Fernando Henrique fez a mesma coisa no processo de reeleição e na tentativa da eleição. O Governo Lula faz a mesma coisa. Aí, o Presidente da República, de forma ardilosa, sabida e esperta – porque é um dos homens mais brilhantes que este País já teve –, vai para todas as inaugurações – claro, ele não é tolo! – e diz que não sabe se é candidato. E participa de todas as inaugurações – por causa dessa maldita reeleição que o Congresso aprovou – e faz campanha política, faz campanha eleitoral. E diz que não é candidato, porque, se passasse a ser, isso se constituiria em crime eleitoral.

Então, realmente fico impressionada.

É por isso que o povo odeia o político, porque o povo acha, começa a achar, pela generalização perversa, que todos são iguais. Fazem o discurso, mas, quando tocam os tapetes supostamente sagrados do palácio, mudam de lado: patrocinam a traição, passam a fazer exatamente o que condenaram ao longo da história recente. É a mesma coisa.

Isso, realmente, dá muita tristeza.

Falta alternativa? Não. Isso é que é o pior, porque se trata de tudo aquilo que apregoamos: o controle de capitais, a repactuação da dívida pública interna, uma política de juros que não seja extorsiva, o alongamento do perfil da dívida pública interna, o aumento dos investimentos públicos naquilo que dinamiza a economia local, que gera emprego, gera renda.

Não é preciso ninguém inventar investimentos nas políticas sociais. Qual é a proposta para a saúde? Não precisa inventar, cumpra-se a lei; qual a proposta para a educação? Precisa inventar? Precisa mandar projeto para o Congresso Nacional? Porque se criou uma lenda também para a governabilidade. A história da governabilidade é para garantir que a patifaria e a

delinqüência de luxo continuem existindo no balcão de negócios sujos, onde se sentam corruptos dos dois lados. E eles dizem sempre exatamente isto: qual o projeto que precisa aprovar?

Na área de saúde, temos a legislação mais avançada do mundo. A Lei Orgânica da Assistência Social é a mais bela declaração de amor do planeta Terra para os pobres, oprimidos, marginalizados, moradores de rua, deficientes, crianças pobres. É a mais bela declaração de amor! Na área de educação, do mesmo jeito. Encaminharam o Fundo da Educação Básica, que não vai significar muito. Imaginem o que significam R\$1,2 bilhão ao ano – para um Governo que joga na lama da especulação R\$40 bilhões – para ser fatiado para as creches, pré-escolas, ensino fundamental, ensino médio, ensino profissionalizante, educação de jovens e adultos em mais de cinco mil Municípios brasileiros? Sabem o que é isso? Uma quantia absolutamente insignificante.

Concedo um aparte ao Senador Eduardo Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senadora Heloísa Helena, V. Ex^a tocou em muitos assuntos. Eu estava pensando, primeiro, no respeito que tenho por V. Ex^a em relação à sua dedicação em ser solidária, seja quando ocorreu o episódio do seu filho, que, atropelado, precisou da assistência da mãe ao lado dele. V. Ex^a procurou agir como mãe e enfermeira, que sabe, e dedicar o seu tempo a ele, o que pude testemunhar, quando ocorreu aquele acidente. Mas também achei interessante a observação de V. Ex^a a respeito da triste situação da mãe que, de tão desesperada com a sua filhinha de dois meses, que, não se sabe bem por que, declarou para as autoridades policiais: “Eu quero saber quem é que jogou essa droga da minha filha na Lagoa da Pampulha”. Isso impressionou a todos que leram, hoje, os jornais. Como poderia chegar uma mãe a esse estágio? V. Ex^a, com sensibilidade, procurou ver o motivo, o que levou a sociedade a deixar uma mãe nesse estado, em que, não podendo prover o carinho, a alimentação ou o que seria necessário para cuidar de sua filha, possivelmente chegou a um ato de desespero como esse. Agora, detida, ela está lendo nos jornais que sua filha será, provavelmente, encaminhada para adoção pelo Juizado de Menores. V. Ex^a também observou algo que eu gostaria de comentar um pouco, que os programas de transferência de renda têm um caráter assistencialista, com similaridade ao que era a distribuição de bens pelos coronéis do Nordeste antigamente.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Não é a política no papel, é a manipulação política que os Governos fazem. Isso não tem relação, teoricamente, com o que V. Ex^a tão bem defende. Respeitosamente, nós acolhemos muitas dessas proposições também.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Certo. Sabe V. Ex^a que tenho procurado acompanhar bastante de perto o trabalho do Ministro Patrus Ananias. Ainda na semana passada, estive com ele em Campinas, onde ele dialogou com as mães beneficiárias de programas como o Bolsa-Família e outros. No Município de Campinas havia, inclusive, oito programas, mas, no diálogo com as famílias, percebi que ficava difícil para cada uma delas saber os detalhes de cada um dos programas e qual o direito que mantêm. Percebo que é um avanço em relação ao que ocorria. Nesse sentido, a intenção do Ministro Patrus Ananias, que V. Ex^a sabe procura agir com muita seriedade, é fazer com que esse programa, o Bolsa-Família, tenha um caráter que não seja nunca encarado como uma dívida do Presidente, do Ministro, do Governador, do Senador, do Deputado ou do Vereador. Isso deve ser um direito da família, um direito da pessoa, e, portanto, deve ser evitado esse caráter eleitoral. O debate que V. Ex^a promove serve para que as pessoas todas no Governo venham a amadurecer com relação a isso. Sabe V. Ex^a que tenho, inclusive, me oferecido, a V. Ex^a e ao P-SOL – a presença da Deputada Luciana Genro constitui-se até em um reforço -, para, a qualquer momento em que desejarem, realizar um debate sobre para onde vamos com o programa Bolsa-Família e aquilo que já é lei, mas que deve ser instituído gradualmente, ou seja, a Renda Básica de Cidadania. O Senador Mão Santa sabe que, no dia em que quiser, posso ir a Guaribas, a Acauã ou, como ele tem nos convidado, ao Delta do Parnaíba para discutir a Renda Básica de Cidadania. Quem sabe, se ele me convidar para essa finalidade, aí que eu vou mais depressa ainda para o Delta do Parnaíba. Quero refletir a respeito dos dados que, hoje, foram divulgados pelo Diretor do Departamento do Banco Central, Sr. Altamir Lopes, com respeito à evolução dos juros da dívida do setor público – somados os juros da dívida pública dos Municípios, dos Estados e da União. Por que quero me referir a isso e, inclusive, comparar com a evolução do Bolsa-Família? Eu quero que logo chegue o dia em que, no Senado, teremos a oportunidade de dialogar com os diretores do Copom e do Banco Central para discutir exatamente esse ponto. Veja, Senadora Heloísa Helena, em 2003, primeiro ano do Governo Lula, os juros pagos pelo setor pú-

blico, no Brasil, somaram R\$145,2 bilhões. Em 2004, passaram para R\$128,2 bilhões. Eu, preocupado com esse volume tão grande, perguntei ao Presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, há cerca de um ano e meio, como seria a evolução para 2005. Eu me lembro, com muita clareza, que ele disse que a previsão do Governo era de baixar, progressivamente, mais e mais. Mas, Senador Mão Santa, os dados hoje divulgados mostram que houve uma evolução para muito mais: de R\$128,2 bilhões, em 2004, para R\$157,1 bilhões. Assim, acredito que será importante dialogarmos com os diretores do Banco Central, do Copom e com o Presidente Henrique Meirelles. Por mais sincera que seja a postura deles, os objetivo de combate à inflação e outros, essa evolução do pagamento de juros é algo preocupante. Observemos a evolução do programa Bolsa-Família: em outubro de 2003, quando instituído, 2,3 milhões de famílias estavam nos programas que foram unificados e, em dezembro desse mesmo ano, 3,5 milhões de famílias. Em dezembro de 2004, esse número passou para 6,5 milhões, para 8,7 milhões no final de 2005 e será de 11,2 milhões em meados deste ano. No ano passado, o total de recursos pagos pelo Bolsa-Família foi de R\$6,5 bilhões, valor significativo. Para este ano de 2006 serão R\$9 bilhões, quase R\$10 bilhões. Quando comparo esse valor com os R\$157,1 bilhões de juros pagos, sinceramente fico preocupado e tenho o dever de, construtivamente, perguntar ao Ministro da Fazenda, meu amigo Antonio Palocci, ao Presidente e ao Ministro Henrique Meirelles: "Por que aquela previsão não caminhou na direção desejada?" V. Ex^a sabe da estima que sinto pelo Presidente Lula e que digo isso como seu amigo e alguém que quer ajudá-lo, porque essa evolução me preocupou. Não se trata de uma questão fácil de ser resolvida. Se, porventura, um dia o povo brasileiro a escolher para governar o País, tenha consciência V. Ex^a de que não será fácil resolver esse problema. O Presidente do Banco Central tinha-nos dito que os juros iriam diminuir – era a sua previsão –, mas aumentou o valor dos juros pagos. Fico pensando sobre isso e almejo debater o assunto com os diretores do Banco Central. Já os convidei. Aliás, recordo-me que foi em abril do ano passado que sugeri ao Ministro Antonio Palocci, na CAE, tornarmos transparente, em tempo real, as reuniões do Copom, transmitindo-as ao vivo. Disse-me S. Ex^a: "Penso que isso é um pouco demais! Mas quem sabe V. Ex^a convidaria os diretores do Banco Central para aqui debaterem". "Ótimo", disse-lhe. Então, apresentei um requerimento, que foi aprovado.

Mas, até hoje estou esperando eles aparecerem. O convite foi feito. Então, sugeriria que, especialmente depois de 15 de fevereiro, o Presidente Luiz Otávio os convide para que eu possa lhes perguntar como vamos destrinchar o problema e fazer com que os juros pagos venham a ser muito menos importantes do que, por exemplo, o Programa de Transferência de Renda, principalmente se levarmos em conta que quem recebe os juros no País, normalmente, são as pessoas que detêm títulos, como as instituições financeiras e aqueles que depositam nas instituições financeiras e compram títulos da dívida pública, que normalmente estão nos estratos mais altos de renda. Claro, isso envolve milhões de pessoas, inclusive a classe média. Mas é necessário observar – vou concluir – que os dados do PNAD, de 2004, mostraram progresso na melhoria da distribuição, na diminuição da desigualdade. E os mais diversos economistas, como Ricardo Paes de Barros, José Alexandre Scheinkman, Lena Lavinas, João Sabóia ou Rodolfo Hoffmann, todos reconheceram uma melhoria da distribuição da renda. Mas, nessas observações, como nas de Rodolfo Hoffmann, que destrinchou os dados, ele próprio destacou que, dentre os que recebem o Bolsa-Família, que são as famílias mais pobres, exatamente pôde se identificar quem são os receptores do Bolsa-Família, porque são os que recebem outros rendimentos, e, dentre essas famílias, não há qualquer uma que, porventura, receba rendimentos na forma de juros. Os que recebem rendimentos na forma de juros estão nos estratos mais altos. Mas receberam um volume muito significativo. Imagino que o próprio Presidente Lula esteja preocupado com isso. Faço essas observações construtivamente, como uma reflexão deste momento.

A SRA. HELOÍSA HELENA (PSOL – AL) – É claro.

Agradeço-lhe de coração, Senador Eduardo Suplicy, até porque V. Ex^a já está oficialmente convidado, assim como a querida Deputada Luciana Genro, para participar dos seminários sobre políticas sociais que vamos fazer, especialmente na área da assistência social. Então, não há nenhum problema em relação às políticas públicas, que têm um caráter não necessariamente compensatório, mas de garantir a sobrevivência de um homem, de uma mulher ou de uma criança, até que ele possa ter a realização plena do ser humano, que é o acesso ao trabalho. É isso que realiza um homem e uma mulher, mesmo que seja um salário miserável, mesmo que não esteja sendo realizado aquilo que significa o seu sonho, naquilo

que você deposita a sua alma e o seu coração, mas é completamente diferente de um aspecto de política transitória, até que se possa realmente se inserir no mundo do trabalho.

Se compararmos inclusive o orçamento público, ao qual fazemos muita pose, vemos que o Orçamento comprehende R\$1,670 trilhão. Deste total, R\$850 bilhões são intocáveis. O resto pode ser manipulado e garimpado por Senadores e Deputados fazendo pose de que mexemos no Orçamento. Se nas políticas de assistência social ou compensatórias que servem para manipulação eleitoreira está sendo destinado isso, imagina analisar a execução orçamentária, como já tive a oportunidade de tratar aqui várias vezes.

Na área de segurança pública, os projetos de prevenção à violência não tiveram a execução nem de 4% do que estava previsto; os investimentos para a saúde não tiveram a execução nem de 9% do que estava previsto; na área de moradia popular e de saneamento, que, como já disse várias vezes, não apenas melhoraram as condições de vida da família, significam instrumentos de dinamização da economia local, de geração de emprego e de renda, nem 2% do que estava orçado na área de habitação foram executados; nem 1,8% na área de saneamento básico foi definitivamente executado. Enquanto isso, enchem a pança dos banqueiros, do capital financeiro. Os gigolôs das instituições de financiamento multilaterais e do capital financeiro, esses têm os seus direitos absolutamente intocáveis, enquanto a grande maioria da população fica à mercê do tráfico de influência, da intermediação do interesse privado e da vagabundagem política, de, para se ter acesso ao recurso, precisa ter um traficante de influência no mundo da política para liberá-lo. E outras coisas horrorosas. Vamos vendo orgias financeiras, que vão até às orgias sexuais com dinheiro público roubado. E a impunidade campeia. E o povo brasileiro, Senador Flexa Ribeiro, generaliza de uma forma tão perversa que quem tem um bom coração, quem acha que o mundo da política deve servir para outro fim, como o da justiça social, e até quem defende idéias completamente distintas das minhas, está literalmente frito. O mundo da política é visto como o mundo da delinqüência de luxo, da impunidade e da vagabundagem recompensada. Isso é realmente muito triste. Ver o bandido ser premiado tira – não tira nosso estímulo, porque, certamente, não se vai tirar o estímulo de quem está aqui até esta hora da noite, como nós – o estímulo de muitas mulheres e homens de bem e de pais espalhados pelo Brasil que

querem ensinar aos seus filhos que é proibido roubar, e vêem a impunidade ser recompensada, realmente, é muito duro.

Só vou encerrar antes do tempo para que o meu querido Senador Mão Santa tenha a oportunidade da palavra também. Sinto cansar os funcionários da Casa, os telespectadores, os ouvintes da rádio Senado, mas volto a repetir, Senador Flexa Ribeiro, que enquanto Deus me der, mesmo com as minhas cordas vocais combalidas, cheia dos nódulos, de fendas e outras coisas mais, a capacidade de lutar, vai ser difícil alguém me tirar essa capacidade de luta.

Agradeço a paciência de V. Ex^a e a de todos.

Encerro o meu pronunciamento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA)

– Nobre Senadora Heloísa Helena, quero parabenizá-la. V. Ex^a sustentou o brilhante pronunciamento, com a ajuda do Senador Eduardo Suplicy, por 45 minutos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Mão Santa, último orador inscrito.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Flexa Ribeiro, que preside esta sessão, Senadoras e Senadores, brasileiras e brasileiros aqui presentes e que nos assistem pelo sistema de comunicação do Senado, quero relembrar que por poucos dias uma mulher governou este País e libertou os escravos. Que isso inspire a confiança do povo em acreditar na Senadora Heloísa Helena.

Venho à tribuna, Senador Eduardo Suplicy, para dizer que votei no PT, mas já disse aqui que há três coisas que só se faz uma vez na vida: nascer, morrer e votar no PT. V. Ex^a é puro. Acho que está na hora de vivermos a verdade e mudarmos o nome do PT para PB – Partido dos Banqueiros. A cada instante o Partido de V. Ex^a não segue Rui Barbosa, que disse que a primazia é do trabalho e do trabalhador. O trabalho e o trabalhador vêm antes. É este que faz as riquezas.

O Partido de V. Ex^a se ajoelha perante o dinheiro, os banqueiros. Pior! Arrumaram um Goebbels moderno, rico e pior, porque está cheio de roubalheira. Goebbels dizia que uma mentira repetida mil vezes se torna verdade; e eles o seguiram.

Aprendi no meu Piauí, do meu pai, que quem mente rouba. Este é o momento em que vivemos.

Cantam, Senadora Heloísa Helena, enganam o povo! “Pagamos a dívida com o FMI”. É?! Mentira, mentira, mentira! Semana passada, ficamos até a calada da madrugada, aprovando medidas provisórias de empréstimos. Pagaram o FMI, mas se endividaram com o BID, com o BIRD e com outros bancos inter-

nacionais. E o pior: só a mesma laia dos banqueiros deste País que ganhou dinheiro!

Atentai bem, Flexa Ribeiro! Serei breve, contundente. O Lula não entende! Não entende! A religião dele é a fé na ignorância; a minha, a de Sócrates! Só há um bem: o saber; só há um grande mal: a ignorância! É o Presidente que ignora tudo! Não sabe de nada! Também não vai saber disso, se não sabe o que devia saber! Ele é réu confesso que diz que só sabe o que passa na sala dele; não sabe o que passa na sala do lado do Palácio! Avalie neste Brasil grande? Isso ele não sabe, mas o Brasil tem de ouvir. **Errare humanum est!** Erramos ao elegê-lo; permanecer no erro é uma burrice.

A democracia é nossa, não é do PT; é do PMDB, que a fez renascer, e aqui estamos!

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a me permite?

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Permito. Permito até que V. Ex^a saia daqui e vá ao Palácio dizer que não vamos permitir Lula comprar o PMDB. O PMDB é da democracia, é do povo. Ele não faltou a este País na ditadura, e não vai faltar agora, aperfeiçoando-se a democracia.

Ulysses contra a ditadura se candidatou para dar esperança da redemocratização. E agora, nós! Ó Lula, estais enganado, Vossa Excelência, que é um réu confesso ignorante, atentai bem!

Senador Flexa Ribeiro, a dívida externa brasileira! Estamos aí, saímos do FMI e entramos nos outros, mas o nó que nos asfixia nos últimos tempos é a dívida interna, a dívida que o País tem especialmente com os bancos que atuam no Brasil.

Alguém sabe qual é o valor dessa dívida interna? Eu respondo. Senadora Heloisa Helena, o orçamento é um trilhão. Pois ela é um bilhão de reais aos bancos: do Brasil, Caixa Econômica, Bradesco, Itaú, Real. Está ali o Prefeito. Aliás, ele era suplente de Senador, de Alberto Silva. Ganhou a Prefeitura de uma das cidades mais importantes deste Brasil, Barras, a terra dos Governadores; mas ela era importante porque nasceu o profeta da liberdade. Lá nasceu David Caldas que, em Teresina, do meu Piauí, fez um jornal 17 anos antes da República, **Oitenta e Nove; Oitenta e Nove**, Senador Suplicy! Que São Paulo aprenda a nossa história. **Oitenta e Nove** – nome esquisito! Senador Flexa Ribeiro, é porque, em 1789, na França, o povo foi às ruas e derrubou o rei com Liberdade, Igualdade e Fraternidade. Então, ele que foi o profeta para inspirar o Brasil a lutar pela República, governo do povo e pelo povo.

É a terra do Prefeito Manin Rêgo. E por que essa luta toda? Senadora Heloisa Helena, nós lutávamos contra a derrama. O que era a derrama, Senador Suplicy? O Lula vai pensar que era derramar água num pote; derramar uma garrafa de cachaça num bar. Derrama era um imposto; era um quinto que os portugueses cobravam. Agora é muito mais do banco, dos impostos deste País, que o brasileiro trabalha metade do ano para pagar, se juntarmos os tributos do País com o imposto.

Atentai bem, R\$1 trilhão até fevereiro deverá chegar a esse valor, emblemático e terrível. Está aí um valor para o Presidente Lula comemorar: R\$1 trilhão é a dívida interna. E, sobre esse valor, pagamos os juros mais altos do mundo. Em consequência, estima-se que o País pagará, somente este ano, cerca de R\$160 bilhões, ou seja, R\$440 milhões por dia dessa dívida! R\$440 milhões!

Seja sábado, domingo, feriado, dia santo: R\$440 milhões por dia, Lula! Calculando em ônus, o Brasil paga, só juros da dívida interna, R\$18,3 milhões por hora, Senador Suplicy! É inacreditável! Espero que o Presidente Lula explique na sua campanha ao povo brasileiro porque não tem dinheiro para nada, mas, sobra dinheiro para pagar juros aos banqueiros. É o PB – Partido dos Banqueiros!

Atentai bem! Enquanto isso, no meu Piauí, especificamente em Teresina, aguarda-se há anos uma pequena ajuda do Governo Federal para concluir as obras do pronto-socorro de Teresina. Senadora Heloisa Helena, para Teresina, um pronto-socorro é necessário há tantos anos! E vocês sabem quanto está faltando para concluir as obras físicas e adquirir os equipamentos necessários para o funcionamento? R\$7 milhões, Senador Suplicy! R\$7 milhões, Senador Flexa Ribeiro! Pronto-socorro da capital encravada; serve para o Maranhão, para Tocantins. E Teresina é um centro de excelência médica.

Atentai bem, ou seja, com 23 minutos de pagamento de juros, ele atenderia o Piauí! Bastam 23 minutos de pagamento de juros para beneficiar Teresina com seu pronto-socorro. Ó, Presidente, lembre-se de que Teresina o elegeu com excepcional maioria. Será que a cidade não merece esse mínimo de consideração? Senhor Presidente, é tudo o que Teresina pede: 23 minutos de consideração, como resposta aos milhares de votos que lhe foram concedidos. Espero, quantos minutos queiram, que sejam utilizados por Suplicy, homem de grande sensibilidade, de grande competência e de grande justiça. Que S. Ex^a convença o Presidente do seu Partido a oferecer 23 minutos do que oferece,

de prenda, para engordar as panças dos banqueiros, como Heloísa Helena diz.

Ouço o aparte do extraordinário Senador Eduardo Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (PT – SP) – Senador Mão Santa, V. Ex^a procurou construir, de maneira inteligente, o argumento de como R\$7 milhões – equivalentes a 23 minutos –, fazendo uma comparação à contribuição anual dos juros da dívida pública pagos pelo setor público, poderiam ajudar a resolver o problema de saúde da Capital do seu Estado. Ressalto, porém, que suas palavras de consideração sobre o Governo do Presidente Lula são, no meu entender, exageradas por algumas razões. Não concordo que se esteja transformando o Partido dos Trabalhadores em partido dos banqueiros, uma vez que V. Ex^a não reconheceu que, ao longo dos últimos três anos, houve um aumento significativo nas oportunidades de emprego, nos empregos formais criados, da ordem de 3,4 milhões, muito mais do que, por exemplo, foi verificado em oito anos do governo anterior. Esse é um dos pontos. O segundo ponto é que os dados do IBGE, inclusive os mais recentes, mostram um declínio da taxa de desemprego, inclusive na última evolução, para 8,9%, em média, taxa essa que era superior a 10%. Portanto, ainda que esse índice esteja alto, estamos numa direção de progresso. Com respeito aos juros tão elevados, aí V. Ex^a sabe que tenho, como há pouco ainda dizia, chamado a atenção e quero mesmo ter um diálogo de profundidade com os diretores do Banco Central. Não se trata de solução simples. V. Ex^a tem acompanhado os debates e sabe quanto o Ministro Antonio Palocci, assim como o Presidente Henrique Meirelles, do Banco Central, considera importante a meta da estabilidade de preços. Foi importante conseguir a diminuição da taxa de inflação nesses últimos três anos. Uma taxa de inflação da ordem de 5,7%, em 2005, constitui um progresso na direção da estabilidade de preços em relação a anos anteriores. Isso beneficia os trabalhadores de menor renda, que têm muito menor possibilidade de se defender do processo inflacionário em relação àqueles que têm grandes recursos para aplicar. No entanto, precisamos manter um diálogo com o Governo sobre em que medida a diminuição mais acelerada da taxa de juros irá propiciar o aumento dos investimentos, da capacidade produtiva e, consequentemente, da oferta de bens e serviços, das oportunidades de emprego, inclusive de maneira a compatibilizar com o objetivo que nós dois consideramos saudável: de não haver quase inflação. Ou seja, é preciso compatibilizar os objetivos de esta-

bilidade de preços, de crescimento da economia, das oportunidades de emprego, da erradicação da pobreza absoluta, sobretudo nas regiões onde o flagelo da pobreza é mais intenso, como no Nordeste brasileiro e na própria região do semi-árido, que V. Ex^a conhece muito melhor do que eu. São as considerações que gostaria de dizer, para poder trazer um maior equilíbrio ao seu entusiasmo na avaliação crítica que faz do Governo do Presidente Lula.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Agradeço-lhe o aparte e quero ratificar o convite ao Piauí, ao Delta. V. Ex^a merece ser compensado pela dedicação, conhecendo os encantos do litoral piauiense.

Mas V. Ex^a está aí! V. Ex^a é um exemplo de trabalho e de luta. V. Ex^a está aí não pela tradição da sua família, grandiosa, que deu exemplo de trabalho, mas, sobretudo, porque foi vereador, um senador da câmara municipal; foi presidente daquela câmara e deu exemplo de austeridade. Esse exemplo o Lula não seguiu.

E V. Ex^a também citou vários autores, economistas. Lula também não os seguiu, pois é réu confesso. Uma de suas declarações é a de que é melhor fazer uma hora de esteira do que ler uma palavra de livro.

Então, peço que V. Ex^a leve esta mensagem: para tudo, é necessário estudar. Acredito em Deus, acredito no amor, acredito no estudo e no trabalho. Confesso minhas crenças no estudo. Tudo se estuda. Até para jogar futebol, estudam-se as estratégias. É preciso estudar.

Bill Clinton foi exaltado na biografia de Fernando Henrique Cardoso, que vai sair. Ele o vê como o símbolo maior do administrador moderno. Mas chegou à presidência, depois de ser por quatro vezes Governador de Arkansas. Atentai bem à experiência: ele vê que é complicado governar na democracia. Então, manda seus melhores técnicos estudarem, das suas melhores universidades de Harvard, Ted Gaebler e David Osborne. E eles fizeram um livro, que o Lula não vai ler: **Reinventando o Governo**. Mas vou mencionar o mínimo a ele, o erro. E sou do Piauí, e no Nordeste se diz, o baiano diz: “Pau que nasce torto morre torto”. Foi o Governo do Lula.

Então, faço essa síntese para o Lula refletir. Ele não vai ler o livro. Ele não gosta de ler. Ted Gaebler e David Osborne disseram que o Governo não pode ser grande demais, não pode ser como um transatlântico. Se for um Titanic, afunda. Ele tem de ser pequeno, ágil e funcional.

E o Presidente Lula, encaminhado pela ignorância que lhe é peculiar, de chofre, no ato, deu muito

emprego, mas para companheiros derrotados do seu Partido, o PT, transformado em PB.

Como diz o Padre Antônio Vieira, o exemplo arrasta, mesmo o mal, e lá no Piauí fizeram a mesma coisa.

São essas as nossas palavras, e queremos ficar no debate qualificado. Estamos, aqui, entrando na madrugada, cumprindo o nosso dever e mostrando a coragem do homem do Piauí, como David Moreira Caldas, que foi o Profeta da República. Nós queremos ser profetas para reencontrarmos o caminho, através do trabalho, para a prosperidade e para a felicidade do povo do Brasil.

O SR. EDUARDO SUPILY (Bloco/PT – SP)

– Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA)

– Pela ordem, tem a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPILY (Bloco/PT – SP) Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, são 22h30. Eu queria aproveitar este momento para sugerir aos Senadores Heloísa Helena e Mão Santa, à Deputada Luciana Genro, a V. Ex^a, Senador Flexa Ribeiro, e a todos que nos ouvem, mas também ao Presidente Lula, que façam algo daqui a trinta minutos. Às 23h, acontecerá algo que tenho sugerido ao Presidente Lula fazer de maneira semelhante: será feita, pelas emissoras de televisão internacionais, a transmissão da mensagem sobre o estado da união feita pelo Presidente George Walker Bush.

Esse normalmente se constitui em momento alto da relação entre o Presidente da República e o Congresso Nacional nos Estados Unidos. O Presidente costuma trazer o seu diagnóstico sobre o estado da nação, as suas perspectivas, os seus planos de ação, avaliação que tem, inclusive, grande repercussão nos demais países do mundo. Faz referências às condições de paz ou não, de democracia ou não. Essa tem sido uma preocupação do Presidente George Walker Bush.

Eu estava em Washington no ano passado quando ocorreu essa manifestação e pude perceber o alto valor que ela tem na vida política daquele país. Sugeri ao Presidente Lula que, no próximo dia 15 de fevereiro, comparecesse para ler a sua mensagem sobre o estado do Brasil e os seus planos de ação para este ano. Seria uma oportunidade de Sua Excelência observar a relevância de o Presidente se comunicar olho no olho com os Deputados e Senadores. Fica aqui, portanto, mais uma vez, a sugestão ao Presidente Lula. Será uma boa ele aqui comparecer. Eu também costuma-

va formular essa sugestão ao Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Ressalto que proposta de emenda à Constituição no sentido de que o Presidente realmente venha foi aprovada em primeiro turno pelo Senado. Falta ser aprovada em segundo turno e, depois, ser aprovada pela Câmara dos Deputados. Independentemente disso, o Presidente pode perfeitamente vir.

O Presidente Renan Calheiros disse que estará formulando o convite, talvez já o tenha feito. Espero, então, que, em quinze dias, tenhamos a presença do Presidente Lula no Congresso Nacional.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA)

– Senador Suplicy, esta Presidência louva a dedicação de V. Ex^a ao permanecer no plenário até às 22h33 em defesa de seu Governo, o que o credencia a assumir a Liderança do PT.

Os Srs. Senadores Papaléo Paes e Flexa Ribeiro enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o § 2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex^as serão atendidos.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^as e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Opcão pelo improviso”, publicada na revista **Exame** em sua edição de 1º de fevereiro do corrente ano.

A matéria critica a operação tapa-buracos, deflagrada pelo atual governo em janeiro com o objetivo de recuperar mais de 36 mil quilômetros de rodovias. Segundo a matéria, a operação “é um dos exemplos mais completos da inépcia gerencial que tem caracterizado o governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva em diversas frentes”.

Ainda segundo a matéria, “o que se vê é mais uma solução improvisada, que combina mau uso do dinheiro público, suspeitas de favorecimento a empreiteiras doadoras de campanhas do PT e interesses políticos tão explícitos que o presidente da República foi obrigado a refutá-los publicamente”.

Sr. Presidente, para que conste dos Anais do Senado, requeiro que a matéria acima citada seja considerada como parte integrante deste pronunciamento.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR PAPALÉO PAES EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

BRASIL infra-estrutura

OPÇÃO PELO IMPROVISO

Avesso à privatização, o governo petista abandonou as rodovias. Agora, em ano eleitoral, corre para tapar buracos

José Roberto Caetano

AOPERAÇÃO TAPA-BURACOS. DIFERENCIADA em janeiro para remendar 26 441 quilômetros de estradas federais em 25 estados, é um dos exemplos mais completos da inépcia gerencial que tem caracterizado o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva em diversas frentes. Por trás da iniciativa, tomada a título de atenuar um dos mais graves problemas de infra-estrutura do país, o que se vê é mais uma solução improvisada, que combina mau uso do dinheiro público, suspeitas de favorecimento a empreiteiras doadoras de campanhas do PT e interesses políticos tão explícitos que o presidente da República foi obrigado a refutá-los publicamente. "Se eu não estivesse fazendo as obras, eles (os adversários políticos) iriam aproveitar por conta da eleição. Se estou fazendo, dizem que sou eleitoreiro", discursou Lula ao visitar rodovia

que está sendo reparada pelo Exército no Nordeste. O que torna o episódio ainda mais absurdo é o fato de existir uma alternativa real para resolver boa parte do problema viário do país — a concessão de rodovias para operadores privados. Em contraste com a penúria das estradas gerenciadas pelo governo, os poucos mais de 10 000 quilômetros terceirizados para gestão privada dominam a lista de melhores do país com 91% do pavimento considerado ótimo ou bom, conforme avaliação da Confederação Nacional do Transporte (veja o quadro abaixo). A diferença entre as estradas estatais e as privatizadas pode ser comparada ao vácuo que separa o Terceiro do Primeiro Mundo. O governo do PT, com seu viés antinegócios, decidiu que a população ficaria no pior deles. Há mais de três anos no poder, Lula não privatizou sequer um quilômetro de estrada.

"Entre ter estradas ruins e pagar pedágio nas concessões, não há dúvida que preferimos pagar", diz Manoel Leite, diretor de operações da pernambucana Rapidão Cometa, segunda maior transportadora de carga do Brasil. Leite estima que a manutenção dos caminhões, com pneus e peças danificados, poderia ser 15% mais barata caso eles não sofressem com a buraqueira. Além disso, há custos mais altos com combustível, demora nas entregas e estresse dos motoristas. Viagens que poderiam ser feitas a 60 quilômetros por hora são realizadas à média horária de 45 quilômetros ou até menos. "Perdemos no mínimo o equivalente a uma viagem em cada cinco", afirma Leite. Um cálculo feito pelo economista Eduardo Simões, da Universidade de Juiz de Fora, em Minas

CONTRASTE EVIDENTE

Compare os percentuais de condição ótima e boa das principais rodovias do país¹⁰, nos seguintes aspectos:

	Sob gestão privada	Sob gestão estatal
Estado geral de conservação	84%	20%
Qualidade do pavimento	91%	39%
Sinalização	90%	32%

CONCLUSÃO: as rodovias administradas por concessionárias privadas apresentam indicadores de qualidade muito superiores à média das estradas gerenciadas pelos governos federal e estaduais

¹⁰ Foram avaliados 81 994 quilômetros de estradas federais e estaduais sob gestão de concessionárias. Fontes: CNT/ABCP

emendo em estrada tocada pelo Exército no Nordeste: operação de emergência

Gerais, dimensiona em 78,5 bilhões de reais por ano o prejuízo do país com a péssima condição das estradas, levando em conta desde encarecimento de fretes e danos aos produtos transportados até perda de competitividade internacional.

Dos 11 000 quilômetros de rodovias federais considerados viáveis para concessão no país, 3 000 quilômetros, divididos em oito trechos, já poderiam ter sido repassados à iniciativa privada. São ligações entre centros econômicos, como Belo Horizonte–São Paulo e o Corredor do Mercosul, entre a capital paulista, Curitiba e Florianópolis. Os trechos foram incluídos no Programa Nacional de Desestatização em 1997, mas a ideia nunca saiu do papel. Em 2000, chegaram a ser lançados editais para a privatização, mas apresentaram tantos problemas que foram barrados pelo Tribunal de Contas da União (TCU). O tribunal determinou correções e, depois disso, o processo parou. "O programa de concessão de estradas nunca foi tratado como as demais privatizações no governo passado, e no atual parece que ninguém tem pressa em levá-lo adiante", diz uma autoridade do próprio governo.

Logo que assumiu, o governo Lula retomou o assunto. Em 2003, o TCU deu sinal verde para que as concessões prosseguissem, desde que os estudos anteriores fossem atualizados e os problemas corrigidos. Numa atitude que se tornou habitual, as autoridades decidiram começar do zero e revisar todo o processo de concessão. Há dois sistemas em vigor nas estradas concedidas no país. Um, adotado pelo governo de São Paulo na privatização promovida há oito anos, consistiu na cessão de licença ao operador privado que oferecesse mais dinheiro em leilão. O outro sistema, adotado pelo governo federal quando privatizou alguns trechos, baseou-se no licenciamento em troca da tarifa de pedágio mais baixa. Na gestão Lula, o critério cogitado é uma tortuosa mistura de ambos. "O governo atual quer fazer um modelo híbrido, do qual não conhecemos similar em nenhum lugar do mundo", diz Marcelino Rafart de Seras, presidente da EcoRodovias, concessionária de rodovias

REMENDO CARO

A Operação Tapa-Buracos desperdiça o dinheiro do contribuinte. Entenda por que

Se quisesse resolver para valer o problema das estradas o governo precisaria investir

42 000 reais

por quilômetro, levaria cerca de 100 mil caminhões anônimos durante sete anos

Como optou por fazer remendos nas rodovias, o custo é de

17 000 reais

por quilômetro, é feito o trabalho precário

sem refletir todos os anos. O resultado é

em sete anos o custo total por quilômetro

é de 119 000 reais

CONCLUSÃO: para oferecer um serviço de pior qualidade, o governo gasta o triplo. Além disso, terá de interromper o tráfego nas estradas a cada ano, causando mais transtornos aos usuários

infra-estrutura

mos dias os editais serão liberados pelo TCU, prevendo os leilões para abril. Mesmo nesta hipótese otimista, pode-se que o processo se alongue pelo resto do ano. "O novo critério pode gerar contestações dos concorrentes na Justiça e isso demoraria mais uns seis meses para ser resolvido", diz Seras.

Enquanto esse processo se arrastava, o governo chegou ao seu quarto ano de gestão com as estradas em estado lastimável. A saída, então, foi partir para o improviso, com orçamento de 440 milhões de reais — uma migalha diante dos 32 bilhões arrecadados desde 2002 com a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide), aplicada sobre combustíveis. Criado para sustentar investimentos na infra-estrutura, esse fundo até agora teve os recursos usados para outros fins. Com pressa de mostrar serviço, o governo deu caráter emergencial ao seu programa. "Dizer que o tapa-buracos é emergência é uma idiotice", diz o professor Paulo Fleury, diretor do Centro de Estudos de Logística, ligado à Universidade Federal do Rio de Janeiro.

"O estado das estradas não foi produzido por terremoto, é uma degradação resultante de anos de falta de manutenção." Além de improvisado, o palativo adotado é tecnicamente ruim e lesivo ao contribuinte. Fleury calculou que, para fazer remendos nos buracos, que agüentariam no máximo um ano, o governo está gastando por quilômetro o triplo do que seria necessário para reconstruir as estradas, com duração de sete anos (veja quadro). "Isso é falta de planejamento", diz Eduardo Lafraia, presidente do Instituto de Engenharia de São Paulo. "Seria muito melhor fazer menos, mas fazer bem-feito." ■

17 RODOVIAS

DAS 20 MELHORES DO PAÍS SÃO MANTIDAS POR CONCESSIONÁRIAS PRIVADAS

Fonte: CNT/ABCR

Com reportagem de Gustavo Paul

Saiba mais sobre a situação das estradas brasileiras no Portal EXAME

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Brasil vai crescer 3% e será lanterninha dos emergentes”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo** de 25 de janeiro do corrente.

A matéria trata do último relatório divulgado pelas Nações Unidas, que estima um crescimento da economia global de 3,3% neste ano.

Ainda segundo a matéria, “Para a ONU, Brasil e México são os responsáveis pelo crescimento menor da América Latina em relação às demais regiões do

mundo. A ONU prevê um crescimento de apenas 3% para o Brasil em 2006, o menor entre as principais economias emergentes”.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que a referida matéria passe a integrar os Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

ÓRGÃO:	DIA:	MÊS/ANO:	EDITORIA:	ACADEMIA:	PÁGINA:
O ESTADO DE S. PAULO	25	Janeiro/06	Economia	B	05

CENÁRIOS

Brasil vai crescer 3% e será lanterninha dos emergentes

Previsão é da ONU, que apostava também numa inflação perto de 5%

Jacqueline Chade
CORRESPONDENTE
GENEBRA

A ONU prevê um crescimento de apenas 3% para o Brasil em 2006, o menor entre as principais economias emergentes. A estimativa faz parte do relatório divulgado ontem pelas Nações Unidas, que estima um crescimento da economia global de 3,3% neste ano, mesmo padrão de 2005, mas abaixo dos 4% de 2004. A inflação no Brasil, porém, ficará abaixo da média latino-americana e deverá chegar a 5%.

Para 2005, a ONU também calculou que o Brasil teve o menor crescimento entre os países emergentes, com 2,5%. Em 2004, a taxa foi bem maior e chegou a 4,9%. Na avaliação dos economistas das Nações Unidas, parte da explicação seria o alto nível das taxas de juros. Uma prova disso seria o desempenho da demanda doméstica

do Brasil. Segundo a ONU, a América Latina vai experimentar um aumento do consumo interno, ainda que em um ritmo menor que o crescimento do PIB da região. No caso do Brasil, o País não conseguirá seguir a mesma tendência e o pagamento de juros já chega a 7% do PIB nacional.

Já o controle da inflação no Brasil promete ser mais rigoroso que nos demais países latino-americanos em 2006. A taxa no País deve ficar em 5%. A média latino-americana foi de 6% em 2005, ante 7,4% em 2004. A ONU ainda lembra que até a pressão inflacionária criada pelo aumento do custo de energia foi compensada em 2005 pela valorização do real.

Segundo o relatório, com os juros altos, crescimento relativamente baixo e inflação dentro da meta, o Brasil teria espaço para adotar uma política ma-

croeconómica menos rigorosa. Para a ONU, Brasil e México são os responsáveis pelo crescimento menor da América Latina em relação às demais regiões do mundo.

Para os economistas, a América Latina crescerá 4% este ano, ante 5,6% em 2004. Já os

Mau desempenho de 2005 é atribuído ao alto nível das taxas de juros

números das outras regiões serão melhores: 6,5% no Sudeste Asiático, 5,9% nas economias em transição, quase 9% da China e 5,5% na África. Os emergentes crescerão 5,6% em média este ano e continuarão a ser os motores da expansão mundial.

Mas, mesmo com um desempenho inferior ao das outras re-

giões, esse será o terceiro ano de crescimento seguido da América Latina. O aumento da renda per capita também será positivo e atingirá 10% pelo terceiro ano seguido, fato inédito.

O aumento do PIB regional será mais uma vez puxado pelas exportações, principalmente diante da demanda da Ásia. O desempenho acima da média mundial em 2005 já transformou a América Latina em continente exportador e com superávit de US\$ 20 milhões em 2005. Os investimentos também devem aumentar na região, passando de 18,6% do PIB em 2005 para 19,6% neste ano.

Porém, segundo a ONU, a situação da América Latina ainda precisa ser acompanhada com atenção. Uma mudança no cenário financeiro internacional ou um eventual aumento da taxa de juros podem recolocar a região numa situação econômica complicada. ■

No mundo, expansão de 3,3%, igual à de 2005

... A ONU prevê que 2006 não será um ano de recuperação para a economia global. A taxa média de crescimento ficará perto do registrado em 2005 (3,3%) e abaixo dos 4% de 2004. Para os economistas, isso reflete a mataduração do crescimento nos últimos anos, ainda que os desastres naturais e ameaças terroristas em 2005 também tenham tido repercussões.

Nos países ricos, a média de crescimento deve ficar em 2,5%. Os EUA conseguirão um

pouco mais, 3,1%, mas a Europa continuará estagnada. A ONU prevê recuperação modesta para o Japão, de 2%.

A alta do preço do petróleo e um surto de gripe aviária estariam entre os riscos para a economia mundial em 2006. Mas o principal é o desequilíbrio global decorrente do déficit americano, de US\$ 800 bilhões. Para prevenir um colapso, a ONU sugere a coordenação de políticas entre maiores economias, como EUA, Europa, Japão e China.

Outro destaque de 2006 deve ser o crescimento do comércio internacional a taxas duas vezes maiores que a do PIB. Segundo a ONU, o aumento deve ser de 7,2%, superior a 2005, que registrou crescimento de 7,1%, mas inferior a 2004, com 11%.

Para a ONU, apesar disso, existem sinais de protecionismo no mundo e as negociações para liberalizar as exportações na Organização Mundial do Comércio (OMC) precisam ganhar novo impulso político. ■



O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA)

– Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as}s e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, às 14 horas, a seguinte:

ORDEM DO DIA

1

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 268, DE 2005

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 268, de 2005, que *abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Educação, da Saúde e da Defesa e de Operações Oficiais de Crédito, no valor global de um bilhão, quatrocentos e noventa e oito milhões, trezentos e quatorze mil, cento e um reais, para os fins que especifica.*

Relator revisor:

Prazo final: 3-4-2006

2

SUBSTITUTIVO À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 59, DE 2004

(Votação nominal, se não houver emendas)

Terceira e última sessão de discussão, em segundo turno, do Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 59, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Arthur Virgílio, que *dá nova redação ao art. 40 e revoga o art. 92 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para alterar a denominação da Zona Franca de Manaus para Pólo Industrial de Manaus.*

Parecer sob nº 7, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Alvaro Dias, oferecendo a redação para o segundo turno.

3

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 3, DE 2000

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 12, de 2000, e 14, de 2001)

(Incluída em Ordem do Dia, nos termos dos arts. 356 e 361 do Regimento Interno)

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2000, ten-

do como primeiro signatário o Senador Jader Barbalho, que *altera o caput e os §§ 4º, 6º, II e 7º e acresce o § 8º ao artigo 57 da Constituição Federal* (alteração dos períodos das sessões legislativas e a extinção do pagamento de parcela indenizatória de convocação extraordinária).

Parecer sob nº 1.271, de 2001, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Fogaça, favorável, e pela prejudicialidade das Propostas de Emenda à Constituição nºs 12, de 2000, e 14 de 2001, que tramitam em conjunto.

Dependendo de Parecer sobre a Emenda nº 1, de Plenário, Relator: Senador Antônio Carlos Valadares.

4

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO**Nº 12, DE 2000**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 3, de 2000, e 14, de 2001)

(Incluída em Ordem do Dia, nos termos dos arts. 356 e 361 do Regimento Interno)

Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2000, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Hartung, que *altera a redação do art. 57 da Constituição Federal para, alterando o período de funcionamento do Congresso Nacional, determinar o recesso constitucional de 21 de dezembro a 1º de janeiro e estabelecer que o calendário legislativo será definido por resolução do Congresso Nacional e contemplará período de férias coletivas dos Congressistas.*

5

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO**Nº 14, DE 2001**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 3 e 12, de 2000)

(Incluída em Ordem do Dia, nos termos dos arts. 356 e 361 do Regimento Interno)

Proposta de Emenda à Constituição nº 14, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador Maguito Vilela, que *altera o art. 57 da Constituição Federal, para reduzir o período de recesso do Congresso Nacional, e dá outras providências.*

6

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 72, DE 2005**

Terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 72, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que altera o art. 62 da Constituição Federal para disciplinar a edição de medidas provisórias.

Parecer sob nº 2.251, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Edison Lobão, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta.

7

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 12, DE 2006

(Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143,
do Regimento Comum)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 12, de 2006, de iniciativa da Comissão Mista Especial da Reforma do Judiciário, que regulamenta o art. 102, § 3º, da Constituição Federal, para disciplinar o procedimento para exame da repercussão geral das questões constitucionais discutidas no recurso extraordinário para o Supremo Tribunal Federal.

8

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 13, DE 2006

(Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143,
do Regimento Comum)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 13, de 2006, de iniciativa da Comissão Mista Especial da Reforma do Judiciário, que regulamenta o art. 103-A da Constituição Federal, para disciplinar a edição, revisão e cancelamento de súmulas com efeito vinculante pelo Supremo Tribunal Federal, e dá outras providências.

9

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 14, DE 2006

(Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143,
do Regimento Comum)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 14, de 2006, de iniciativa da Comissão Mista Especial

da Reforma do Judiciário, que regulamenta o § 5º do art. 109 da Constituição Federal, para disciplinar o procedimento de deslocamento de competência para a Justiça Federal dos crimes contra os direitos humanos, perante o Superior Tribunal de Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA)
– Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 22 horas e 33 minutos.)

DISCURSO PROFERIDO PELO SR. SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR NA SESSÃO DO DIA 30 DE JANEIRO DE 2006, QUE, RETIRADO PARA REVISÃO PELO ORADOR, ORA SE PUBLICA.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)
– Será V. Exª atendido na forma do Regimento.

Passamos a palavra ao nobre Senador Arthur Virgílio. (Pausa) Enquanto S. Exª está vindo, passamos a palavra, também inscrito, ao nobre Senador Geraldo Mesquita Júnior.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (S/Partido – AC. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, o assunto que começa a tomar conta desta Casa do Congresso e que a empolgará cada vez mais é, mais uma vez, a questão do salário mínimo.

Neste ponto, Senador Paulo Paim, depois de três anos de atuação nesta Casa, de convivência, de experiência, cheguei à conclusão de que V. Exª é quem tem razão; é V. Exª quem está certo com relação a esse assunto. Tive o privilégio e a honra de ser relator de um Projeto seu que estabelecia e estabelece um mecanismo perene de reajuste do valor do salário mínimo buscando, da forma mais justa possível, a recuperação progressiva do valor do salário dos cidadãos e das cidadãs brasileiras que vivem nessa faixa. O Projeto foi aprovado em Comissão, mas, curiosamente, desapareceu nos escaninhos do Senado. E curiosamente também, Senador Paim, vejo hoje o Governo propor um reajuste do salário mínimo, praticamente adotando os mesmos critérios que V. Exª propunha no seu Projeto. Estranho.

Por isso registro – e louvo – a sua persistência, a sua coragem em buscar tratar desse assunto com realismo, ascom conhecimento de causa, participando de uma Comissão instalada nesta Casa, que busca equacionar esse problema e estabelecer um mecanismo, uma forma definitiva de tratar de uma questão

tão importante, de tamanha relevância para a grande maioria do povo brasileiro.

Considero inaceitável esse argumento de que o salário mínimo impactaria a Previdência e prefeituras. Só no meu caso, bastaria que o Governo liberasse as emendas destinadas aos municípios acreanos, que, só no meu caso, por exemplo, nos últimos três anos, somam cerca de R\$8 milhões que estão contingenciados, que não são liberados e seriam de grande auxílio às pequenas prefeituras do interior do meu Estado.

Então, mais uma vez, quero aqui reconhecer a habilidade, o conhecimento e a persistência de V. Ex^a e me colocar à sua disposição, mesmo informalmente, já que não faço parte da Comissão constituída por V. Ex^a e outros dignos membros desta Casa, para tratar do assunto, mesmo informalmente, para participar deste debate e talvez, quem sabe, oferecer uma modesta contribuição para que cheguemos a bom termo nessa busca tão dramática e tão difícil de estabelecer um mecanismo mais justo que possa contemplar milhões de brasileiros que vivem, ano após ano, nessa angústia de chegar a essa fase e não sabem ao certo o que vai lhes acontecer, quanto lhes será acrescido e até quanto lhes será retirado.

Quero aproveitar a oportunidade, Senador Paulo Paim, para trazer um recado de muita gente, de muitas pessoas com as quais tive contato, neste final de semana, na bonita região do Juruá, em Cruzeiro do Sul e em municípios próximos dali. Fui a Cruzeiro do Sul participar de uma reunião política e estava prevista também a nossa ida a um Município próximo dali, Mâncio Lima. Para minha surpresa, essa reunião não pôde ser realizada porque muitos daqueles que fariam parte desta reunião estavam acometidos de malária. Senador Paulo Paim e Senador Augusto Botelho, que é médico, no Juruá, a malária já é uma epidemia que castiga, que maltrata populações inteiras.

Como sempre fazemos, já que somos representantes daqueles que nos elegeram, trago aqui, a pedido daquelas pessoas que sofrem, um recado ao Presidente da República, ao Ministro da Saúde. Lá, as pessoas dizem: "Senador, em que pesem os esforços das Prefeituras e do Governo do Estado, o caso aqui é de extrema gravidade, estando praticamente fora de controle". Então, as pessoas pedem que o Presidente Lula e o Ministro da Saúde voltem os olhos para aquela região e que dêem efetivos apoio e suporte ao Governo do Estado e às Prefeituras, para que possamos debelar esse grande mal, para que possamos fazer com que aquela epidemia recue e se situe em níveis suportáveis e aceitáveis, porque a situação está lastimável. Não se conhece sequer uma pessoa, naquela região, que já

não tenha sido contaminada uma, duas ou três vezes pela malária. A situação é absolutamente crítica e repito que o recado que me pediram para dar ao Presidente da República e ao Ministro da Saúde é para que voltem os olhos para aquela região, para que, efetivamente, aportem recursos para que o Governo do Estado, para que as Prefeituras daquela região possam dar um combate mais efetivo a um mal que acomete milhares de pessoas naquela região. A situação é de epidemia, a situação é de tristeza absoluta.

Portanto, deixo aqui este recado, desta tribuna, que é de onde podemos falar, transmitir a voz da nossa população, que está lá ansiosa por uma medida mais efetiva, ansiosa por resolver uma questão tão dramática que atinge tanta gente.

Pois não, Senador Augusto Botelho.

O Sr. Augusto Botelho (PDT – RR) – Senador Geraldo Mesquita, aproveitando o apelo de V. Ex^a, também faço o mesmo apelo em relação ao meu Estado, Roraima, onde, no ano passado, voltamos a ter quase 30 mil casos de malária. São vários fatores que ocorrem para haver essas epidemias. A própria doença em si, de cinco em cinco anos, vai caindo, sobe de novo e dá picos. Todos sabem disso, todos os malariologistas e epidemiologistas sabem desse fato que ocorre. Mas o que acontece é que, quando está havendo uma epidemia assim, o Governo dá mais apoio e as próprias prefeituras se interessam mais. No entanto, quando a ocorrência de malária começa a cair para seis ou sete mil casos anuais no meu Estado, que posso citar por ter conhecimento, começa a haver um relaxamento. Os microscopistas que fazem o diagnóstico e o tratamento vivem nas áreas dos assentamentos, nas vicinais em Roraima, e fazem o exame em suas próprias casas. No início, faz-se um convênio. O Ministério da Saúde libera dinheiro para pagar àquela pessoa que faz esses procedimentos. Enquanto há dinheiro, ela exerce a sua função. Porém, quando os casos de malária diminuem, o Ministério da Saúde retira o dinheiro, e a prefeitura não tem capacidade de colocar, por exemplo, num assentamento onde há vinte vicinais, dez ou, pelo menos, cinco microscopistas, que precisam estar perto da pessoa infectada, já que o diagnóstico deve ser feito próximo da pessoa. Essa é uma forma de agir com mais eficácia e rapidez no tratamento da malária. Quem já teve um amigo morto pela malária sabe como é a doença. V. Ex^a, com certeza, teve um amigo que morreu de malária, assim como eu conheci várias pessoas que morreram dessa doença. Há uma cepa de falcíparo resistente que, às vezes, mata a pessoa em 24 ou 48 horas. Então, eu gostaria de apelar, juntamente com V. Ex^a, para que

o Ministério da Saúde preste atenção na Amazônia, preste atenção nos povos da Amazônia, que vivem morrendo de malária, vivem sendo agredidos pela malária, porque faltam recursos simplesmente para se fazer o diagnóstico com efetividade e rapidez, com um tratamento imediato, para que a malária não se propague. Se aparecer um caso de malária em uma comunidade, mas forem adotadas medidas urgentes, a doença se restringe a apenas uma malária. Porém, se não houver recursos para se detectar a doença e tratá-la, ela se multiplicará, certamente, na própria família. Se há cinco membros na família, provavelmente vão aparecer mais cinco casos, transmitindo-se também a doença para os vizinhos e assim por diante, porque a malária é uma doença silvestre. Ela fica incubada nos macacos e nos animais silvestres. Quando ela entra na cidade... Falo da cidadezinha onde fica a casa do colono, do assentado. Então eu gostaria de afirmar que nós temos que prestar atenção. Nós temos que ocupar a Amazônia para não a perdermos. Nós não podemos retirar as pessoas da Amazônia. Como já estão tentando retirá-las por metodologias ambientais e outras coisas, como a não-titularidade de terra, será que agora vão tirar pela morte também? Muito obrigado, Senador.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (S/Partido – AC) – Eu é que agradeço, Senador Augusto Botelho. O seu aparte, inclusive, dá a dimensão amazônica do problema. No caso, ali me assustou a situação localizada na região do Juruá.

Aqui, mais uma vez, deixo o apelo das pessoas que estão lá, Senador Paim, Senador Augusto Botelho, desesperadas e que me pediram que transmitisse ao Presidente da República, ao Ministério da Saúde, para que ajude mais efetivamente o Governo do Estado e as prefeituras a tomarem medidas mais efetivas no sentido de debelar esse grande mal.

Muito obrigado.

DISCURSO PROFERIDO PELO SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO NA SESSÃO DO DIA 30 DE JANEIRO DE 2006, QUE, RETIRADO PARA REVISÃO PELO ORADOR, ORA SE PUBLICA.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Como Líder. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, o Ministro Antonio Palocci veio ao Senado e foi recebido com perguntas duras, mas com enorme educação política por todos os membros da Oposição.

Em seguida, lemos o que já é uma cena comum neste Governo leviano e no comportamento leviano

do Presidente da República. Ele diz que o Ministro Palocci é um monstro de inteligência, que o espetáculo que se queria armar na CPI não aconteceu porque o Ministro foi muito sincero, muito honesto, muito feliz. O Presidente Lula é, pois, uma figura desleal e leviana.

Isso foi veiculado em **O Globo** e na **Folha de S.Paulo**, no dia seguinte à vinda do Ministro aqui. Ao mesmo tempo, leio, datado do dia 28 de janeiro, artigo muito seguro da jornalista Míriam Leitão, publicado em **O Globo**.

Peço que conste nos **Anais**, na íntegra, o artigo da citada jornalista. Mas, ressalto alguns trechos: “O Ministro do STF, Marco Aurélio Mello, autor da decisão que multou o Presidente Lula pela propaganda antecipada no fim de 2005, admite que não se pode fazer muito mais, além de multar, enquanto as candidaturas não forem oficializadas”.

Mais adiante, ela diz: “Para impugnar uma candidatura, ela tem que estar assumida”.

O Presidente está agindo de maneira delinqüente. Não se diz candidato, para poder burlar a lei eleitoral. Recebe uma multa de R\$30 mil e as pessoas já aceitam isso como natural, como se fosse uma multa pequena. Multa pequena?! Como? A não ser que o Valério pague para ele, que o Delúbio pague para ele ou que o Duda Mendonça pague para ele. Mas, para qualquer pessoa normal que trabalha e vive do seu salário, R\$30 mil é muito dinheiro, afora o fato de que significa uma infração clara à lei brasileira. E quem não deveria infringir a lei seria, em primeiro lugar, o Presidente da República. Se ele dá o mau exemplo, temos problemas que durarão já – graças a Deus – menos de um ano, porque daqui a um ano ele não estará mais no Palácio do Planalto.

Mas, diz Míriam Leitão, mais adiante: “Fica clara, então, a razão de o Presidente Lula não se declarar candidato. Agindo assim, aproveita-se de uma brecha da lei, expõe-se apenas à multa branda [e branda não é, discordo de Míriam Leitão], como a que recebeu, de R\$30 mil”. O Presidente Lula não deve ter dinheiro para pagar essa multa; só se Valério pagar por ele. Lula, não tem dinheiro para pagar essa multa, não. Não deveria ter, pelo menos. “Com esse manto, pode requerer horário eleitoral para proclamar os seus feitos...”

Mais adiante, diz Míriam Leitão:

Recentemente, numa inauguração no Nordeste, do palanque, convocou políticos [e disse o Presidente, de maneira despudorada, naquele estilo simplório e despudorado dele]: “– Deputado é para estar aqui mesmo, governador é para estar aqui mesmo, prefeito

é para estar aqui mesmo. Candidatos, é para estarem aqui mesmo". E diz Miriam: "Aquele não era um local de propaganda, era um evento armado com o uso da máquina pública, era um ato de governo". Portanto, o Presidente de novo infringiu a lei.

Mais adiante ainda, Míriam Leitão refere: "Na Baixada Fluminense, diante de um esqueleto de hospital, Lula descaradamente fez campanha." Concordo que ele agiu descaradamente, mas Míriam Leitão diz: "... descaradamente fez campanha".

Muito bem! Diz que até cantaram aquele velho "Lula lá", e por aí afora. E acabou comprometendo concluir a obra do hospital. E aí disse uma coisa absurda, discriminatória: "Esta é a minha gente. A minha cara não é a da Zona Sul". Ele vai ser punido, isto é, não terá votos na Zona Norte, na periferia do Rio de Janeiro, e, se Deus quiser, também não será votado na Zona Sul. Não comprehende o Presidente algo básico: Presidente deve governar para o País inteiro, deve governar ricos e pobres, deve governar todos com justiça, com senso de justiça e com espírito generoso. Sua Excelência não tem senso de justiça e parece que morreu, faleceu dentro do Presidente qualquer traço de generosidade.

Depois diz um desses absurdos que têm ridicularizado a sua imagem como homem de Estado: "Fazer concurso significa que um mais letrado, que não é mata-mosquito, vai passar no lugar de alguém que já é mata-mosquito". "Com frases assim [diz Míriam Leitão] arrombou a legislação eleitoral. Fez campanha antecipada, disse que governa não para o País inteiro ("para eles") [a Zona Sul] mas apenas para seu grupo" que chama de "nós"; e ainda admitiu – e isso é gravíssimo – que prefere contratar funcionário público sem concurso para beneficiar assim quem ele acha que merece o emprego. É o fenômeno do aparelhamento, que deu já em tanta corrupção.

O Presidente age de caso pensado. Adia a decisão sobre candidatura, aproveitando-se de vantagens da lei eleitoral; quer fazer propaganda mesmo, e se alguém reclamar, pede desculpas e continua com o mesmo comportamento. A idéia de não querer que outro colha o que supostamente plantou é autoritária, porque o Governo – e diz Míriam Leitão muito bem – não lhe pertence. Pertence ao País. Ninguém tem o direito de se apropriar do Estado brasileiro desse jeito despidorado.

Para encerrar, vou registrar algo auspicioso. O Ministro Marco Aurélio diz que será rigoroso se couber a S. Ex^a, conduzir o Tribunal Superior Eleitoral. E será rigoroso, certamente, o Ministro Gilmar Mendes, se couber a S. Ex^a presidir o Tribunal. Mas diz Marco

Aurélio no artigo de Miriam Leitão "A justiça estará de olho, e o que os candidatos estão fazendo agora ficará registrado para a consideração futura. A vida pregressa do candidato será considerada também". A vida pregressa, ou seja, o que delinqüiu antes de estar ao alcance da lei significará que os juizes olharão com mais dureza os fatos da campanha eleitoral propriamente dita.

Portanto, Sr. Presidente, é terrível vivermos essa desilusão que o povo vive. Os Srs. Delúbio e Marcos Valério estão soltos, inacreditavelmente; o Sr. Sílvio do Land Rover está solto, e temos um Presidente que diz que não houve nada, que não aconteceu nada, apesar de ter sido obrigado a demitir o Sr. José Dirceu, que vive de R\$100mil, que ele diz que recebeu a título de adiantamento de um livro que não vai sair mais, e com esse dinheiro ele viaja o mundo inteiro. É uma pergunta a se fazer: quem está pagando as contas do Sr. José Dirceu? Já chega de essa gente fazer dinheiro brotar milagrosamente, como se dinheiro deles reproduzisse – tudo dinheiro fêmea, reproduz; enquanto o dos trabalhadores brasileiros, que se portam com a sobriedade e com a decência que o Brasil precisa, é dinheiro macho, não reproduz, é estéril.

Peço, portanto, Sr. Presidente, que sejam incluídas nos **Anais** da Casa, não as duas peças iniciais do cinismo presidencial em relação ao Ministro Palocci, que não é sincero com o Palocci nem é decente com a Oposição, que se portou com tanto equilíbrio, inclusive com muita responsabilidade econômica naquele momento, mas peço que inclua nos **Anais**, sim, o inteiro teor do artigo intitulado "Enquanto isso", da jornalista Míriam Leitão, que exibe o Presidente que dá péssimo exemplo para os nossos filhos e netos ao infringir a lei deslavadamente, porque imagina que esse é o caminho para se reeleger Presidente da República.

Acredito que o Brasil terá bom senso. Mas, não estou discutindo se tem bom senso ou se não tem bom senso, estou discutindo que temos um Presidente que sistematicamente infringes a lei e que não se irrita quando pessoas próximas a ele infringem a lei e que, portanto, passa o exemplo de que a lei no Brasil não é para ser respeitada.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

30/01/06 Senador Arthur Virgílio
Senador Arthur Virgílio

O GLOBO

PANORAMA ECONÔMICO

MIRIAM LEITÃO

Enquanto isso...

• Esta eleição tem tudo para ser campeã em violação da legislação eleitoral. Os mais explícitos atos de campanha vêm do presidente Lula e do ex-governador Garotinho. O ministro do STF Marco Aurélio Mello, autor da decisão que multou o presidente Lula pela propaganda antecipada no fim de 2005, admite que não se pode fazer muito mais, além de multar enquanto as candidaturas não forem oficializadas.

• A campanha pode começar depois em clínico de julho. Até lá é proibido fazer propaganda, pedir votos, divulgar fatos do governo, vinculando a apóios futuros. Quem fizer isso tem que ser multado — o ministro que multou provavelmente presidiu estas eleições.

Mas ele admite que, dificilmente se pode chegar à inelegibilidade porque, para impugnar uma candidatura, ela tem que estar assumida. Quem diz que não é candidato não pode ser punido além da multa.

• Mesmo a Lei Complementar de Eleigibilidade, quando proíbe uso da máquina e do poder econômico e de autoridade, refere-se ao candidato. Isso pode incentivar o disfarce.

Fica clara, então, a razão de o presidente Lula não se declarar candidato. Agindo assim, aproveita-se de uma brecha da lei, expõe-se apenas à multa branda, como a que recebeu, de R\$ 30 mil, e não fica sob suspeição. Com esse manto, pode requerer horário eleitoral para...

aqui) e ainda admite que prefere contratar funcionários público sem concurso, para beneficiar assim quem ele acha que merece o emprego.

Em vários momentos, Lula rebate a acusação de estar fazendo atos eleitoreiros usando três argumentos: que vai usar todo o tempo que tem antes de ser obrigado a dizer se é candidato; que se não fizesse propaganda do que tem feito, outros fariam propaganda do que ele não fez; que não vai deixar outro colher o que ele plantou.

— Se alguém reclamar, eu peço desculpas, mas não posso fazer nada — completou.

Ou seja, o presidente age de caso pensado. Adia a decisão sobre candidatura, se aproveitando de vantagens da lei eleitoral; quer fazer propaganda mesmo e, se alguém reclamar, pede desculpas e continua com o mesmo comportamento.

A ideia de que não querer que outro colha o que plantou é autoritária. O governo não lhe pertence. A Presidência é um cargo que exerce-

muito, pode requerer horário eleitoral para proclamar seus feitos e, indiretamente, avisar que tem mais a fazer; pode inaugurar buraco tapado e esqueleto de hospital. Recentemente, numa inauguração no Nordeste, do palanque, convocou políticos:

— Deputado é para estar aqui mesmo, governador é para estar aqui mesmo, prefeito é para estar aqui mesmo. Candidatos, é para estarem aqui mesmo.

De fato é, mas no momento certo e no palanque certo. Aquele não era um local de propaganda, era um evento armado com o uso da máquina pública, era um ato do governo. Portanto o presidente estava não apenas desrespeitando a lei eleitoral, que proíbe tanto o uso da máquina quanto a propaganda antecipada — como considerando outros a desrespeitar com ele a legislação.

Na fronteira com o Peru, na semana passada, Lula não pediu votos exatamente, mas feve quem o fizesse por ele. O governador do Acre entregou, um abaixo-assinado para que se candidatasse à reeleição e o presidente do Peru, Alejandro Toledo, pediu votos para Lula.

Na Baixada Fluminense, diante de um esqueleto de hospital, Lula descaradamente fez campanha. Não infornem a cena das madejadas para o alto com outros políticos. Pessoas transportadas em ônibus de prefeituras foram lá para cantar "Velho Chico", com o aposentado do Rio "Lula La"; ele fez alusões ao ministro Garotinho, ao ex-presidente do TSE (o documento publicado ministro Gilmar Mendes, Mas...) em Júnior, o ministro Eleni Gracie assumirá a presidência do STF. O ministro Gilmar, pelas regras do Supremo, pode ser o vice-presidente. Se for ele, credencia para ser presidente em 2008. Como não pode acumular o cargo de vice-presidente do Supremo, com a presidência do TSE, é possível que o posto fique para Marco Aurélio Mello. Seja quem for, terá muito trabalho para tentar evitar o que já está hoje acontecendo no país.

dência é um cargo que exerce, por mandato, temporariamente. Lula, como oposição, ficou contra o Plano Real e a abertura comercial. Como presidente, colheu os frutos da inflação sob controle e do comércio externo vigoroso, ambos fatos plantados por outros presidentes.

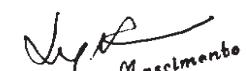
Na mesma toada, o ex-governador Garotinho usa todo o espaço que lhe dá o governo que, de fato, controla, no Rio. Propagandas de programas iniciados por ele são veiculadas diariamente no horário nobre. A máquina pública é escancaradamente usada, como no episódio recente quando beneficiários do cheque-cidadão receberam junto com o pagamento uma convocação: "Você, beneficiário do cheque cidadão, deverá comparecer à reunião com Anthony Garotinho." O que mais é necessário para se comprovar o uso da máquina? Na eleição de 2004, entre os vários flagrantes explícitos de uso da máquina, estava a distribuição de kit escolar em outubro. Nada disso amedronta o candidato; ele acredita na impunidade que tem.

O ministro Marco Aurélio prometeu, logo que couber, a ele candidatura. Ele justificava, para mim, o que os candidatos estão fazendo, apesar da careta registrada para consideração futura. A vida progressa, o candidato será considerado também, e também, com a aprovação do TSE.

"Lula La", ele fez alusões ao ministro Garotinho, ao ex-presidente do TSE (o documento publicado ministro Gilmar Mendes, Mas...) em Júnior, o ministro Eleni Gracie assumirá a presidência do STF. O ministro Gilmar, pelas regras do Supremo, pode ser o vice-presidente. Se for ele, credencia para ser presidente em 2008. Como não pode acumular o cargo de vice-presidente do Supremo, com a presidência do TSE, é possível que o posto fique para Marco Aurélio Mello. Seja quem for, terá muito trabalho para tentar evitar o que já está hoje acontecendo no país.

Agenda do Presidente do Senado Federal**31/01/2006
terça-feira**

-
- 12:00** - **Senador Aloizio Mercadante e Deputado João Paulo Cunha,
acompanhando a Frente Nacional dos Prefeitos**
Prefeito José de Filippi Junior, Diadema
Prefeito Clermont Silveira Castro, Cubatão
Prefeito Leonel Damo, Mauá
Prefeito João Avamileno, Santo André
Prefeito Newton Lima Neto, São Carlos
Vice Prefeito José Rodrigues Tucunduva Neto, Guarujá
Sala de Audiências da Presidência do Senado Federal.
- 14:00** - **Hora do Expediente destinada a homenagear o Presidente Juscelino
Kubitschek de Oliveira, pela passagem dos 50 anos de posse como
Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil**
Plenário do Senado Federal
- 18:00** - **Reunião com Líderes de Partidos no Senado**
Sala de Audiências da Presidência do Senado Federal
- 19:00** - **Ordem do Dia- Sessão Deliberativa - pauta sobrestada**
Plenário do Senado Federal



Martha Ayra Nascimento
Chefe de Gabinete
Presidência do Senado

SENADO FEDERAL**SECRETARIA-GERAL DA MESA
5ª Sessão Legislativa Extraordinária da
52ª Legislatura – 2005 / 2006****Resenha Mensal das matérias apreciadas
referente à Convocação Extraordinária do
Congresso Nacional
(Período de 16 a 31/01/2006)**

**SECRETARIA GERAL DA MESA
SUBSÉCRETARIA DE COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO**

I - MEDIDAS PROVISÓRIAS

1 - APROVADAS NA ÍNTegra E ENVIADAS À PROMULGAÇÃO:

Total.....	5
------------	---

Medida Provisória nº 262, de 2005, que abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Integração Nacional, no valor de trinta milhões de reais, para o fim que especifica.

Sessão: 17.01.2006

Medida Provisória nº 263, de 2005, que institui abono aos militares das Forças Armadas.

Sessão: 17.01.2006

Medida Provisória nº 264, de 2005, que abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e das Cidades, no valor global de cento e cinqüenta e nove milhões de reais, para os fins que especifica.

Sessão: 17.01.2006

Medida Provisória nº 265, de 2005, que abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, no valor de trinta e três milhões de reais, para os fins que especifica.

Sessão: 17.01.2006

Medida Provisória nº 266, de 2005, que abre crédito extraordinário ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios dos Transportes, da Integração Nacional e das Cidades, no valor global de seiscentos e setenta e três milhões, seiscentos e vinte e um mil, trezentos e doze reais, para os fins que especifica.

Sessão: 25.01.2006

**SECRETARIA GERAL DA MESA
SUBSÉCRETARIA DE COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO**

2 – APROVADA COM ALTERAÇÕES E DEVOLVIDA À CÂMARA DOS DEPUTADOS:

Total	1
-------------	---

Emenda do Senado ao Projeto de Lei de Conversão nº 1, de 2006 (apresentado pela Câmara dos Deputados à Medida Provisória nº 267, de 2005), que altera dispositivos da Lei nº 6.704, de 26 de outubro de 1979, que dispõe sobre o seguro de crédito à exportação; autoriza cobranças judiciais e extrajudiciais de créditos da União, no exterior, decorrentes de sub-rogações de garantias de seguro de crédito à exportação honradas com recursos do Fundo de Garantia à Exportação – FGE e de financiamentos não pagos contratados com recursos do Programa de Financiamento às Exportações – PROEX e do extinto Fundo de Financiamento à Exportação – FINEX; revoga a Lei nº 10.659, de 22 de abril de 2003; e dá outras providências.

Sessão: 25.01.2006

**SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO**

II – PROJETOS DE LEI APROVADOS E ENVIADOS À SANÇÃO:

De iniciativa do Presidente da República ..	5
De iniciativa da Câmara dos Deputados ..	2
Total.....	7

Projeto de Lei da Câmara nº 128, de 2005 (nº 5.463/2005, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *autoriza a concessão de bolsas de estudo e de pesquisa a participantes de programas de formação inicial e continuada de professores para a educação básica.*

Sessão: 17.01.2006

Projeto de Lei da Câmara nº 129, de 2005 (nº 5.629/2005, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dispõe sobre a concessão da subvenção econômica à Companhia de Navegação do São Francisco - Franave.*

Sessão: 17.01.2006

Projeto de Lei da Câmara nº 101, de 2005 (nº 4.728/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *acresce o art. 285-A à Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, que institui o Código de Processo Civil. (dispõe sobre o julgamento de ações repetitivas).*

Sessão: 17.01.2006

Projeto de Lei da Câmara nº 141, de 2005- Complementar (nº 187/97-Complementar, na Casa de origem), que *cria o Sistema Nacional de Prevenção, Fiscalização e Repressão ao Furto e Roubo de Veículos e Cargas e dá outras providências.*

Sessão: 18.01.2006 (continuação da Sessão do dia 17.01.2006)

Projeto de Lei da Câmara nº 90, de 2005 (nº 4.724/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *altera os arts. 504, 506, 515 e 518 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil, relativamente à forma de interposição de recursos, ao saneamento de nulidades processuais, ao recebimento de recurso de apelação e a outras questões.*

Sessão: 25.01.2006

Projeto de Lei da Câmara nº 116, de 2005 (nº 4.726/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *altera os arts. 112, 114,*

**SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO**

154, 219, 253, 305, 322, 338, 489 e 555 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil, relativos à incompetência relativa, meios eletrônicos, prescrição, distribuição por dependência, exceção de incompetência, revelia, carta precatória e rogatória, ação rescisória e vista dos autos; e revoga o art. 194 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil.

Sessão: 25.01.2006

Projeto de Lei da Câmara nº 144, de 2005 (nº 4.675/2004, na Casa de origem), que altera a redação dos arts. 29, 30, 32 e 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, dispondo sobre a duração mínima de 9 (nove) anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade.

Sessão: 25.01.2006

SECRETARIA-GERAL DA MESA SECRETARIA DE ORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO FEDERAL

III – PROPOSIÇÕES APROVADAS E ENVIADAS À CÂMARA DOS DEPUTADOS:

De iniciativa do Senado Federal	6
Total.....	6

Projeto de Lei do Senado nº 517, de 2003, de autoria do Senador César Borges, que dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras providências.

(decisão terminativa da Comissão de Assuntos Econômicos)

Sessão: 16.01.2006

Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Luiz Otavio, que acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, sobre a formação de novos municípios até o ano de 2000.

Sessão: 17.01.2006

Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 31, de 2000, tendo como primeira signatária a Senadora Maria do Carmo Alves, que altera os incisos XVIII e XIX do art. 7º da Constituição Federal, para conceder licença-maternidade e licença-paternidade em casos de adoção.

Sessão: 17.01.2006

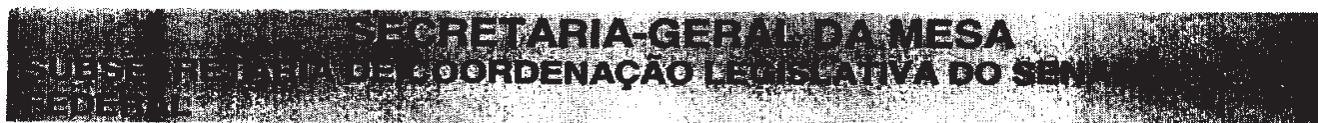
Projeto de Decreto Legislativo nº 61, de 2006, de iniciativa da Comissão de Assuntos Econômicos, que aprova a Programação Monetária para o primeiro trimestre de 2006.

Sessão: 25.01.2006

Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2002, que altera o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, com a finalidade de ampliar, até o final do exercício de 2016, a vigência do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) e de dispor sobre o valor mínimo nacional por aluno.

Sessão: 25.01.2006

Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Cabral, que acresce parágrafo ao art. 183 da Constituição Federal para aumentar, nas cidades com população inferior a trezentos mil habitantes, a extensão das áreas urbanas passíveis de terem a propriedade transferida por usucapião especial.



Sessão: 25.01.2006

IV - PROPOSIÇÕES APROVADAS E ENVIADAS À PROMULGAÇÃO:

De iniciativa do Senado Federal	9
De iniciativa da Câmara dos Deputados	66
Total.....	75

Projeto de Resolução nº 91, de 2005, de iniciativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que *suspende, nos termos do inciso X do art. 52 da Constituição Federal, a execução, no art. 1º do Decreto-Lei nº 1.724, de 7 de dezembro de 1979, da expressão “ou reduzir, temporária ou definitivamente, ou extinguir”, e, no inciso I do art. 3º do Decreto-Lei nº 1.894, de 10 de novembro de 1981, das expressões “reduzi-los” e “suspendê-los ou extingui-los”.*

(Decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Sessão: 16.01.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 1.356, de 2004 (nº 144/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Sociedade Rádio Difusora Vale do Itajaí Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Itajaí, Estado de Santa Catarina.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 17.01.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 417, de 2005 (nº 1.634/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Rádio Unisul FM – ACRU a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de União do Sul, Estado de Mato Grosso.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 17.01.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 423, de 2005 (nº 1.658/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão a Organizações So de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Penha, Estado de Santa Catarina.*

**SECRETARIA-GERAL DA MESA
E SECRETARIA DE COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO**

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 17.01.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 437, de 2005 (nº 1.697/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Pojuca a executar serviço de radiofusão comunitária na cidade de Pojuca, Estado da Bahia.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 17.01.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 439, de 2005 (nº 1.588/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Beneficente Frei Diogo de Paramoti a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Paramoti, Estado do Ceará.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 17.01.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 440, de 2005 (nº 1.649/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Rádio Comunitária Guaraciaba – ARCGUA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Guaraciaba, Estado de Santa Catarina.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 17.01.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 442, de 2005 (nº 1.661/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Princesa do Trairi a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Bento do Trairi, Estado do Rio Grande do Norte.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 17.01.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 444, de 2005 (nº 1.667/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Cultural, Educacional e Ambiental do Município de Paulistas a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Paulistas, Estado de Minas Gerais.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 17.01.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 446, de 2005 (nº 1.671/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Cultural e Comunitária de Santo Inácio a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santo Inácio, Estado do Paraná.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 17.01.2006

SUB-Secretaria de COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO
S-1000

Projeto de Decreto Legislativo nº 448, de 2005 (nº 1.687/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Apuaê de Sananduva a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sananduva, Estado do Rio Grande do Sul.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 17.01.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 449, de 2005 (nº 1.695/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Transviçosa de Radiodifusão a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Viçosa, Estado da Bahia.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 17.01.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 450, de 2005 (nº 1.696/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária e Agropastoril de Tuiutiba a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campo Formoso, Estado da Bahia.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 17.01.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 451, de 2005 (nº 1.699/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária da Cidade de Denise - MT a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Denise, Estado de Mato Grosso.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 17.01.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 452, de 2005 (nº 1.700/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Rádio Comunitária e Cultural de Adustina FM MHz a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Adustina, Estado da Bahia.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 17.01.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 453, de 2005 (nº 1.703/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Rádio Serrana FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Santo Amaro, Estado da Bahia.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 17.01.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 455, de 2005 (nº 1.706/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza as Obras Sociais Dom*

**SECRETARIA-GERAL DA MESA
DO SENADO FEDERATIVO
DESECRETARIA DE COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO FEDERATIVO**

Bosco a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Irapuã, Estado de São Paulo.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 17.01.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 456, de 2005 (nº 1.707/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Rádio Comunitária de Amparo Social a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Anagé, Estado da Bahia.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 17.01.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 457, de 2005 (nº 1.709/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Maia & Oliveira Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Costa Rica, Estado de Mato Grosso do Sul.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 17.01.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 458, de 2005 (nº 1.711/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Solidariedade Goianorte FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Goianorte, Estado do Tocantins.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 17.01.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 459, de 2005 (nº 1.712/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Cultural de Guimarães a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Guimarães, Estado do Maranhão.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 17.01.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 460, de 2005 (nº 1.718/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Rádio Comunitária Rosário/FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Moema, Estado de Minas Gerais.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 17.01.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 462, de 2005 (nº 1.722/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Cultural Dixseptiense a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Governador Dix-Sept Rosado, Estado do Rio Grande do Norte.



(Decisão terminativa da Comissão de Educação)
Sessão: 17.01.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 463, de 2005 (nº 1.725/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Tibagi a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tibagi, Estado do Paraná.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)
Sessão: 17.01.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 464, de 2005 (nº 1.738/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Fundação de Apoio à Comunicação Cristã – FACC para executar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Picos, Estado do Piauí.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)
Sessão: 17.01.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 465, de 2005 (nº 1.746/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Beneficente de Lagoa dos Gatos a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lagoa dos Gatos, Estado de Pernambuco.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)
Sessão: 17.01.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 466, de 2005 (nº 1.747/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Sambeneditense a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Benedito, Estado do Ceará.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)
Sessão: 17.01.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 467, de 2005 (nº 1.749/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária e Cultural Santa Cruz de Canoinhas a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Canoinhas, Estado de Santa Catarina.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)
Sessão: 17.01.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 468, de 2005 (nº 1.750/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Novos Rumos para o Desenvolvimento Social, Cultural e Artístico a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Barbosa, Estado de São Paulo.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

**SECRETARIA GERAL DA MESA
SUBSÉCRETARIA DE COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO
FEBRERATO**

Sessão: 17.01.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 470, de 2005 (nº 794/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Menina Tropical FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 17.01.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 471, de 2005 (nº 1.635/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Cultural de Rádio Comunitária de Central Carapina a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Serra, Estado do Espírito Santo.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 17.01.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 473, de 2005 (nº 1.740/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Raimunda Cleonice Linhares a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Massapé, Estado do Ceará.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 17.01.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 476, de 2005 (nº 1.789/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Rádio Ação Candeias FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Riachão do Jacuípe, Estado da Bahia.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 17.01.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 478, de 2005 (nº 1.637/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico, Cultural, Informativo e Social de Terenos - MS a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Terenos, Estado de Mato Grosso do Sul.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 17.01.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 479, de 2005 (nº 1.640/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Esperança e Liberdade a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Candiba, Estado da Bahia.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 17.01.2006

**SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE COORDENACAO LEGISLATIVA DO SENADO FEDERAL**

Projeto de Decreto Legislativo nº 481, de 2005 (nº 1.666/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Bispo Guaporé Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Amargosa, Estado da Bahia.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 17.01.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 483, de 2005 (nº 1.676/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Fundação Cultural de Radiodifusão Valenciana - Funcrava a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Valença, Estado do Piauí.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 17.01.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 484, de 2005 (nº 1.698/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Cristã de Ação Social Comunitária do Cajuru a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 17.01.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 485, de 2005 (nº 1.702/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Radiodifusão Ramadam Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Santo Antônio das Missões, Estado do Rio Grande do Sul.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 17.01.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 486, de 2005 (nº 1.723/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação dos Moradores do Sítio São Miguel - ASMOSSM - Sossego - PB a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sossego, Estado da Paraíba.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 17.01.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 487, de 2005 (nº 1.727/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Cambaraense de Rádio Comunitária a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cambará, Estado do Paraná.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 17.01.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 488, de 2005 (nº 1.739/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão outorgada à*

SF 361

**SECRETARIA-GERAL DA MESA
ASSOCIAÇÃO DE COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO**

Televisão Verdes Mares Ltda. para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 17.01.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 489, de 2005 (nº 1.755/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Presidente Castelo Branco - Acodecab a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Presidente Castelo Branco, Estado do Paraná.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 17.01.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 490, de 2005 (nº 1.756/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Rioclarense dos Colecionadores de Discos de Vinil a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rio Claro, Estado de São Paulo.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 17.01.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 491, de 2005 (nº 1.761/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação dos Amigos do Portal do Alvorada/Salgado São Félix - PB a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade Salgado de São Félix, Estado da Paraíba.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 17.01.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 493, de 2005 (nº 1.786/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Assistencial e de Difusão Educativa e Cultural de Joinville - Funadej para executar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 17.01.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 60, de 2006 (nº 1.109/2004, na Câmara dos Deputados), que altera o caput e revoga o § 1º do art. 3º do Decreto Legislativo nº 7, de 19 de janeiro de 1995, para vedar o pagamento de ajuda de custo ao parlamentar durante a Sessão Legislativa Extraordinária.

Sessão: 18.01.2006 (continuação da Sessão do dia 17.01.2006)

Projeto de Resolução nº 1, de 2006, de iniciativa da Comissão de Assuntos Econômicos, que autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo no valor total de até US\$ 658.300.000,00 (seiscentos e cinqüenta e oito milhões e trezentos mil dólares

**SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO
FEDERAL**

dos Estados Unidos da América) com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD).

Sessão: 25.01.2006

Projeto de Resolução nº 2, de 2006, de iniciativa da Comissão de Assuntos Econômicos, que autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo no valor total de US\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de dólares dos Estados Unidos da América) com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD).

Sessão: 25.01.2006

Projeto de Resolução nº 3, de 2006, de iniciativa da Comissão de Assuntos Econômicos, que autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo com o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD), no valor total de até US\$ 8.000.000,00 (oito milhões de dólares dos Estados Unidos da América), cujos recursos destinam-se ao financiamento do Projeto de Assistência Técnica ao Programa de Reformas para o Setor de Desenvolvimento Humano (HD-TAL).

Sessão: 25.01.2006

Projeto de Resolução nº 4, de 2006, de iniciativa da Comissão de Assuntos Econômicos, que autoriza o Distrito Federal a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD), no valor de até US\$ 57,643,000.00 (cinquenta e sete milhões, seiscentos e quarenta e três mil dólares dos Estados Unidos da América).

Sessão: 25.01.2006

Projeto de Resolução nº 5, de 2006, de iniciativa da Comissão de Assuntos Econômicos, que autoriza o Município de São Bernardo do Campo a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) no valor de até US\$ 72,000,000.00 (setenta e dois milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

Sessão: 25.01.2006

Projeto de Resolução nº 6, de 2006, de iniciativa da Comissão de Assuntos Econômicos, que autoriza o Estado de São Paulo a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até US\$ 9,000,000.00 (nove milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

Sessão: 25.01.2006

Projeto de Resolução nº 7, de 2006, de iniciativa da Comissão de Assuntos Econômicos, que autoriza o Estado do Espírito Santo a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco

**SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO
CÉPERA**

Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até US\$ 73,500,000.00 (setenta e três milhões e quinhentos mil dólares dos Estados Unidos da América).

Sessão: 25.01.2006

Projeto de Resolução nº 8, de 2006, de iniciativa da Comissão de Assuntos Econômicos, que *autoriza o Estado da Bahia a contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US\$ 49,296,000.00 (quarenta e nove milhões, duzentos e noventa e seis mil dólares dos Estados Unidos da América), de principal, junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), destinada ao financiamento parcial do "Projeto de Desenvolvimento Integrado de Áreas Carentes do Estado da Bahia - VIVER MELHOR II".*

Sessão: 25.01.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 461, de 2005 (nº 1.720/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária de Jaguaruna a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jaguaruna, Estado de Santa Catarina.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 26.01.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 494, de 2005 (nº 1.341/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Sociedade Rádio Araguaia de Brusque Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Brusque, Estado de Santa Catarina.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 26.01.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 496, de 2005 (nº 1.672/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Cultural de Integração Comunitária de Santa Cruz do Sul – Acicom a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Cruz do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 26.01.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 497, de 2005 (nº 1.705/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Rádio Gurinhatãense – Rádio Novo Horizonte a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Gurinhatã, Estado de Minas Gerais.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 26.01.2006



Projeto de Decreto Legislativo nº 498, de 2005 (nº 1.762/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à SBC – Sistema Brasileiro de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Timóteo, Estado de Minas Gerais.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 26.01.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 499, de 2005 (nº 1.764/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Mensageiros da Paz de Iepê a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Iepê, Estado de São Paulo.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 26.01.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 500, de 2005 (nº 1.766/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação dos Moradores e Amigos de Chonin de Cima "Amacci" a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Governador Valadares, Estado de Minas Gerais.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 26.01.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 501, de 2005 (nº 1.768/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Centro de Assistência Social e Educacional "John F. Kennedy" (Case) a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Belo Oriente, Estado de Minas Gerais.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 26.01.2006

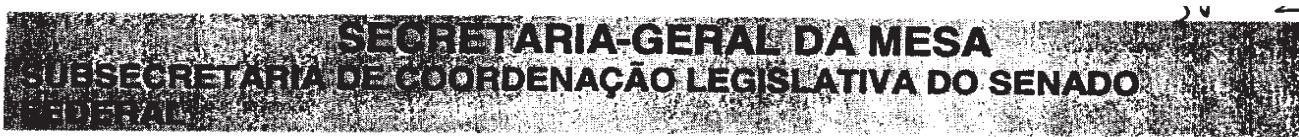
Projeto de Decreto Legislativo nº 502, de 2005 (nº 1.774/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária São José de Lagoa Grande do Maranhão – MA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lagoa Grande do Maranhão, Estado do Maranhão.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 26.01.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 503, de 2005 (nº 1.787/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Organização Cultural e Ecológica de Missal a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Missal, Estado do Paraná.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)



Sessão: 26.01.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 505, de 2005 (nº 1.822/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Movimento Comunitário Nossa Bom Repouso a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bom Repouso, Estado de Minas Gerais.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 26.01.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 507, de 2005 (nº 1.615/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Ágape Mantenense de Radiodifusão a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mantena, Estado de Minas Gerais.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 26.01.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 508, de 2005 (nº 1.632/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Rádio Cultura de Cuiabá Ltda. para executar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Cuiabá, Estado de Mato Grosso.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 26.01.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 510, de 2005 (nº 1.694/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação dos Moradores de Pedra Lavrada (Ampla), a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pedra Lavrada, Estado da Paraíba.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 26.01.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 512, de 2005 (nº 1.767/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação de Moradores e Amigos do Bairro de Pedra (Asmoape) a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 26.01.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 513, de 2005 (nº 1.769/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Itaiense a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itai, Estado de São Paulo.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 26.01.2006

**SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETAaria DE COORDENACÃO LEGISLATIVA DO SENADO
FEDERAL**

Projeto de Decreto Legislativo nº 514, de 2005 (nº 1.772/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Educacional e Cultural – Interativa a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Medianeira, Estado do Paraná.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 26.01.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 515, de 2005 (nº 1.773/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão Barreirinhas FM – ACRBFM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Barreirinhas, Estado do Maranhão.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 26.01.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 516, de 2005 (nº 1.788/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Abaíra – BA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Abaíra, Estado da Bahia.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 26.01.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 518, de 2005 (nº 1.593/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Martinópolis a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Martinópolis, Estado de São Paulo.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 26.01.2006

**SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO
FEDERAL**

**V – PARECERES REFERENTES A MENSAGENS DE
ESCOLHA DE AUTORIDADES:**

Total	6
-------------	---

Parecer nº 52, de 2006, sobre a Mensagem nº 280, de 2005 (nº 840/2005, na origem), pela qual o Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor *Leur Antonio Britto Lomanto*, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC.)

Sessão: 25.01.2006

Parecer nº 53, de 2006, sobre a Mensagem nº 281, de 2005 (nº 841/2005, na origem), pela qual o Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor *Jorge Luiz Brito Velozo*, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC.

Sessão: 25.01.2006

Parecer nº 54, de 2006, sobre a Mensagem nº 1, de 2006 (nº 896/2005, na origem), pela qual o Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Doutor *Horácio Raymundo de Senna Pires*, Juiz do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região, Bahia, para compor o Tribunal Superior do Trabalho, no cargo de Ministro Togado, em vaga reservada a juízes de carreira da magistratura trabalhista criada conforme disposto no art. 2º da Emenda Constitucional nº 45, de 8 de dezembro de 2004, que altera a composição do Tribunal Superior do Trabalho.

Sessão: 25.01.2006

Parecer nº 55, de 2006, sobre a Mensagem nº 2, de 2006 (nº 897/2005, na origem), pela qual o Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Doutor *Alberto Luiz Bresciani de Fontan Pereira*, Juiz do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, Distrito Federal, para compor o Tribunal Superior do Trabalho, no cargo de Ministro Togado, em vaga reservada a juízes de carreira da magistratura trabalhista criada conforme disposto no art. 2º da Emenda Constitucional nº 45, de 8 de dezembro de 2004, que altera a composição do Tribunal Superior do Trabalho.

Sessão: 25.01.2006

Parecer nº 56, de 2006, sobre a Mensagem nº 3, de 2006 (nº 898/2005, na origem), pela qual o Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Doutor *Luiz Philippe Vieira de Mello Filho*, Juiz

SECRETARIA-GERAL DA MESA**SUBSÉCERGÉTARIA DE COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO FEDERAL**

do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, Minas Gerais, para compor o Tribunal Superior do Trabalho, no cargo de Ministro Togado, em vaga reservada a juízes de carreira da magistratura trabalhista criada conforme disposto no art. 2º da Emenda Constitucional nº 45, de 8 de dezembro de 2004, que altera a composição do Tribunal Superior do Trabalho.

Sessão: 25.01.2006

Parecer nº 57, de 2006, sobre a Mensagem nº 4, de 2006 (nº 899/2005, na origem), pela qual o Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal a indicação da Doutora Rosa Maria Weber Candiota da Rosa, Juíza do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, Rio Grande do Sul, para compor o Tribunal Superior do Trabalho, no cargo de Ministro Togado, em vaga reservada a juízes de carreira da magistratura trabalhista criada conforme disposto no art. 2º da Emenda Constitucional nº 45, de 8 de dezembro de 2004, que altera a composição do Tribunal Superior do Trabalho.

Sessão: 25.01.2006

SECRETARIA-GERAL DA MESA**SUBSÉCERGÉTARIA DE COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO FEDERAL****VI - REQUERIMENTO DE CRIAÇÃO DE COMISSÃO TEMPORÁRIA:**

Total.....	1
-------------------	----------

Requerimento nº 72, de 2006, de autoria do Senador Paulo Octávio, solicitando a constituição de Comissão Temporária Interna composta de 4 membros titulares para, no prazo de 120 dias, organizar as homenagens pela passagem dos 50 anos da posse de Juscelino Kubitschek como Presidente da República Federativa do Brasil, comemorado no dia 31 de janeiro.

Sessão: 25.01.2006

SECRETARIA-GERAL DA MESA**SUBSÉCERGÉTARIA DE COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO FEDERAL****VII – MATÉRIA PREJUDICADA:**

De iniciativa do Senado Federal	1
Total.....	1

Projeto de Decreto Legislativo nº 569, de 2005, de autoria do Senador Jefferson Peres, que altera a redação do art. 3º do Decreto Legislativo nº 7, de 1995, revigorado pelos Decretos Legislativos nºs 7, de 1999, e 444, de 2002, para eliminar o pagamento de ajuda de custo ao parlamentar, referente à sessão legislativa extraordinária.

(Em virtude da aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 60, de 2006)

Sessão: 18.01.2006 (continuação da Sessão do dia 17.01.2006)

**SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUB-SECRETARIA DE COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO**

VIII – MATÉRIA REJEITADA:

De iniciativa do Senado Federal	1
Total.....	1

Projeto de Lei do Senado nº 89, de 2003-Complementar, de autoria do Senador Hélio Costa, que *acrescenta § 3º ao artigo 35 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, com vistas a permitir a renegociação de contratos, vigentes no momento de promulgação daquela lei, que venham a ter seu equilíbrio econômico-financeiro afetados por perturbação macroeconômica.*

(Art. 254 do Regimento Interno)

Sessão: 16.01.2006

**SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUB-SECRETARIA DE COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO**

IX - OUTRAS DELIBERAÇÕES:

De iniciativa do Senado Federal	32
Total.....	32

Requerimento nº 2, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso ao Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, pela inauguração de sua nova sede em Manaus.*

Sessão: 16.01.2006

Requerimento nº 3, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso ao Município de Novo Aripuanã, no Amazonas, pelo transcurso de seu cinqüentenário.*

Sessão: 16.01.2006

Requerimento nº 4, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso a Ronaldinho Gaúcho, eleito pela FIFA pelo segundo ano seguido, o melhor jogador de futebol do mundo.*

Sessão: 16.01.2006

Requerimento nº 9, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de pesar pelo falecimento do ex-Deputado Federal Ângelo Magalhães, ocorrido no dia 18 de dezembro de 2005.*

Sessão: 16.01.2006

Requerimento nº 11, de 2006, de autoria dos Senadores Arthur Virgílio e Demóstenes Torres, *solicitando voto de pesar pelo falecimento do Professor Cáio Tácito Sá Viana Pereira de Vasconcellos, que foi Reitor da Universidade Estadual do Rio de Janeiro no período de 1976 a 1979.*

Sessão: 16.01.2006

Requerimento nº 18, de 2006, de autoria do Senador Romeu Tuma, *solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do Chefe Militar da Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti, General-de-Divisão Urano Teixeira da Matta Bacellar, ocorrido no dia 7 de janeiro de 2006, em Porto Príncipe, Haiti.*

Sessão: 16.01.2006

Requerimento nº 19, de 2006, de autoria do Senador Luiz Otávio, solicitando voto de pesar pelo falecimento do empresário, radialista e ex-Deputado Estadual Antônio da Rocha Leonardo, ocorrido na cidade de Belém

**SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO FEDERAL
do Pará.**

Sessão: 17.01.2006

Requerimento nº 24, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao professor e crítico literário Antônio Cândido, por haver sido contemplado, no México, pelo prêmio internacional Alfonso Reyes, edição de 2005.

Sessão: 17.01.2006

Requerimento nº 30, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao jovem Matheus de Almeida por ato de heroísmo praticado quando da queda do avião em que viajava, no dia 2 de janeiro de 2006, em São Paulo.

Sessão: 17.01.2006

Requerimento nº 31, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso aos lutadores Vanderlei Silva e Ricardo Arona, por terem sido, respectivamente, campeão e vice-campeão do Pride Grand Prix, realizado em 31 de dezembro de 2005, em Tóquio, Japão.

Sessão: 17.01.2006

Requerimento nº 32, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de pesar pelo falecimento do músico Robertinho do Acordeon, ocorrido no dia 3 de janeiro de 2006, em São Paulo.

Sessão: 17.01.2006

Requerimento nº 33, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de pesar pelo falecimento do cenógrafo Gianni Ratto, ocorrido no dia 30 de dezembro de 2005, em São Paulo.

Sessão: 17.01.2006

Requerimento nº 35, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao Ministro do Supremo Tribunal Federal, Ministro Carlos Velloso.

Sessão: 19.01.2006

Requerimento nº 38, de 2006, de autoria do Senador Magno Malta e outros Srs. Senadores, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Deputado Estadual Edson Vargas, ocorrido no dia 19 de janeiro de 2006.

Sessão: 19.01.2006

Requerimento nº 39, de 2006, de autoria do Senador Augusto Botelho e outros Srs. Senadores, solicitando voto de lembrança a Leonel Brizola, que no dia 22 de janeiro de 2006 completaria 84 anos.

Sessão: 20.01.2006

**SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSÉCERARIA DE COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO
FEBRERAL**

Requerimento nº 41, de 2006, de autoria do Senador Romeu Tuma,
*solicitando voto de aplauso ao povo paulista, pelos 452 anos de fundação da
cidade de São Paulo.*

Sessão: 24.01.2006

Requerimento nº 46, de 2006, de autoria do Senador Marcelo Crivella,
*solicitando voto de congratulações ao jornal O São Gonçalo, pelo transcurso
dos seus 75 anos.*

Sessão: 24.01.2006

Requerimento nº 49, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio,
*solicitando voto de aplauso ao município de Presidente Figueiredo, no Estado
do Amazonas, pelo transcurso do seu 24º aniversário.*

Sessão: 25.01.2006

Requerimento nº 50, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio,
*solicitando voto de aplauso ao bailarino manauara Wallace Jones, que foi
selecionado para integrar o Balé da Cidade de São Paulo.*

Sessão: 25.01.2006

Requerimento nº 51, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio,
*solicitando voto de aplauso às vencedoras do concurso de Rainha do maior
campeonato de futebol amador do mundo, organizado pelo jornal A Crítica, de
Manaus, popularmente conhecido como "Peladão".*

Sessão: 25.01.2006

Requerimento nº 52, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio,
*solicitando voto de aplauso aos nadadores Luiz Eduardo Oliveira e Ana
Marcela Cunha, vencedores da 33ª edição da Maratona Aquática Almirante
Tamandaré, realizada em 11 de dezembro de 2005, em Manaus, e aos
nadadores amazonenses Mayara dos Santos e Lorence Ramos, respectivamente
2ª e 4ª colocadas na prova feminina, e Ítalo Guimarães, 7º colocado na prova
masculina.*

Sessão: 25.01.2006

Requerimento nº 53, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio,
*solicitando voto de aplauso à cidade de São Paulo que comemora no dia 25 de
janeiro de 2006, 452 anos.*

Sessão: 25.01.2006

Requerimento nº 54, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio,
*solicitando voto de aplauso à artista plástica Marlene Godoy, por haver
participado da Bienal Internacional de Arte Contemporânea/2005, em
Florença, Itália.*

**SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO
FEDERAL**

Sessão: 25.01.2006

Requerimento nº 55, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio,
*solicitando voto de aplauso ao pugilista Valdemir Sertão Pereira por haver
conquistado o título de Campeão Mundial, categoria peso pena, na versão da
Federação Internacional de Boxe.*

Sessão: 25.01.2006

Requerimento nº 56, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio,
*solicitando voto de pesar pelo falecimento do jornalista Otelo Caçador,
ocorrido no dia 23 de janeiro de 2006, no Rio de Janeiro/RJ.*

Sessão: 25.01.2006

◎

Requerimento nº 57, de 2006, de autoria do Senador Flexa Ribeiro,
*solicitando voto de pesar pelo falecimento da Sra. Aydee Campos Carmona,
mãe do deputado estadual, Martinho Carmona.*

Sessão: 25.01.2006

Requerimento nº 74, de 2006, de autoria do Senador Tasso Jereissati,
*solicitando voto de condolências à família de Maria Proença de Macedo,
esposa do ex-Senador, pelo Estado do Ceará, José Dias de Macedo, falecida
em 30/01/2006, em Fortaleza.*

Sessão: 30.01.2006

Requerimento nº 76, de 2006, de autoria do Senador Paulo Paim,
*solicitando que seja inserido em ata voto de pesar pelo falecimento de Coretta
Scott King, ocorrido em 31/01/2006, viúva e inspiradora de Martin Luther King
nas lutas e transformações raciais americanas, e apresentação de condolências
aos seus familiares.*

Sessão: 31.01.2006

Requerimento nº 77, de 2006, de autoria do Senador Leonel Pavan,
*solicitando voto de aplauso à Cidade de Balneário Camboriú, como
patrocinadora pelo "Mundialito de Fast Triathlon Feminino" e à Rede Globo
de Televisão, realizadora do evento, disputado no dia 29 de janeiro de 2006,
em Balneário Camboriú, Santa Catarina.*

Sessão: 31.01.2006

Requerimento nº 78, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio,
*solicitando voto de aplauso ao jornalista Paulo Nogueira, que fez de VIP uma
das maiores revistas do País, que neste ano, completa 25 anos de existência .*

Sessão: 31.01.2006

Requerimento nº 79, de 2006, de autoria dos Senadores Marco Maciel
José Jorge, solicitando inserção em Ata de voto de pesar pelo falecimento,

**SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO
FEDERAL**

ocorrido dia 27/01/2006, na cidade de Olinda, do ex-Senador Nivaldo Machado, que integrou a representação do Estado Pernambuco nesta Casa, no período de março de 1985 a abril de 1987, pelo Partido Liberal; solicita ainda, seja dado conhecimento à esposa, Senhora Maria Carmelita Machado, aos filhos Antônio Carlos, Nivaldo Filho e Paulo Henrique, bem como à Prefeitura e à Câmara Municipal de Olinda, e à Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco.

Sessão: 31.01.2006

Requerimento nº 81, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de pesar pelo falecimento do brasileiro Felipe Carvalho Barbosa, que, como fuzileiro naval das forças militares dos Estados Unidos, morreu em acidente na região de Falluja, a 50 Km de Bagdá, onde integrava a corporação norte-americana no Iraque.

Sessão: 31.01.2006

**SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO
FEDERAL**

**X - ATOS DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO
NACIONAL PRORROGANDO PRAZO DE VIGÊNCIA DE MEDIDA
PROVISÓRIA**

Total.....	2
------------	---

Ato nº 1, de 2006 – Prorroga, pelo período de sessenta dias, a partir de 27 de janeiro de 2006, a vigência da Medida Provisória nº 267, de 28 de novembro de 2005, que “altera dispositivos da Lei no 6.704, de 26 de outubro de 1979, que dispõe sobre o seguro de crédito à exportação, e autoriza cobranças judiciais e extrajudiciais de créditos da União, no exterior, decorrentes de sub-rogações de garantias de seguro de crédito à exportação honradas com recursos do Fundo de Garantia à Exportação - FGE e de financiamentos não pagos contratados com recursos do Programa de Financiamento às Exportações – PROEX e do extinto Fundo de Financiamento à Exportação – FINEX, e dá outras providências”.

(publicado no Diário Oficial da União de 18.01.2006, seção I)

Ato nº 2, de 2006 – Prorroga, pelo período de sessenta dias, a partir de 3 de fevereiro de 2006, a vigência da Medida Provisória nº 268, de 2 de dezembro de 2005, que “abre crédito extraordinário em favor dos Ministérios da Educação, da Saúde e da Defesa e de Operações Oficiais de Crédito, no valor global de R\$ 1.498.314.101,00, para os fins que especifica”.

(publicado no Diário Oficial da União de 25.01.2006, seção I)

**SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUB-SECRETARIA DE COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO**

**SESSÕES PLENÁRIAS REALIZADAS
(16 a 31 de janeiro de 2006)**

Deliberativas Ordinárias	7
Não Deliberativas	4
Especial	1
	12

**SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUB-SECRETARIA DE COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO**

**SUMÁRIO DAS MATÉRIAS APRECIADAS PELO SENADO FEDERAL
(de 16 a 31 de janeiro de 2006)**

MATÉRIAS APROVADAS	100
I – Medidas Provisórias aprovadas.....	5
1 – aprovadas na íntegra e enviadas à promulgação	5
2 – aprovadas com alterações e devolvidas à Câmara dos Deputados.....	1
II – Proposições aprovadas e enviadas à sanção.....	7
III – Proposições aprovadas e enviadas à Câmara dos Deputados	6
1 – Por decisão do Plenário.....	5
1.1 - Proposições do Senado	5
2 – Por decisão terminativa.....	1
2.1 - Proposições do Senado	1
IV – Proposições aprovadas e enviadas à promulgação	75
1 - Concessões de telecomunicações	66
2 - Operações de crédito	8
3 – Outros.....	1
V – Escolha de autoridades	6
VI – Requerimento de criação de comissão temporária	1
MATÉRIAS ENVIADAS AO ARQUIVO	2
VII – Matéria prejudicada.....	1
VIII – Matéria rejeitada.....	1
TOTAL DE MATÉRIAS APRECIADAS	102

**ATOS DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL PRORROGANDO PRAZO
DE MEDIDA PROVISÓRIA**

SECRETARIA-GERAL DA MESA**SUB-SECRETARIA DE COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO FEDERAL****SUMÁRIO CONSOLIDADO DO PERÍODO DE 16 DE DEZEMBRO DE 2005 A 31 DE JANEIRO DE 2006****SESSÕES PLENÁRIAS REALIZADAS PELO SENADO FEDERAL NA 5ª LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA DA 52ª LEGISLATURA**

(16/12/2005 A 15/01/2006)

Não houve sessões no Senado Federal

(16 a 31 de janeiro de 2006)

Deliberativas Ordinárias	7
Não Deliberativas	4
Especial.....	1
Total	11

MATÉRIAS APROVADAS 100**I – Medidas Provisórias aprovadas..... 5**

- 1 – aprovadas na íntegra e enviadas à promulgação 5
- 2 – aprovadas com alterações e devolvidas à Câmara dos Deputados..... 1

II – Proposições aprovadas e enviadas à sanção..... 7**III - Proposições aprovadas e enviadas à Câmara dos Deputados 6**

- 1 – Por decisão do Plenário..... 5

 - 1.1 - Proposições do Senado 5

- 2 – Por decisão terminativa..... 1

 - 2.1 - Proposições do Senado 1

IV - Proposições aprovadas e enviadas à promulgação 75

- 1 - Concessões de telecomunicações 66
- 2 - Operações de crédito 8
- 3 - Outros..... 1

V – Escolha de autoridades..... 6**VI – Requerimento de criação de comissão temporária 1****MATÉRIAS ENVIADAS AO ARQUIVO 2****VII – Matéria prejudicada..... 1****VIII – Matéria rejeitada..... 1****SECRETARIA-GERAL DA MESA****SUB-SECRETARIA DE COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO FEDERAL****TOTAL DE MATÉRIAS APRECIADAS 102****ATOS DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL PRORROGANDO PRAZO DE MEDIDA PROVISÓRIA 2**

PORTARIA DO DIRETOR-GERAL
Nº 030 , DE 2006

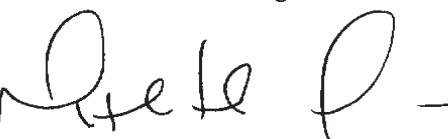
O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das suas competências regulamentares, e de acordo com o disposto no art. 320 da Resolução nº 9, de 1997, que altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal,

RESOLVE:

I - Designar a servidora **Sildia de Lellice da Silva Moraes**, matrícula 45722, para integrar, como membro, a Comissão Especial, de que trata a Portaria nº 142, de 2005, do Diretor-Geral do Senado Federal, incumbida de implantar os trabalhos de conferência e correção dos dados atualmente existentes no Banco de Dados do Histórico Funcional e do Pagamento dos senhores Senadores e servidores ativos.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com os seus efeitos a partir do dia 02 de janeiro de 2006.

Senado Federal, 31 de janeiro de 2006

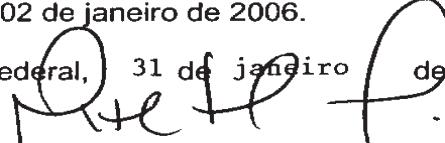

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral do Senado Federal

PORTARIA DO DIRETOR-GERAL
Nº 31 , de 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais que lhe confere o art. 320, da Resolução nº 09, de 1997, que altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal, RESOLVE:

I – Reconduzir, pelo prazo de 90 (noventa) dias, a Comissão Especial, instituída pela Portaria nº 66, de 2005, do Diretor-Geral do Senado Federal, incumbida de implementar os trabalhos de conferência e correção dos dados atualmente existentes no banco de dados do histórico funcional e pagamento da Secretaria Especial de Editoração e Publicações e implementar a migração desses dados para o novo sistema de recursos humanos.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 02 de janeiro de 2006.

Senado Federal, 31 de janeiro de 2006.

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

PORTARIA DO DIRETOR-GERAL
Nº 032 , de 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das

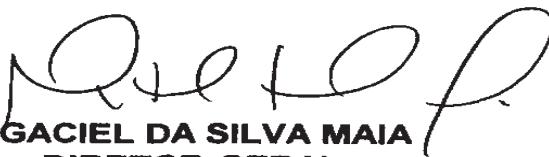
competências regulamentares e de acordo com o disposto no art. 15 das disposições finais, da Resolução do Senado Federal nº 9, de 1997, RESOLVE:

Art. 1º - Constituir Comissão Especial com a finalidade de proceder inventário físico no almoxarifado da Secretaria Especial de Editoração e Publicações, com a elaboração de termo de verificação de saldos de estoque de Bens de Consumo e Permanentes.

Art. 2º - Designar para compor a Comissão na qualidade de Presidente, a servidora TERESA ROMANO CAVALCANTI PIRES, matrícula 33069 e como Membros, os servidores VILMA MARIA DANTAS SOUSA, matrícula 21754, SOLANGE V. CAVALCANTE DE OLIVEIRA, matrícula 29856, LUCIANA MARIA CEOLIN, matrícula 37970 e GISELLE CLÁUDIO SANTOS, matrícula 32703.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com prazo de 60 (noventa) dias para conclusão dos trabalhos.

Brasília, 31 de janeiro de 2006.


AGACIEL DA SILVA MAIA
DIRETOR-GERAL

PORTARIA DO DIRETOR-GERAL
Nº 033 , de 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, com base no disposto no art. 145, inciso II, da Lei nº 8.112, de 1990, e tendo em vista a conclusão da Comissão de Sindicância instaurada pela Portaria do Diretor-Geral nº 88, de 2005, constante do Processo nº 1270/04-4, RESOLVE:

Aplicar a penalidade de advertência ao servidor JOSÉ DE PAULA ALVES, matrícula 34839, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo/Segurança, por haver transgredido os mandamentos legais dos incisos I e III do art. 116, da Lei nº 8.112, de 1990.

Senado Federal, 31 de janeiro de 2006.

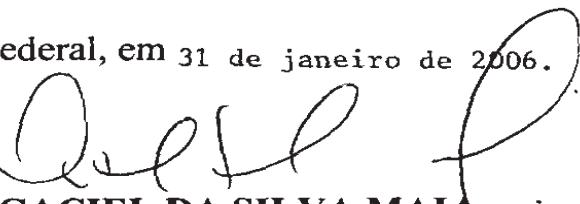

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 200 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **001440/06-3**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **CLAUDIOMAR DOS SANTOS SILVA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-8, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador José Maranhão.

Senado Federal, em 31 de janeiro de 2006.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 201 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997,

RESOLVE

designar o servidor CECÍLIO MEDEIROS DE SOUSA, matrícula 22930, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Técnico Legislativo, Símbolo FC-6, da Diretoria-Geral, a partir de 01 de janeiro de 2006.

Senado Federal, 31 de janeiro de 2006



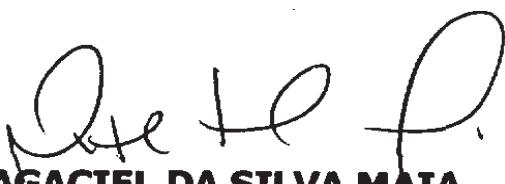
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 202 , de 2006**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais que lhe confere o Regulamento Administrativo do Senado Federal, com a nova redação dada pela Resolução nº 9, de 1997,
RESOLVE:

I - Reconduzir a Comissão Especial criada através do Ato nº 249/04, do Diretor-Geral do Senado Federal, com prazo até 30 de junho de 2006, para conclusão dos trabalhos.

Senado Federal, 31 de janeiro de 2006.


AGACIEL DA SILVA MAIA
DIRETOR-GERAL

(OS: 10467/2006)

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 52^a LEGISLATURA

Bahia

PFL – Rodolpho Tourinho*^S
PFL – Antonio Carlos Magalhães **
PFL – César Borges**

Rio de Janeiro

BLOCO-PT – Roberto Saturnino*
PMR – Marcelo Crivella**
PMDB – Sérgio Cabral**

Maranhão

PMDB – João Alberto Souza *
PFL – Edison Lobão**
PFL – Roseana Sarney **

Pará

PMDB – Luiz Otávio*
BLOCO-PT – Ana Júlia Carepa**
PSDB – Flexa Ribeiro**^S

Pernambuco

PFL – José Jorge*
PFL – Marco Maciel**
PSDB – Sérgio Guerra**

São Paulo

BLOCO-PT – Eduardo Suplicy*
BLOCO-PT – Aloizio Mercadante**
PFL – Romeu Tuma**

Minas Gerais

BLOCO-PL – Aelton Freitas*^S
PSDB – Eduardo Azeredo**
PMDB – Wellington Salgado de Oliveira**^S

Goiás

PMDB – Maguito Vilela*
PFL – Demóstenes Torres**
PSDB – Lúcia Vânia**

Mato Grosso

PSDB – Antero Paes de Barros *
PFL – Jonas Pinheiro **
BLOCO-PT – Serys Slhessarenko**

Rio Grande do Sul

PMDB – Pedro Simon*
BLOCO-PT – Paulo Paim**
PTB – Sérgio Zambiasi**

Ceará

PSDB – Reginaldo Duarte*^S
BLOCO-PSB – Patricia Saboya Gomes**
PSDB – Tasso Jereissati**

Paraíba

PMDB – Ney Suassuna *
PFL – Efraim Morais**
PMDB – José Maranhão **

Espírito Santo

PSDB – João Batista Motta*^S
PMDB – Gerson Camata**
BLOCO-PL – Magno Malta**

Piauí

PMDB – Alberto Silva*
PFL – Heráclito Fortes**
PMDB – Mão Santa **

Rio Grande do Norte

PTB – Fernando Bezerra *
PMDB – Garibaldi Alves Filho**
PFL – José Agripino**

Santa Catarina

PFL – Jorge Bornhausen *
BLOCO-PT – Ideli Salvatti**
PSDB – Leonel Pavan **

Alagoas

P-SOL – Heloísa Helena*
PMDB – Renan Calheiros**
PSDB – Teotonio Vilela Filho **

Sergipe

PFL – Maria do Carmo Alves *
PMDB – Almeida Lima**
BLOCO-PSB – Antônio Carlos Valadares**

Mandatos

*: Período 1999/2007 **: Período 2003/2011

Amazonas

PMDB – Gilberto Mestrinho*
PSDB – Arthur Virgílio**
PDT – Jefferson Péres**

Paraná

PSDB – Alvaro Dias *
BLOCO-PT – Flávio Arns**
PDT – Osmar Dias**

Acre

BLOCO-PT – Tião Viana*
Sem partido – Geraldo Mesquita Júnior**
BLOCO-PT – Sibá Machado**^S

Mato Grosso do Sul

PSDB – Juvêncio da Fonseca*
BLOCO-PT – Delcídio Amaral**
PMDB – Ramez Tebet**

Distrito Federal

PTB – Valmir Amaral*^S
PDT – Cristovam Buarque **
PFL – Paulo Octávio **

Tocantins

PSDB – Eduardo Siqueira Campos*
BLOCO-PL – João Ribeiro **
PC do B – Leomar Quintanilha**

Amapá

PMDB – José Sarney *
PMDB – Gilvam Borges**
PSDB – Papaléo Paes**

Rondônia

PMDB – Amir Lando*
BLOCO-PT – Fátima Cleide**
PMDB – Valdir Raupp**

Roraima

PTB – Mozarildo Cavalcanti*
PDT – Augusto Botelho**
PMDB – Romero Jucá**

SECRETARIA DE COMISSÕES		
Diretora	Cleide Maria Barbosa Ferreira Cruz	Ramais: 3488/89/91 Fax: 1095

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO		
Diretor	Wanderley Rabelo da Silva	(Ramal: 3623 – Fax: 3606)
Secretários	Francisco Naurides Barros Hermes Pinto Gomes Irani Ribeiro dos Santos Verônica de Carvalho Maia José Augusto Panisset Santana Izaias Faria de Abreu Angélica Passarinho Mesquita	(Ramal: 3508) (Ramal: 3510) (Ramal: 4854) (Ramal: 3511) (Ramal: 4854) (Ramal: 3514) (Ramal: 3501)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS		
Diretor	Sérgio da Fonseca Braga	(Ramal: 3507 – Fax: 3512)
Secretários	Maria de Fátima Maia de Oliveira Ivanilde Pereira Dias de Oliveira Maria Consuelo de Castro Souza Rilvana Cristina de Souza Melo	(Ramal: 3520) (Ramal: 3503) (Ramal: 3504) (Ramal: 3509)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES			
Diretor	José Roberto Assumpção Cruz	(Ramal: 3517)	
Secretários	CAE CAS CCJ CE CMA CDH CRE CI CDR CRA	Luiz Gonzaga Silva Filho Gisele Ribeiro de Toledo Camargo Gildete Leite de Melo Júlio Ricardo Borges Linhares José Francisco B. de Carvalho Altair Gonçalves Soares Maria Lúcia Ferreira de Mello Celso Antony Parente Ednaldo Magalhães Siqueira Marcello Varella	(Ramal: 4605) (Ramal: 4608) (Ramal: 3972) (Ramal: 4604) (Ramal: 3935) (Ramal: 1856) (Ramal: 4777) (Ramal: 4354) (Ramal: 3517) (Ramal: 3506)

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

- 1) Comissão Externa, composta de oito Senhores Senadores e Senhoras Senadoras, com a finalidade de acompanhar as investigações sobre o assassinato da missionária norte-americana naturalizada brasileira Dorothy Stang, que vêm sendo desenvolvidas pela Polícia Federal e pela Polícia Militar do Estado do Pará.

(Ato do Presidente nº 8, de 2005)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa – PT/ PA

Vice-Presidente: Senador Flexa Ribeiro – PSDB/PA

Relator: Demóstenes Torres – PFL/GO

Ana Júlia Carepa – PT/ PA
Eduardo Suplicy – PT/SP
Fátima Cleide – PT/RO
Flexa Ribeiro – PSDB/PA
Luiz Otávio – PMDB/PA
Demóstenes Torres – PFL/GO
Serys Slhessarenko – PT/MT
Sibá Machado – PT/AC

Prazo Final: 18.3.2005

Designação: 16.2.2005

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE (27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Luiz Otávio – PMDB
Vice-Presidente: Senador Romeu Tuma - PFL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	4. Demóstenes Torres – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. José Jorge – PFL
Romeu Tuma – PFL	6. Roseana Sarney – PFL
Arthur Virgílio – PSDB	7. João Batista Motta – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Leonel Pavan – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	10. Flexa Ribeiro – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	11. Teotonio Vilela Filho – PSDB
PMDB	
Ramez Tebet	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	3. Wellington Salgado de Oliveira
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Maguito Vilela
Gilberto Mestrinho	6. Gerson Camata
Valdir Raupp	7. Almeida Lima
José Maranhão	8. Gilvam Borges
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aloizio Mercadante – PT	1. Ideli Salvatti – PT
Ana Júlia Carepa – PT	2. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
Eduardo Suplicy – PT	4. Roberto Saturnino – PT
Fernando Bezerra – PTB	5. Flávio Arns – PT
João Ribeiro - PL	6. Sibá Machado – PT
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	7. Serys Slhessarenko – PT
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Péres

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
 Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
 Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
 E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS MUNICIPAIS
(9 titulares e 9 suplentes)

Presidente: Senador Garibaldi Alves Filho - PMDB

Vice-Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL ⁽⁴⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Arthur Virgílio – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	4. Lúcia Vânia – PSDB
PMDB	
Mão Santa	1. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	2. (vago) ⁽³⁾
Ney Suassuna ⁽¹⁾	3. Serys Slhessarenko ⁽¹⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	2. Roberto Saturnino – PT
PDT	

⁽¹⁾ Vaga decidida em comum acordo entre o PMDB e o Bloco de Apoio ao Governo.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ O Senador Hélio Costa afastou-se do exercício do mandato em 8.7.2005 para assumir o cargo de Ministro de Estado das Comunicações.

⁽⁴⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Sala nº 19 – Ala Sen. Alexandre Costa.

Telefones: 3311-3255, 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE MINERAÇÃO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT
Vice-Presidente: Senador Rodolpho Tourinho - PFL
Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Rodolpho Tourinho - PFL	1. (vago)
Edison Lobão - PFL	2. Almeida Lima – PMDB ⁽⁴⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Eduardo Azeredo – PSDB
PMDB	
Luiz Otávio	1. (vago) ⁽³⁾
Sérgio Cabral	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Aelton Freitas – PL	2. (vago) ⁽¹⁾
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ Vago, em virtude de o Senador Cristovam Buarque não mais pertencer à Comissão de Assuntos Econômicos.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ O Senador Hélio Costa afastou-se do exercício do mandato em 8.7.2005 para assumir o cargo de Ministro de Estado das Comunicações.

⁽⁴⁾ O Senador Almeida Lima comunicou que passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 18.8.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Quartas – Feiras às 9:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A
ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS
(9 titulares e 9 suplentes)**

**Presidente: Senador César Borges - PFL
Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra - PTB
Relator: Senador Ney Suassuna - PMDB**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. Jonas Pinheiro – PFL ⁽³⁾
Paulo Octávio – PFL	2. José Jorge – PFL
Sérgio Guerra – PSDB	3. Lúcia Vânia - PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valdir Raupp
Pedro Simon	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,⁽¹⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Eduardo Suplicy – PT
Fernando Bezerra – PTB	2. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PTB
Mozarildo Cavalcanti – PTB	4. Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾
PDT	

Obs: em 19.11.2003 a Subcomissão aprovou o Relatório Final, que será submetido à apreciação da Comissão de Assuntos Econômicos, nos termos do art. 73, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal.

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Quartas – Feiras às 18:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - LIQUIDAÇÃO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Aelton Freitas - PL
Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra - PTB

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão – PFL	1. César Borges – PFL
Romeu Tuma – PFL	2. (vago) ⁽²⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Romero Jucá	1. Ney Suassuna
Valdir Raupp	2. Maguito Vilela
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. Ideli Salvatti – PT
Fernando Bezerra – PTB	2. Delcídio Amaral – PT
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS
(21 titulares e 21 suplentes)

Presidente: Senador Antônio Carlos Valadares - PSB
Vice-Presidente: Senadora Patrícia Gomes – PSB⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Marco Maciel – PFL	1. Heráclito Fortes – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	2. José Jorge – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	3. Demóstenes Torres – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	4. Romeu Tuma – PFL
Flexa Ribeiro – PSDB	5. Eduardo Azeredo – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	6. Papaléo Paes
Lúcia Vânia – PSDB	7. Teotonio Vilela Filho – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Wellington Salgado de Oliveira
Romero Jucá	2. Ramez Tebet
Valdir Raupp	3. José Maranhão
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Maguito Vilela
(vago) ⁽³⁾	6. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,⁽¹⁾, PL)	
Antônio Carlos Valadares – PSB	1. Delcídio Amaral – PT
Flávio Arns – PT	2. Magno Malta – PL
Ideli Salvatti – PT	3. Eduardo Suplicy – PT
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁴⁾	4. Fátima Cleide – PT
Paulo Paim – PT	5. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	6. (vago) ⁽⁵⁾
PDT	
Augusto Botelho	1. Cristovam Buarque

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁴⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
 Reuniões: Quintas – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
 Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
 E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA**(5 titulares e 5 suplentes)****Presidente: Senador Paulo Paim - PT****Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella – PMR⁽²⁾****Relator:**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Leonel Pavan - PSDB
PMDB	
Mão Santa	1. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,⁽¹⁾, PL)	
Marcelo Crivella – PMR ⁽²⁾	1. (vago) ⁽³⁾
Paulo Paim - PT	2. Flávio Arns – PT
PDT	
Augusto Botelho	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.⁽²⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.⁽³⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretaria: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente: Senador Papaléo Paes - PSDB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho - PDT
Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Flexa Ribeiro - PSDB
	2. Romeu Tuma - PFL
PMDB	
Papaléo Paes ⁽³⁾	1. (vago) ⁽²⁾
Mão Santa	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Paulo Paim - PT
PDT	
Augusto Botelho	

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 1.9.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB
Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT
Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Lúcia Vânia – PSDB
(vago) ⁽⁴⁾	2. Demóstenes Torres – PFL
PMDB	
Papaléo Paes ⁽³⁾	1. Mão Santa
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Paulo Paim – PT
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	
PDT	
	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 1.9.2005

⁽⁴⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretaria: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Antonio Carlos Magalhães - PFL
Vice-Presidente: (vago)⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Romeu Tuma – PFL
César Borges – PFL	2. Maria do Carmo Alves – PFL
Demóstenes Torres – PFL	3. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
José Jorge – PFL	5. Rodolpho Tourinho – PFL
João Batista Motta - PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	8. Leonel Pavan – PSDB
Juvêncio da Fonseca – PSDB ⁽⁴⁾	9. Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ⁽⁶⁾ (cedida pelo PSDB)
PMDB	
Ramez Tebet	1. Luiz Otávio
Ney Suassuna	2. Gilvam Borges
José Maranhão	3. Sérgio Cabral
Romero Jucá	4. Almeida Lima
Amir Lando	5. Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁵⁾ (cedida pelo PMDB)
Pedro Simon	6. Garibaldis Alves Filho
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,⁽¹⁾, PL)	
Aloizio Mercadante – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Eduardo Suplicy – PT	2. Paulo Paim – PT
Fernando Bezerra – PTB	3. Sérgio Zambiasi – PTB
Magno Malta – PL	4. Patrícia Saboya Gomes - PSB
Ideli Salvatti – PT	5. Sibá Machado – PT
Antônio Carlos Valadares – PSB	6. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Serys Slhessarenko – PT	7. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Maguito Vilela encontrava-se licenciado do cargo durante o período de 17.8.2005 a 13.1.2006, tendo sido substituído pelo Senador Romero Jucá. O Senador retornou ao exercício do cargo em 16.12.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Juvêncio da Fonseca comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 30.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

⁽⁶⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

Secretária: Gildete Leite de Melo
 Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
 Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315
 E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

**3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ASSESSORAR A PRESIDÊNCIA DO SENADO EM CASOS QUE ENVOLVAM A IMAGEM E AS PRERROGATIVAS DOS PARLAMENTARES E DA PRÓPRIA INSTITUIÇÃO PARLAMENTAR
(5 membros)**

**3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator: Geral:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. (vago)
César Borges – PFL	2. (vago)
Tasso Jereissati – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
PMDB	
Pedro Simon	1. (vago)
Garibaldi Alves Filho	2. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Serys Slhessarenko – PT (vago)	1. Sibá Machado – PT 2. Fernando Bezerra – PTB
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretária: Gildete Leite de Melo
Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Gerson Camata - PMDB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho – PDT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Roseana Sarney – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
José Jorge – PFL	3. César Borges – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. Cristovam Buarque – PDT ⁽⁸⁾ (cedida pelo Bloco da Minoria)
Edison Lobão – PFL	5. Marco Maciel – PFL
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁵⁾ (cedida pelo PFL) ⁽¹⁾	6. Romeu Tuma – PFL
Teotonio Vilela Filho – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ⁽⁷⁾ (cedida pelo PSDB)	8. Sérgio Guerra – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	9. Lúcia Vânia – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Juvêncio da Fonseca – PSDB
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. Amir Lando
Ney Suassuna	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Gilvam Borges
Gerson Camata	4. (vago) ⁽⁴⁾
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
José Maranhão	6. Luiz Otávio
Maguito Vilela	7. Romero Jucá
Gilberto Mestrinho	8. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,⁽²⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. (vago) ⁽⁶⁾
Paulo Paim – PT	2. Aloizio Mercadante – PT
Fátima Cleide – PT	3. Fernando Bezerra – PTB
Flávio Arns – PT	4. Delcídio Amaral – PT
Ideli Salvatti – PT	5. Antônio Carlos Valadares – PSB
Roberto Saturnino – PT	6. Magno Malta – PL
Mozarildo Cavalcanti – PTB	7. Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽³⁾
Sérgio Zambiasi – PTB	8. João Ribeiro – PL
PDT	
Augusto Botelho	1. (vago)

⁽¹⁾ Vaga cedida ao PDT, que por sua vez cedeu ao PL, nos termos do Ofício nº 027/05-GLPFL, de 03.03.2005.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ O Senador Paulo Paim passou a integrar a Comissão, como membro titular, em substituição ao Senador Cristovam Buarque, nos termos do Ofício nº 273/2005-GLDPT, de 19.10.2005.

⁽⁷⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

⁽⁸⁾ O Senador Cristovam Buarque ocupa vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Minoria à Bancada do PDT, nos termos do Ofício nº 100/05-GLPDT, de 9.10.2005.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares

Reuniões: Terças – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3498 Fax: 3311-3121

E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO E COMUNICAÇÃO SOCIAL
(12 titulares e 12 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Cabral – PMDB
Vice-Presidente: Demóstenes Torres – PFL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Maria do Carmo Alves - PFL
Marcelo Crivella – PMR ⁽¹⁾ ⁽⁵⁾	2. Romeu Tuma – PFL
Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ⁽²⁾ ⁽⁶⁾	3. Edison Lobão – PFL
Leonel Pavan - PSDB	4. Reginaldo Duarte - PSDB
PMDB	
Sérgio Cabral	1. (vago) ⁽⁴⁾
Valdir Raupp	2. Luiz Otávio
Wellington Salgado de Oliveira	3. (vago)
(vago) ⁽⁷⁾	4. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽³⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Paulo Paim – PT
(vago)	2. Flávio Arns – PT
Aelton Freitas – PL	3. (vago)
Sérgio Zambiasi – PTB	4. (vago)

⁽¹⁾ Vaga cedida pelo PFL

⁽²⁾ Vaga cedida pelo PSDB

⁽³⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

⁽⁷⁾ A Senadora Íris de Araújo deixa o exercício do cargo em 15.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
 Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
 Telefone: 3311-3276 Fax: 3311-3121
 E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
(9 titulares e 9 suplentes)

Presidente: Senador Flávio Arns - PT
Vice-Presidente: Senadora Lúcia Vânia - PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Marco Maciel – PFL (vago) ⁽³⁾	1. Reginaldo Duarte – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	2. Augusto Botelho – PDT (cedida pelo PFL)
	3. Eduardo Azeredo – PSDB
PMDB	
Gerson Camata	1. Gilberto Mestrinho
Wellington Salgado de Oliveira	2. (vago) ⁽²⁾
Valdir Raupp	3. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,⁽¹⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Flávio Arns – PT	2. Antônio Carlos Valadares – PSB
Delcídio Amaral – PT	3. Aelton Freitas – PL

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Sala nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3276 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO
(7 titulares e 7 suplentes)

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE
(7 titulares e 7 suplentes)

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E
CONTROLE - CMA**
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Leomar Quintanilha – PC do B⁽⁴⁾

Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Jorge Bornhausen – PFL
César Borges – PFL	2. José Jorge – PFL
Jonas Pinheiro – PFL ⁽²⁾	3. Roseana Sarney – PFL
Teotonio Vilela Filho - PSDB	4. Almeida Lima – PMDB ⁽³⁾
Arthur Virgílio – PSDB	5. Leonel Pavan – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	6. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Gilvam Borges	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Gerson Camata	3. Sérgio Cabral
Valdir Raupp	4. Amir Lando
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	5. Mão Santa
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Ana Júlia Carepa – PT	2. Fátima Cleide – PT
Sibá Machado – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
João Ribeiro - PL	4. Ideli Salvatti – PT
Serys Slhessarenko – PT	5. Flávio Arns – PT
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005.

⁽³⁾ O Senador Almeida Lima comunicou que passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 18.8.2005

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho

Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.

Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060

E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A FISCALIZAR AS AGÊNCIAS REGULADORAS
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT
Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral – PTB⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
(vago)	1. (vago)
Leonel Pavan – PSDB	2. (vago)
PMDB	
Valmir Amaral - PTB ⁽¹⁾	1. Romero Jucá
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	2. (vago)
PDT	

⁽¹⁾ O Senador Valmir Amaral comunicou que desfilhou-se do PMDB, filiando-se ao PP, em 18.5.2005 e desfilhou-se do PP, filiando-se ao PTB, em 30.09.2005.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A ACOMPANHAR O PROSEGUIMENTO DAS INVESTIGAÇÕES REALIZADAS PELA POLÍCIA FEDERAL NO QUE DIZ RESPEITO À DENOMINADA “OPERAÇÃO POROROCA”
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT

Vice-Presidente: Senador César Borges - PFL

Relator: Senador João Alberto Souza - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
(vago)	1. (vago)
Leonel Pavan – PSDB	2. João Ribeiro - PL ⁽¹⁾
PMDB	
(vago)	1. Luiz Otávio
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Ideli Salvatti – PT
Aelton Freitas – PL	2. (vago)
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O Senador João Ribeiro desfilou-se do PFL e filiou-se ao PL, conforme comunicação de 29.03.2005

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
 Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
 Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060
 E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH
(19 titulares e 19 suplentes)**

**Presidente: Senador Cristovam Buarque - PDT
Vice-Presidente: Senador Paulo Paim - PT**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão – PFL (vago) ⁽⁶⁾	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	2. Demóstenes Torres – PFL
José Agripino – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
Romeu Tuma – PFL	4. (vago)
Juvêncio da Fonseca – PSDB	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Lúcia Vânia – PSDB	6. Arthur Virgílio – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	7. Alvaro Dias – PSDB
	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁵⁾	1. Luiz Otávio
Maguito Vilela	2. (vago) ⁽⁷⁾
José Maranhão	3. Mão Santa
Sérgio Cabral	4. (vago) ⁽²⁾
Garibaldi Alves Filho	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Magno Malta - PL
Fátima Cleide – PT	2. Sibá Machado – PT
Ana Júlia Carepa - PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁴⁾	4. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Paulo Paim – PT	5. Aelton Freitas – PL
PDT	
Cristovam Buarque	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽⁴⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

⁽⁶⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽⁷⁾ O Senador Maguito Vilela passou a ocupar vaga de titular em 18/01/2006, nos termos do Of. GLPMDB nº 12/2005, da Liderança do PMDB.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Reuniões: Terças – Feiras às 12:00 horas – Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: altairgs@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA IGUALDADE RACIAL E INCLUSÃO - IRI
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Paim - PT
Vice-Presidente: Senador Mão Santa - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma – PFL	1. Heráclito Fortes – PFL
Reginaldo Duarte – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
(vago)	3. (vago)
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	1. Luiz Otávio
Mão Santa	2. José Maranhão
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Paulo Paim – PT	1. Cristovam Buarque – PDT ⁽²⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	2. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Cristovam Buarque comunicou que se desligou do PT em 7.9.2005 e filiou-se ao PDT em 23.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
 Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
 Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
 E – Mail: altairgs@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO - IDO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Cabral – PMDB
Vice-Presidente: Senador Leomar Quintanilha – PC do B

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma – PFL	1. Maria do Carmo Alves – PFL
Lúcia Vânia – PSDB	2. Sérgio Guerra – PSDB
(vago)	3. (vago)
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽³⁾	1. (vago) ⁽²⁾
Sérgio Cabral	2. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. (vago)
Flávio Arns – PT	2. Paulo Paim – PT

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
 Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
 Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
 E – Mail: altairgs@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Roberto Saturnino - PT
Vice-Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	2. Edison Lobão – PFL
José Agripino – PFL	3. Maria do Carmo Alves – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Rodolpho Tourinho – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Alvaro Dias – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	7. Lúcia Vânia – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Ramez Tebet
Pedro Simon	2. Valdir Raupp
Mão Santa	3. Romero Jucá
Wellington Salgado de Oliveira	4. (vago) ⁽⁴⁾
Gerson Camata	5. (vago) ⁽¹⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,⁽³⁾, PL)	
Serys Slhessarenko – PT	1. Marcelo Crivella – PMR ⁽⁵⁾
Eduardo Suplicy – PT	2. (vago) ⁽⁶⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	3. Aelton Freitas – PL
Roberto Saturnino – PT	4. Ana Julia Carepa – PT
Sérgio Zambiasi – PTB	5. Fernando Bezerra – PTB
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O Senador Mário Calixto deixa o exercício do cargo em 22.03.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽²⁾ O Senador Valmir Amaral comunicou que desfiliou-se do PMDB, filiando-se ao PP, em 18.5.2005 e desfiliou-se do PP, filiando-se ao PTB, em 30.09.2005.

⁽³⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Antônio Leite comunicou sua renúncia ao exercício da suplência a partir de 2.8.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ A Senadora Serys Slhessarenko passou a integrar a Comissão, como membro titular, em substituição ao Senador Cristovam Buarque, nos termos do Ofício nº 274/2005-GLDPT, de 19.10.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
 Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
 Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
 E – Mail: luciamel@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS
CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
Eduardo Azeredo – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. João Batista Motta ⁽²⁾
Mão Santa	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Sérgio Zambiasi – PTB
Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾	2. Aelton Freitas – PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador João Batista Motta passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 31.8.2005

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

Secretaria: Maria Lúcia Ferreira de Mello

Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa

E – Mail: sscomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:
Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma - PFL	1. Marco Maciel - PFL
Arthur Virgílio – PSDB	2. Flexa Ribeiro - PSDB
PMDB	
Valdir Raupp	1. Ney Suassuna
Pedro Simon	2. (vago) ⁽²⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,⁽¹⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa -PT	1. Cristovam Buarque – PDT ⁽³⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	2. Aelton Freitas - PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Antônio Leite comunicou sua renúncia ao exercício da suplência a partir de 2.8.2005.

⁽³⁾ O Senador Cristovam Buarque comunicou que se desligou do PT em 7.9.2005 e filiou-se ao PDT em 23.9.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
 Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
 E – Mail: sscomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL
Vice-Presidente: Senador Alberto Silva - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Demóstenes Torres – PFL	2. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	3. Jonas Pinheiro – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Leonel Pavan – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Juvêncio da Fonseca – PSDB	8. Papaléo Paes – PSDB
Teotonio Vilela Filho – PSDB	9. Arthur Virgílio – PSDB
PMDB	
Gerson Camata	1. Romero Jucá
Alberto Silva	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Ney Suassuna	4. Maguito Vilela
Gilberto Mestrinho	5. Wellington Salgado
Mão Santa	6. Valmir Amaral - PTB ⁽³⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Delcídio Amaral – PT	1. (vago) ⁽²⁾
Magno Malta – PL	2. Paulo Paim – PT
Roberto Saturnino – PT	3. Fernando Bezerra – PTB
Sérgio Zambiasi – PTB	4. Fátima Cleide – PT
Serys Slhessarenko – PT	5. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Sibá Machado – PT	6. Flávio Arns – PT
Aelton Freitas – PL	7. João Ribeiro - PL
PDT	
Cristovam Buarque	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Roberto Saturnino passou a integrar a Comissão como titular, em vaga existente, nos termos do Ofício nº 327/2005 de 15.12.2005.

⁽³⁾ Vaga cedida pelo PMDB ao Senador Valmir Amaral, nos termos do Ofício nº 24/06-GLPMDB, de 31.1.2006.

Secretária: Dulcídia Ramos Calhao
 Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa
 Telefone: 3311-4607 Fax: 3311-3286
 E – Mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Tasso Jereissati - PSDB
Vice-Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Demóstenes Torres – PFL
César Borges – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	3. Roseana Sarney – PFL
Leonel Pavan – PSDB	4. Eduardo Azeredo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Teotonio Vilela Filho – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
Gilberto Mestrinho	1. Ney Suassuna
Sérgio Cabral	2. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	3. Luiz Otávio
José Maranhão	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Romero Jucá
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,⁽¹⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. (vago) ⁽³⁾
Fátima Cleide – PT	2. Delcídio Amaral – PT
Fernando Bezerra – PTB	3. Sibá Machado – PT
Mozarildo Cavalcanti – PTB	4. Sérgio Zambiasi – PTB
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	5. Aelton Freitas – PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretário: Ednaldo Magalhães Siqueira
 Reuniões: Quartas – Feiras às 14 horas
 Telefone: 3311-4282 Fax: 3311-1627
 E – Mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Guerra - PSDB
Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Reginaldo Duarte – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
Jonas Pinheiro – PFL	4. Edison Lobão – PFL
Demóstenes Torres – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Heráclito Fortes – PFL	6. Rodolpho Tourinho – PFL
PMDB	
Ramez Tebet	1. Wellington Salgado de Oliveira
Pedro Simon	2. Romero Jucá
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	3. Amir Lando
Gerson Camata	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Serys Slhessarenko – PT
Aelton Freitas – PL	2. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	3. Magno Malta – PL
Ana Júlia Carepa – PT	4. Sérgio Zambiasi – PTB
João Ribeiro - PL	5. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾
PDT	
Osmar Dias	1. Cristovam Buarque

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Marcello Varella
 Reuniões: Quintas – Feiras às 12 horas –
 Telefone: 3311-3506 Fax:
 E – Mail: marcello@senado.gov.br

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
 (Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO

(Eleita na Sessão do Senado Federal de 23/11/2005)

1^a Eleição Geral: 19.04.1995

4^a Eleição Geral: 13.03.2003

2^a Eleição Geral: 30.06.1999

5^a Eleição Geral: 23.11.2005

3^a Eleição Geral: 27.06.2001

Presidente: Senador João Alberto Souza ⁽³⁾

Vice-Presidente: Senador Demóstenes Torres ⁽⁴⁾

BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)

Demóstenes Torres (PFL)	GO	2091	1. (vago) ⁽¹⁾	MT	2271
Sérgio Guerra (PSDB)	PE	2382	2. César Borges (PFL)	BA	2212
Heráclito Fortes (PFL)	PI	2131	3. M ^a doCarmo Alves(PFL)	SE	1306
Leonel Pavan (PSDB)	SC	4041	4. (vago) ⁽⁵⁾		
Paulo Octávio (PFL)	DF	2011	5. Teotônio Vilela F (PSDB)	AL	4093
Antero Paes de Barros(PSDB)	MT	4061	6. Arthur Virgílio (PSDB)	AM	1413

PMDB

Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
Ney Suassuna	PB	4345	1. Gerson Camata	ES	3204
João Alberto Souza	MA	1415	2. Alberto Silva	PI	3055
Ramez Tebet	MS	2222	3. Valdir Raupp	RO	2252
Luiz Otávio	PA	3050	4. (vago) ⁽²⁾		

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB)

Sibá Machado (PT)	AC	2184	1. (Vago)		
Ana Júlia Carepa (PT)	PA	2104	2. (Vago)		
Fátima Cleide (PT)	RO	2391	3. (Vago)		

PDT

Jefferson Péres	AM	2063	1. Augusto Botelho	RR	2041
-----------------	----	------	--------------------	----	------

PTB

Mozarildo Cavalcanti	RR	4078	1. Valmir Amaral	DF	1961
----------------------	----	------	------------------	----	------

Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)

Senador Romeu Tuma (PFL/SP) | 2051

(Atualizada em 23.11.2005)

⁽¹⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽²⁾ O Senador Pedro Simon renunciou ao cargo de acordo com OF nº 101/05 – GSPSIM, publicado no DSF de 14.12.2005.

⁽³⁾ Eleito em 13.12.2005, na 1^a reunião, de 2005, do Conselho de Ética.

⁽⁴⁾ Eleito em 13.12.2005, na 1^a reunião, de 2005, do Conselho de Ética.

⁽⁵⁾ O Senador Alvaro Dias renunciou ao cargo de acordo com OF nº 1370/2005-SEM, publicado no DSF de 15.12.2005.

CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO¹

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG) ²	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS)	2º Corregedor Substituto
Senador Teotonio Vilela Filho (PSDB-AL)	3º Corregedor Substituto

Composição atualizada em 14.09.2005

Notas:

¹ Eleitos na Sessão Ordinária de 25.03.2003, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.

² Afastado em decorrência da posse como Ministro de Estado das Comunicações em 8.7.2005.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
sscop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

1ª Designação: 16.11.1995
2ª Designação: 30.06.1999
3ª Designação: 27.06.2001
4ª Designação: 25.09.2003
5ª Designação: 22.03.2005
6ª Designação: 20.04.2005
7ª Designação: 16.05.2005
8ª Designação: 16.05.2005

COMPOSIÇÃO

Ramez Tebet (PMDB-MS)	PMDB e Bloco de Apoio ao Governo
Demóstenes Torres (PFL-GO)	Bloco Parlamentar da Minoria
Alvaro Dias (PSDB-PR)	Bloco Parlamentar da Minoria
Fátima Cleide (PT-RO)	Bloco de Apoio ao Governo
Amir Lando (PMDB-RO)	PMDB

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
sscop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ
Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998,
aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral : 03.12.2001
2ª Designação Geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Shessarenko
Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior

PMDB
Senador Papaléo Paes (AP) - PSDB
PFL
Senadora Roseana Sarney (MA)
PT
Senadora Serys Shessarenko (MT)
PSDB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PDT
Senador Augusto Botelho (RR)
PTB
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
PSB
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC) – s/ partido
PL
Senador Magno Malta (ES)
PPS
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE) – PSB

Atualizada em 27.10.2005

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
sscop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal

Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
PRESIDENTE Deputado Aldo Rebelo (PC do B/SP)	PRESIDENTE Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
1º VICE-PRESIDENTE Deputado José Thomaz Nonô (PFL-AL)	1º VICE-PRESIDENTE Senador Tião Viana (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	2º VICE-PRESIDENTE Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)
1º SECRETÁRIO Deputado Inocêncio Oliveira (PL-PE)	1º SECRETÁRIO Senador Efraim Moraes (PFL-PB)
2º SECRETÁRIO Deputado Nilton Capixaba (PTB-RO)	2º SECRETÁRIO Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
3º SECRETÁRIO Deputado Eduardo Gomes (PSDB-TO)	3º SECRETÁRIO Senador Paulo Octávio (PFL-DF)
4º SECRETÁRIO Deputado João Caldas (PL-AL)	4º SECRETÁRIO Senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO)
LÍDER DA MAIORIA Deputado Henrique Fontana (PT-RS)	LÍDER DA MAIORIA Senador Ney Suassuna (PMDB-PB)
LÍDER DA MINORIA Deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA)	LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA Senador José Jorge (PFL-PE)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA Deputado Antonio Carlos Biscaia (PT-RJ)	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL Deputado Aroldo Cedraz (PFL-BA)	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Senador Roberto Saturnino (PT-RJ)

(Atualizada em 06.10.2005)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6

Telefones: 311-4561 e 311-5258

sscop@senado.gov.br

**CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**
(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente: Arnaldo Niskier
Vice-Presidente: Luiz Flávio Borges D'Urso

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	Paulo Machado de Carvalho Neto	Emanuel Soares Carneiro
Representante das empresas de televisão (inciso II)	Gilberto Carlos Leifert	Antônio de Pádua Teles de Carvalho
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	Paulo Tonet Camargo	Sidnei Basile
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	Fernando Bittencourt	Roberto Dias Lima Franco
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	Daniel Koslowsky Herz	Celso Augusto Schöder
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	Eurípedes Corrêa Conceição	Márcio Leal
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	Berenice Isabel Mendes Bezerra	Stepan Nercessian
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	Geraldo Pereira dos Santos	Antônio Ferreira de Sousa Filho
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Dom Orani João Tempesta	Segisnando Ferreira Alencar
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Arnaldo Niskier	Gabriel Priolli Neto
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Luiz Flávio Borges D'Urso	Phelippe Daou
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Roberto Wagner Monteiro	Flávio de Castro Martinez
Representante da sociedade civil (inciso IX)	João Monteiro de Barros Filho	Paulo Marinho

(Atualizada em 04.10.2005)

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 311-4561 e 311-5258
sscop@senado.gov.br

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

(Conselheiros designados na Reunião do Conselho de Comunicação Social realizada em 4.4.2005)

01 - Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação

- ▪ Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita) - **Coordenador**
- ▪ Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- ▪ Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- ▪ Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- ▪ Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- ▪ Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- ▪ João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

02 - Comissão de Tecnologia Digital

- ▪ Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhecimentos na área de comunicação social) - **Coordenador**
- ▪ Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- ▪ Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- ▪ Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- ▪ Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- ▪ Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- ▪ Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- ▪ Luiz Flávio Borges D'Urso (Representante da sociedade civil)
- ▪ Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

03 - Comissão de Radiodifusão Comunitária

- ▪ Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais cinema e vídeo) - **Coordenador**
- ▪ Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- ▪ Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- ▪ Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- ▪ Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- ▪ Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- ▪ Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- ▪ João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

04 - Comissão de TV por Assinatura

- ▪ Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas) - **Coordenadora**
- ▪ Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- ▪ Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- ▪ Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- ▪ Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- ▪ Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- ▪ João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

05 - Comissão de Concentração na Mídia

- ▪ Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão) - **Coordenador**
- ▪ Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- ▪ Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- ▪ Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- ▪ Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- ▪ Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- ▪ Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- ▪ Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL

Representação Brasileira

COMPOSIÇÃO

16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)

Presidente: Senador SÉRGIO ZAMBIASI	Vice-Presidente: Senador PEDRO SIMON
Secretário-Geral: Deputado DR. ROSINHA	Secretário-Geral Adjunto: Deputado LEODEGAR TISCOSKI

MEMBROS NATOS

Senador ROBERTO SATURNINO (PT) Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	Deputado AROLDO CEDRAZ (PFL) Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados
--	--

SENADORES

TITULARES	SUPLENTE
BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)	
JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
PAULO OCTÁVIO (PFL/DF)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
SÉRGIO GUERRA (PSDB/PE)	3. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)

PMDB

PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
RAMEZ TEbet (PMDB/MS)	2. LEOMAR QUINTANILHA (PC do B/TO)

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PSB/PL)

SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1.
EDUARDO SUPLICY (PT/SP)	2.

PDT

	1.
--	----

PSOL (Resolução nº 2/2000-CN)

	1. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (S/ PARTIDO/AC)
--	--

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTE
PT	
DR. ROSINHA (PT/PR)	1. MANINHA (PSOL/DF)
MAURO PASSOS (PT/SC)	2. TARCÍSIO ZIMMERMANN (PT/RS)

PMDB

EDISON ANDRINO (PMDB/SC)	1. OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)
--------------------------	------------------------------

Bloco PFL/Prona

GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. JOÃO HERRMANN NETO (PDT/SP)
-------------------------	--------------------------------

PSDB

JÚLIO REDECKER (PSDB/RS)	1. EDUARDO PAES (PSDB/RJ)
--------------------------	---------------------------

PP

LEODEGAR TISCOSKI (PP/SC)	1. CELSO RUSSOMANNO (PP/SP)
---------------------------	-----------------------------

PTB

FERNANDO GONÇALVES (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB/SP)
-----------------------------	---------------------------------

PL

WELLINGTON FAGUNDES (PL/MT)	1. OLIVEIRA FILHO (PL/PR)
-----------------------------	---------------------------

PPS

JÚLIO DELGADO (PSB/MG)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)
------------------------	----------------------------

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 - 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Telefone: (55) (61) 318-8232 Fax: (55) (61) 318-2154

cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE
INTELIGÊNCIA
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador ROBERTO SATURNINO

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> HENRIQUE FONTANA PT-RS	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> NEY SUASSUNA PMDB-PB
<u>LÍDER DA MINORIA</u> JOSÉ CARLOS ALELUIA PFL-BA	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> JOSÉ JORGE PFL-PE
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> AROLDO CEDRAZ PFL-BA	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> ROBERTO SATURNINO PT-RJ

(Atualizada em 05.10.2005)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 311-4561 e 311- 5258
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

**CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DO “DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY
RIBEIRO”**

Constituído pela Resolução nº 2, de 1999-CN, regulamentada pelo Ato Conjunto dos Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados nº 2, de 2001

Composição

(AGUARDANDO DESIGNAÇÃO)

Presidente: RENAN CALHEIROS⁽¹⁾

Deputados	Senadores
	Renan Calheiros ⁽²⁾

Atualizada em 24.2.2005

Notas:

⁽¹⁾ Presidência exercida pelo Presidente do Congresso Nacional, até que o Conselho realize eleição para esse fim, nos termos do art. 3º e parágrafo único da Resolução nº 2, de 1999-CN.

⁽²⁾ Membro nato, nos termos do art. 3º da Resolução nº 2, de 1999-CN.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5255
sscop@senado.gov.br

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES

CNPJ 00.530.279/0005-49

Avenida N/2 S/Nº Praça dos Três Poderes – Brasília DF – CEP 70165-900

Fones: 311-3803 ou 311 3772 – Fax: (061) 224-5450

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 31,00
Porte do Correio	R\$ 96,60
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 127,60

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 62,00
Porte do Correio	R\$ 193,20
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 255,20

OBS: Caso sejam feitas as assinaturas dos Diários do Senado e da Câmara dos Deputados, receberá **GRACIOSAMENTE** o Diário do Congresso Nacional

NÚMERO AVULSO

Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

ORDEM BANCÁRIA

UG - 020055	GESTÃO 00001
--------------------	-------------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho a favor do FUNSEEP ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União-GRU, que poderá ser retirada no site: http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru_simples.asp, código de recolhimento apropriado e o número de referência 28815-2 e 00002 e o código da Unidade favorecida – UG/gestão: 020055/00001 preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

OBS.: NÃO SERÁ ACEITO PEDIDO ATRAVÉS DE CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCNs.

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 311-3803 e 311-3772, fax: 224-5450
Serviço de Administração Econômico - Financeira/Controle de Assinaturas, falar com Mourão ou Solange.



EDIÇÃO DE HOJE: 188 PÁGINAS